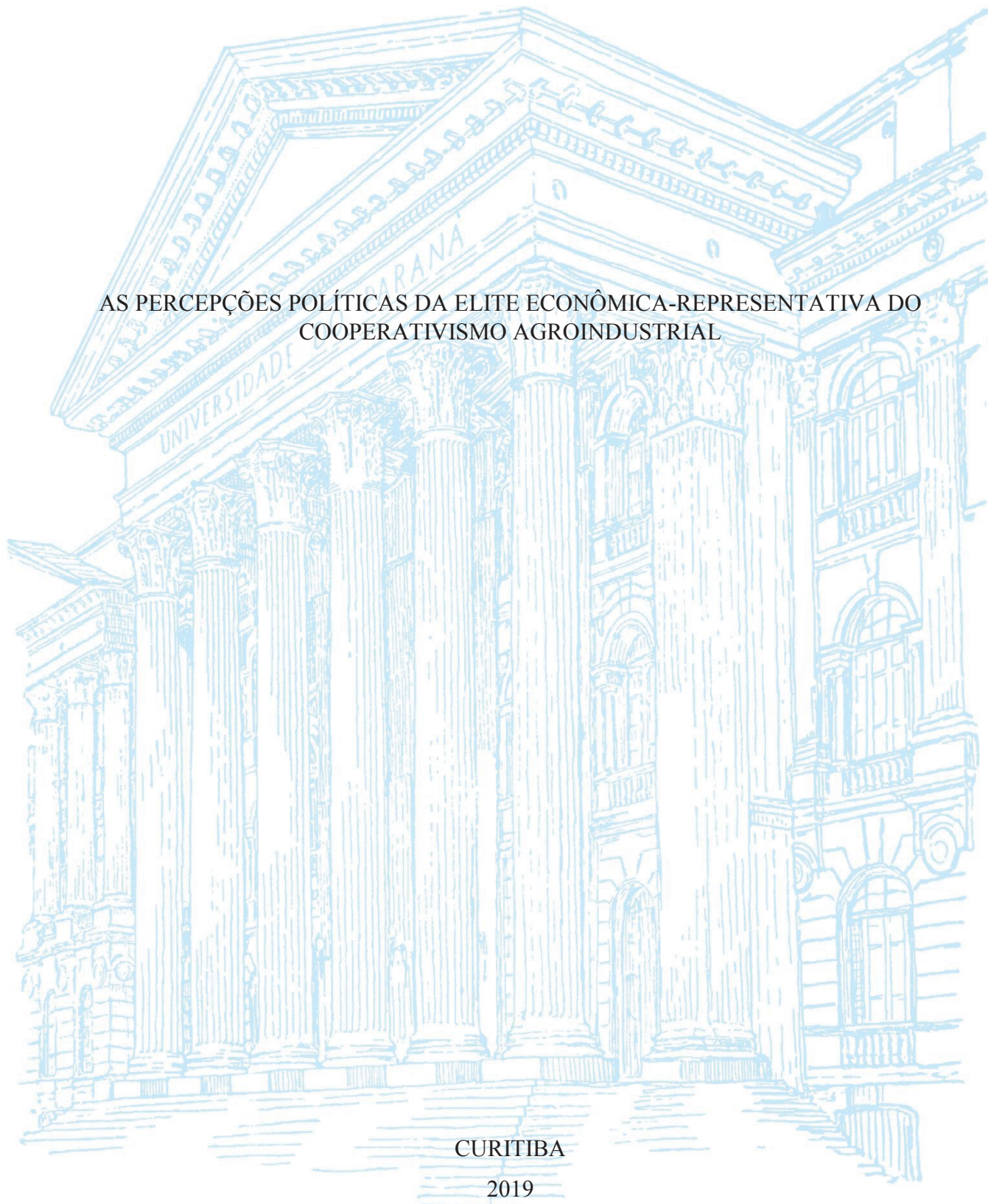


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO ROBERTO STÖBERL

AS PERCEPÇÕES POLÍTICAS DA ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO  
COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL



CURITIBA

2019

PAULO ROBERTO STÖBERL

AS PERCEPÇÕES POLÍTICAS DA ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO  
COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras  
e Artes da Universidade Federal do Paraná como  
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor  
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. Neves Costa

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Stöberl, Paulo Roberto

As percepções políticas da elite econômica-representativa do cooperativismo agroindustrial. / Paulo Roberto Stöberl. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

1. Cooperativas agroindustriais – Elites administrativas. 2. Cooperativismo - Paraná. 3. Cooperativas - Cultura política. 4. Organização das cooperativas do estado do Paraná. I. Título.

CDD – 334

### TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **PAULO ROBERTO STOBEL**, intitulada: **A PERSPECTIVA POLÍTICA DA ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


Curitiba, 19 de Março de 2019.



PAULO ROBERTO NEVES COSTA  
Presidente-da Banca Examinadora




LEILA ANDRESSA DISSENHA  
Avaliador Externo (PUC/PR)



GILSON MARTINS  
Avaliador Externo (DERE-UFPR)



RENATO MONSEFF PERISSINOTTO  
Avaliador Interno (UFPR)




RAFAEL CARDOSO SAMPAIO  
Avaliador Interno (UFPR)

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA.**

No dia dezoito de março de dois mil e dezoito às 14:00 horas, na sala Homero de Barros, UFPR - Ed. D. Pedro I do Setor de SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do Doutorando **PAULO ROBERTO STOBERL** para a Defesa Pública de sua Tese de Doutorado intitulada: **A PERSPECTIVA POLÍTICA DA ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **PAULO ROBERTO NEVES COSTA** (UFPR), **RENATO MONSEFF PERISSINOTTO** (UFPR), **LEILA ANDRESSA DISSENHA** (PUC/PR), **RAFAEL CARDOSO SAMPAIO** (UFPR), **GILSON MARTINS** (DERE-UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO do aluno. O Doutorando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **PAULO ROBERTO NEVES COSTA**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: A Banca sugere que o título do trabalho seja alterado para "As Perspectivas Políticas da Elite Econômica-Representativa do Cooperativismo Agroindustrial"

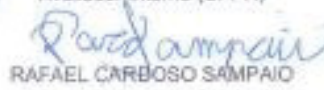
Curitiba, 18 de Março de 2019.

  
**PAULO ROBERTO NEVES COSTA**  
 Presidente da Banca Examinadora

  
**LEILA ANDRESSA DISSENHA**  
 Avaliador Externo (PUC/PR)

  
**GILSON MARTINS**  
 Avaliador Externo (DERE-UFPR)

  
**RENATO MONSEFF PERISSINOTTO**  
 Avaliador Interno (UFPR)

  
**RAFAEL CARDOSO SAMPAIO**  
 Avaliador Interno (UFPR)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus Pai, que pela Sua misericórdia me fez chegar até aqui. Também à Nossa Senhora, nas suas invocações do Perpétuo Socorro e Lourdes.

Agradeço à minha vó Nair pelo seu incondicional amor e que um dia espero lhe devolver o abraço caloroso. Também aos meus pais pelo dom da vida, em especial à minha mãe, Elizabeth, pelos ensinamentos de vida e amor.

Agradeço à minha esposa, Ana Paula e aos meus filhos Paulo Eduardo e Luís Paulo, que me envolvem diariamente com seu amor, carinho e compreensão, sentimentos fundamentais para mim. Também aos meus familiares, Marcelo, Rosemarie e Mariana.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Vânia, que iniciou esse processo e me apontou o caminho. Também aos demais familiares.

Agradeço à UFPR e as pessoas que a personalizam. Também agradeço à CAPES, que possibilitou o doutorado sanduíche na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, a mais intensa experiência de vida que tive.

Agradeço à OCEPAR, minha escola de cooperativismo. Também aos cooperativistas, com quem convivi.

Agradeço ao meu *Doktorvater* Markus Pohlmann que além de suas funções de co-orientador foi um amigo. Também à amiga Elizangela, sem a qual minha compreensão do DMA seria muito difícil.

Agradeço ao Paulo Costa, meu orientador, pela sua mansidão, conhecimento e prontidão em sempre me orientar no caminho da ciência. Também ao professor Renato Perissinotto pela benignidade e inteligência com que analisou meu trabalho.

Agradeço ao Carlos Araúz Filho e a todos os que me auxiliaram ou contribuíram para esse trabalho, que mesmo inominados têm a minha consideração e reconhecimento.

## RESUMO

O presente trabalho se insere nos estudos de *elite* e *cultura política*, ao abordar as características dos presidentes de grandes cooperativas agroindustriais e suas concepções acerca da política, especificamente: a Democracia, a relação entre Democracia e Economia e uma autoavaliação de sua Ação Política. Pela utilização da prosopografia e do método qualitativo indutivo de *Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/significação (Deutungsmusteranalyse - DMA)*, foi materializado um *tipo ideal morfológico e atitudinal* dessa elite. A conjugação dos dois métodos não guarda entre si uma relação de causa e efeito. Seu *tipo ideal* pode ser resumido como um conjunto de homens brancos, brasileiros, de meia idade, com longas carreiras únicas na cooperativa, que atuam politicamente através da entidade de representação, tendo por base uma orientação da ação movida por uma *mentalidade coletiva* de ator econômico. Aderem à Democracia porque são partidários da livre economia, meio para garantir o valor do *empreendedorismo*. Constatamos, também, elementos singulares que caracterizam a *elite cooperativista* distinguindo-a da *elite empresarial*. Por exemplo, a sobreposição de duas dimensões: a *econômica*, enquanto controladores de grandes empreendimentos econômicos e a *representativa*, dado que também ocupam postos de direção na entidade de representação política da categoria econômica do cooperativismo. A caracterização de uma elite econômica que age politicamente e é pouco estudada fornece dados para comparação e aprofundamento com outros trabalhos da Ciência Política; a reconstrução dos *estoques de conhecimento coletivos* permitem identificar os vetores da orientação da ação dos atores, produzindo dados além das justificativas, acarretando ganhos aos estudos de *cultura política* de elites.

Palavras-chaves: Cooperativas Agroindustriais; Cooperativismo; Cultura política; OCEPAR; Elite cooperativista; Elite econômica e política.

## ABSTRACT

This work falls within the studies of political elite and culture, approaching the traits of the presidents of big agri-industrial co-operatives and their notions on politics, specifically: Democracy, relation between Democracy and Economy and self-assessment of their political action. By usage of prosopography and the inductive qualitative method of Collective Mindset Analysis (Deutungsmusteranalyse - DMA), an ideal morphologic and atitudinal type of such elite was embodied. The combination of both methods does not hold within it a cause-and-effect relation. Its ideal type may be summarized as a set of white males, Brazilians, middle-aged, with long and single careers in the co-operative, who act politically through the representation entity, based on an orientation of the action moved by a collective mindset of economic player. They adhere to Democracy because they advocate free economy, the means to ensure the value of entrepreneurship. We also noted singular elements that characterize this elite, distinguishing it from the corporate elite. For example, the overlapping of two dimensions: the economic, as holders of big economic enterprises, and the representative, given that they also take management seats with the political representation entity of cooperativism's economic class. The characterization of an economic elite that acts politically and is undereducated provides data for comparison and deepening with other studies of Political Science; the reconstruction of collective knowledge inventories allows identification of the vectors of the players' orientation of action, producing data beyond the justifications, entailing gains to the studies of political culture of elites.

Keywords: Agro-industrial Co-operatives; Cooperativism; Political culture; OCEPAR; Cooperativism Elite; Economic and political elite.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- COMPARATIVO ENTRE ELITES ECONÔMICAS (EMPRESARIADO E COOPERATIVISTA) .....	30
QUADRO 2 - RESUMO DAS ESCOLAS DE PENSAMENTO COOPERATIVO.....	40-42
QUADRO 3 - COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVISMO E SOCIALISMO-CIENTÍFICO .....	47
QUADRO 4 - COMPARATIVO ENTRE A COOPERATIVA E A EMPRESA .....	51
QUADRO 5 - NATUREZAS DA SOCIEDADE COOPERATIVA.....	57
QUADRO 6: PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO.....	67
QUADRO 7 – ROL DAS MAIORES COOPERATIVAS PARANAENSES NOS ANOS DE 2016 E 2017 .....	87
QUADRO 8 - ROL DAS MAIORES COOPERATIVAS EM 2014 E 2015 (VENDAS LÍQUIDAS) .....	88
QUADRO 9 - ROL DAS MAIORES COOPERATIVAS DA REGIÃO SUL NOS ANOS DE 2014 E 2015 .....	88
QUADRO 10 - COOPERATIVAS PARANAENSES E GESTÕES NA DIRETORIA DA OCEPAR (1996-2017) .....	101
QUADRO 11 - RESUMO DOS DADOS PROSOPOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS .....	108
QUADRO 12 - DIRETORES DA OCEPAR E SEUS MANDATOS NO PERÍODO DE 1996-2015 .....	114
QUADRO 13 - COOPERATIVAS REPRESENTADAS NA DIRETORIA DA OCEPAR NO PERÍODO DE 1996-2015 .....	115
QUADRO 14 - COMPARATIVO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ORIGEM ÉTNICA ENTRE EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIA E A ELITE COOPERATIVISTA.....	159
QUADRO 15 - TEOR DE MANIFESTAÇÕES E NÚMERO DE ENTREVISTAS EM QUE APARECEM .....	169
QUADRO 16 - TEOR DE MANIFESTAÇÕES E NÚMERO DE ENTREVISTAS EM QUE APARECEM .....	172

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 - UMA ELITE ECONÔMICA: DIFICULDADES NA OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO</b> .....	20
1.1. <i>QUESTÕES PRELIMINARES</i> .....	20
1.2. <i>UMA ELITE ECONÔMICA</i> .....	22
1.3. <i>DIFICULDADE NA OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO</i> .....	24
1.4. <i>A IMPROPRIEDADE DO USO DO TERMO “EMPRESÁRIO”</i> .....	27
1.5. <i>A QUESTÃO DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA ELITE COOPERATIVISTA</i> .....	31
1.6. <i>OS RECORTES TEMPORAIS DO TRABALHO</i> .....	33
<b>CAPÍTULO 2 - COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS</b> .....	35
2.1. <i>O COOPERATIVISMO</i> .....	36
2.1.1. <i>O COOPERATIVISMO ENQUANTO SISTEMA ECONÔMICO E SOCIAL</i> .....	37
2.1.2. <i>O ETHOS COOPERATIVO: O SOLIDARISMO E A TEORIA DE CHARLES GIDE QUE SE UTILIZA DO SOLIDARISMO PARA CONSTRUIR A META DE FORMAÇÃO DE UM SISTEMA ECONOMICO SOCIAL</i> .....	42
2.1.3. <i>O COOPERATIVISMO NO BRASIL E A SEGUNDA ONDA</i> .....	49
2.2. <i>A COOPERATIVA – VANTAGEM DO SERVIÇO</i> .....	51
2.2.1. <i>A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL</i> .....	57
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA</b> .....	61
3.1. <i>AS BASES TEÓRICO-SOCIOLÓGICAS PARA APLICAÇÃO DO DMA</i> ....	64
3.2. <i>O MÉTODO DE ANÁLISE DO PADRÃO COLETIVO DE INTERPRETAÇÃO /SIGNIFICAÇÃO “DEUTUNGSMUSTERANALYSE” – DMA E A SUA APLICAÇÃO</i> .....	72
3.2.1. <i>AS ETAPAS DE ANÁLISE DO DMA</i> .....	76
3.3. <i>O QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO</i> .....	81
<b>CAPÍTULO 4 - A ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL</b> .....	84
4.1. <i>A ELITE NO SEU AMBIENTE ECONÔMICO: AS COOPERATIVAS</i> .....	86
4.2. <i>A ELITE NO SEU AMBIENTE REPRESENTATIVO: A ENTIDADE DE REPRESENTAÇÃO (OCEPAR)</i> .....	92

4.2.1. O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CARGOS SUPERIORES DA OCEPAR (RECRUTAMENTO).....	97
4.2.2. OS DIRETORES DA OCEPAR .....	101
4.2.3. - A ATUAÇÃO POLÍTICA DA OCEPAR.....	104
<b>CAPÍTULO 5 – DADOS DA PROSOPOGRAFIA E OS ESTOQUES DE CONHECIMENTO COLETIVOS RECONSTRUÍDOS PELA APLICAÇÃO DO DMA.....</b>	<b>107</b>
<i>5.1. PROSOPOGRAFIA DA ELITE DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE.....</i>	<i>107</i>
<i>5.2. ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO SOBRE CULTURA POLÍTICA PELA APLICAÇÃO DO DMA.....</i>	<i>117</i>
<b>CAPÍTULO 6 - A ELITE COOPERATIVISTA: TIPO IDEAL E CULTURA POLÍTICA .....</b>	<b>147</b>
<i>6.1. TIPO IDEAL: O INDIVÍDUO.....</i>	<i>150</i>
<i>6.2. CULTURA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS DOS ACHADOS... </i>	<i>163</i>
<i>6.3. TIPO IDEAL: A PRESPECTIVA POLÍTICA .....</i>	<i>175</i>
<i>6.3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TIPO IDEAL.....</i>	<i>178</i>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>186</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXO I – DESCRIÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES.....</b>	<b>212</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere nos estudos de elite e de sua *cultura política*, na medida em que examina as características de um grupo reduzido e diferenciado de indivíduos e suas concepções e perspectivas acerca da política.

O levantamento das características do grupo e a verificação de seus valores políticos, em relação à Democracia, Democracia e Economia e Ação Política, são ambos os objetivos desta tese. Decorre daí a formulação de duas perguntas: *quem são* os indivíduos que compõe essa elite e *como pensam a política*. Esse é o problema de pesquisa e o objetivo da tese é respondê-las.

O conjunto de indivíduos que compõem o objeto da nossa pesquisa é formado pelos presidentes de grandes cooperativas agroindustriais brasileiras, que concomitantemente exercem a direção de complexos empreendimentos econômicos e atuam na entidade de representação do cooperativismo, os quais denominamos: *elite cooperativista*.

Nossa primeira dificuldade ao examinar a *elite cooperativista* e estabelecer um diálogo com a literatura precedente sobre o assunto, foi a constatação de que as categorias analíticas utilizadas pela Ciência Política para estudar a relação entre os proprietários e controladores de empreendimentos econômicos e a política circunscrevem-se em torno dos conceitos de “empresários” ou “empresariado”.

Isto se verifica desde os estudos clássicos de Fernando Henrique Cardoso (1965; 1971 e 1972), Luciano Martins (1968) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1974), até os mais atuais de Wagner Mancuso (2004 e 2007), Paulo Costa (2012 e 2014) e Roberto Grün (2018). Notamos que essa dinâmica se repete em relação a alguns estudos específicos sobre os dirigentes das maiores indústrias brasileiras, a exemplo dos trabalhos de Pohlmann, Valarini & Costa (2014) e Pohlmann, Valarini & Bär (2013), nos quais os presidentes de cooperativas foram considerados, ao lado dos empresários, parte da *elite econômica* brasileira, no exame sobre o espírito do capitalismo.

Todavia os dirigentes de cooperativas não são empresários, tendo em vista que as cooperativas não podem ser classificadas como *empresas*, tanto por barreiras da própria legislação brasileira, que diferencia as espécies jurídicas<sup>1</sup>, quanto pelo *ethos* que rege as

---

<sup>1</sup> O Código Civil Brasileiro diferencia e distingue as duas espécies de sociedades: as empresárias (capitalistas) e as simples (cooperativas), que não visam lucro. Ver texto do artigo 982, parágrafo único.

duas formas de empreendimentos, um capitalista e o outro cooperativista - que inclusive surgiu como alternativa àquele.

Para se chegar ao objetivo dessa tese adotamos a metodologia de examinar a *elite cooperativista* de *per si*, considerando seus elementos de singularidade, como por exemplo, o fato de que: os dirigentes de cooperativas necessitam possuir outros atributos necessários ao exercício de seus cargos, se comparados aos empresários, das sociedades capitalistas; estão agrupados em uma *categoria econômica*<sup>2</sup> própria; possuem uma sobreposição de dimensões quanto a ação política. À par desses elementos objetivos, ainda consideramos o *ethos* que envolve a ideia estrutural de *cooperativa* e que através do Cooperativismo se apresenta como um *sistema econômico e social* distinto do Capitalismo, na medida em que apresenta uma proposta específica de relação entre o capital e sua distribuição.

Essas são as razões pelas quais afirmamos que nosso objeto é uma elite econômica própria, que não se confunde com o *empresariado* ou com o *patronato rural*, com ação política, também própria.

Outra questão relevante e portanto necessária de ser esclarecida desde logo, diz respeito a metodologia que adotamos para apresentar a *elite cooperativista*, caracterizando-a e expondo sua *orientação da ação* em relação à Democracia, Democracia e Economia e Ação Política. Conjugamos a Prosopografia e o método qualitativo de Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/Significação, sendo que adotamos sua nomenclatura em alemão (Deutungsmusteranalyse - DMA). Esclarecemos que não há relação explicativa entre os métodos, isto é, não há relação de causa-efeito.

Pretendemos com esses dois métodos construir um *tipo ideal* para apresentar a *elite cooperativista* abrangendo tanto a sua dimensão *morfológica* como também sua dimensão *atitudinal*.

O DMA age na reconstrução dos *estoques de conhecimento coletivos* dos indivíduos do grupo, um procedimento decorrente da *hermenêutica objetiva*, de Oevermann (1981), que analisa as estruturas de sentido das interações sociais. Essas estruturas abstratas apresentam um sentido latente e um sentido objetivo, portanto necessitam de um processo de análise para serem entendidas, cujo procedimento é independente da subjetividade do analista e que ao final do processo de análise-interpretação conduz a impressões objetivas. A reconstrução dessas estruturas faz emergir os significados que estão ocultos no objeto,

---

<sup>2</sup> O termo *categoria econômica* é utilizado para caracterizar as entidades associativas ou sindicais patronais em relação às entidades de trabalhadores, categoria profissional. Explicaremos esta estrutura no capítulo 4.

sendo a interpretação do analista o próprio método, (Oevermann, 1981 e Pohlmann, 2014). O DMA possibilita, a partir das construções lógicas que o entrevistado vai realizando, para responder à pergunta, acessar além das justificativas, alcançando os elementos que orientam a ação do grupo, em relação a dado *problema objetivo de ação*.

O Capítulo 1, desse trabalho trata das motivações que nos fizeram escolher esse objeto de pesquisa; de algumas escolhas metodológicas que tomamos; da caracterização da elite cooperativista, dentre os atores políticos do setor *patronal* brasileiro; da questão da dimensão de representação política setorial<sup>3</sup> do cooperativismo, como elemento constitutivo da elite e; esclarece os recortes temporais utilizados na tese.

Partimos do entendimento de que nosso objeto de estudo é uma elite e a classificamos como parte da elite econômica brasileira, dada a importância que as cooperativas que os atores presidem alcançaram nos últimos anos em relação ao agronegócio brasileiro. Atendendo a concentração de cooperativas agroindustriais no estado do Paraná, focalizamos a *elite cooperativista* desse estado, bem como nos ativemos aos dados econômicos paranaenses, para efeito de dimensionamento do papel do cooperativismo.

Das dezesseis maiores cooperativas brasileiras, onze<sup>4</sup> estão sediadas no Paraná, (OCEPAR, 2016). O conjunto dessas cooperativas equivalem a 24% do faturamento industrial paranaense, (base 2014): percentual que representa 35,9 bilhões de reais com produção que representa 56% do PIB agropecuário do estado, (OCEPAR, 2014; IPARDES, 2014; DERAL, 2014).

Abordamos a questão da singularidade dos presidentes de cooperativas agroindustriais que, a par do conhecimento técnico e administrativo sobre a atividade econômica do empreendimento que administram, devem ser membros ativos das cooperativas (cooperados), entregando produtos agropecuários, dando assim continuidade a sua atividade econômica de produtor rural. Passam ainda por um processo periódico de eleição, a cada quatro anos: pleito que envolve milhares de cooperados

---

<sup>3</sup> Referimo-nos à divisão de categorias “econômica e profissional”, da qual o setor produtivo é sinônimo de categoria econômica, isto é, reunião de atividades econômicas similares: indústria, comércio, agricultura, transporte, cooperativismo. Todas separadas pelo seu objeto produtivo.

<sup>4</sup> Agrária, (Bom Jesus), Castrolanda, Coamo, Cocamar, Coopavel, Copacol, C.Vale, Frisia/Batavo, Integrada, Lar (ordem alfabética). Retiramos desse rol a Frimesa, por ser cooperativa de 2º grau. Fonte: sítios eletrônicos dessas cooperativas.

votantes, com voto unitário<sup>5</sup>. Detêm maiores poderes (estatutários), em relação à administração societária, convocam e dirigem as assembleias gerais.

Esclarecemos o porquê do equívoco da utilização do vocábulo *empresário* para designar os dirigentes de cooperativas e iniciamos a discussão sobre a questão da sobreposição de papéis que a *elite cooperativista* apresenta, na medida que sua natureza se caracteriza pela presença das dimensões econômica e representativa.

A dimensão econômica é materializada pela função de controladores administrativos das cooperativas; a dimensão representativa por serem dirigentes da entidade de representação de seu setor econômico, formado pelo conjunto de cooperativas. Essa reunião das duas dimensões exige categorias analíticas próprias para dar conta da análise de sua atuação.

No último item do Capítulo 1 esclarecemos os recortes temporais utilizados nesta tese: quanto aos dados econômicos sua grande maioria foi colhida no ano base 2015/2016 e em relação à questão político-representativa, consideramos as últimas seis gestões da entidade de representação (1996-2015)<sup>6</sup>. Desse modo o universo de análise é de onze presidentes de cooperativas agroindustriais com sede no Paraná, que são diretores da entidade de representação política.

Em função da heterogeneidade do *Cooperativismo* e principalmente por ser um sistema econômico-social próprio, apresentamos no Capítulo 2 as noções gerais sobre Cooperativismo, seu *ethos* e algumas particularidades das cooperativas, em especial as *cooperativas agroindustriais*, que se constituem como o braço econômico desse sistema, assim como o são as empresas, em relação ao Capitalismo.

O Socialismo e o Capitalismo são temas de vasta literatura analítica, mas o Cooperativismo, do ponto de vista de sua estrutura e proposição como sistema que age através do viés econômico para alterar o social, não é um tema muito recorrente. Ser sistema econômico e social significa possuir um conjunto de estruturas voltadas a elaborar um sistema de produção e distribuição de riquezas para alcançar um objetivo voltado a melhorar a vida do homem em sociedade.

Propomos uma abordagem específica do tema tendo em vista a relação de intensa dependência que possui com o objeto e o problema de pesquisa. Visamos a compreensão

---

<sup>5</sup> As cooperativas por lei são sociedades cujo voto do cooperado é singular, universal e igualitário, não havendo, portanto, grupo majoritário ou controlador.

<sup>6</sup> Esta sexta gestão iniciada em 2015 terá duração até abril de 2019. A estrutura que envolve a dimensão representativa será abordada no capítulo 4.

do papel principiológico das cooperativas na economia e o seu *ethos*, elementos que acreditamos que influenciam a *mentalidade coletiva* que orienta a ação da *elite cooperativista*.

Dessa forma o Capítulo 2 traça uma breve conceituação de *cooperativismo*, aborda o *solidarismo* enquanto *ethos* do cooperativismo, sua alma programática, segundo a Escola *Nîmes* e as lições de Charles Gide e sua inserção no Brasil. Trata sobre a cooperativa como *sociedade*, diferenciando-a da *empresa*, pois embora possua racionalidade de meios empregados para produção e circulação de bens e produtos, dimensão que lhe possibilita inserção no mercado econômico na condição de *player*, possui fundamentos e estrutura distintos.

No último item do Capítulo 2, tratamos especificamente da cooperativa agroindustrial, ressaltando o fato de que o gigantismo do empreendimento não modifica sua essência, apenas altera a abrangência da atividade econômica e potencializa a representatividade em virtude do grupo de cooperados.

O Capítulo 3 se destina, principalmente, a tratar do *Método de Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/significação*, (DMA)<sup>7</sup>, método científico qualitativo utilizado nesse trabalho, escolhido por permitir que se extraia o substrato do pensamento coletivo de um grupo, possibilitando reconstruir suas estruturas de significação (Berger & Luckmann, 2004).

Como já dissemos, o DMA possibilita a análise do padrão coletivo de “interpretação” ou de “significação” que um dado grupo possui acerca de regras e ou conceitos de conduta social, em um determinado tempo e lugar, e em uma determinada sociedade. O método qualitativo é adequado tendo em vista que o universo dos presidentes de cooperativas aqui considerados é composto apenas de onze indivíduos e eficaz em relação a profundidade que desejamos atingir das respostas.

Pela complexidade sociológica das bases nas quais o DMA está inserido, a primeira parte desse capítulo foi dedicada a expor, de forma breve, o seu referencial teórico utilizado para explicar como se dão os arranjos interpessoais da socialização, retirados da teoria de Alfred Schütz (2003)<sup>8</sup>, Peter Berger e Thomas Luckmann (2004)<sup>9</sup>, sob uma ótica weberiana. Em adição trazemos as abordagens da *Sociologia do*

---

<sup>7</sup> Sigla em alemão de “*Deutungsmusteranalyse*”. Em língua inglesa o método é denominado de *Collective Mindset Analysis (CMA)*.

<sup>8</sup> Texto original de 1971.

<sup>9</sup> Texto original de 1969.

*Conhecimento* de Max Weber e da *Sociologia Compreensiva* de Albert Schütz que se preocuparam com a questão do “conhecimento” que o indivíduo possui do mundo (*Lebenswelt*)<sup>10</sup> e que vai orientar sua ação.

Portanto, estão envolvidos o modo como se realiza a construção social da realidade e a socialização. Esta entendida como um desenvolvimento da ação humana que se torna hábito e que é tipificada pelo outro, (Berger & Luckmann, 2004).

Após as considerações de base teórico-sociológica, apresentamos a dimensão metodológica empírica, cuja origem remonta a *hermenêutica objetiva* de Ulrich Oevermann, (1981, 2001a e 2001b) considerando os ajustes para aplicação, de Markus Pohlmann, (2011a).

Finalizando o Capítulo 3, abordamos as oito etapas analíticas do DMA, cuja aplicação nesta tese teve por base o questionário semielaborado, aplicado a dez indivíduos do grupo formado por presidentes de grandes cooperativas agroindustriais e com assento na diretoria da entidade de representação política do setor das cooperativas.

Nas entrevistas em que colhemos as respostas do questionário, nos utilizamos da *derivação*<sup>11</sup> para possibilitar a análise das manifestações orais sobre os três aspectos que investigamos: Democracia, Democracia e Economia e Ação política setorial, com a auto avaliação da atuação política. Entendemos por ação política setorial, a atividade desenvolvida em prol das cooperativas e de seu conjunto, pelos presidentes de cooperativas, na condição de dirigentes da entidade de representação do cooperativismo.

O questionário aplicado possui dez perguntas, sendo que a última delas foi construída para colher e analisar posições emanadas pelos entrevistados, em relação à democracia em funcionamento e sua relação com a economia, abordando dois temas de elevado interesse da elite econômica brasileira: a reforma trabalhista, que já ocorreu em 2017 e a tributária, ainda por acontecer, segundo aventado pelo Governo Temer<sup>12</sup>. O questionário consta do Item 3.3.

O Capítulo 4 contempla a questão da *elite cooperativista* nas suas dimensões econômica e política. Foi necessário construir categorias que dessem conta do nosso

---

<sup>10</sup> Para noção da expressão ver a obra de Edmund Husserl (1986).

<sup>11</sup> Metodologia utilizada para ativar os mecanismos de explicação do ator na resolução de uma questão específica (pergunta expressa), possibilitando ao analista social reconstruir os *estoques de conhecimento* que contém as regras cognitivas e normativas e que orientam as ações do indivíduo. Este instrumental possibilita abstrair a significação social dos atores sobre como conhecem/entendem/abstraem/interpretam a realidade. Ver Ullrich, 1999, p. 431.

<sup>12</sup> Reforma trabalhista materializada pelas leis nº 13.429/2017 (terceirização) e 13.467/2017, representando uma situação presente, e a reforma tributária, perspectivas futuras.

objeto, separando-o, para fins metodológicos, nas dimensões: (i) *econômica* e (ii) *representativa*.

Sobre os atributos condicionais, estabelecemos para a delimitação de cada uma dessas dimensões alguns requisitos que o ator deveria apresentar para ser considerado *elite econômica e representativa*. Nesse sentido, a condição para integrar o conceito de *elite econômica* cooperativista foi o exercício da função eletiva de presidente de cooperativa agroindustrial, com faturamento superior a um bilhão e meio de reais/ano.

Para se chegar ao conceito de *elite representativa* cooperativista, consideramos como condição o exercício de pelo menos uma gestão na função eletiva de diretor de entidade representativa da categoria econômica (patronal).

Um dado que destacamos em relação a essa dimensão é a forma singular da estrutura de representação do setor cooperativista, em cuja arquitetura há obrigatoriedade legal de ingresso e permanência das cooperativas na entidade de representação, sob pena de a cooperativa não poder funcionar<sup>13</sup>.

O desenho geral da estrutura de representação é vertical, constituída por uma entidade nacional - a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - e de suas filiadas, uma para cada estado da Federação. No caso paranaense a entidade possuía uma natureza associativa mas, a partir da década de 1990, passou também a assumir uma natureza sindical, como explicamos no item 4.2, do Capítulo 4.

Como já dissemos, encontramos uma grande concentração de cooperativas agroindustriais no Paraná e o fato de todas elas integram o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, que exerce a representação política e institucional do cooperativismo paranaense, é um dado relevante que consideramos para entender a dinâmica da relação de representação (poder) e a ação política do cooperativismo.

Apesar desse trabalho não tratar diretamente da análise da ação política ou da estrutura formal em que essa atuação se realiza, abordamos a chamada Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP, no Capítulo 4, pela sua relevância em relação ao nosso objetivo, ademais, uma das perguntas do questionário busca a autoavaliação do grupo

---

<sup>13</sup> Referimo-nos ao mecanismo instituído pela Lei Federal nº 5.764/71, no artigo 107, que institui o Registro das cooperativas e o delega as entidades de representação do Sistema OCB, cujo efeito é reconhecer a natureza jurídica de sociedade cooperativa. Sem o Registro a cooperativa não pode funcionar. Portanto sem pertença à entidade não há registro.

acerca de sua ação política e a FRENCOOP é uma das formas que possibilita a atuação junto aos Poderes da República.

O capítulo 5 trata dos dados advindos da prosopografia (item 5.1) e das análises das respostas obtidas no questionário semielaborado pela utilização do DMA, (item 5.2), esclarecendo as *regras de interpretação* e *regras de ação* e fazendo uma explicação do padrão coletivo encontrado (*deutungsmuster*), oriundo da reconstrução das fases de orientação da ação do grupo, frente aos *problemas objetivos de ação*, que são: o conceito de Democracia e sua adesão, a avaliação da Democracia brasileira, a relação entre Democracia e Economia, a autoavaliação da ação política do cooperativismo e em específico a opinião sobre as reformas trabalhista e tributária.

No capítulo 6 apresentamos o resultado da construção dos *tipos ideias* morfológico e atitudinal, o *corpo* e a *consciência* que apresentam a *elite cooperativista*.

No item 6.1., com a utilização dos dados advindos da aplicação da prosopografia (item 5.1), apresentamos o *tipo ideal morfológico* da *elite cooperativista*, adotando as três formas de carreiras que detectamos, inclusive demonstrando elementos de recrutamento. Foi através do levantamento de um conjunto de variáveis (*background* social, trajetória, carreira, etc.) que analisamos os indivíduos e os materializamos no *tipo ideal*, que nos possibilitou responder à pergunta de *quem são* os indivíduos que compõem a *elite cooperativista*, objeto dessa tese. Ainda nesse item comparamos os dados da elite cooperativista com os dados do empresariado, extraídos do trabalho de Pohlmann & Valarini, (2016).

No item 6.2 fazemos considerações sobre o questionário semiestruturado e analisamos os achados com a aplicação do DMA, explicando os *estoques de conhecimento coletivos* que encontramos no item 5.2. e que reconstroem a orientação da ação dos entrevistados.

No item 6.3., com base nos *estoques de conhecimento coletivos* apresentamos o *tipo ideal atitudinal* da *elite cooperativista*. Dessa forma respondemos a outra pergunta, objeto dessa tese: *como pensam política*.

O subitem 6.3.1. complementa o item 6.3., na medida em que contextualiza o *tipo ideal atitudinal* apresentado. Faz um exame específico dos achados para a compreensão da *elite cooperativista* em relação à sua cultura e perspectiva política, demonstrando como seu *padrão de interpretação coletivo* orienta sua ação no campo político.

Ao final deste trabalho apresentamos nossas conclusões, buscando caracterizar uma elite econômico-representativa própria, a *elite cooperativista*, que

concomitantemente detém o controle de empreendimentos econômicos e atua politicamente de forma institucional, caracterizando uma sobreposição de dimensões. Por uma série de elementos comprovamos sua singularidade que sustenta nossa afirmação de que a melhor metodologia para estudar a *elite cooperativista* é proceder seu exame de forma apartada do *empresariado*.

Através da utilização da construção de um *tipo ideal*, objetivamos unir os resultados da pesquisa à forma de exposição para aumentar a inteligibilidade dos nossos achados.

Dessa forma apresentamos a *elite cooperativista* caracterizada como um conjunto de homens brancos, brasileiros, de meia idade, com longas carreira únicas que atuam politicamente, tendo por base uma orientação da ação movida por uma mentalidade de ator econômico. Aderem à democracia, são partidários da livre economia, do Estado diminuto para garantir o valor do *empreendedorismo*.

## CAPÍTULO 1 – UMA ELITE ECONÔMICA: DIFICULDADES NA OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO.

No estudo da cultura e perspectiva política de elites econômicas no Brasil, o fato inicial que nos chamou a atenção e nos dirigiu para esta pesquisa foi a verificação da existência de um grupo de presidentes de *grandes* cooperativas, que embora proveniente de um sistema que deveria ser uma “alternativa”<sup>14</sup> ao capitalismo, (i) ocupa destacada posição econômica na sociedade capitalista de consumo e produção brasileira, (ii) se utiliza de uma estrutura *patronal*<sup>15</sup> de representação e ação política, como meio para interlocução política do cooperativismo (enquanto setor econômico) e, (iii) comumente os indivíduos do grupo estão incluídos na condição de *empresários*, pela mídia especializada em administração e economia e em alguns estudos<sup>16</sup> que tratam da relação do empresariado e política.

Estes três elementos se coadunam com a noção de *empresário*<sup>17</sup> e assim nos soaram como uma contradição em si mesma, na medida em que há uma teoria consolidada sobre o *Cooperativismo* que o diferencia do *Capitalismo* e esclarece que *cooperativa* não é *empresa*. Entender esta questão e assim criar categorias para estudar este grupo são os objetivos deste Capítulo.

Agrupamos a esse capítulo o item 1.6 que explica os recortes que procedemos para identificar os indivíduos que compõe o universo do nosso objeto de estudo.

### 1.1. QUESTÕES PRELIMINARES.

Nossa posição inicial é que apesar da presença dos elementos que reportam à noção de empresariado, entendemos que os dirigentes de cooperativas não são *empresários* e desta forma examiná-los como tal significa agrupar elites diferentes. Essa

---

<sup>14</sup> Referência à ideia de Charles Gide sobre a “República Cooperativa”, na qual se busca uma alternativa ao Capitalismo através das operações entre cooperativas para afastar o intermediário capitalista.

<sup>15</sup> Reputamos ser esta estrutura similar a estrutura associativa/sindical na qual o empresariado nacional está organizado, a exemplo da CNI e CNA, composta por sindicatos, federações estaduais e uma confederação de âmbito patronal.

<sup>16</sup> Por exemplo o trabalho de Pohlmann et alii, “Elite econômica no Brasil: os dirigentes de grandes indústrias, a política e o desenvolvimento”, (2014) – XI WEES e os trabalhos de Costa (2014 e 2016).

<sup>17</sup> Empresário no sentido de elite econômica, isto é, indivíduos que detêm poderes econômicos em uma empresa capitalista e em relação aos seus empregados, representa o capital. Sabemos da dificuldade de estabelecer um conceito de empresariado, como bem exemplificou Paulo Costa (2014).

estratégia de pesquisa, ao se estudar a cultura política de um grupo específico, pode macular os resultados.

Partindo desse princípio, os *empresários* e os *presidentes de cooperativas* formam dois grupos distintos, podendo apenas ser categorizados e assim agrupados, sob a denominação genérica de *elite econômica nacional*. E diante de um grau elevado de diferenças o melhor é tratá-los e estudá-los de forma apartada.

Contudo, afirmar que se tratam de elites distintas e que possuem diferenças não significa negar algumas semelhanças, como por exemplo a forma de representação patronal que os dois grupos adotam e a caracterização das cooperativas sob a forma de *categoria econômica*<sup>18</sup>.

Todavia a semelhança na utilização da forma de “estrutura patronal”, tanto pelos *empresários* como pelos *cooperativistas*, para sua representação e ação política, possui diferenças de estruturação e organização nas entidades de representação do cooperativismo, que fogem da estrutura associativa ou sindical puras, podendo alterar a dinâmica das relações. A entidade de representação cooperativista (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB) apresenta outras funções e poderes legais que moldam a relação representante-representado, podendo criar uma relação de subordinação das cooperativas com a entidade. Referimo-nos, especificamente, ao critério de ingresso dos representados (cooperativas) que decorre de um processo técnico-analítico responsável por reconhecer as cooperativas, nesta condição societária. Desta forma, o ingresso dos representados não decorre apenas da lei, mas da prática de uma função derivada de “órgão técnico e consultivo do Governo”, fato que lhe concede um poder diferenciado em relação ao setor que representa, como abordaremos no item 4.2, do Capítulo 4.

Outra questão relevante que decorre da afirmação de que os *presidentes de cooperativas* são elite econômica diferente daquela formada pelos *empresários* na sua essência, porque aqueles provêm do *Cooperativismo* e esses do *Capitalismo*, induz que estamos tratando do *ethos* próprio de cada um desses sistemas econômicos e sociais que orienta a conduta dos indivíduos envolvidos.

Mas esse trabalho<sup>19</sup> não objetiva verificar se o *ethos cooperativo* está presente na elite formada pelos presidentes das maiores cooperativas agroindustriais brasileiras, ou

---

<sup>18</sup> Como já dissemos na nota 3, a expressão categoria econômica é utilizada para categorizar o conjunto de empreendimentos econômicos. Todavia tal categorização tem sido utilizada também para formar blocos congregando grupos de empregadores e detentores de capital e meios de produção para negociações, inclusive com o Estado.

<sup>19</sup> O objetivo principal deste trabalho é analisar a perspectiva política da elite cooperativista.

analisar se a orientação da ação destes indivíduos possui este vetor, pois já partimos do entendimento de que a relação existente entre capital e trabalho ou mesmo a forma de produção e distribuição de resultados, pregada pelo *Cooperativismo*, é diversa e se constitui em particularidade suficiente para caracterizar as cooperativas e seus dirigentes, mesmo que apresentem certos elementos próximos ao *Capitalismo*, questões que abordamos no Capítulo 2.

Ademais, entendemos que a presença de elementos objetivos e próprios do grupo dos cooperativistas, que demonstramos neste trabalho, justificam a afirmação de sua singularidade e orientam seu estudo de *per si*.

## 1.2. UMA ELITE ECONÔMICA.

Quando nos referimos à existência de uma elite proveniente de um sistema “alternativo” ao Capitalismo e que ocupa destacada posição econômica na sociedade brasileira de consumo, produção e circulação de bens, nos referimos especificamente aos presidentes das maiores cooperativas agroindustriais brasileiras.

Para delimitar o universo das *maiores cooperativas*, inicialmente procedemos o critério de corte por faturamento<sup>20</sup>, estabelecendo o limite mínimo de um bilhão e meio de reais/ano em 2015. Notamos uma acentuada concentração regional de cooperativas, pois onze das dezesseis<sup>21</sup> maiores cooperativas brasileiras estão sediadas no estado do Paraná. Esse fato nos conduziu ao exame apenas das cooperativas paranaenses singulares e, em específico, de seu posicionamento econômico em relação à economia paranaense.

O agronegócio<sup>22</sup> [paranaense] tem sido destacado<sup>23</sup> nestes últimos anos, como o único setor com crescimento em meio à crise econômica brasileira iniciada em 2014. Se

---

<sup>20</sup> Sabemos que a adoção de critérios numéricos e econômicos é frágil, todavia é um indicador de comparação entre atores econômicos que atende ao interesse de estabelecer uma base para estabelecer a diferença entre as cooperativas agroindustriais. Com este critério também examinamos o número de cooperados e o número de empregados. No Capítulo 4 e no Anexo I trazemos dados das cooperativas.

<sup>21</sup> Coamo, C.Vale, Aurora, Cooxupé, Lar, Cocamar, Copacol, Comigo, Agraria, Integrada, Castrolanda, Cooperalfa, Coopavel, Frimesa, Frísia, Coopercitros. Este rol é oriundo da análise de algumas fontes: a Ocepar (2016), a revista Exame (2016), a revista Valor Econômico 1000 – Maiores e Melhores (2016) e os sítios eletrônico das cooperativas. As cooperativas não paranaenses são: (3<sup>a</sup>) Aurora - SC (por ser cooperativa central, está fora do nosso ranking), (4<sup>a</sup>) Cooxupé-MG, (8<sup>a</sup>) Comigo – GO, (12<sup>a</sup>) Cooperalfa – SC e (14<sup>a</sup>) e Coopercitros. – SP. A cooperativa Frimesa, por ser cooperativa central, também excluimos do nosso universo.

<sup>22</sup> Agronegócio engloba produção agrícola e pecuária, transporte e serviços.

<sup>23</sup> Este destaque pode ser atribuído às entidades que analisam a variação do PIB (IBGE e IPARDES no Paraná). Os institutos especializados no agronegócio também sustentam esta afirmativa de crescimento, entre eles o CEPEA (Centro de estudos avançados em economia aplicada) e Centro de Estudos do Agronegócio – FGV, informações estas veiculadas ainda pela grande mídia, jornal Folha de São Paulo:

observado seu percentual na economia do Brasil, representa 22%<sup>24</sup> das riquezas geradas (CEPEA-Esalq/USP, 2017). Apenas a produção agropecuária, focalizada individualmente no estado do Paraná, é responsável por 9% do PIB geral paranaense. Sobre esta *grandeza* se nota que sua composição pode ser dividida em dois blocos, um deles dominado pelas cooperativas e o outro pelas sociedades empresárias<sup>25</sup> (capitalistas).

Examinando os números percentuais do PIB agropecuário paranaense, encontramos que 56% deste PIB provém da produção comercializada pelas cooperativas e 55% das estruturas de armazenagem de grãos derivam das cooperativas (OCEPAR, 2014). Mais da metade, portanto, de um setor importante da economia em um estado com longa tradição agropecuária.

No Paraná existem setenta cooperativas agropecuárias<sup>26</sup>, mas são as onze<sup>27</sup> cooperativas agroindustriais com faturamento superior a 1,5 bilhão de reais/ano<sup>28</sup> as responsáveis por 47,6% do PIB agropecuário paranaense (OCEPAR, 2014; IPARDES, 2014; DERAL, 2014). Essas cooperativas extrapolam os limites da classificação de *setor agrícola e pecuário*, na medida em que estão inseridas no setor industrial, haja vista que 24% do faturamento das 314,6 mil indústrias do Paraná (FIEP, 2016) provém destas onze cooperativas agroindustriais, (IPARDES, 2014; DERAL, 2014; OCEPAR, 2014).

As cooperativas agroindustriais são grandes empreendimentos, responsáveis pela produção e circulação de bens e produtos, geradores de emprego e renda em larga escala, se distinguindo assim das “*cooperativas de economia solidária, geralmente ligadas a econômica familiar*”, (Singer, 2002). Elas se caracterizam pela forte pujança econômica (faturamento) e pelo grande número de cooperados e de empregados.

---

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1889267-pib-cresce-1-no-1-trimestre-mas-nao-garante-saida-da-recessao.shtml>. Acesso em 17.08.2017. Jornal Gazeta do Povo: <http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/pib-do-parana-volta-a-crescer-depois-de-oito-trimestres-de-queda-derq1bw5o8gsk73ix05fa5hi9>. Acesso em 17.08.2017. Revista Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/brasil/4975750/agronegocio-ainda-beneficia-pib-ao-longo-do-ano>. Acesso em 17.08.2017. E Revista EXAME: <http://exame.abril.com.br/negocios/dino/apos-crescimento-de-448-pib-do-agronegocio-continua-em-alta-em-2017-shtml/>. Acesso em 17.08.2017.

<sup>24</sup> Não encontramos um percentual confiável do agronegócio paranaense, mas notadamente é maior que o índice nacional, haja vista que o Paraná e o Mato Grosso são os dois maiores atores do agronegócio.

<sup>25</sup> Aqui consideradas as grandes S/As, nacionais e multinacionais e as cerealistas (Ltda). A título de esclarecimento consideramos neste bloco alguns produtores rurais que comercializam sua produção de forma independente, pois mantivemos no outro bloco apenas as cooperativas.

<sup>26</sup> Consideramos apenas as cooperativas registradas na OCEPAR, em 2017, em virtude da obrigatoriedade legal de registro deste tipo societário. (Aplicação do artigo 107 da Lei nº 5.764/71).

<sup>27</sup> São as onze cooperativas agroindustriais paranaenses referidas, por ordem alfabética: Agraria, Castrolanda, Coamo, Cocamar, Copacol, Copavel, C.Vale, Frimesa, Frisia, Integrada, Lar.

<sup>28</sup> Valores retirados dos balanços das cooperativas no ano de 2016, que constam em ata e estão arquivados na JUCEPAR.

Assim, o grupo de indivíduos que compõem a *elite* que analisamos concentra efetivo e considerável poder econômico, dado que presidem grandes cooperativas agroindustriais, as quais estão inseridas de forma relevante no mercado e da economia brasileira, (Bialoskorski Neto & Marques, 1998).

### 1.3. DIFICULDADE NA OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO.

A categorização do grupo de presidentes das cooperativas agroindustriais como *elite econômica* se torna útil na medida em que possibilita o diálogo com outros estudos de atores que também se encaixam nesta categoria analítica, como por exemplo o *empresariado*. Mas voltamos a ressaltar que o ato de classificar o nosso objeto como elite econômica não justifica a ausência de considerar suas particularidades e singularidades.

É fato que cada uma dessas elites possui elementos próprios que se desconsiderados no procedimento de análise de sua relação com a política, como já afirmamos, pode desqualificar os resultados de uma pesquisa.

Especificamente no âmbito das questões relacionadas à ação política da *elite econômica nacional* encontram-se estudos sobre a relação do empresariado brasileiro e política, bem como seu modelo de organização e ação desde a década de 1960 [Cardoso (1965) e Martins (1968)], período em que não havia cooperativas no rol de grandes empreendimentos econômicos. Mas o fato da quase ausência de estudos que abordem especificamente os dirigentes de cooperativas, como elite específica, não se justifica a partir da década de 1990, quando as cooperativas passaram a compor o rol de empreendimentos econômicos de grande porte. Existem dados que comprovam atividade política própria e “exclusiva” do cooperativismo, a partir da assembleia constituinte de 1987, por exemplo o fato do afastamento constitucional de cinquenta anos de interferência estatal nas cooperativas, (Péris, 1989).

Observe-se que em uma breve revisão da literatura sobre os estudos de cultura política, ou mesmo de ação política do *empresariado* brasileiro (após o período de discussão da Constituição Federal de 1988) nota-se uma gama de trabalhos abordando: o empresariado da indústria<sup>29</sup> (Costa, 1998 e 2002; Mancuso, 2004; Bresser-Pereira & Diniz, 2009), do setor financeiro (Minela, 1988) e alguns do comércio (Costa, 2003), mas

---

<sup>29</sup> Ver nota 1 de Costa (2005b) em que o autor reproduz este achado sobre o fato de que a maior parte dos trabalhos produzidos sobre empresariado no Brasil são da indústria, sendo o comércio e o setor financeiros pouco referidos.

a quase inexistência de análises sobre o setor das cooperativas, com referência específica ao grupo de atores de grandes empreendimentos econômicos cooperativos.

Não podemos afirmar ou negar com segurança se os autores que citamos incluíam, nos seus estudos, algum dirigente de cooperativa, como se empresário fosse.

O fato do conjunto de estudos se utilizar dos vocábulos *empresário* ou *empresariado*<sup>30</sup>, como sinônimo genérico de coletivo de atores representativos da elite econômica, uma vez estudados em bloco de atividade, pode gerar o entendimento de se estar delimitando grupos com características aparentemente homogêneas, cujo conjunto abrangeria toda a elite econômica brasileira, composta pelos dirigentes ou proprietários de empreendimentos industriais, do comércio, da agricultura e de serviços. E também, pela elite empresarial<sup>31</sup>, composta pelos dirigentes das entidades de representação que congregam estes empreendimentos produtivos de bens e serviços, isto é, a CNI – Confederação Nacional da Indústria, CNC – Confederação nacional do Comércio, CNA – Confederação Nacional da Agricultura, CNT – Confederação Nacional do Transporte e a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

Mas neste sentido seguimos nosso entendimento de que os presidentes de cooperativas devem ser estudados de modo apartado, cuja metodologia não impossibilita um diálogo entre os estudos dos demais grupos que compõe a elite econômica brasileira. Por exemplo, citamos a metodologia dos estudos produzidos sobre cultura ou atuação política do *empresariado*, na condição de agente econômico e também agente político (Costa, Roks & Oliveira Santos Filho, 2012, p.221). Ou a metodologia de estudá-los sem a utilização da restritiva classificação de atividade econômica que seus empreendimentos econômicos executam no mercado, priorizando o exame da elite econômica na sua condição de grupo detentor do capital e a sua interação com o Estado e o poder.

Se simplesmente adotarmos o critério de classificação por atividade econômica e considerarmos os presidentes das grandes cooperativas agroindustriais no conjunto dos atores que representam a indústria, ou ainda o setor agrícola, deveremos classificá-los

---

<sup>30</sup> Exemplos de terminologias na literatura: *burguesia nacional*: Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1958) e Nelson Werneck Sodré (1958), *empresários*: Fernando Henrique Cardoso (1965; 1971; 1972) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1974); *empresariado*: Eli Diniz e Renato Boschi (1978, 1979, 1993, 1997), Wagner Mancuso (2004, 2006, 2007), Paulo Costa (2012, 2014) ...

<sup>31</sup> Classificação adotada pela distinção que se faz entre os dois tipos possíveis de atores políticos ligados à questão da ação política do empresariado. A elite econômica propriamente dita, composta pelos dirigentes das empresas/cooperativas, e a elite político-representativa constituída pelos dirigentes das entidades de representação (Costa, 2015). A questão da classificação como elite não será explorada, pois não é o foco desta tese, uma vez que se trabalha com o universo das 16 maiores cooperativas agroindustriais brasileiras dentro de um universo de 6,6 mil cooperativas de todos os ramos presentes na OCB.

como *empresários industriais*<sup>32</sup> ou *patronato rural*, com a dificuldade de enquadrá-los em um grupo ou setor de atividade empresarial-econômica, já existente.

As grandes cooperativas têm atividade agroindustrial, isto é, segundo uma classificação por atividade econômica seriam consideradas indústrias, porém não integram a entidade de representação política das indústrias - CNI ou federação da indústria (FIEP, no caso do Paraná). Além disso os indivíduos que dirigem as cooperativas, embora ligados diretamente ao setor agrícola, não possuem cadeira ou representação direta na CNA, ou na Federação da agricultura (FAEP, no caso do Paraná). Inclusive a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, na condição de entidade representativa das cooperativas é estudada em paralelo, como sendo entidade da “nova hegemonia ruralista no Brasil”, (Mendonça, 2002 e 2010).

Outra dificuldade na operacionalização do objeto seria considerar apenas a questão da natureza *solidarista* da cooperativa, examinando a *cooperativa agroindustrial*. Utilizando este critério o ator político representado pelos presidentes de cooperativas seria classificado em uma posição muito próxima ao associativismo solidário.

Se esse caminho fosse trilhado, a Ciência Política os estudaria junto aos atores arrolados na sociedade civil<sup>33</sup>, entre os movimentos sociais do terceiro setor ou da economia solidária (Singer, 2002; Lipinski, 2007; Lüchmann, 2006 e 2007; Nogueira, 2003; Gohn, 2000; Fernandes, 1997; Del Claro, 2011). Mas neste caso teríamos outro problema a resolver, pois este segmento de atores não detêm os meios privados de produção, nem estão os atores representados pela estrutura patronal.

Portanto voltamos a sustentar uma categorização própria, a ser aplicada aos presidentes das cooperativas agroindustriais, uma vez que o grupo apresenta contornos próprios de uma categoria econômica não atrelada a atividade desempenhada pelos empreendimentos econômicos (cooperativas) no mercado, tanto em relação à agricultura como à indústria<sup>34</sup>, não podendo também ser estudada junto aos movimentos sociais.

---

<sup>32</sup> Esta classificação por si só já é equivocada pois cooperativa não é empresa, portanto não possui empresários, como veremos no item 1.4.

<sup>33</sup> Entendemos a sociedade civil como a totalidade de instituições não governamentais, portanto englobando assim as organizações civis, associações e movimentos sociais (LIPINSKI, 2007, p. 680).

<sup>34</sup> Esta afirmação se sustenta pela existência de um sistema sindical patronal próprio e estruturado (CNCOOP, Federações a exemplo da FECOOPAR e os sindicatos patronais) e também pela existência de um Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), estrutura análoga a das outras categorias (como por exemplo: Confederação Nacional da Indústria - CNI e Confederação Nacional da Agricultura - CNA). Além disso, há um sistema de representação própria, o sistema OCB e suas 27 filiadas, a exemplo da OCEPAR, no Paraná.

Por fim debatemos outra dificuldade que ainda se apresenta, não mais no campo da Ciência Política, mas sim da Sociologia, e que reside no fato de que dependendo da classificação que se adote, se estará afirmando que os presidentes de cooperativas, na condição de “empresários”, estão envolvidos em princípios econômicos e formas diversificadas de se relacionar com a economia (*ethos*). Nessa hipótese há que se explicar a questão do distanciamento da teoria do *Cooperativismo* com a prática, na medida em que a estrutura societária das cooperativas não lhes impõe um entendimento distinto sobre capital e processos de sua distribuição, pois se são empresários são capitalistas e não cooperativistas, pela diversidade das doutrinas.

Estas distinções partem da literatura especializada, na medida em que pregam possuir o Cooperativismo um *ethos* diferente do Capitalismo: um outro fundamento de moral laica, própria, uma moral baseada no dever humano de assistência (Gide & Rist, 1949, p. 765). Isto veremos com mais profundidade no Capítulo 2.

Embora não seja nosso objetivo provar que este *ethos* está presente, não podemos simplesmente desconsiderá-lo.

#### 1.4. A IMPROPRIEDADE DO USO DO TERMO “EMPRESÁRIO”.

Como já dissemos, a caracterização que buscamos para o nosso objeto de estudo visa possibilitar o diálogo e a operacionalização de categorias analíticas compatíveis com outros estudos de ciência política, que envolvem a relação de grupos de proprietários e controladores de empreendimentos econômicos e a política.

Os dirigentes das cooperativas não se enquadram na classificação de elite econômica empresarial, pois *empresarial* deriva de empresa e está atrelada a noção de sistema capitalista. A empresa<sup>35</sup> é o braço econômico do capitalismo e representa diretamente o capital em relação às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de sociedades capitalistas (sociedades empresárias), em contrapartida com a cooperativa, que é uma sociedade simples<sup>36</sup>, na medida em que as cooperativas são uma alternativa econômica aos efeitos desajustados do Capitalismo, (Gide, 1949 e 1955; Franke, 1973; Rodrigues<sup>37</sup>, 1991 e 2014).

---

<sup>35</sup> As empresas capitalistas são as vigas mestras e propulsoras do espírito do Capitalismo moderno, (Boltanski & Chiapello, 2009).

<sup>36</sup> Classificação adotada pela legislação brasileira: parágrafo único do art. 982 do Código Civil Brasileiro.

<sup>37</sup> Para maior aprofundamento e detalhamento, observar a apresentação da obra de Diva Benevides Pinho (1991) e (2004) principalmente o depoimento contido na p.351. Ver também Rodrigues (2014).

Portanto as cooperativas não são empresas, no sentido estrutural e técnico-jurídico<sup>38</sup> do vocábulo e desta forma não têm empresários.

Essa afirmação não se constitui em um preciosismo terminológico, pois se baseia na lógica de existência e funcionamento da cooperativa, que se funda no *solidarismo* e não no *lucro*<sup>39</sup>, o que explicaremos no Capítulo 2. Por ora ressaltamos apenas que a lógica da relação capital e trabalho, bem como a lógica de produção e repartição de riquezas são distintas. Portanto *empresa* é distinta de *cooperativa*, são naturezas inconciliáveis e a partir dessa afirmação abolimos a expressão “cooperativa-empresarial” substituindo-a por *cooperativa agroindustrial*.

Decorre daí que propomos abandonar totalmente o entendimento de que o grupo de dirigentes das cooperativas são espécie do gênero “empresariado”.

Mas a adoção deste entendimento não os afasta de serem considerados como um conjunto de atores que compõem a elite econômica nacional, na medida em que representam e gerenciam empreendimentos econômicos, com substancial poderio de empregabilidade, “produção e comercialização” de bens ou serviços, dentro do mercado da economia capitalista brasileira e que, portanto, geram renda e detêm poder.

Considerando todos estes elementos adotaremos a designação de *elite cooperativista*, entendendo que os dirigentes de cooperativas são espécie do gênero elite econômica, aplicando-lhes a metodologia contida na Teoria das Elites, (Perissinotto & Codato, 2009 e 2015).

A questão de atribuir aos presidentes das maiores cooperativas agroindustriais a condição de elite econômica foi uma escolha metodológica, tendo em vista os atributos que estes indivíduos apresentam para ocuparem os postos de maior poder dentro das cooperativas, como por exemplo: (i) acentuado conhecimento técnico e administrativo sobre a atividade econômica da cooperativa que administram e do setor da economia na qual a cooperativa está inserida; (ii) ser membro cooperado ativo da cooperativa,

---

<sup>38</sup> A totalidade da doutrina jurídica e a legislação brasileira diferenciam as pessoas jurídicas em dois grandes grupos: as sociedades simples e as sociedades empresárias. A razão da diferenciação é estrutural: as sociedades simples não possuem objetivo de lucro e sim uma lógica associativa e de prestação de serviços a seus membros. Sua função não é atrelada a uma atividade estritamente produtiva ou de circulação direta de bens e serviços. Diferentemente, as sociedades empresárias têm esta função e possuem intuito de lucro (expresso), cujo exemplo são as sociedades anônimas. As sociedades empresárias são o que a Sociologia denomina de sociedades capitalistas. As cooperativas são sociedades simples (parágrafo único do art. 982 do Código Civil Brasileiro) e consta da sua lei de regência a proibição expressa de admitir em seus quadros *empresários* (art. 29, §4º, da Lei Federal 5.764/71). Voltaremos a esta questão no item 2.2., do Capítulo 2.

<sup>39</sup> O objetivo de lucro é o elemento basilar das empresas, sendo este o critério que o Direito brasileiro se utiliza na classificação deste tipo de sociedade (sociedade empresária).

entregando produtos agropecuários e dando continuidade à sua atividade econômica de produtor rural; (iii) o *carisma*, no sentido weberiano, para enfrentar processos periódicos de eleição, a cada quatro anos, como explicamos no item 6.1.

É relevante considerar que a figura de presidente possui importantes poderes estatutários que se aplicam tanto à atividade de representação externa da cooperativa, praticada perante o mercado e as instituições, como também poderes internos, referentes às relações societárias dos cooperados com a cooperativa, e as questões atinentes à relação empregatícia dos trabalhadores da cooperativa.

Outra gama de atributos diz respeito aos poderes na condição de controladores de grandes empreendimentos econômicos, atributos que na classificação dos atores “*difícilmente se escapa da dimensão posicional*”, (Costa, 2015b, p.242).

Todos esses atributos tornam visíveis os elementos que caracterizam a *elite cooperativista* do ponto de vista da dimensão econômica, mas ressaltamos que os mesmos indivíduos possuem atuação em uma outra dimensão, que denominamos de representativa.

Esta outra dimensão voltaremos a explicar no item 1.5 e no Capítulo 4, mas neste momento queremos fazer um paralelo com alguns estudos sobre o empresariado que se preocupam em analisar, em separado, estas duas dimensões, que denominamos de *econômica e representativa*. Essa metodologia permite visualizar uma ação política proveniente diretamente do ator empresário – o CEO<sup>40</sup> - enquanto elite econômica e uma atuação na condição de dirigente de uma entidade de representação do empresariado, denominado de elite empresarial, (Costa, 2015).

Na tentativa de resumir as diferenças entre esses diversos atores, a *elite empresarial* e a *elite cooperativista*, desenvolvemos o quadro a seguir. Nele se visualiza as duas dimensões distintas da *elite empresarial* que aqui denominamos de *elite empresarial econômica* (os CEOs) e a elite empresarial representativa (os dirigentes de entidades de representação). Em relação à *elite cooperativista* estas duas dimensões se sobrepõem, ressaltando sua singularidade, como explicaremos no item 1.5.

---

<sup>40</sup> Entendemos como *Chief Executive Officer* os diretores executivos contratados das sociedades empresárias, cujos poderes na sociedade são oriundos de sua condição de *órgão estatutário*, onde o melhor exemplo ocorre nas S/As de capital aberto, podendo ou não ser acionista, portanto ser membro da sociedade não é elemento constitutivo, mas o CEO possui poder controlador relevante no empreendimento econômico, todavia não está ligado diretamente à assembleia geral, reunião dos acionistas, donos da sociedade.

Quadro 1: comparativo entre elite do empresariado e a elite cooperativista.

	Elite empresarial econômica	Elite Cooperativista	Elite empresarial representativa
Posição	Diretor-Geral ou <i>Chief Executive Officer</i> (CEO)	Presidente da cooperativa e Diretor da entidade de representação do cooperativismo	Diretor de entidade de representação da categoria econômica
Classificação	Empresário	Elite cooperativista	Empresário
Gestão	Grande Empresa	Cooperativa Agroindustrial e Entidade de representação do cooperativismo	Entidade de representação da categoria econômica (associativa ou sindical)
Recrutamento	Contratação e promoção	Eleição pelos cooperados e pelas cooperativas	Eleição pelas empresas filiadas
Relação com a política	Contatos com autoridades ou entidades de representação para defender os interesses dos acionistas	Contatos com autoridades para defender os interesses da(s) cooperativa(s), dos cooperados e do cooperativismo	Contatos com autoridades para defender os interesses das empresas filiadas
Relação com os empregados	Patronal	Patronal e Interlocação representando a categoria econômica	Interlocação representando a categoria econômica
Natureza	Empresarial	Econômica, Cooperativista e representativa política	Representativa política
Função principal	Exercício de gestão econômica por contrato	Prática da atividade econômica que a cooperativa exerce, exercício de função de administração e gestão econômica da cooperativa, por eleição dos cooperados e Exercício de função representativa e política por eleição das cooperativas	Exercício de função representativa e política por eleição
Atuação	Em prol da empresa	Em prol da cooperativa, dos cooperados, do conjunto de cooperativas e do cooperativismo	Em prol da categoria econômica da entidade de representação

A adoção das categorias analíticas que propusemos para dar conta dessa elite foram pensadas para preservar a dinâmica dos estudos sobre elite econômica e em especial sobre o empresariado, uma vez que se adota a base do método posicional, critério norteado por estudos clássicos de Mills, (1985) e Miliband, (1982) e presente também em pesquisas mais recentes sobre o caso brasileiro, Carvalho, (1996), Love, (1982) e Costa & Engler, (2008), inclusive em pesquisas sobre o empresariado brasileiro e cultura política, (Costa, 2012).

Afirmamos, ainda, que esse trabalho reforça a tese de segmentação, considerando o fato dos atores políticos da elite econômica estarem localizados em vários segmentos e com várias forças de ação. Assim acentua a tese de segmentação, (Costa,

Roks & Oliveira Santos Filho, 2012) e sustenta que sua configuração pode ocorrer por setor da economia ou mesmo por tipo de “empresa”, ou ainda por tipo de sociedade.

### *1.5. A QUESTÃO DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA ELITE COOPERATIVISTA.*

Iniciamos no item anterior uma abordagem sobre o que denominamos de função de *representação do cooperativismo* ou *dimensão representativa* que é exercida pela *elite cooperativista*, em sobreposição à dimensão econômica. Neste item abordaremos essa função, na condição de ser outro dos elementos singulares da *elite cooperativista*.

Após a aplicação do recorte econômico, como explicamos no item 1.1, chegamos a um universo de 14 cooperativas singulares agroindustriais brasileiras. Dessas cooperativas singulares, dez têm sede no Paraná. De posse do nome dos dez presidentes dessas cooperativas, comparamos com os nomes dos diretores da entidade paranaense de representação das cooperativas, na atual gestão (2015-2019) e oito desses atores eram os mesmos. Fizemos então uma pesquisa nas diretorias dos últimos vinte anos, até 1996 e verificamos que nove dentre os dez presidentes de cooperativas já haviam sido diretores da entidade de representação estadual, a OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná, alguns com quatro gestões, das seis que pesquisamos.

Esse fato nos chamou a atenção, pois se o vocábulo *elite* é entendido como *grupo dominante na hierarquia social*, o que dizer de um universo de 220 cooperativas, em cujo grupo as dez maiores estão presentes com constância na direção da entidade de representação nos últimos vinte anos?

Reputamos, portanto, que a sobreposição de dimensões é um elemento na configuração do que denominamos de *elite cooperativista*, uma elite que se apresenta como *elite econômica*, pela prevalência econômica de algumas cooperativas sobre as outras e também como *elite representativa*<sup>41</sup>, uma vez que os indivíduos são os diretores da entidade de representação do conjunto das cooperativas. É nesse sentido que afirmamos que a *elite cooperativista* age em duas dimensões sobrepostas, questão que analisamos no Capítulo 4.

---

<sup>41</sup> O uso desta expressão *elite representativa* para designar os dirigentes das entidades de representação do cooperativismo se dá pela analogia ao conceito de *elite empresarial*, em oposição à elite econômica, para diferenciá-las, conforme metodologia utilizada por Paulo Costa (2014).

Essa sobreposição pode significar, através de estudos futuros sobre a ação política do cooperativismo, se há uma eficácia maior na atuação de sua entidade de representação em relação as outras entidades do empresariado, pois na década de 1990 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)<sup>42</sup> foi apontada como hegemônica na condição de *grande ator político ao lado da Confederação Nacional da Agricultura*, (Mendonça, 2010).

No entanto esclarecemos que a análise das entidades de representação do cooperativismo não é nosso objetivo nesta pesquisa, tampouco seu padrão de ação política. Nosso objetivo é mapear a elite e reconstruir suas estruturas de padrão coletivo de significação em relação à cultura política. Mas o conhecimento dessas estruturas é imprescindível para a compreensão dos atores e seu ambiente.

Em relação a essa ambientação o Capítulo 4 trata de questões de recrutamento dos atores analisando algumas estruturas das entidades de representação do cooperativismo e mais especificamente a entidade paranaense, a OCEPAR, que está intimamente ligada às cooperativas do ramo agropecuário<sup>43</sup>. Foram essas cooperativas as responsáveis pelo estabelecimento do *cooperativismo* na qualidade de categoria econômica, que se verifica atualmente no Paraná, que é um estado com tradição neste setor econômico, (Goes & Stöberl, 2014; Costa & Stöberl, 2016).

Essa relevância do ramo agropecuário, do qual a *elite cooperativista* deriva, se reflete na regra estatutária de composição da Diretoria da OCEPAR quando atende a critérios econômicos de manutenção da entidade, sendo que dos quatorze cargos de diretoria, dez são exercidos por cooperativas agropecuárias, três por cooperativas de crédito e um por cooperativa de saúde.

---

<sup>42</sup> A OCB e suas integrantes (organizações estaduais, uma para cada estado da Federação) estão organizadas sob a forma da estrutura sindical patronal brasileira, a exemplo de todas as outras entidades de representação. Possuem atividade de representação política, incluindo a sindical. O setor possui Serviço Social Autônomo de Aprendizagem (SESCOOP), a exemplo de SESC, SENAI e SESI, etc., com contribuição legal e compulsória.

<sup>43</sup> Muitas cooperativas agropecuárias até a década de noventa estavam ligadas com as cooperativas do ramo crédito, que eram chamadas de “cooperativas mistas”, na verdade cooperativas agropecuárias com seção de crédito. A partir dos anos 2000, com as cooperativas de crédito urbano e o advento da Lei Complementar 130/2009, os dois ramos foram definitivamente separados e houve um crescimento das cooperativas de crédito, de forma separada, (Jacques & Gonçalves, 2016).

## 1.6. OS RECORTES TEMPORAIS DO TRABALHO.

Em consideração ao fato de que os indivíduos pesquisados que compõe a *elite cooperativista* apresentam uma sobreposição de dimensões, isto é, a de *elite econômica* e de *elite representativa*, adotamos dois cortes temporais para a realização desta tese:

- (i) Quanto à questão de *elite econômica*, apresentada pelos presidentes das dez maiores cooperativas agroindustriais, examinamos os dados do empreendimento econômico cooperativo em termos de faturamento no ano base de 2015/2016;
- (ii) Quanto à questão de *elite representativa*, apresentada pelos dez diretores da OCEPAR provenientes do ramo agropecuário, fizemos o corte nos últimos vinte anos (1996-2015), abrangendo, portanto, seis gestões, inclusive a atual, que finda em abril de 2019.

A OCEPAR, enquanto entidade de representação do cooperativismo paranaense existe desde 1971, porém não vislumbramos razão para abranger todas as gestões da entidade, embora soubemos que existam casos de alguns presidentes de cooperativas que apresentam a sobreposição de dimensões, bem anteriores ao corte que fizemos. Um indivíduo, em especial, é presidente de cooperativa e exerce mandatos de diretor da OCEPAR, desde a década de 1970. Mas estes dados não reputamos como imprescindíveis, pois a sobreposição de dimensões em vinte anos já atende nossa necessidade de verificar a referida questão.

Outro fator que nos embasou a realizar o período desse corte foi a alteração na configuração de estrutura da OCEPAR, que ocorreu em 2002, data na qual a presidência da entidade passou a ser exercida por um *presidente executivo* contratado, alterando assim a forma do jogo político. Com essa alteração o presidente eleito em 1996 tornou-se empregado da entidade.

Dessa forma temos nesses vinte anos, seis gestões e a presença do mesmo indivíduo na presidência da OCEPAR, fato que se altera em abril de 2016.

Os dois recortes para identificação das elites obedeceram a uma lógica de delimitação. Ressaltamos que os recortes, mesmo possuindo período temporal diverso, atendem ao nosso objetivo de localizar os atores da elite cooperativista.

O corte temporal escolhido, em relação a dimensão representativa, se mostra adequado pois além de reduzir o período de exame não prejudica a análise, mantendo-a atual. Outras possibilidade de corte temporal seriam fixar o exame de dados à data de

regulamentação legal do cooperativismo, em 1907, ou da primeira associação de cooperativas que foi criada na década de 1950, mas que não congregava todas as cooperativas, ou ainda a data de 1971, quando da criação da OCEPAR, mas entendemos que essas datas perderiam o grau de precisão de um instrumental de medição longitudinal.

A coleta de dados econômicos das cooperativas foi realizada no início dessa pesquisa e se mantém atual até 2018, em relação ao rol de maiores cooperativas agroindustriais brasileiras.

## CAPÍTULO 2 – COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS

Vimos no Capítulo 1 os elementos objetivos nos quais se sustentam nossa afirmação da singularidade da elite cooperativista, principalmente a questão do reconhecimento de sua natureza de *categoria econômica*. Nesse capítulo nos propomos a demonstrar o conjunto de elementos subjetivos que envolvem os cooperativistas e por certo sua elite, o que denominamos de *ethos cooperativo*.

Além de toda a doutrina *solidarista* e dos princípios da Aliança Cooperativa Internacional, voltados a instituir uma *ordem social*<sup>44</sup> mais fraterna, igual e justa, apresentamos a *tríplice natureza da cooperativa*<sup>45</sup>, capaz de instaurar uma relação muito particular de interdependência entre o cooperado e a cooperativa e, ainda, ressaltamos a questão de que o cooperativismo, através do conjunto de cooperativas, se constitui em um sistema econômico social, paralelo ao Capitalismo e ao Comunismo. Aliás o Cooperativismo surgiu como uma alternativa ao Capitalismo.

Ser sistema econômico e social significa possuir um conjunto de estruturas voltadas a elaborar um sistema de produção e distribuição de riquezas para alcançar um objetivo de sociedade.

Esclarecemos, desde já, que esse trabalho não objetiva medir ou verificar se a elite cooperativista possui o *ethos cooperativo*, como o fez o conjunto de trabalhos do *International Management Studies* (IMS) do Instituto Max Weber, da Universidade de Heidelberg, ao testar o *ethos* “do novo espírito do capitalismo”, no empresariado.

Partimos do princípio que o *ethos cooperativo* está presente<sup>46</sup> na formação do grupo, e, para analisarmos a perspectiva política da elite cooperativista temos convicção de que é imprescindível entender o meio no qual os indivíduos estão inseridos, razão que ao nosso ver justifica a existência e presença deste capítulo, nesse trabalho. Ademais, a partir do entendimento do Cooperativismo e da forma com que as cooperativas estão estruturadas e funcionam, o leitor poderá compreender melhor algumas das *mentalidades*

---

<sup>44</sup> A Aliança Cooperativa Internacional inspirada pela ideia da solidariedade e da ajuda-mútua, prega a instalação de uma ordem social mais consentânea com os reclamos de fraternidade, igualdade e justiça entre os homens (Franke, 1973, p.63).

<sup>45</sup> Ver quadro 1, p 20.

<sup>46</sup> Entendemos que algumas faltas ou fugas do cumprimento do *ethos* não justificam sua negativa. Negar inteiramente a presença de um *ethos cooperativo* na sua elite seria como simplificar a análise do *ethos* cristão apenas pela atitude de um grupo de cristãos, pois o *ethos* pode congrega outras questões, como por exemplo o contido na afirmação de Max Weber sobre a Igreja Católica “que pune os hereges, mas é indulgente com os pecadores”, (Weber 2007, p. 31).

*coletivas* (estoques de conhecimento) que orientaram as ações da *elite cooperativista* na forma em que foram manifestadas e materializadas nas respostas do questionário, conforme considerações que fazemos no Capítulo 6.

Na segunda parte deste capítulo tecemos considerações sobre a natureza complexa da cooperativa que extrapola em muito a concepção de empreendimento econômico, como o é uma empresa capitalista e apresentamos os contornos do que denominamos de *cooperativa agroindustrial*.

## 2. 1. O COOPERATIVISMO.

O vocábulo *cooperativismo* possui várias dimensões com as quais se pode fazer uma conceituação, conforme o viés que se pretende analisar. Pode ser examinado pela filosofia, sociologia, economia e por vezes até assume contornos de instrumento ideológico e político.

As primeiras conceituações científicas vieram dos membros da antiga Escola de Nîmes (L'École de Nîmes) na França, no fim do século XIX. Tratava-se de um conjunto de intelectuais e professores, basicamente economistas sociais, que aprofundaram seus estudos nas raízes filosóficas dos agrupamentos humanos cooperativos, dando-lhe uma alma através do *solidarismo* de Léon Borgeus e Charles Gide. O Cooperativismo é estudado como forma autônoma de estrutura econômico-social afastada do liberalismo econômico e do *marxismo*. Charles Gide tornou-se o maior expoente deste grupo de intelectuais, ligados ao movimento cooperativo francês, produziu durante a vida vasto material conceitual e de teoria econômica diretamente aplicável, (Benato, 1994).

Mesmo com uma história desde meados do século XIX, o Cooperativismo continua a despertar definições e acepções, alguns autores contemporâneos o enquadram como uma das formas de Economia Social, (Caieiro, 2008; Namorado, 2013; Meira, 2009). Há ainda os que acentuam um sentido mais ideológico, apontando-o como uma das formas práticas de manifestação da Economia Solidária (Singer, 2002). Alguns outros autores o ligam à noção de atividade de intervenção social, denominando de “terceiro setor”, pela prevalência de “organizações sem fim lucrativo” (Salamon & Anheier, 1992).

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, na condição de organismo de representação do sistema cooperativista brasileiro, segundo a lei geral de regência das

cooperativas<sup>47</sup>, o define como “movimento”, filosofia de vida, e o define como sistema econômico-social<sup>48</sup>.

Autores clássicos brasileiros como Fabio Luz (1962), Waldirio Bulgarelli (1965, 1967, 1998), Valdiki Moura (1947, 1958, 1991), Walmor Frank (1973) e Diva B. Pinho (1973, 1977, 1991), o definem como o resultado de um conjunto de princípios e doutrinas cujo braço econômico seriam as cooperativas.

A Aliança Cooperativa Internacional – ICA<sup>49</sup> (organismo mais elevado de representação principiológica do cooperativismo) prefere conceituar apenas a cooperativa, seus princípios e valores.

*Cooperativismo* não é sinônimo de *cooperação*, pois *cooperação* é o ato de operar em conjunto com outrem ou mesmo auxiliar alguém em alguma tarefa, *prática inerente à raça humana* (Harari, 2015). Já o *cooperativismo*, aparece em meados do século XIX, na Europa Ocidental, atrelado à solidariedade racional vinculada a uma atividade econômica. Neste sentido pode ser melhor delimitado como o conjunto de elementos que constituíram um “modelo econômico cooperativo” após a revolução industrial (1760 – 1840), com o agravamento das diferenças sociais ocasionadas pelo Capitalismo, (Montenegro, 2010).

Charles Gide, idealizador da moderna Economia Cooperativa, ressalta que o cooperativismo é um movimento radicalmente popular, nascido diretamente do povo e para seu benefício (Garteiz-Aurrecoa 2012, p. 34).

Adotamos, para este trabalho a definição de que o cooperativismo é uma doutrina, um movimento, uma filosofia e um sistema econômico social que visa, essencialmente, melhorar e desenvolver o *status* econômico e social do homem, (Franke 1973, p.41).

## 2. 1. 1. O COOPERATIVISMO ENQUANTO SISTEMA ECONÔMICO E SOCIAL.

Examinando o Cooperativismo pela dimensão de se constituir em um sistema econômico e social, suas raízes podem ser atribuídas a uma reação contra a “*tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas*” (Thompson 2001, p. 167).

---

<sup>47</sup> Lei Federal nº 5.764 de 1971, art. 105.

<sup>48</sup> <http://www.ocb.org.br/SITE/cooperativismo/index.asp>. Acesso em 18.11.2015.

<sup>49</sup> <http://ica.coop/#sthash.wP8ZtVtO.dpuf>.

Max Weber, na sua obra *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, consegue descrever as condições ideais que a Europa Ocidental apresentava para que o Capitalismo assumisse uma posição hegemônica, a qual ainda hoje ocupa, (Weber, 2007).

A instalação do sistema econômico capitalista, com o advento das fábricas, seus inúmeros empregados, e as condições humanas advindas desta nova relação social, trouxeram inúmeros conflitos entre “classes” (Weber, 2007). Surgem inúmeras correntes e pensadores propondo construir uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades e meios para todos.

A ideia de transformação social não perpassa necessariamente por uma luta de classes, como entendia Karl Marx no seu manifesto de 1848. Havia correntes pacifistas anteriores a Marx, de pensadores como Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), que já se opunham aos efeitos de desigualdade do Capitalismo.

Dentre os idealistas sociais pacifistas haviam pensadores ligados ao Cristianismo, como Tommy Fallot e Félicité Robert de Lamennais, outros ligados ao solidarismo humanista, como Louis Blanc e Henri Marion, além da corrente dos cooperativistas, Charles Gide e Schulze-Delitzsch.

Todos eles levantavam a bandeira pacifista e não visavam abolir diretamente o Capitalismo, mas sim modificá-lo e criar formas alternativas de produção e distribuição de capital.

Deve-se admitir que o cooperativismo entraria, pelo menos em suas origens, dentro de uma “tradição socializadora popular, *platoniana* e religiosa, com múltiplas menções ao desejo intelectual de um mundo melhor, de uma vida nova assentada sobre a solidariedade entre os seres humanos e a justiça social” (Garteiz-Aurrecoa 2012, p. 35).

Com a evolução do pensamento socialista-marxista, todos os pacifistas, inclusive os cooperativistas, foram rotulados como “socialistas utópicos”, já em meados do século XIX, por Karl Marx e Friedrich Engels<sup>50</sup>, para diferenciá-los dos adeptos do “socialismo científico”.

O Cooperativismo enquanto “movimento” de ideias sobre organização econômica, decorrente de um inconformismo e uma reação prática às injustiças advindas do avanço da Revolução Industrial, teve como vetor balizador a alteração do social pelo econômico, sempre de forma pacífica, contrariando desta forma a existência de uma luta

---

<sup>50</sup> Detalhes na obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, (Engels, 2011). A obra em alemão denominava-se *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft* e foi publicada em 1880.

de classes pregada pelo marxismo. Não se encontra na literatura clássica do cooperativismo menção a luta de classes ou valorização desta estratificação social, o objeto é a estruturação de grupos com certo capital para tornarem-se independentes do capital dos capitalistas, uma alternativa social, “uma terceira via, correndo paralelamente ao Capitalismo e ao Comunismo/Socialismo”, (Rodrigues, 1999).

A situação socioeconômica da Inglaterra do século XIX é emblemática no sentido de sustentar a revolução industrial, mas também ser o berço do marco moderno do cooperativismo. A Inglaterra apresentava condições para o desenvolvimento da Revolução Industrial, não pelos seus avanços científicos ou tecnológicos, embora tivesse um setor manufatureiro e comércio bastante desenvolvidos, além de sistema de transporte e comunicação, mas sim porque possuía as condições ideias, tais como o tipo de agricultura (ausência de um campesinato dono de terras em grande parte da Inglaterra e também de uma agricultura de subsistência), e a mentalidade de investimento e capital para tanto. Porém o mais importante foi a expansão dos mercados consumidores, ou talvez a criação destes.

Havia, portanto, a presença de um mercado interno com o aumento da população e a circulação de dinheiro (aumento da renda média inglesa), e um mercado externo, possibilitado pelo poderio da marinha inglesa, que além de guerrear com possíveis concorrentes, permitia a “conquista de novos mercados”, para os quais exportavam matéria prima e dos quais importavam artigos industrializados, criando uma relação de interdependência com a Grã-Bretanha, (Hobsbawn, 1997).

Foi neste ambiente que a Aliança Cooperativa Internacional reconheceu o marco inicial da moderna forma de cooperativa, enquanto braço econômico do cooperativismo. A cooperativa dos tecelões de Manchester-Rochdale (1844) está inserida no ambiente econômico como uma alternativa, não como negativa do sistema capitalista, como trataremos no item 2.1.2.

Entendemos que a existência do Capitalismo é um fato relevante para o Cooperativismo, pois se constitui em uma baliza para traçar elementos capazes de se constituir em alternativa ao capitalismo, fato que se pode acompanhar com o enrijecimento de uma doutrina mais “científica” que ganha força com os teóricos do século XIX, que se preocupam não só com a sustentabilidade econômica dos grupos, mas sim, com um sistema econômico que existe em paralelo ao capitalista. Esta afirmação se sustenta no fato de que o cooperativismo não surge apenas no século XIX, como veremos

neste item. Há diferença entre tratar do Cooperativismo como prática econômico social e como conjunto de princípios.

Podemos sustentar, assim, que o cooperativismo, como movimento e doutrina organizada, surge após o Capitalismo, mas a ideia de sistema econômico e social não pode ser reduzida apenas a isto (tempo e evento do Capitalismo), pois mesmo antes do capitalismo se instalar já haviam manifestações empíricas e mesmo teóricas do aspecto econômico do cooperativismo, do ponto de vista da organização econômica de grupos.

Comprovam esta afirmativa as experiências com base teórica do século XVII, nas colônias Norte-americanas de Plockboy (1620 - ?) e Bellers (1654 – 1752), os chamados “associativistas”, (Garteiz-Aurrecoa 2012, p. 35). Bem como as manifestações de cooperativismo representados pelas reduções jesuíticas no Brasil do século XVII, (Pinho, 1973).

Portanto, para estudar as origens teóricas do cooperativismo, do ponto de vista econômico, não se exaure apenas entre os autores surgidos após o século XIX (escola da reação contra os efeitos desumanos do Capitalismo), pois existem menções e experiências cooperativistas desde o século XVII, entendendo o cooperativismo como a alternativa da união solidária de grupos humanos para atingimento de efeitos econômicos.

A seguir, construímos um quadro, a título de breve revisão histórica de marcos do pensamento cooperativo, relacionando autores e pensamentos, como instrumento metodológico a ser aplicado neste trabalho, tendo por objetivo possibilitar a visualização da dimensão histórica da literatura que aborda o cooperativismo pelo seu viés econômico de organização.

Para fins metodológicos dividimos os autores em quatro fases: (i) pré-cooperativistas (associativistas), (ii) pioneiros, (iii) cooperativistas e (iv) contemporâneos.

Quadro 2: resumo das escolas do pensamento cooperativo.

<b>Classificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Princípios/contribuição</b>
<b>Pré-Cooperativistas:</b> Fase marcada pela ausência de escopo de se produzir uma alteração social geral.	1. Peter Cornelius Plockboy (1620 - ?) 2. John Bellers (1654 – 1752)	Embasamento teórico e relatos de grupos com estruturas formais (fechadas) de ajuda mútua coletivas, no séc. XVII, na América do Norte.
<b>Pioneiros da Cooperação:</b> Fase marcada pela idealização de um sistema social “alternativo”.	1. Robert Owen (1771-1858)	Propriedade privada coletiva e a exploração comunitária, regidas pelo princípio de solidariedade.

	<p>2. William King (1786-1865)</p> <p>3. Michel Derrion (1802-1850), Charles Fourier (1772-1837), Victor Considérant (1808-1893) e Charles Howarth (1818-1868).</p> <p>4. Philippe Buchez (1796-1865).</p> <p>5. John Stuart Mill (1806-1886).</p> <p>6. Loius Blanc (1812-1882).</p>	<p>A estrutura cooperativa como forma de retribuição justa do valor do trabalho, distribuição do resultado para o trabalhador e não para o capital.</p> <p>Estrutura de consumo coletivo.</p> <p>Construção científica do cooperativismo com preocupação com a sustentabilidade econômica.</p> <p>O “bom” utilitarismo apontando para o sistema cooperativo como estágio de melhoria na distribuição de renda.</p> <p>Oficinas sociais, organização da classe trabalhadora.</p>
<p><b>Cooperativistas:</b></p> <p>Fase dos empreendimentos econômicos sustentáveis: é marcada pela criação e implementação de cooperativas que têm base teórica e que se preocupam com sua sustentabilidade econômica e continuidade. Buscam a adesão dos cooperados, são os embriões das cooperativas atuais.</p> <p>Fase marcada pelo cooperativismo de crédito para dar sustentação às atividades econômicas dos envolvidos, livrando-os do capital fornecido pelo mercado capitalista.</p>	<p>1. Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865);</p> <p>2. Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883). e Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888).</p> <p>3. Luigi Luzzatti (1841-1927).</p> <p>4. Karl Friedrich Wilhelm Haas (1839-1913).</p> <p>5. Eduard Pfeiffer, Victor Aimé Huber, Karl Korthaus</p>	<p>Organização de trabalhadores e criação do banco operário</p> <p>Primeiro banco popular, modelo do cooperativismo de crédito atual. Aplicação do crédito para agricultura. Estas duas formas de cooperativismo persistem até hoje, havendo na Alemanha a junção das duas, formando sistema único.</p> <p>Variante do modelo alemão de cooperativas de crédito.</p> <p>Criação e aplicação do princípio econômico que objetiva o aproveitamento comum máximo do empreendimento para baixar custos, com a aplicação da ideia de centralização e verticalização de estruturas (Haas).</p> <p>Alteração da visão do cooperativismo redentorista para “empresarial”.</p>

<b>Contemporâneos<sup>51</sup>:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elionor Ostrom (1933-2012)</li> <li>2. Hans Münkner (1935)</li> <li>3. Werner Grosskopf (1941)</li> <li>4. Murray Fulton (1955)</li> <li>5. Therezia Theurl (1956)</li> <li>6. Roberto Rodrigues (1942)</li> <li>7. Fábio R. Chadaad (1969-2016)</li> <li>8. Michael L Cook e John M. Staatz</li> </ol>	<p>A ação coletiva e ação social aplicável à causa do cooperativismo.</p> <p>Principiologia ( Estudos do princípios cooperativistas da ACI)</p> <p>As cooperativas no mundo globalizado – análises.</p> <p>Cooperativas agroindustriais e política agrícola, na América do Norte</p> <p>Relações cooperativas no mundo globalizado, dinamicidade e networks.</p> <p>A ideia do papel a ser assumido pelas cooperativas na chamada “segunda onda”.</p> <p>Mercado de crédito agrícola, rumos da cooperação e cooperativas de nova geração (EUA).</p> <p>Economia institucional, com análises sociológicas.</p>
-------------------------------------	---	---

## 2. 1. 2. O *ETHOS* COOPERATIVO: O *SOLIDARISMO* E A TEORIA DE CHARLES GIDE QUE SE UTILIZA DO *SOLIDARISMO* PARA CONSTRUIR A META DE FORMAÇÃO DE UM SISTEMA ECONOMICO SOCIAL.

Do ponto de vista filosófico, o cooperativismo tem uma *alma* que regula o seu fim e orienta o seu *ethos*, isto é, o conjunto de princípios que moldam o comportamento do ser humano no seu meio.

O elemento filosófico basilar que explica e fundamenta o cooperativismo é o *solidarismo*, teorizado por Léon Bourgeois, no final do século XIX. Charles Gide juntamente com os componentes da Escola de Nîmes, adotaram o *solidarismo*, dando-lhe um contorno específico para fundamentar o *ethos cooperativo*.

---

<sup>51</sup> Existe uma gama de outros autores que abordam a estrutura da cooperativa, mas com um enfoque mais econômico, embora com algumas análises sociológicas, a exemplo de: E. Dülfer (1994), G. Hendrikse (2008), M. Altmann (2016), B. Reynolds (1997).

A *doutrina solidarista* nasce na França e está ligada à ideia de um quase-*contrato social*<sup>52</sup> que se baseia na solidariedade natural do homem, meio de alterar uma desigualdade presente, situação na qual deu a uns muito e a outros pouco e, assim, se cria uma dívida social de uns para com os outros, na medida em que os que muito têm, o têm graças a muitos colaboradores presentes e passados que contribuíram com suas ações para a existência desta riqueza.

Esta teoria do quase-contrato social contraria Rousseau<sup>53</sup>, na medida em que sustenta que não há um contrato originário e deliberado pelos homens, mas sim uma obrigação para a preservação da espécie humana, portanto parcela do objeto do contrato não pode ser disposta, por isso é um quase-contrato.

O *quase-contrato* explica o dever de assistência ao próximo. O fato de o indivíduo ser livre e viver em uma comunidade humana cria um elo natural e moral. Tal ligação se faz tanto com os seus antepassados como com os seus descendentes, tornando-o devedor dessa associação humana. Sobre essa espécie de obrigações que ligam os seres humanos, entendemos que os positivistas, entre eles Auguste Comte, as definiam como comportamentos que os homens nascem obrigados a cumprir por imposição da sociedade, (Coelho, 2005). As dívidas sociais se originam da existência de desigualdades sociais e apenas com a assistência ao próximo podem ser quitadas, (Hayward, 1961).

A base do conceito de *solidariedade natural* se utiliza para definição da solidariedade social ou legal: o mesmo fundamento para justificar a tributação do Estado que pratica o Bem Comum. Viver em sociedade é cumprir as obrigações de um contrato que foi celebrado por todos os homens, para formar uma comunidade de humanos com a finalidade de garantir a vida, afastando os riscos de perecimento da vida humana, (Bourgeois, 1902).

Charles Gide (1847-1932), foi o maior dos pensadores do cooperativismo, em sua teoria encontramos o princípio do *solidarismo*, como vetor que envolve o cooperativismo de ser meio de tentar tornar o mundo um lugar melhor, com uma nova organização econômica sistêmica, a qual denominava de *República Cooperativa*, (Jaramillo, 2005).

---

<sup>52</sup> Para detalhes da doutrina do *solidarismo* de Leon Bourgeois (1896), ver J. E. S. Hayward, (1961).

<sup>53</sup> Afirmação com base na filosofia de Jean-Jacques Rosseau (1762) sobre a teoria do Contrato Social.

Gide (1949) se refere a *solidariedade-social*<sup>54</sup> como a ação de dependência recíproca de todas as partes de um mesmo corpo que existe em razão da diferenciação das partes. Preserva, portanto, a unidade individual. O *solidarismo* como doutrina adotada por toda a obra de Charles Gide está inserido na realidade da França do século XIX<sup>55</sup>, após a revolução de 1848, em um sentido científico e desprovido de ideologia ou de sentimentos apenas de “caridade” e “fraternidade”<sup>56</sup>. Entendia que caridade está vinculada a um espírito religioso cristão e fraternidade era um conceito que não deveria alicerçar sua teoria pois estava em desuso pela conotação que trazia na França de sua época.

No âmbito econômico, o *solidarismo* se equipara à interdependência e se define como uma forma da divisão do trabalho. Por conseguinte, se liga à necessidade que cada homem tem de contar com o próximo para lograr a satisfação de suas necessidades (Gide & Rist 1949, p. 759).

O *solidarismo* não contém em si nenhum “princípio de amor”, não objetiva suprimir ou debilitar o sentimento de responsabilidade individual ao imputar a sociedade, como um todo, a responsabilidade por todos, pois o *solidarismo* não se fundamenta sob uma base moral e sim natural de preservação e sociabilidade, desta forma a solidariedade social é uma “corda que nos ata” a todos, (Gide & Rist 1949, p. 784 e 785).

O *solidarismo*, portanto, não pode ser medido com a balança do bem e do mal, não é uma virtude, mas uma necessidade do coletivo, sentida entre produtores e consumidores, entre o capital e o trabalho (Gide & Rist 1949, p. 787).

É relevante observar que o *solidarismo* se afasta tanto do individualismo, pregado pelo Liberalismo, como do coletivismo, presente no Comunismo, pelo efeito da estatização. Deste modo rechaça-se o *laissez-faire* do individualismo e a socialização da propriedade individual, ao mesmo tempo que impõe aos indivíduos certos sacrifícios com vista ao interesse comum (Gide & Rist 1949, p. 763).

---

<sup>54</sup> A expressão francesa *solidarisme* (“solidarismo”), quando traduzido para o português, não deve ser confundida com a noção pura de “solidariedade”, pois o âmbito de significação deve ser mais preciso, algo como solidariedade-social.

<sup>55</sup> Necessário contextualizar que na sua obra Gide focaliza a realidade da França, pós revolução de 1848, e a preocupação que gerou a criação das sociedades de ajuda mútua e das associações obreiras, ou mesmo as moradias econômicas que se distanciavam da ação de caridade. Esse equipara época em que na Prússia se discutia o Socialismo de Estado. Ver Gide & Rist, 1949, p. 764.

<sup>56</sup> Para Léon Bourgeois, a solidariedade não é “mera variante do terceiro lema republicano, qual seja, a fraternidade, mas representa um “quase contrato social”, pois entende que o homem nasce com um débito para com a sociedade, sendo este o preço que se paga pela liberdade, (Bourgeois 1902, pp. 110 e 111).

Charles Gide (1949) elenca três efeitos práticos do *solidarismo*, trazendo a questão para o nível do indivíduo: (i) o que se faz ao próximo contribui para o resultado que nos atingirá, não se trata inteiramente de utilitarismo<sup>57</sup>, pois em cadeia o próximo sou eu mesmo, ou seja, em se pensando na vida em sociedade é uma questão de consequência; (ii) ressalta e instala a ideia de responsabilidade pessoal pelo coletivo; (iii) instala-se uma complacência com o outro, já que somos cúmplices do que ocorre, em última análise, e este efeito possui grande capacidade de se estender e abarcar outros grupos, reproduzindo o mecanismo (Gide & Rist 1949, p. 785 a 787).

Pode se dizer que com o esforço da teoria de Léon Bourgeois (1896)<sup>58</sup> o *solidarismo* assume o papel de escola econômica e é, pela teoria de Charles Gide, alçado a fundamento de uma moral laica (Gide & Rist 1949, p. 765).

Esta moral seria materializada pelo dever humano de assistência<sup>59</sup>, cujo efeito foi estudado no campo da sociologia por Émile Durkheim, nas construções de classes de solidariedade (orgânica e mecânica) que levam aos agrupamentos.

O dever coletivo de preservar a espécie humana que vive em sociedade (leis de solidariedade social) se aproxima da ideia de Comunismo (socialismo-marxista) mas o papel do Estado não é evidenciado, atribuindo-se aos grupos (associações<sup>60</sup>) um papel mais relevante, e em cuja estrutura social é preservada a propriedade individual, não se objetivando a necessidade de uma “luta de classes” para se atingir um equilíbrio econômico-social.

Das três formas de associação social para a prática de uma solidariedade-social, segundo a teoria do *solidarismo* (sindical, mutualista e cooperativista), a forma cooperativa é apontada como sendo a mais eficaz, segundo Charles Gide (1949 e 1955), pois agrupa todas as classes (trabalhadores e patronato), não esperando ajuda externa ao grupo para resguardar os homens dos riscos da vida (mutualistas), mas atua na reorganização social, já que, através do justo preço, regula a economia e age na dinâmica do consumo, produção, trabalho e crédito (Gide & Rist 1949, p. 777-779).

O efeito da transformação da ordem econômica, que é fruto da exploração, segundo as conclusões de Charles Gide, é alcançado pelo objetivo do *justo preço*,

---

<sup>57</sup> No Utilitarismo de Jeremy Bentham e Stuart Mill ressaltamos o componente ético como principal vetor.

<sup>58</sup> Ver o conjunto de artigos, do autor, denominados de *La nouvelle Revue*, 1896.

<sup>59</sup> Dever presente na Constituição Francesa de 1793 – artigos 1371 a 1381 (Dívida de Assistência).

<sup>60</sup> As associações responsáveis pela realização da solidariedade social são os sindicatos (trabalho), os mutualistas (social) e os cooperativistas (econômico), que agem imotivados pela pressão estatal, de acordo com a teoria dos socialistas de Estado, mas sim com base na solidariedade pura e livre (Gide & Rist 1949, p. 775).

aplicado a todo processo produtivo e suas relações, causando uma revolução pacífica pelo envolvimento direto do produtor com o consumidor (eliminação de todo o aumento de preço sobre o custo de produção), deslocando do produtor para o consumidor a força motriz, levando a indústria capitalista a buscar uma nova orientação através da mudança da ordem social, preservando porém a propriedade individual (Gide & Rist 1949, p.778).

Charles Gide (1955), quando aborda o cooperativismo como sistema econômico e social de organização, o examina pela ótica da forma de repartição de riquezas, elencando-o como uma das formas de repartição socialista. A emancipação econômica que as cooperativas visam, dentro da sociedade capitalista, não perpassa pelo modelo de repartição capitalista de riquezas.

A ideia de Gide, materializada na *República Cooperativa* é a criação de vários grupos de cooperativas que comercializam entre si, criando um mercado e uma teia de interações paralelas ao mercado capitalista, (Jaramillo, 2005).

O Cooperativismo se manifesta e age na prática através das cooperativas. A vocação de agrupar-se, que a raça humana possui, derivou em vários tipos de associação de grupos, (Harari, 2015). Idêntico fenômeno se verifica na forma que se convencionou chamar de cooperativas, cujos traços distintivos objetivos em relação às outras espécies de associações se definiram principiologicamente a partir da segunda metade do século XIX, causados principalmente pela necessidade dos grupos de enfrentarem os efeitos de desigualdade do Capitalismo.

Estes agrupamentos associativos formais com base no cooperativismo, começaram a ser constituídos, tendo o marco inicial, segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ICA), a cooperativa de consumo fundada em 1844, na cidade inglesa de Rochdale-Manchester. Esta cooperativa, além do objetivo econômico de organizar seus membros para que pudessem ter mais acesso aos itens de consumo básico, nos seus estatutos objetivavam atingir a comunidade, incentivando educação e redução do alcoolismo, portanto não se restringia aos efeitos econômicos para o grupo de cooperados, (Holyoake, 1933). Após Rochdale se pode listar uma série de experiências precursoras: as cooperativas de crédito da Prússia, chamadas de cooperativas Raiffaisen, 1848 e Schulze-Delitzsch, a partir de 1849 e as cooperativas de produção de trabalhadores, na França, a partir de 1848, (Gide, 1955; Luz Filho, 1962; Pinho, 1973 e 1980).

De todos estes grupos cooperativos se ressalta o traço distintivo que Charles Gide (1955) destacava nas cooperativas: o de ser um modo diferente de distribuição de riqueza através do *justo preço*, “sem guerra ao capital, ao contrário, apreciam os seus

serviços e até buscam valer-se dele remunerando o seu auxílio pelos juros”, (Gide 1955, p.407).

Lembramos que Gide (1949 e 1955) classificava o cooperativismo dentre as formas socialistas de repartição de riqueza, em cuja estrutura há a preservação da propriedade individual e a ausência da intenção de promover luta de classes (pacifismo social).

O reconhecimento do cooperativismo como doutrina, da qual as cooperativas são seu braço econômico, inaugura a ideia de sistema econômico social a partir de 1886, com a produção científica do grupo de estudiosos do cooperativismo francês da *École de Nîmes*, que travou uma batalha e colheu críticas dos socialistas marxistas que viam no cooperativismo, pelo seu pacifismo, uma “*instituição burguesa disfarçada com o fim de induzir em erro os verdadeiros socialistas*” (Gide 1955, pp. 407 a 409).

Gide (1955) cita que deste embate de ideias foram reconhecidos a diferença entre Cooperativismo e Capitalismo e que há uma proposta fática e própria de produção e distribuição de riquezas.

Quadro 3: resumo comparativo entre Cooperativismo e o Socialismo-marxista:

	<b>COOPERATIVISMO</b>	<b>SOCIALISMO MARXISTA</b>
<b>Objeto</b>	Consumidor	proletário
<b>Instalação</b>	Pacifista	luta
<b>Meios de produção</b>	coletivos do grupo	coletivos
<b>Propriedade</b>	Privada	coletiva
<b>Combate</b>	desigualdade	desigualdade
<b>Capital privado</b>	existe	não existe
<b>Capitalismo</b>	Coexistência	inexistência
<b>Classes Sociais</b>	Desconsidera	um problema

Se o objeto de interesse do socialismo-marxista é o proletariado, no exame do cooperativismo se verá que o trabalhador também é o seu objeto, só que pelo seu viés de consumidor. Para Charles Gide o lucro que se deve combater não é, preferencialmente, o surgido na relação de exploração entre o patrão e o operário, mas sim se deve suprimir o lucro surgido do negociante em relação ao comprador, portanto não há preocupação com luta de classes, pois o consumidor não é uma classe, mas uma condição, (Gide 1955, p.409).

Esta afirmativa não retira de Gide seu reconhecimento da importância da figura dos trabalhadores, “*que constituem a massa dos consumidores, mas, por ser seu interesse*

*o mesmo, são aqueles antolhados por outra face, como força de consumo e não como força de trabalho”* (Gide 1955, p.409).

Charles Gide construiu a mais robusta teoria econômica sobre um sistema cooperativo, e neste sentido ele considerou o consumo como o principal responsável pela transformação social.

O cooperativismo tem um caráter *socialista* na medida em que visa a emancipação econômica de certas categorias, buscando uma emancipação destas pessoas, livrando-as da exploração, como acontece, por exemplo, quando se elimina o intermediário da relação de consumo que liga o produtor ao consumidor, a mutualidade das cooperativas de crédito, ou ainda o controle da fábrica, nas denominadas cooperativas de produção.

A competição de mercado tem seu fundamento na seleção dos mais aptos e não na luta pela vida da empresa, afastando todos os mecanismos comerciais de que o Capitalismo se utiliza: publicidade excessiva, *trust*, ostentação (Gide 1955, p.409)<sup>61</sup>.

No cooperativismo há a manutenção da propriedade e do capital privado. Sobre o capital, no entanto, se objetiva destituí-lo *do seu papel de dirigente da produção, alterando sua importância na direção da economia*, para assim abolir o lucro, que é a razão da construção das fortunas, (Gide 1955, p.407).

Nesse sentido se deve ressaltar que há uma mudança de paradigma, se compararmos o cooperativismo ao capitalismo, pois o paradigma central do Capitalismo é o lucro e a acumulação, já para o Cooperativismo a ideia central é atingir o *justo preço*, mas possuir capital para desempenhar papel na economia.

As discussões sobre o conceito do “justo preço” produziram até o século XIX, no campo da economia, muitos conceitos, mas, basicamente, *justo preço* é a eliminação do lucro e de qualquer aumento sobre o custo da produção, (Pinho 1977, p. 104).

Na obra de Charles Gide (1949 e 1955) o conceito de “justo preço” vem envolto em forte caráter ético dentro, de uma moral do cooperativismo, tendo por conceito o preço livre de toda a vegetação supérflua, que com o nome de lucro, de dividendo, de renda, de *plus valia*, o cresce indefinidamente às expensas do consumidor, (OCB 1973, p. 18).

---

<sup>61</sup> Na sua obra, Charles Gide (1955) cita a frase-de-efeito atribuída aos “cooperadores” em relação ao resultado de um mundo dominado pela economia cooperativa, no qual, se houver um efeito de expropriação, não será sobre a forma de confisco: “Os cooperadores não dizem aos capitalistas: “Vamos tomar os vossos capitais”, mas sim: “Guardai-os porque acumularemos outros que nos pouparão de recorrer aos vossos”, (p.409).

### 2. 1. 3. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E A SEGUNDA ONDA.

Se analisarmos a questão de como o Brasil adotou o cooperativismo, enquanto sistema econômico e social, podemos resumir a questão nos ensinamentos de Walmor Franke<sup>62</sup>, que ao escrever sobre cooperativismo, elencou suas duas acepções: (i) sistema de organização econômica e, (ii) doutrina corporificada em princípios que devem reger o comportamento do homem, dentro de uma ética de agir, (Franke 1973, p.01).

A ética de agir, a que se refere Walmor Franke, está ligada ao *solidarismo* e a doutrina corporificada em princípios basilares que moldam e regem as sociedades cooperativas, que foi sendo construída desde o século XIX.

Em relação à noção de “sistema de organização econômica”, Walmor Franke (1973) acrescenta que este sistema visa eliminar os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista (defeituosa distribuição da riqueza).

Como a instalação do cooperativismo como sistema econômico social necessita da constituição de cooperativas, esclarecemos que estas sociedades começaram a ser constituídas no Brasil já a partir do final do século XIX, surgindo a primeira normatização brasileira do cooperativismo, em 1907, (Moura, 1947; Luz Filho, 1962; Pinho 1973 e 1991).

No Brasil também se verifica a situação ocorrida na Europa, segundo a qual o aparecimento das cooperativas está ligado a grupos marginais que lutavam por renda, assim as cooperativas brasileiras emergiram de diversos setores e são “filhas da necessidade”, pois se originaram nos estratos mais pobres da população, inspiradas pela ideia da solidariedade e da ajuda-mútua, (Franke 1973, p. 62).

Essas cooperativas brasileiras se dedicavam à atividade de consumo, crédito e agrícola, sendo que a reunião de grupos para formar cooperativas foi um elemento de interesse dos governos brasileiros. Verifica-se incentivos através de vários programas econômicos, e com fortíssima presença do Estado até a década de 1980 (Costa & Stöberl, 2016).

Quanto a produção literária sobre cooperativismo no Brasil se pode chamar de primeira geração de autores os representantes do Estado<sup>63</sup> que se relacionavam com as cooperativas, assim, neste período (1907-1965), destacam-se: Joaquim Inácio Tosta

---

<sup>62</sup> Walmor Franke foi o relator teórico responsável pelo projeto que resultou na atual lei do cooperativismo brasileiro (Lei nº 5.764/71).

<sup>63</sup> Ministério da Agricultura – SER – Serviço de Economia Rural, Ministério do Trabalho.

(1852-1919), político baiano, artífice da primeira lei cooperativista inspirada na lei belga de 1872: Artur Tôrres Filho, que em 1926 atuou na resistência ao falso cooperativismo dos bancos populares, (Luz Filho, 1962, p.42). Otacilio Tomanik (1934); Luiz Amaral (1938); Mario de Barros (1943); Waldiki Moura (1947); Adolfo (Adolpho) Ernesto Gredilha (1945), que, juntamente com Saturnino Brito e Luciano Pereira (advogado do Ministério da Agricultura), foram os artífices do projeto do Decreto nº 22.239, de 1932. Digno de destaque, ainda, pelas obras de peso, estão Fábio Luz (1962) e Diva Pinho (1965), ligada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Após a década de 1970, nota-se uma guinada da literatura brasileira que reflete uma tendência de aplicação mais prática do cooperativismo, voltado diretamente a explicar a sociedade cooperativa tecnicamente, ora com obras relativas a sua estrutura jurídica, ora no campo dos estudos econômicos ou de gestão, não havendo relevantes discussões no sentido sócio-filosófico.

A queda do muro de Berlim, como acontecimento fático, é apontado por Roberto Rodrigues (2008) como o divisor de períodos temporais que marcam a alteração da função e razão do cooperativismo.

Sua afirmação guarda uma necessidade de atualizar um discurso que o cooperativismo brasileiro reproduzia, através de congressos e publicações da OCB, sobre a função e razão do cooperativismo de corrigir o social pelo econômico, baseada na doutrina da ajuda mútua e do *solidarismo*, sendo apontado como uma alternativa ao Capitalismo e ao Socialismo, *uma terceira via*, ou *um rio que corre entre duas margens* (Rodrigues, 2008).

A denominada teoria da *segunda onda*<sup>64</sup> surge neste período de crise do socialismo e do apontamento da supremacia do sistema capitalista e sua transformação de *capitalismo comercial em liberalismo*.

O fenômeno da *globalidade econômica* (globalização) e do *liberalismo comercial* gerou uma crise de fundamentação no cooperativismo brasileiro, em função de não haver mais duas vias ou duas margens, para que ocupasse a denominação de terceira via.

No entanto, a conjugação da globalização com o liberalismo, como fenômeno mundial, gerando concentração de riqueza e exclusão social, “culminaria com a incapacidade dos governos de resolverem a situação, mesmo com a alternância de

---

<sup>64</sup> *Segunda onda* é uma expressão criada por Roberto Rodrigues (2008).

posturas econômicas (ora liberal, ora de esquerda), com risco à democracia e à paz mundial”, (Rodrigues, 2008b).

Para combater estes dois fenômenos que “ressurgem” de forma diferente, porém, em essência, iguais ao efeito pós-revolução industrial que gerou a primeira onda, o cooperativismo reassume sua vocação de *doutrina socioeconômica que visa corrigir o social por meio do econômico, todavia* com uma nova designação: ponte. A ideia de *ponte* que liga duas margens – de um lado, o mercado, e de outro o bem-estar das comunidades e a felicidade das pessoas, pela inclusão social e a melhor distribuição de renda (sociedade equitativa), adicionando ainda uma nova função: a de defesa da democracia e paz social, (Rodrigues, 2008b).

## 2. 2. A COOPERATIVA -VANTAGEM DO SERVIÇO.

Como já dissemos, a cooperativa é o braço econômico do Cooperativismo, como o é a empresa para o Capitalismo. Existem grandes diferenças estruturais entre as duas formas de empreendimentos econômicos, mas a principal delas é justamente aquilo que diferencia o Capitalismo do Cooperativismo, a forma de entender o capital, na sua forma de lucro.

Para o Capitalismo o lucro é a finalidade do empreendimento, para o cooperativismo é a *vantagem do serviço* que a cooperativa presta ao cooperado, isto é, há um fim, um objetivo que a cooperativa busca e que pode ser explicitado na promoção da defesa e do fomento da economia dos cooperados, (Franke, 1973, p. 24). Entendemos que é em busca desta finalidade do empreendimento econômico que faz com que uma pessoa ingresse e permaneça em uma sociedade, quer na condição de acionista ou cooperado.

Quadro 4: comparativo da cooperativa com a empresa:

Tipo de sociedade:	capitalista	Cooperativista
Objetivo:	lucro	melhoria econômica e social do grupo
Por meio do(a):	capital	vantagem do serviço comum
Fim:	acumulação	ajuda mútua
<i>Ethos</i> :	individualismo	Solidarismo

Quando se examina os contornos jurídicos de uma cooperativa, deve-se ter em mente que cada país possui uma regulamentação própria, que pode acarretar em diferenças procedimentais e societárias. Todavia a essência permanece a mesma e os sete

princípios da Aliança Cooperativa Internacional devem estar presentes, mas a estrutura societária se altera, bem como o grau de interferência estatal na sociedade. Neste sentido, este trabalho aborda a sociedade cooperativa segundo a definição e os contornos da lei brasileira, haja vista que a “disciplinação jurídica da cooperação varia de uma para outra forma, em função de sua intensidade, de sua complexidade e de seus fins”, (Franke, 1973, p.84).

Podemos comparar a colocação de Max Weber (2007) quando aponta uma exteriorização do *ethos* capitalista ao discurso de Benjamin Franklin para buscar um correspondente no Cooperativismo, o que entendemos que o discurso de Charles Gide<sup>65</sup> em relação a constituir capital para afastar o capital dos capitalistas da relação de produção e comercialização, isto é, abolir o lucro, (Gide 1955, p. 409).

As diferenças entre a empresa e a cooperativa são vistas em três dimensões: a societária (em termos de objetivo e estrutura do empreendimento), a representativa (que é inerente à cooperativa) e uma terceira, que chamamos de filosófica, e decorre do *ethos* do sistema econômico a que pertence.

A cooperativa tende a superar a sua natureza simplesmente societária, assumindo também uma natureza orgânica sob o aspecto de união de pessoas, de formação de um coletivo configurado pelo grupo de cooperados, para a exploração de uma atividade econômica no mercado, (Franke, 1973; Henzler, 1957 e 1962; Liefmann, 1924).

Assim a *association* difere da *activity*, por se entender que ambos os aspectos guardam propriedades distintas no empreendimento sob a forma de cooperativa, em cuja estrutura há uma obrigação dos membros de confiar-lhe uma parte ou a totalidade de sua atividade econômica, dinâmica que não ocorre nas sociedades capitalistas, onde a relação membro-sociedade é apenas a busca do lucro.

Entendemos que a força atrativa que impulsiona os indivíduos a se cooperarem é a possibilidade de, em conjunto, poderem reunir esforços e capital para que a cooperativa lhes propicie melhores condições nas suas atividades econômicas individuais. Dessa forma o cooperado continua na sua atividade econômica, já o acionista é um rentista que não tem relação direta com a atividade do empreendimento. A cooperativa visa a servir o cooperado, objetivando melhorar a sua posição econômica, e o cooperado serve-se da cooperativa para o mesmo fim, (Franke, 1973, p.23).

---

<sup>65</sup> Ver nota 60.

Reinhold Henzler (1957), avançando nos ensinamentos de Robert Liefmann (1924), atribui às economias dos cooperados o liame com a cooperativa, ressaltando a ideia de “utilização” e de empreendimento-membro, ao invés de empreendimento-autônomo.

Henzler (1957) afirma a existência de “unidades econômicas singulares”, que são os cooperados. Sob esta ótica, ressalta a diferença entre a figura de um acionista e a figura de um cooperado: um está interessado no resultado do investimento, o outro interessado na prestação de serviços, já que mantém a sua atividade econômica intacta e a serviço dos outros cooperados. A sociedade cooperativa assume uma função de *sociedade de uso*.

A prestação de serviços que a cooperativa destina aos cooperados pressupõe a existência de economias individuais, que deverão ser incrementadas, visando a sua continuidade, dando assim melhor resultado ao cooperado.

Diferentemente da empresa, não há resultado pela simples operação da sociedade com o mercado. O resultado da cooperativa advém do resultado da atividade econômica do cooperado (ou do conjunto de cooperados), que é aperfeiçoada pela cooperativa através de uma relação estabelecida com o mercado, um *prolongamento*.

Nos dizeres de Franke (1973), ocorre uma *transferência para a cooperativa do exercício das funções das “unidades econômicas singulares”* dos cooperados em relação ao mercado, possuindo a cooperativa a condição de prolongamento (*Verlängerte Arm*) da economia intermediária, possibilitando às economias dos cooperados acesso ao mercado (Franke, 1973, p.25).

A ideia se circunscreve a um conjunto de economias associadas, de tal sorte que a cooperativa tem a finalidade de incrementá-las e jamais concorrer com elas (princípio de identidade).

As necessidades oriundas das atividades econômicas dos cooperados serão o objeto da sociedade: sua atividade. Surge daí a tese de que a cooperativa não tem vontade própria, na condição de sociedade que age no mundo econômico. Sua vontade será sempre subsidiária às vontades dos cooperados que visam ao incremento das suas atividades econômicas e não à simples construção de uma “grande companhia”, pois a grandeza da cooperativa só tem sentido se refletir no alicerce de suas economias, uma verdadeira

*Gliedbetrieb*<sup>66</sup>. A cooperativa age, mas são os cooperados que atuam nela, com ela e por intermédio dela, (Franke 1973, p.41).

As cooperativas são criadas como empreendimentos autônomos, que têm por base a autoajuda e o capital próprio dos seus cooperados. São sociedades e, portanto, são voltadas para a questão econômica de suporte ao próprio grupo.

Mas além da questão econômica, a associação de vários indivíduos (que possuem uma coincidência de interesses econômicos e comungam de dificuldades nas suas atividades) cria um elo em torno da sociedade, cujo efeito natural é a possibilidade de a cooperativa exercer uma representatividade do grupo. Este “poder” é o mesmo efeito natural que possuem as associações e os sindicatos, pela aglutinação de indivíduos e de interesses.

O Brasil demorou alguns anos para decidir-se sob qual forma jurídica iria adotar para regular as cooperativas. Em 1903, a primeira legislação<sup>67</sup> brasileira a regular a cooperativa, era na verdade uma legislação que tratava de sindicato (*syndicato* “agrícola”) e atribuía a este a função de, além de representar o grupo, poder comercializar a produção conjunta de seus representados.

Em 1907 a legislação foi alterada, todavia o Decreto nº 1.637 tratava na sua primeira parte do sindicato (*syndicatos profissionaes*) e na segunda parte da cooperativa, sendo que apenas em 1932 o Brasil teve uma legislação com contornos verdadeiramente cooperativistas.

Esta situação durou pouco, pois em plena era getulista logo após alguns meses, retoma-se a ideia de sindicalismo representativo ligado às cooperativas, assim no período de 1933 até 1938, para se constituir uma cooperativa era necessário antes constituir uma espécie de sindicato: os consórcios profissionais (Luz Filho, 1962).

A cooperativa, na condição estritamente de sociedade (empreendimento econômico) só foi assim definida a partir de 1938. Estas alterações no vetor legislativo ressaltam que a natureza de *representação do grupo* é um traço existente e inerente das cooperativas.

---

<sup>66</sup> *Glied* (“membro”), no sentido de decorrência, e *Betrieb* (“empreendimento”): daí a ideia de dependência, de ligação intrínseca, em contrapartida a um empreendimento-autônomo que a nada se liga ou se submete. Este termo é frequentemente utilizado por Hans Fischer (in: “*Betriebswirtschaftliche Probleme im Genossenschaftswesen*” (1953) e Reinhold Henzler (1962).

<sup>67</sup> Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, que regula os *syndicatos* “agrícolas”.

Entendemos que o conjunto da legislação sindical brasileira explica a dinâmica associativa-representativa pela existência de uma “solidariedade de interesses econômicos”.

Essa solidariedade se origina pela identidade, similaridade ou conexão das atividades econômicas, de forma a estabelecer uma situação de homogeneidade, que é partilhada pelos membros do grupo (similitude de condições de vida)<sup>68</sup>. Nesse ambiente se desenvolve naturalmente a função representativa daquele coletivo em torno do ente associativo.

Esta posição, de um agrupamento de indivíduos que apresenta um elemento além do aspecto econômico, é tido como “ente moral”, que não se sustenta apenas na união em torno de uma estrutura jurídica, a sociedade, mas mais que isto: se configura em “instituição”, condição do empreendimento que se realiza e perdura juridicamente em um meio social (Hauriou 1967, p.12).

Apontamos que essa é a base para atribuir à cooperativa elementos aglutinadores (laço social entre agentes), além daqueles existentes em uma sociedade (Franke 1973, p.57- 61).

Para complementar a noção global acerca da cooperativa afirmamos que além da natureza societária e da natureza representativa, esta gama de naturezas estão envolvidas pelo *ethos cooperativo* materializado pelo solidarismo<sup>69</sup>, que é o oposto do individualismo, sendo utilizado como outra das formas de doutrina econômica ao lado do Capitalismo e do Socialismo científico, na obra de Charles Gide e Charles Rist (1949).

Para Franke (1973)<sup>70</sup>, este solidarismo se traduziria na cooperativa como o dever de auxílio mútuo (união de forças) para a concretização de um ideal de justiça, no sentido de dar a cada um o que lhe seja devido (justiça comutativa e distributiva).

A cooperativa proporciona ao seu associado um tipo de organização societária que lhe permite obter, mesmo em uma economia de mercado (Capitalismo), “*uma distribuição mais justa da riqueza, mediante a supressão funcional do momento da intermediação lucrativa*”, (Franke 1973, p.41).

---

<sup>68</sup> Termos extraídos da (CLT) - Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 511, quando trata da sindicalização.

<sup>69</sup> Solidariedade como a ação de dependência recíproca de todas as partes de um mesmo corpo (GIDE & RIST, 1949, p. 761).

<sup>70</sup> “Ela não só visa o bem-estar material de seus membros; é outrossim, núcleo de irradiação de forças solidárias que, no plano moral, vincula os membros uns aos outros, como homens livres e responsáveis, com plena vanguarda de sua autonomia individual”. (Nota do autor, Franke (1973).

A natureza filosófica da sociedade cooperativa se sustenta pela atribuição de um elemento que excede à simples concepção societária de uma união ou reunião de pessoas, atribuindo, assim, à pessoa jurídica da sociedade, uma natureza “institucional”.

Nesse sentido o agrupamento de cooperados transcende sua condição de indivíduos justapostos e se caracteriza como uma unidade de vontades voltadas a um fim não econômico (moral e ético) dentro de uma estrutura econômica societária<sup>71</sup>.

O uso desta concepção é uma generalização das teorias de alguns autores da escola dos institucionalistas franceses, como Maurice Hauriou (1967)<sup>72</sup>, Georges Renard (1930)<sup>73</sup> e Georges Bourdeau (1950)<sup>74</sup>, nas quais haveria um sentimento geral que envolve a ideia de sociedade cooperativa. Este sentimento moral/ético é apontado pela doutrina alemã como “ajuda mútua” (*selbsthilfe*), na doutrina de Charles Gide: “*solidarismo*”.

Decorre daí que se visualiza na cooperativa um aspecto externo que seria materializado pelo exercício da função econômica e um aspecto interno, que seria a força aglutinante que a ideia da *autoajuda* exerce sobre a consciência dos indivíduos reunidos na cooperativa (Burdeau, 1950, p.236)<sup>75</sup>.

Autores contemporâneos de língua inglesa, a exemplo de Cook (2009) e Ostrom (2010) salientam o efeito econômico que a cooperativa detém como um instrumento para suprir uma falha de mercado, (Ostrom 2010, p.39).

A cooperativa pode ser definida como um empreendimento concretizado no meio social, em benefício do bem-estar econômico e moral da coletividade formada pelos

---

<sup>71</sup> Vocábulo utilizado na sua acepção jurídica para designar a reunião de pessoas para fins econômicos diferente das associações que designam reunião de pessoas que se organizam para fins não econômicos (artigo 53, do Código Civil Brasileiro).

<sup>72</sup> Institucionalista que desenvolve, dentro da sua teoria, o reconhecimento de um elemento subjetivo a mais que vem unir as vontades dos indivíduos em torno da sociedade, “...a sociedade é assumida como alguma coisa que vai além da simples soma dos indivíduos que a compõem, seja a *consciência coletiva* ou a *ideia objetiva concebida pelas consciências individuais*”. *La Théorie de l’Institution. Essai de Vitalisme Sociale* (1925) ensaio publicado in *Cahiers de la Nouvelle Journée*, no vol. especial *La Cité Moderne et les Transformations Du Droit*, 1925.

<sup>73</sup> Renard entendia que a instituição tem força de aglutinação e serve para explicar tanto o Estado como a organização interna das associações privadas. A instituição gera um marco comum (estatuto) que “constitui uma situação jurídica duradoura, resultante da pertença à instituição” de tal nível que se produz um complexo de elementos que atuam da *instituição para e sobre os seus membros*. In: *Théorie de l’Institution d’Ontologie Juridique*, 1930.

<sup>74</sup> Institucionalista que enunciou a ideia da existência de um “ente moral” como sendo uma “força aglutinante” para designar a coesão, ou o liame moral, ou ainda a vontade e ideia comum de uma coletividade. A ideia pode ser aplicada para os indivíduos de um dado grupo que buscam associar-se para realizar uma finalidade. *Traité de Science Politique*, 1950.

<sup>75</sup> A citação a Georges Burdeau sintetiza o aspecto societário e o aspecto institucional (ente institucional) do empreendimento cooperativo. Atribui à entidade uma função/finalidade.

cooperados, cujo suporte ideológico é a ajuda mútua que pode ser sintetizado pelo lema: um por todos e todos por um (Franke, 1973, p.630).

O que queremos ressaltar são a complexidade e a singularidade da cooperativa que é formada por elementos que inexistem nas outras sociedades, tais como a co-atividade, a mutualidade, a igualdade e justiça distributiva, elementos que a lei das cooperativas positivou como suas características.

Quadro 5: Sociedade cooperativa e suas três naturezas:

Natureza	SOCIETÁRIA	REPRESENTATIVA	FILOSÓFICA
Função	“sociedade de uso”	atuação coletiva de representação do grupo	Aplicação do “solidarismo cogente”
Explicação	Há identidade de interesses. A atividade da cooperativa se desenvolve no sentido de obter melhoria do status econômico do cooperado (elo com as economias associadas).	Inerente à própria essência de um agrupamento de pessoas com identidade de interesses. Cria e estabelece naturalmente a função de representação desta coletividade.	Dever de auxílio mútuo (união de forças) para a concretização de um ideal de justiça, no sentido de dar a cada um o que lhe seja devido (justiça comutativa e distributiva).
Finalidade	Prestação de serviços aos cooperados para melhoria de seu status econômico	Defesa e fomento da economia do grupo de cooperados	Afastar o “tercius” e instaurar um “sistema econômico-social mais justo”

## 2. 2. 1. A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.

Todas as sociedades cooperativas no Brasil possuem a mesma natureza e são regidas pela lei geral das cooperativas de 1971. Ocorre, entretanto, que algumas delas assumiram um papel relevante na economia do agronegócio brasileiro.

Surgiram então algumas expressões para designarem estas cooperativas, tais como *cooperativas capitalistas*, *empresas cooperativas* ou *cooperativas empresariais*, (Morais (2011), Lazzarini (1999), Costa (2016)).

Todavia todas estas expressões guardam uma contradição em si mesma insanável, como já foi abordado no Capítulo 1 explicado no item 2.2, deste trabalho. Sobre esta questão já propusemos a expressão “cooperativa agroindustrial” em substituição a todos as outras expressões, na medida em que estas cooperativas se constituem como um grande empreendimento econômico.

O que confunde as pessoas não é tanto o gigantismo do empreendimento, mas sim os seus elementos de racionalidade de “empresa”, no sentido de ação e atitude empreendedora, que consiste precisamente e continuamente em procurar, descobrir ou

criar novos fins e meios, na racionalização do processo produtivo, isto é, buscar excelência na atividade econômica organizada para a produção de bens, (Soto, 2010).

O que há em comum com as sociedades capitalistas denominadas de empresárias, pela legislação é a instrumentalidade e utilidade do empreendimento, externadas na existência de “*racionalidade prática, aptidão para o cálculo, autonomização das atividades econômicas, relação instrumental com a natureza etc., bem como as justificações mais gerais ..., principalmente produzidas pela ciência econômica...*” (Boltanski & Chiapello, 2009, p.42). Mas voltamos a lembrar da natureza complexa da cooperativa (item 2.2) e da instrumentalidade do conceito de capital conjugado com a questão da ausência lucro, como finalidade.

Para que não reste dúvidas, as *cooperativas agroindustriais* são as mesmas sociedades cooperativas de que tratamos nestes dois primeiros capítulos e que agem e operam no mercado sob uma lógica de empreendimento econômico que busca obter resultado positivo nas suas operações com o mercado, pelo processo de racionalização que aumenta a produtividade, sem finalidade de lucro. Tal grupo de cooperativas se particulariza, em relação às outras cooperativas, pelo seu gigantismo e poderio econômico que coroa, do ponto de vista econômico, uma situação financeira que é reconhecida, pela mídia especializada na economia capitalista, como “cases de sucesso”, duas delas figuram entre as 100 maiores “empresas” brasileiras (EXAME: 2015)<sup>76</sup>.

Conforme exposto no Capítulo 1, dezessete cooperativas faturaram mais de 1,5 bilhão de reais no ano de 2015, onze têm sede no estado do Paraná (OCEPAR, 2016)<sup>77</sup>.

No caso deste conjunto de cooperativas paranaenses, aparentemente não há uma explicação aparente para entender seu crescimento nestes níveis, em um primeiro exame não guardam completa similaridade nos termos em que foram constituídas, sendo umas derivadas de imigrantes, outras de migrantes. Também não há diferenças aparentes na forma e no incentivo estatal de criação, por exemplo, a política do café, a partir da década de 1950, do Instituto Brasileiro do Café (IBC) ou os Projetos Regionais de Cooperativismo<sup>78</sup> da década de 1970, (Governo Federal e Estadual).

Também são diferentes os períodos de constituição, e os produtos agropecuários que iniciaram as suas atividades econômicas.

---

<sup>76</sup> Examinar quadro às folhas 76 deste trabalho, Capítulo 4.

<sup>77</sup> Examinar quadro às folhas 77 deste trabalho, no Capítulo 4.

<sup>78</sup> Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC; Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP e o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP.

O Paraná é um estado cuja tradição agropecuária possui muitos fatores diversos de constituição de economias rurais envolvendo pequenos produtores, imigrantes e migrantes, no século XX, principalmente de década de 1930 até 1960, nas regiões sul, noroeste, oeste e sudoeste (IPARDES, 1974).

Não é nossa intenção, neste trabalho, realizar pesquisa ou análise sobre o crescimento econômico das cooperativas agropecuárias e sua transformação em agroindustrial. Assim elencamos, tão somente, alguns fatores sobre condições e elementos que contribuíram para este gigantismo.

Podemos dividir o ciclo de vida<sup>79</sup> das cooperativas agroindustriais em quatro fases: (i) criação 1950/1970; (ii) consolidação 1970/1980; (iii) período de crescimento econômico 1980/1990 e período de industrialização 1990/2000 e (iv) período de grandes mercados 2000/atual.

No estado do Paraná, com a questão das migrações a partir de 1939, se intensificam os projetos governamentais de colonização de terras: nas regiões Oeste e Sudoeste do estado há uma situação contrária do que ocorreu na colonização do Norte do Paraná, pois no Oeste não se formaram grandes propriedades, principalmente devido à escassez de capital por parte dos colonos e no Sudoeste muitas sub-regiões, pela qualidade e acidentes do solo, que não comportavam grandes áreas agricultáveis (Rippel, 2005, p.79).

Portanto, o contexto agrícola do Paraná na segunda metade do século XX era bastante complexo, devendo ser analisado por região, como comprova a arquitetura dos planos de governo<sup>80</sup> para desenvolvimento agrícola, aumento de produção e infraestrutura, que compreendia a criação de cooperativas agropecuárias em vários Municípios das regiões Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Sul (IPARDES, 1974).

O resultado das iniciativas colonizadoras atraíram grande quantidade de produtores gaúchos e catarinenses, se comparados à população que vivia na região, ocasionando também fluxos expressivos de indivíduos vindos do Norte do estado, pelos efeitos da crise da cultura cafeeira, à procura de outras terras para implementar com outras lavouras ou com a pecuária, ocasionando um intenso povoamento dessa faixa do território estadual (Magalhães, 1996).

Estabelecidas as cooperativas, a partir da década de 1970, verifica-se a existência de planos anuais de safra - Plano Agrícola-pecuário anual, formados dentro de uma

---

<sup>79</sup> Cook (2009) apresenta outra forma de divisão do ciclo de vida das cooperativas.

<sup>80</sup> Ver quadro de repartição do estado do Paraná, na década de 1970, em três regiões, (Stöberl, 2014).

Política Agrícola de uso de crédito para produtores e cooperativas, até hoje existentes, um dos fatores que entendemos como dos que dão lastro às atividades das cooperativas agropecuárias. Consideramos, também, a evolução de ciclos de produtos das cooperativas<sup>81</sup> obedece aos ciclos econômicos agropecuários, havendo nas diferentes regiões a sucessão de ciclos até chegar à soja/milho, na segunda metade da década de 1970, e em meados dos anos 2000 tornando-se quase hegemônica (SEAB/DERAL, 2017).

Um divisor de águas na situação das cooperativas foi o advento do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP em 1999, quando se destacam os programas de investimento para cooperativas (linhas de investimento), a exemplo do Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária - PRODECOOP do BNDES, que é veiculado via agentes (BRDE, Banco do Brasil e outros bancos comerciais).

No anexo I fazemos um pequeno histórico de cada uma das dez cooperativas agroindustriais do Paraná, sobre as quais nos referimos neste trabalho.

---

<sup>81</sup> Região Norte: ciclo do café, ciclo do algodão e ciclo soja/milho; Região Centro-Sul: ciclo do leite (ainda hoje), ciclo do trigo/cevada e ciclo da soja/milho; Região Oeste: agricultura de subsistência, ciclo do trigo/milho e ciclo da soja/milho, frango após o ano de 2000; Região Sudoeste: agricultura de subsistência, ciclo do trigo/feijão e ciclo da soja/milho. Fonte: Sítios eletrônicos das cooperativas e Jornal Paraná Cooperativo da OCEPAR (edições impressas).

## CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa tese segue a estrutura que escolhemos para abordar o objeto, conforme tratamos no Capítulo 1, isto é, considerar a questão central do trabalho como sendo a perspectiva política da *elite cooperativista*, mas para abordar esse tema primeiramente se deve fazer uma caracterização do grupo que forma a elite.

Decorre daí que para atingir esses objetivos propostos na pesquisa de (i) caracterizar a elite e (ii) analisar sua perspectiva política, formulamos duas perguntas: *quem são* os indivíduos que compõe a elite cooperativista e *como pensam política*, especificamente em relação à Democracia, Democracia e Economia e Ação Política.

A metodologia que utilizamos para responder essas questões se divide na prosopografia e na reconstrução dos estoques de conhecimento coletivos dos indivíduos do grupo, pela aplicação do DMA, (método de Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/Significação).

Pretendemos com a conjugação desses métodos construir um *tipo ideal* para caracterizar a *elite cooperativista* abrangendo tanto a sua dimensão morfológica como também sua dimensão atitudinal. Ressaltamos que não há relação explicativa entre essas dimensões, isto é, não há relação de causa-efeito.

Já expusemos no Capítulo 1 algumas questões que particularizam a elite cooperativista, também fizemos considerações acerca do cooperativismo, no Capítulo 2, e seu *ethos*, que embora a discussão não seja o objeto desse trabalho, como já afirmamos, precisa ser conhecido como componente da caracterização geral e teórica do sistema econômico e social no qual estão envolvidos os atores. No Capítulo 4 faremos uma contextualização dos ambientes em que se encontram os indivíduos da *elite cooperativista*.

Mas a caracterização da elite cooperativista, que consideramos ser um grupo peculiar com características próprias, realiza-se pela construção da dimensão prosopografia em adição à dimensão atitudinal. Pensamos essas dimensões conjuntamente, sem necessariamente, estabelecer uma relação de causalidade entre elas, como já afirmamos.

Entendemos que a função do tipo ideal é “constituir-se num fator de inteligibilidade nos níveis da pesquisa e da exposição”, (Morales & Maestro 2003, p. 64).

Pelo estudo das biografias e carreiras chegamos ao elenco de uma séria de elementos que são comuns aos indivíduos do grupo, caracterizando-os. Mobilizamos nesse sentido as seguintes variáveis: sexo, idade, cor, religião, naturalidade, origem social, estado civil, existência de prole, escolaridade, carreira (enquanto cooperado e enquanto dirigente).

Estas variáveis somadas aos elementos estruturais das cooperativas e da entidade de representação permitem a análise do mecanismo de recrutamento do grupo, que será relevante para o entendimento do *tipo ideal* que construímos. Trataremos destas questões no Capítulo 4 e no Item 5.1, cujas considerações faremos no Capítulo 6.

Em relação ao nosso objetivo central, respondendo à pergunta de como a elite cooperativa pensa política, diferentemente de outros trabalhos sobre cultura política, adotamos um método qualitativo que permite além da justificação de posicionamentos o acesso a motivação, isto é, a orientação da ação do indivíduo.

Não se trata de uma análise dedutiva, mas sim de uma análise empírica da disposição e formação subjetivas das regras de orientação da ação do entrevistado (regras de interpretação e de ação coletivas), em sua própria lógica, sendo esta impossível de ser teoricamente deduzida, uma vez que ela se permite somente ser explorada [...].

Max Weber entendia que as regras cognitivas e normativas orientadoras da ação, devem primeiramente ser socialmente reconhecidas, para se alcançar validade coletiva, com o objetivo de que não haja mais a necessidade de que seu significado original ou sua base histórica sejam justificados [...] quanto mais as regras de interpretação e de ação estiverem institucionalizadas no contexto social, menos serão questionadas em relação ao seu significado e ao seu uso, portanto se encontrarão fortemente habitualizadas, (Valarini & Pohlmann, 2016, p.37).

Para a investigação e análise dos valores e perspectivas políticos da elite econômica-representativa do cooperativismo agroindustrial utilizamos o método de Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/Significação (Deutungsmusteranalyse - DMA).

O procedimento de reconstrução dos padrões de interpretação coletiva de um grupo é sempre realizado a partir dos estoques de conhecimento dos indivíduos, que são extraídos pelas *derivações*<sup>82</sup>, no caso deste trabalho, possibilitadas pela aplicação de um questionário semiestruturado.

---

<sup>82</sup> Derivação: estímulo externo, concreto e objetivo para desencadear resposta.

A base do procedimento do DMA é a “reconstrução das estruturas de sentido das interações sociais”<sup>83</sup>, cujo processo acontece a partir de uma análise interpretativa das manifestações dos atores sociais, pelo pesquisador. Este procedimento é denominado de *hermenêutica objetiva*, (Oevermann, 1981).

Denota-se pelos estudos de Ulrich Oevermann (1981) uma preocupação para preservar um controle da subjetividade do analista, para tanto aconselha-se a forma de “como obter o objeto de análise” e preservar seu sentido, sendo indicado que o material produzido pelo ator social (texto advindo de entrevista gravada e depois transcrita) deve orientar o pesquisador a manter-se na análise das estruturas de sentido das interações sociais.

Estas estruturas são abstratas e apresentam um sentido latente e um sentido objetivo, portanto necessitam de um processo de análise para serem “decifradas”, procedimento que independe da subjetividade do analista e que ao final do processo de análise- interpretação conduz a impressões objetivas. A reconstrução destas estruturas faz emergir os significados que estão ocultos no objeto, sendo a interpretação do analista o próprio método, (Oevermann, 1981 e Pohlmann, 2014).

A investigação dos estoques de conhecimento se dá pelo exame das instituições cognitiva e normativa. Estas instituições indicam ao analista a quais vetores os atores orientam as suas ações, frente a um problema objetivo de ação. É a partir destas instituições cognitiva e normativa que são retiradas as regras de interpretação e ação, como explicaremos a seguir, no item 3.2.

O DMA possibilita a partir das construções lógicas que o entrevistado vai realizando para responder à pergunta, acessar além das justificativas, os elementos que orientam a ação do grupo, com fundamento da sociologia do conhecimento e das proposições sociológicas de Max Weber

Nesse trabalho foi a partir da aplicação do DMA que obtivemos respostas da *elite cooperativista* para as questões relativas a cultura política que dividimos em três grupos: percepção sobre democracia; percepção sobre as relações entre democracia e economia; e percepção sobre sua própria ação política. Uma análise de sua percepção de mundo, considerando os indivíduos como o microuniverso e a sociedade como macro universo.

Isso posto, são três os objetivos que orientam este capítulo: (i) expor as bases teórico-sociológicas nas quais o método DMA se fundamenta; (ii) apresentar o método

---

<sup>83</sup> O termo “estruturas de sentido das interações sociais”, utilizado por Oevermann, é sinônimo do termo “estoques de conhecimento”, utilizado por Pohlmann, o qual adotamos, neste trabalho.

DMA, bem como as etapas de sua aplicação e; (iii) tecer considerações sobre o questionário semiestruturado que aplicamos.

### 3. 1. AS BASES TEÓRICO-SOCIOLÓGICAS PARA APLICAÇÃO DO DMA.

O referencial teórico do DMA se encontra na sociologia do conhecimento e na sociologia compreensiva. Para esclarecer sua operacionalização, entendemos que é necessário apresentar alguns de seus conceitos basilares, como por exemplo o entendimento quanto à construção da socialização como sendo advinda da atitude reflexa, na qual o indivíduo entende o papel do outro e passa a compreender o seu próprio. Essa forma de socialização leva em consideração a questão das tipificações de condutas sociais, caras tanto à sociologia do conhecimento quanto à sociologia compreensiva, a exemplo da teorização da orientação racional da ação de Max Weber, pensada também por Alfred Schütz.

A sociologia do conhecimento<sup>84</sup> quando preocupada com o estudo das condições sociais de produção do conhecimento e da vida social, aproxima-se da sociologia interpretativa ou compreensiva de Max Weber, ao buscar compreender justamente o significado de fenômenos sociais a partir da análise dos indivíduos e suas ações. Estas embora orientadas em decorrência das relações sociais, não são exteriores aos indivíduos, na medida em que a dimensão social existe a partir da relação de dados grupos. Deste modo a interpretação do sentido da ação social, sintetizada no *método de interpretação*, aponta que *estão unidas a compreensão e a explicação dos fenômenos sociais* (Moraes, Maestro Filho & Dias 2003, p.57).

Para a sociologia de Max Weber, na busca do sentido da ação, tanto o significado que os indivíduos atribuem as coisas da vida, quanto à forma como esse significado se altera, são imprescindíveis para a análise sociológica. Isto porque, as transformações dessa compreensão do mundo (Verstehen) alteram o “social”, uma vez que a conduta do agente é orientada pela conduta do outro (conjunto social de atores).

É nesse sentido que Alfred Schütz (2003) argumenta que a compreensão (Verstehen) na obra de Weber é subjetiva, na medida em que a busca do sentido da ação do sujeito que a praticou pode encontrar divergência com o sentido que os outros atores

---

<sup>84</sup> Sobre a Sociologia do Conhecimento examinar Karl Mannheim (1972) na vertente “fenomenológica” utilizados por Alfred Schütz (2003), mas em especial, a obra de Peter Berger e Thomas Luckmann (2004).

sociais atribuem a ela. Assim sendo, o vocábulo “sentido”, quando empregado para verificar a orientação da ação, pode ser entendido “como um sinônimo de compreensão quer pelo ator, quer por outros que com ele convivem, ou mesmo para o observador social”, (Fioravante Garcez 2014, p.69).

O ponto a ser destacado aqui é que, para a sociologia weberiana (compreensiva), deve-se entender o sentido do agir humano. Este *agir* é empregado no sentido da prática da ação motivada (“motivação”), para que se possa compreender o que leva o indivíduo a agir de determinada forma em dada circunstância, isto é, escolher uma resposta de ação frente a um fato da vida que lhe foi apresentado. Como escreveu Weber (2012), sua preocupação é com a ação orientada (*Handlung*), seu sentido social. A sociologia weberiana metodologicamente dividiu a ação em quatro “tipos puros” que representam as quatro formas de ações fundamentais, mas Weber não desenvolveu, contudo, um mecanismo ou uma estrutura de identificação do sentido da ação.

É neste ponto que a teoria de Alfred Schütz<sup>85</sup> em parceria com Thomas Luckmann se torna útil, na medida em que, na busca dessa estrutura de identificação do sentido da ação, procuram entender a construção coletiva do conhecimento – utilizando-se, para tanto das noções de *Lebenswelt* e de intersubjetividade. Alguns filósofos e sociólogos de língua portuguesa traduziram *Lebenswelt* como sendo “mundo da vida”, cuja origem encontra-se na fenomenologia<sup>86</sup> de Edmund Husserl – tendo sido utilizado também por Jürgen Habermas em Teoria Crítica e em seu conceito de sistema. Fioravante Garcez define o termo da seguinte maneira:

[Por] *Lebenswelt* se quer exprimir e condensar a ideia do mundo da atitude natural, da relação entre semelhantes, da existência cotidiana, da experiência do pensamento do senso comum, do mundo natural, social e cultural, o mundo de trocas, portanto intersubjetivo, em que é preciso entender fundamentalmente os que estão mais próximos (os associados) e ser compreendido por eles, (Fioravante Garcez 2014, p.75).

---

<sup>85</sup> A obra principal de Alfred Schütz foi “*Strukturen der Lebenswelt*” publicado postumamente (1962) por seu aluno e colaborador Thomas Luckmann, também austríaco, que mais tarde a desenvolve com Peter Berger. Da obra de Schütz e Luckmann não achamos versão em português, tão somente versão em espanhol, com o título de “*Las estructuras del mundo de la vida*”, (Schütz, 2003).

<sup>86</sup> A escola da fenomenologia (corrente filosófica) se preocupa em entender como o indivíduo “lê” o mundo a sua volta. “A importância dada ao mundo da vida pela Fenomenologia significa ir além do que aparece na atitude natural para regatar o sentido de experiência humana por meio de uma ‘redução’ do mundo da vida que é anterior a todas as outras reduções nos vários segmentos emergentes da realidade”, (Azevedo 2011, p.58).

A nosso ver, a sociologia compreensiva de Weber não está distante da sociologia de Albert Schütz em relação a sua busca do significado subjetivo da ação social. Nesse sentido, as considerações teóricas de Schütz podem ser vistas como um passo adicional em busca das conexões de sentido da ação social. Assim sendo, é possível perceber conexões entre a abordagem filosófica da fenomenologia<sup>87</sup> e a sociologia compreensiva weberiana, tendo em vista o conceito de “mundo da vida”, na medida em que no seu estudo da realidade a partir do sentido comum, leva em consideração o sentido subjetivo da ação social, do ponto de vista dos atores. (Azevedo 2011, p.60-61).

A diferença conceitual de Schütz em relação a Weber está na construção do sentido que vai orientar a ação, isto é, na forma como o indivíduo constrói o seu “conhecimento” do mundo. Weber enxerga que esse sentido é construído individualmente, uma vez analisado tão somente este ator social, pelo seu ponto de vista; Schütz entende que esse processo de construção é intersubjetivo e socializado, depende do outro – já que, no mundo da vida, a atitude antes de ser teórica é natural, isto é, “pré-teórica”, (Fioravante Garcez 2014, p.75).

Nesse sentido, conforme argumentado por Correia, a preocupação de Schütz é com a “sociabilidade”, entendida como um conjunto de relações interpessoais e atitudes individuais que, ainda que dependam de padrões adquiridos, são pragmaticamente reproduzidas ou modificadas na vida cotidiana (Correia 2014, p. 5).

Deriva daí a ideia de que a sociedade é uma realidade subjetiva em cuja estrutura a socialização é o processo que possibilita a interiorização desta realidade no indivíduo.

Nesse sentido, acentua-se o binômio de como o ator social orienta sua ação e como também se utiliza de um padrão coletivo para realizar sua “leitura” do mundo.

Em outros termos, se Weber pretendeu buscar o significado que uma ação tem para o ator social (subjetividade), Schütz procurou entender como dois atores podem captar o sentido da ação um do outro (intersubjetividade), e como o cientista social pode captar tal sentido, (Fioravante Garcez 2014, p.84). Assim, é possível perceber (de maneira objetiva) o sentido subjetivo da ação humana, ou seja, o sentido comum dessas ações na vida cotidiana, (Fioravante Garcez 2014, p.75).

Sustenta-se, dessa perspectiva, a ideia da utilização dos conceitos provenientes dos próprios grupos investigados para que se realizem as análises – ou seja, enfatiza-se o

---

<sup>87</sup> Sinteticamente esclarecemos que a fenomenologia busca estudar as manifestações do mundo real que se vê, seus fenômenos que a consciência consegue ler e abstrair. É enfim nossa leitura do mundo real que nos cerca: Os símbolos que designamos e entendemos; as coisas e relações que nos cercam.

fato de que, em qualquer investigação dos motivos da ação de um dado grupo, não se pode ignorar a questão basilar de entendimento do conceito de “realidade” e do conceito de “conhecimento” que o grupo que se investiga possui. O elemento de que este grupo está inserido na sociedade é de suma importância.

Esses representantes da sociologia do conhecimento se ocupam, portanto, dos modos gerais pelos quais as realidades são admitidas como conhecidas nas sociedades humanas. A forma como se realiza a construção social da realidade é o que se busca. Surge daí a preocupação de investigar o mais cuidadosamente possível as relações entre o pensamento e suas relações históricas, (Berger & Luckmann 2004, p.13-14).

É justamente nesse sentido que nos parecem pertinentes as considerações de Max Scheler (1960)<sup>88</sup> sobre uma “relativa e natural concepção do mundo”<sup>89</sup>, isto é, o entendimento de que aquilo que se chama “realidade” se extrai a partir da experiência social individual, da qual deriva uma significação do que se viu e se sentiu para explicar esta “realidade”. Dessa perspectiva, portanto, o conhecimento individual é ordenado pela sociedade – isto é, ambas as dimensões, micro e macro, estão intimamente interligadas.

Decorre daí a máxima de Karl Mannheim (1972 e 1974) de que não há pensamento humano que seja imune às influências ideologizantes de seu contexto social, embora possa ser mitigado pela análise sistemática do maior número de posições variáveis socialmente fundadas, em outras palavras, pelo confronto com a maior diversidade de abordagens possível. Dessa forma, o objeto do pensamento torna-se mais claro com a acumulação de diferentes perspectivas, isto é, com o confronto aberto entre os diversos discursos, de tal forma que se pode considerar um padrão ou modelo que se extrai destes diversos discursos. Cabe ao cientista social buscar este modelo para compreensão.

Seguindo esta trilha, a socialização descrita por Berger e Luckmann (2004) assume a forma de um processo em etapas, iniciado com a ação humana que se torna hábito e que é tipificada pelo outro, isto é, há uma reciprocidade, na qual esses hábitos tipificados são usados para construir as instituições, que são produtos da convivência humana e possuem um histórico de relações, do qual são produto. Essa cadeia de ações, recepções e compreensões constituem a socialização humana<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> Max Scheler e Karl Mannheim são destacados construtores da base da sociologia do conhecimento na Alemanha, a partir da década de 1920. O que nos interessa aqui é pontuar brevemente as origens da sociologia do conhecimento, que, mais tarde, seria desenvolvida por Schütz, Berger e Luckmann.

<sup>89</sup> *Relativnatürliche Weltanschauung*.

<sup>90</sup> A partir da teoria de Peter Berger e Thomas Luckmann, (2004), na sociologia do conhecimento, individualizamos os elementos *ações, hábitos, tipificação e institucionalização* no intuito de potencializar a visualização deste processo de construção e consolidação.

O quadro, a seguir, resume os elementos contidos nesse processo, facilitando a visualização e a compreensão.

Quadro 6: processo de socialização (elementos em percurso):

ACÇÕES →	HÁBITOS →	TIPIFICAÇÃO RECÍPROCA →	INSTITUIÇÕES
As ações relevantes serão as que são típicas e partilhadas entre o grupo. Na sua repetição se constituem os hábitos.	São formas de viver sem que se tenha que criar a cada segundo uma maneira nova de fazer as mesmas coisas da vida.	Ocorre nas ações habituais por tipos de atores que convivem. Seu conjunto constituem as instituições.	“As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas, portanto acessíveis a todos os membros do grupo social.” As instituições têm sempre uma história da qual são produtos (HISTORICIDADE).

Fonte: BERGER & LUCKMANN: 2004, pp. 79-81<sup>91</sup>.

Ainda de acordo com os autores, o mundo da vida exige do indivíduo que ele pratique ações para sua sobrevivência, algumas relevantes outras não. As ações relevantes serão aquelas que se tornam hábitos, pela sua repetição, pois hábitos são formas de viver. Portanto os hábitos são conjuntos de ações repetidas, das quais o indivíduo pode lançar mão cotidianamente, sem que seja necessário que ele tenha que criar a cada segundo uma maneira nova e diferente de fazer as coisas. A tipificação recíproca (aceitação/entendimento) ocorre a partir das relações de convivência habituais entre os atores. O conjunto dessas tipificações, por sua vez, conformam as instituições. Dessa perspectiva, portanto, as *instituições* são construídas a partir dessas teias de ações e reciprocidades. Ressalte-se, a propósito, o elemento de partilha sempre presente nas tipificações das ações habituais que constituem as instituições, o que torna seus conteúdos acessíveis a todos os membros do grupo social. Nesse sentido, “as instituições têm sempre uma história da qual são produtos – a historicidade”, (Berger & Luckmann 2004, p.79).

Pensar os processos de socialização como um “percurso de fases”, com base na teoria (neo)institucionalista, como o fez Berger e Luckmann (2004), ancora-se na ideia de que as relações sociais são intermediadas pelas instituições, na medida em que há um conjunto de tipificações de relações humanas no âmbito da vida social que se denominam

<sup>91</sup> Este Quadro foi desenvolvido para resumir a institucionalização a partir dos hábitos, com base no emblemático exemplo “do construtor de canoa de paus encaixados”, descrito por Berger & Luckmann (2004).

*instituições*. Como sustenta de D. C. North (1991) as instituições seriam “as regras do jogo” nas quais os jogadores estão inteiramente envolvidos (imersos).

Definir *instituições*, considerando sua natureza complexa e abstrata, tem sido uma tarefa controversa enfrentada pela literatura científica<sup>92</sup>, envolvendo várias abordagens distintas, tanto na sociologia, quanto na economia. Não constitui objetivo deste trabalho tomar parte nesse extenso debate, tampouco inventariá-lo. No que concerne aos objetivos deste capítulo importa menos buscar ou formular uma nova definição para o termo instituição do que considerar seu impacto nos processos de socialização que, por suas vezes, informam as motivações da ação social.

O que queremos ressaltar, portanto, é a influência de instituições específicas na “regularidade de comportamentos/ações”, (Pondé 2005, p.126).

Em consonância com esse objetivo, optamos por considerar as instituições não a partir de suas inúmeras definições, mas do enquadramentos ou orientações que as mesmas fornecem às ações dos indivíduos, isto é, fornecendo modelos explicativos aplicáveis para a estrutura que orienta a ação. É nesse sentido que se tornam úteis as considerações de W. Richard Scott (1995), ao fugir do “conceito restritivo”<sup>93</sup> e se concentrar em três diferentes dimensões ou “pilares” que formam uma estrutura das instituições: o normativo, o regulativo e o cognitivo.

O primeiro desses pilares se apresenta sob uma forma de mensagem mais rígida ao agente, se comparado aos outros pilares e tem por designação *pilar normativo*. Este pilar, segundo W. Scott refere-se às “regras que introduzem uma dimensão relacionada a prescrições, avaliações [no sentido de valoração] e obrigações na vida social”, (Scott 1995, p. 37). Naturalmente esta materialização de conceitos se dá através de valores e normas, cuja propriedade se apresenta como sendo “concepções do preferido ou do

---

<sup>92</sup> Sobre a busca de uma definição de “instituição” ver entre muitas outras a obra de Pondé (2005), na qual o autor fornece um detalhado estudo das várias definições, inclusive de Scott (1995), que adotamos, neste trabalho. O próprio Pondé conceitua instituições centrada na “regularidade dos comportamentos humanos (coletivos) na e da vida social”. Todavia as definições adotam diferentes abordagens, a exemplo da definição de “sistemas ou redes de rotinas que se estabilizam mutuamente”, (Vanberg 1993, p.189); ou ainda, apontando as instituições como sendo “as regras do jogo em uma sociedade com as restrições arquitetadas pelos homens que dão forma a sua interação”, (North 1991, p. 3), ou no sentido de ressaltar que as instituições são “atos de tipificar e repetir regras, padrões ou hábitos, com vista a gerir e controlar funções e representações, salvaguardando-se, deste modo - e ao longo do tempo - múltiplos sentidos, valores e interesses materiais”, (Andrade 2003, p.2).

<sup>93</sup> Sobre a “fuga” de um conceito restritivo para instituição, Scott (1995, p.33) cria “uma definição ônibus: instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas que proporcionam estabilidade e sentido ao comportamento social. As instituições são transportadas por vários portadores - culturas, estruturas e rotinas - e estes operam em níveis múltiplos de jurisdição”. Definição que foi reproduzida neste item.

desejável, junto com a construção de padrões aos quais os comportamentos ou estruturas existentes podem ser comparados e avaliados” de forma que demonstram “como as coisas devem ser feitas”, consistindo-se em “meios legítimos para perseguir fins válidos”, (Scott 1995, p. 37). Estes valores e normas definem papéis sociais, são, portanto, “concepções de ações apropriadas para indivíduos particulares ou posições sociais especificadas”, (Scott 1995, p. 38).

O *pilar regulativo*, por sua vez, é apresentado pelo autor como sendo o mecanismo de envolvimento com os processos sociais, os quais conduzem as ações em acordo com o que estabelecem as regras e normas que regulam um dado comportamento ou ação. Essa regulação se opera através de um monitoramento do cumprimento do comando posto e impõe “sanções” (quer positivas, na forma de recompensas, quer negativas, na forma de punições). Esses mecanismos de “coerção” para cumprimento das regras serão os responsáveis por influenciar as condutas (orientação da ação) para seguirem as normas estabelecidas. Os referidos “mecanismos de coerção” apresentam-se tanto na forma de *mecanismos informais* como *difusos*. Sua função é tanto afastar os transgressores da transgressão como também “(...) levá-los a se envergonharem”. Cumprem, portanto, uma função de influenciar o agente, na medida em que são “altamente formalizados e designados para atores específicos, como a polícia e os tribunais” (Scott 1995, p. 33- 35).

De acordo com João Luiz Pondé (2005) a dimensão regulativa pressupõe alguma forma de racionalidade nas decisões dos atores, perfazendo com que a orientação da ação (decisões) sejam direcionadas para a busca do interesse próprio, considerando “os efeitos das instituições sobre o comportamento social [na medida em que] se dão mediante uma influência nos cálculos de custo/benefício de indivíduos, grupos ou organizações”, (Pondé 2005, p. 128).

A diferença entre os pilares normativos e regulativos residiria no fato de que o primeiro é norma externa que molda o comportamento e a ação, é o “outro ideal”, segundo o autor. Já o pilar regulativo seria resultante da existência do normativo, enquanto norte, todavia se apresentando como o cálculo feito pelo indivíduo acerca da relação entre custos e benefícios, em dado comportamento (o medir das consequências que o indivíduo analisa), dadas as normas e sanções vigentes. Assim, o pilar normativo das instituições poderia ser entendido como se referindo aos mecanismos que fazem com que as condutas implementadas pelos indivíduos decorram de uma tendência própria deles mesmos, impulsionando-os a agirem de acordo com aquilo que é esperado deles, ocasionando, dessa forma, uma “conformação” natural da vontade ao que é socialmente adequado na

situação. Seria uma barreira com a qual o ator social se depararia e se adequaria. Já o pilar regulativo “está vinculado a comportamentos que emergem da busca do interesse próprio dos atores, guiados por uma racionalidade instrumental, é um cálculo de custo/benefício” (Pondé 2005, p. 128 e 129).

Por fim, o *pilar cognitivo* poderia ser explicado como sendo a resposta que o indivíduo apresenta frente a todo o sistema de símbolos, representações, crenças e categorias (normas e regras) após analisar as consequências, materializados como prêmios e sanções. Apresenta-se, portanto, como uma consequência após o indivíduo examinar as “diferentes maneiras pelas quais os agentes percebem e interpretam o mundo natural e social, identificam e classificam suas partes constitutivas, concebem as linhas de ação possíveis e executam as atividades a estas associadas”, (Pondé 2005, p.131).

Dessa forma, a dimensão cognitiva das instituições se apresenta como sendo as “regras que estabelecem a natureza da realidade e as estruturas através das quais os significados são produzidos” (Scott 1995, p. 40).

Em resumo, o pilar normativo pode ser visto como ação ideal que se espera do indivíduo; o pilar regulativo como cálculo do agir, medindo a vontade frente às consequências; e o pilar cognitivo como resultado do processo, o que desencadeia a ação do indivíduo. Dito de outro modo, o pilar normativo impõe as regras, o regulativo mede as consequências (prêmio ou da sanção) e o pilar cognitivo apresenta a solução, a direção a ser seguida.

O ponto central de toda a questão dos pilares é a formação de “estruturas comuns de significado” (Scott 1995, p. 45). A esse respeito, argumenta Pondé:

[Estas estruturas coletivas] caracterizam a cultura em seu sentido mais amplo... se estende às regularidades do comportamento social incorporadas em conhecimentos e rotinas aplicados em contextos mais específicos, inclusive no que se refere às articulações coletivas de capacitações que torna possíveis os processos de reprodução material das sociedades, (Pondé 2005, p.131).

Portanto, as interações entre as instituições cognitivas, normativas e regulatórias revelam o caminho escolhido pelo indivíduo ou por um conjunto de indivíduos. Aos resultados dessas interações no âmbito coletivo, W. Richard Scott (1995) dá o nome de “estruturas comuns de significado”; Alfred Schütz, “estruturas do senso comum”<sup>94</sup>; Ulrich Oevermann, nos textos a partir de 2001, de “estruturas de sentido das interações

---

<sup>94</sup> Tradução para o português utilizada em (Valarini, Elias & Pohlmann 2015, p.43).

sociais”; Carsten Ullrich (1999), de “padrões coletivos de interpretação” e Pohlmann (2014), de “estoque de conhecimento”.

No campo da sociologia destacamos alguns trabalhos atuais que têm se utilizado do DMA (Valarini *et. al.* 2015; Pohlmann & Hyun-Chin 2014; Pohlmann 2004), no âmbito da investigação heurística de Max Weber a respeito do desenvolvimento do capitalismo moderno e seus mecanismos de reprodução, realizados pela Universidade de Heidelberg, no programa internacional de pesquisa (IMS), sobre a orientação neoliberal da ação de executivos, no contexto do capitalismo financeiro – com especial menção ao trabalho de Elizangela Valarini (2015) que analisa o caso brasileiro.

Partindo do princípio de que os presidentes das cooperativas agroindustriais alinham suas ações a partir de instituições cognitivas e normativas, e que os estoques de conhecimento coletivo desse grupo têm a capacidade de demonstrar os elementos de uma orientação da ação, escolhemos o DMA para ser o instrumental metodológico desta pesquisa, diante de sua possibilidade de reconstruir esses estoques para análise.

### 3.2. O MÉTODO DE ANÁLISE DO PADRÃO COLETIVO DE INTERPRETAÇÃO/SIGNIFICAÇÃO (DEUTUNGSMUSTERANALYSE-DMA) E A SUA APLICAÇÃO.

O Método de Análise do Padrão Coletivo de Interpretação/Significação é um método científico de análise qualitativa, aplicado na análise e mapeamento de instituições cognitivas e normativas, dentro de uma abordagem institucional (Pohlmann *et. al.* 2014).

Foi desenvolvido na Alemanha e, portanto, sua denominação original é Deutungsmusteranalyse<sup>95</sup> (DMA); sua designação em inglês é Collective Mindset Analysis (CMA), isto é, método de análise de mentalidades coletivas; e sua designação em português, utilizada no trabalho de Elizangela Valarini (2015), consta como método de Análise do Padrão de Interpretação Coletivo. Nesta tese, aglutinamos ao seu nome o vocábulo significação, pois entendemos que o procedimento aplicado se assemelha mais a uma significação do que a uma interpretação e manteremos a sigla (DMA), oriunda de sua designação original da língua alemã.

---

<sup>95</sup>A língua alemã possibilita a construção de substantivos compostos pela justaposição de outros substantivos. Neste caso: Deutung (interpretação), Muster (padrão/modelo) e Analyse (análise) – análise do padrão de interpretação.

O objetivo do DMA, por sua vez, é reconstruir e mapear os estoques de conhecimento em uso, as regras de interpretação e ação em uma dada cultura durante um período específico de tempo, (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.8). O método não permite a generalizações quanto ao *estoque de conhecimento*, pois seu processo de reconstrução se restringe ao grupo analisado – do qual coletivamente se extrai uma significação de regras cuja interpretação se traduz na orientação da ação desses atores, empregada na solução de problemas culturalmente significativos ao grupo. Portanto, há uma limitação de tempo, lugar e espaço – uma especificação atinente a questões concretas e relevantes ao grupo.

A partir das bases teóricas resumidas no Item 3.1, no tocante à socialização, especificamente sobre a tipificação recíproca, se faz necessário agora abordar as metodologias que testam empiricamente essa teoria: a aplicação da função das estruturas (pilares) de Scott (1995) e a forma empírica-metodológica de se identificar os *estoques de conhecimento*. Trata-se de procedimento analítico próprio de uma sociologia alemã marcada pela investigação social e pesquisas empíricas, presente principalmente nos trabalhos de Ulrich Oevermann (1999 e 2001), produzidos na escola de Frankfurt, complementados<sup>96</sup> por Carsten Ullrich (1999), Markus Pohlmann (2014) e Elizangela Valarini (2015).

A metodologia a que nos referimos perpassa pela hermenêutica objetiva<sup>97</sup> de Ulrich Oevermann, no campo da investigação qualitativa desenvolvida a partir de 1976 e que se propõe a análise das relações sociais de um dado grupo e seus padrões coletivos de recepção (entendimento) e resposta, conjunto chamado de “estoques de conhecimento”. Oevermann (1999) expõe o entendimento de que os grupos sociais desenvolvem, em decorrência da socialização, mecanismos de significação/entendimento/interpretação, que são padrões subjetivos e significativos envoltos por elementos históricos e sociais que agem para a solução de problemas objetivos de ação (*objektive Handlungsprobleme*) que lhes são apresentados, em situações relevantes que exigem resposta (ações) desses agentes.

A hermenêutica objetiva poderia ser sintetizada como um instrumento para *descortinar* a lógica entre as estruturas de reprodução social e as estruturas de transformação. Para tanto, utiliza como matéria-prima textos que podem revelar tais estruturas. Portanto, as fontes em geral são textos escritos, protocolos de pesquisa de

---

<sup>96</sup> Há, ainda, os trabalhos de Patrick Sachweh (2009), Michael Meuser e Reinhold Sackmann (1992).

<sup>97</sup> Trata-se de uma metodologia de pesquisa social qualitativa.

campo, entrevistas, ou mesmo manifestações artísticas (arte, música, arquitetura), que podem igualmente serem interpretadas. A metodologia procura compreender os sentidos que foram atribuídos a uma situação social e que estão registrados no texto. (Vilela & Noack-Napoles 2010, p. 305).

Esses padrões que são encontrados nos grupos servem para justificar e simplificar situações complexas apresentadas ao grupo, indivíduo por indivíduo, na execução ordinária de ações (Oevermann, 2001). Como bem sintetiza Elizangela Valarini (2015), o acesso a esses estoques de conhecimento que possibilitam a interpretação só se dá por meio indireto, pela geração de situações, julgamentos e orientações de ação que permitirão explicações e justificativas dos agentes. Dessa forma, os padrões de interpretação na sua estrutura de significação são acessados por métodos indiretos (Ulrich 1999). A provocação aos agentes que os permite expor os mecanismos utilizados pelo processo de interpretação/significação/mentalidade denomina-se *derivação*, da qual trataremos, ainda neste item.

A tradição de investigação empírica encontra-se fortemente arraigada na sociologia alemã, notadamente reconhecida na chamada Escola de Frankfurt, com a adoção da Teoria Crítica de Max Horkenheir e Theodor Adorno, que busca unir “teoria” e “prática”, entendendo “... os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida”, (Horkheimer 1989, p.69)<sup>98</sup>.

Theodor Adorno adotou uma posição crítica em relação às pesquisas positivistas e essa postura consolidou a hermenêutica como método empírico de investigação social (Bung 1977 *apud* Vilela & Noack-Napoles 2010, p.307). Nesse sentido, a teoria crítica de Adorno argumenta “que teoria e prática são indissociáveis e nessa união formam uma orientação e uma conduta de pesquisa que objetivam perseguir a descoberta do novo e acreditar na sua possibilidade” (Vilela & Noack-Napoles 2010, p.307).

A operacionalização dos conceitos das orientações de ação que originam um “padrão coletivo estabelecido” acontece pela reconstrução, tendo por base a metodologia

---

<sup>98</sup> A teoria, em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência com base na formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma considerados exteriores. A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela (Horkheimer 1989, p.69).

desenvolvida principalmente por Ulrich Oevermann entre os anos de 1976 a 2001. A partir dessa base, Carstens Ullrich (1999) propõe uma versão mais simplificada<sup>99</sup> do DMA para análise, enfatizando o caráter manifesto e de certo modo estereotipado do padrão de significação (collective mindsets - mentalidades coletiva), todavia tendo por base a teoria e o método de Oevermann da busca desse “padrão de interpretação/significação coletivo”.

O conceito de “padrões coletivos de interpretação”, tal como foi introduzido na sociologia através de Oevermann (2001), pode ser utilizado para análise dos problemas existenciais básicos de uma sociedade e que se repetem constantemente na vida cotidiana. As soluções potenciais desses problemas objetivos são encontradas no exame desse “padrão coletivo de interpretação/significação” utilizado pelo grupo de atores, suficientemente socializados, para que possam viver, transformar e solucionar os problemas que se apresentam (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.10).

Esses padrões de interpretação se tornam hábitos (rotinas) para os atores, devido à sua propriedade de resolução “automática” de problemas. Dessa forma, se modificam muito lentamente ao longo do tempo e assumem uma vida própria, podendo, a partir de análise, serem reconstruídos.

Portanto, o DMA tem por finalidade possibilitar a reconstrução do processo de compreensão da realidade, isto é, o sentido reconhecido coletivamente, cujo conjunto se pode chamar de estoque de conhecimento, que traz as regras normativas por trás das atitudes e opiniões individuais que se está analisando (Ullrich 1999, p. 430).

O estoque individual de conhecimento e suas estruturas justificáveis de relevância (derivação) são naturalmente subjetivas (experiências individuais), mas as ideias que as embasam abrangem estruturas, práticas e roteiros sociais (históricos e culturais) que são compartilhadas pelo grupo (Valarini & Elias 2016, p.43).

Pohlmann *et. al.* (2014), ao aplicar o DMA, adverte que embora as análises do material sejam feitas com base nas declarações individuais, o coletivo é o objetivo a ser buscado, pois ao se encontrar um padrão de significação necessariamente se deve compará-lo com outras exposições dos demais atores para só então se extrair o padrão coletivo (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.18).

---

<sup>99</sup> Pohlmann se refere a essa versão mais simplificada porque os seus requisitos metodológicos não são tão complexos e seus esforços hermenêuticos não são tão desgastantes como o DMA de Oevermann (Pohlmann *et. al.* 2014, p.11).

Ullrich (1999) enfatiza que o padrão de interpretação/significação (mentalidade coletiva) é “materializado”, podendo ser observado na forma de manifestação explícita, refletida a partir da explicação do raciocínio e da justificação do ator, quando questionado sobre o *problema objetivo de ação* que ele deve enfrentar.

A essa provocação que se faz para se extrair a motivação do ator, Carstens Ullrich denominou de derivação. As derivações são justificações das ações praticadas, expressas de forma clara o suficiente para serem compreendidas pelo analista social. Todavia, se faz necessário ter em mente que esse material que se observa e se tem acesso são apenas as derivações (que podem ser reunidas e supervisionadas diretamente), e não o estoque de conhecimento das mentalidades coletivas que estão por trás dessa construção (Ullrich 1999, p. 431).

Portanto, o DMA é o resultado de uma análise das derivações individuais, que, após serem classificadas e tipificadas, possibilitam a reconstrução da lógica subjacente cognitiva e normativa apresentada coletivamente pelo grupo (Pohlmann, Bär & Valarini 2014).

### 3. 2. 1. AS ETAPAS DE ANÁLISE DO DMA.

O procedimento de aplicação do DMA determina que sobre uma base de dados se realizem oito etapas analíticas.

Para este trabalho, foram realizadas entrevistas semielaboradas com os presidentes das cooperativas agroindustriais paranaenses, material que foi base para extração das análises dos estoques de conhecimento. A partir das respostas do grupo foram aplicadas as etapas do DMA: seleção, reformulação, abstração, abstração de ordem, comparação, identificação das regras, contextualização e explicação.

Os procedimentos básicos de cada uma dessas etapas estão sumarizados a seguir:

#### *i) Seleção (Selektion)*

Na primeira fase da *Deutungsmusteranalyse* o objetivo é identificar no material escrito os trechos de textos nos quais os entrevistados fornecem maiores dados para a realização da análise, tendo por base o problema objetivo da ação que foi objeto da derivação, através da pergunta ao entrevistado. “Estas sequências devem ser as possíveis respostas para o ‘objetivo’ problema de ação significativa e que a maioria dos atores sociais têm de enfrentar” (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.16).

O padrão/significação interpretativo está sempre ligado a um problema objetivo de ação (*objektive Handlungsprobleme*). Este será o ponto de partida para a análise. Dessa forma, serão formuladas perguntas que possibilitem a “derivação”, para que o entrevistado possa exprimir elementos suficientes para possibilitar a verificação do padrão/significação de interpretação coletivo que orienta a ação do grupo analisado.

Nesse sentido, o pesquisador deve formular perguntas diretas para possibilitar a escolha de um texto, dentro do material coletado, que exprima a resposta. O objetivo é saber como o entrevistado agiria para resolver aquele “problema”. O método aconselha que a pergunta seja dirigida à pessoa, como por exemplo: Como conduzo (lidero) meus empregados? Ou: Como educo meus filhos? Neste trabalho, formulamos questões conceituais ou mesmo de opiniões, como por exemplo: Qual o papel do Estado na economia?

Para cada pergunta (ação que se quer extrair a orientação) se aplicará a seleção, bem como as outras etapas do método, sempre tendo em vista que as perguntas estão relacionadas com o problema geral da pesquisa, a “Fragestellung”, que no presente trabalho é como a elite cooperativista pensa as questões políticas. Do problema dgeral de pesquisa não se deve afastar, possibilitando que as análises forneçam uma visão de conjunto, na resposta que se busca.

Além disso, como o objetivo da *Deutungsmusteranalyse* é encontrar o padrão/significação interpretativo coletivo, já que com esse achado se pode entender a orientação da ação do grupo, o contexto institucional ajudará a compreender o resultado da análise, ou seja, ajudará a explicar a *Deutungsmuster* encontrado, e não o contrário.

#### *ii) Reformulação: (Umformulierung)*

Uma vez que os trechos da entrevista que abordam as questões que se pretende analisar, que estão intrinsecamente ligados ao problema objetivo da ação, foram selecionados, o pesquisador notará que o texto necessita de formatação, pois provém da entrevista (palavra falada) e foi degravado literalmente. Nesse sentido, não só a questão estilística deve ser trabalhada, mas também se deve extrair somente a essência do que foi falado, mas com o cuidado de não se alterar ideias ou posicionamentos. O resultado, portanto, deverá ser um resumo fiel com os principais argumentos (*Hauptargumente*).

O exercício que o pesquisador faz ao condensar o texto é o de reformulação, que consiste já em uma abstração, “uma vez que aspectos lógicos e normativos da sequência de texto podem ser identificados”, (Valarini 2016, p.127).

Deve-se procurar ao máximo manter os vocábulos falados pelo entrevistado.

*iii) Abstração (Abstrahierung)*

A abstração é a extração, em palavras curtas, do fio condutor de cada explicação do entrevistado. Nesta fase é feita a abstração para se encontrar a estrutura central lógica e normativa do discurso, eliminando tudo o que não é necessário para a compreensão dessa base. O objetivo é ir ao centro das colocações do entrevistado, reduzir o texto a grandes vetores, “categorias de base”, (Pohlmann, Bär & Valarini 2014).

Ao se extrair os vetores do pensamento, será possível entender as categorias de base do argumento, sua descrição ou narração. A estrutura que está nas entrelinhas da argumentação e que conduz e orienta a ação. Para esta etapa não se deve ter por objetivo entender a lógica do “padrão/significação de interpretação”, mas sim identificar a ordem abstrata.

As categorias abstratas são pré-requisitos para a reconstrução da relação causal entre a estrutura cognitiva e normativa do “estoque coletivo de conhecimento” (Valarini 2016, p.127). A reconstrução desse “estoque de conhecimento” será possível com base nessa causalidade das estruturas.

Nas análises desta fase, essas categorias abstratas podem ser apenas enumeradas em forma de frases, pois na próxima etapa haverá a efetiva análise das estruturas cognitiva e normativa, utilizando as categorias encontradas como base para a reconstrução que se pretende (Pohlmann, Bär & Valarini 2014).

*iv) Abstração de ordem (Abstrahierung von Kategorien)*

Nesta etapa se realiza a abstração de ordem, que consiste em separar as categorias lógica e normativa dos argumentos, descrições e narrativas contidas na entrevista, com base nos vetores já extraídos (categorias abstratas).

A partir desses vetores, passa-se à explicitação dos argumentos que justificam a ação (estrutura argumentativa cognitiva), isto é, a forma de compreensão e abstração da realidade que embasa o entendimento que o entrevistado possui e que lhe motiva a ação. Também devem ser identificados os elementos de avaliação da realidade por parte do entrevistado, aquilo que para ele é positivo (valores) e o que é negativo (desvalores). O processo de interpretação nesta fase conduzirá o pesquisador ao esclarecimento e à identificação da avaliação/entendimento e valoração de regras, que são o centro de argumentação do entrevistado sobre a sua ação.

O objetivo da abstração de ordem é a reconstrução das categorias normativas (valores) e categorias cognitiva (forma de entendimento) que orientam a ação do entrevistado, reconstruindo assim o “estoque de conhecimento” utilizado para a solução do problema objetivo de ação (*objektive Handlungsprobleme*). É neste momento que se verifica a *derivação*<sup>100</sup>, descrita por Ullrich (1999).

v) *Comparação (Vergleich)*

As fases anteriores se basearam na análise e exame de trechos de apenas uma das entrevistas. Na comparação, como o próprio vocábulo sugere, será realizada a confrontação do *Deutungsmuster* extraído com aquele encontrado em outros discursos do grupo, com vistas a verificar se se trata, de fato, de um padrão coletivo ou de uma orientação individual. É recomendado que se realize a operação duas vezes: comparando o padrão entre trechos da mesma entrevista para se aprimorar a interpretação ou para confirmar o padrão encontrado antes de seguir a análise nos trechos das outras entrevistas, onde se procurará a orientação do mesmo problema objetivo de ação.

A partir da comparação das estruturas cognitivas e normativas obtidas e entendidas como padrão de interpretação (*Deutungsmuster* ou *mindsets*), poder-se-á saber se se trata de um “padrão de significação dominante”, pela apresentação de sua constância em vários discursos, ou se é menos relevante no interior do grupo. O propósito desta quinta etapa é operacionalizar uma generalização dos resultados para que haja a identificação de um padrão cognitivo e normativo comum e dominante (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.18).

vi) *Identificação das Regras (Identifikation von Regeln)*

Nesta fase se opera a reconstrução dos estoques coletivos, propriamente ditos, pois será possível se identificar as regras que traduzem o padrão de significação e interpretação utilizados pelos entrevistados em relação ao problema objetivo de ação, isto é, quais são as regras que orientam a ação coletiva do grupo, as estruturas cognitivas e normativas descritas na teoria. O principal objetivo aqui é encontrar regras comuns de interpretação e ação no grupo analisado (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.18).

---

<sup>100</sup> Sobre o conceito de derivação, Pohlmann, Bär e Valarini (2014, p.16) chamam esse processo de “compreensão disponível”, isto é, a possibilidade de se acessar os estoques de conhecimento “ativados” pela derivação em que o entrevistado explica seu modo de agir e conseqüentemente demonstra valores e a forma pela qual vê e entende o mundo real.

A identificação da regras também se configura por vetores traduzidos por frases de comando, que (se aplicadas) constituem a interpretação para agir (regras de interpretação), bem como a valoração (regras de ação), ambas utilizadas para orientar a ação diante do problema objetivo a se resolver, do ponto de vista do grupo analisado.

*vii) Contextualização (Kontextualisierung)*

Nesta fase se busca compatibilizar o resultado da análise integrando-o no contexto em que o entrevistado está inserido, bem como no campo onde se manifesta a ação que se quer analisar. As variáveis já levantadas e mapeadas tais como idade, sexo e carreira serão utilizadas para contextualizar o ambiente em que a análise se deu.

Um exemplo prático seriam as cooperativas, pois o *universo cooperativista*, possibilita uma visão ideal da função que um dirigente de cooperativa deveria, frente ao que ele externa no seu discurso. Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho se produz material para ulteriores estudos no campo da sociologia, como por exemplo a partir de seus dirigentes, se as suas particularidades estruturais acabam por influenciar as tomadas de decisão e as formas de ação na administração e na economia.

Esta etapa leva em conta também os contextos social, cultural e institucional nos quais os atores estão envolvidos, de forma a integrar o padrão de interpretação (com a sua estrutura cognitiva e normativa) a certas condições sociais que os produzem.

Nesse sentido, também importam a dimensão dos controles cultural, social e institucional que são reproduzidos e em que contexto aparecem, (Valarini 2016, p.127).

É uma fase de ampliação e enquadramento dos achados para compreensão.

*viii) Explicação (Erklärung)*

Nesta última fase de análise já foram identificados os fatores fundamentais que explicam o tipo de inventário de conhecimento que foi extraído quando os entrevistados foram confrontados com o desafio de “como agir” no sistema e campo em que se encontram (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.18).

Nesse contexto, se realizará a exposição das teorias ou abordagens para tentar explicar a reprodução dessas regras, ou a análise de contextos sociais e suas alterações, bem como as consequências sociais dessas regras, (Valarini 2016, p.127).

O objetivo desta fase é explicar os achados na prática da pesquisa empírica. É uma análise e explicação de como os atores sociais recorreram a certos recursos de

conhecimento, estocados para a resolução do problema objetivo que lhes foi apresentado, e que sobre ele agem.

Nesta fase se utiliza também, a comparação da teoria e a prática da pesquisa empírica, como foi o caso das pesquisas do IMS de Heidelberg que procurou saber se há de fato um novo espírito do capitalismo que altera a orientação da ação dos empresários, como coloca a literatura.

### 3. 3. O QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO.

Vimos nesse capítulo que a aplicação do DMA para a reconstrução dos estoques de conhecimento necessita de uma *base* para que a análise seja possível. Esta base são as respostas dos dez presidentes de cooperativas entrevistados. Mas para formar o entendimento geral que expusemos no capítulo 6, sobre o ambiente cooperativo, recorreremos também ao texto dos Estatutos das cooperativas e da OCEPAR e também de publicações institucionais, que formam um material robusto, pois basicamente cada cooperativa possui uma revista mensal e a entidade de representação possui um informe diário eletrônico e uma revista mensal, além de um anuário.

Ressaltamos que a análise da orientação da ação do grupo que compõe a elite cooperativista se ateuve em passagens de textos de entrevistas realizadas com duas gerações de presidentes de cooperativas agroindustriais do Paraná, nas quais são tratados temas relacionados à Democracia, relação da Democracia e Economia e Ação política do cooperativismo. Os textos derivam de dez perguntas que fizemos sob a forma de um questionário semielaborado. Cada tema foi separado em um bloco com três perguntas, sendo o último tema (Ação política) composto de quatro perguntas, onde a última tratava especificamente das reformas trabalhista e tributária.

Como já vimos no Capítulo 1, chegamos a um universo de onze<sup>101</sup> indivíduos aplicando o critério econômico nas cooperativas com faturamento anual de 1,5 bilhão/reais por ano conjugando com o critério de que o indivíduo deveria ter composto a diretoria da entidade de representação nos últimos 20 anos (1996/2016<sup>102</sup>). Diante da

---

<sup>101</sup> São dez presidentes provenientes das dez maiores cooperativas e um presidente que possui 4 mandatos na entidade de representação totalizando onze indivíduos.

<sup>102</sup> A gestão da diretoria da OCEPAR foi eleita para o quadriênio 2015/2019.

concentração<sup>103</sup> de grandes cooperativas agroindustriais no Paraná escolhemos este estado para o estudo de caso. Dos onze indivíduos um deles não concedeu entrevista, as demais foram concedidas sem problemas e transcorreram na normalidade.

As dez entrevistas tiveram um tempo médio de duração de uma hora, cada uma, ocorreram nos meses de março e abril de 2018. Três delas aconteceram na sede da OCEPAR, por ocasião de estada do entrevistado para compromisso na capital do estado. Seis entrevistas aconteceram na sede da cooperativa e uma entrevista aconteceu no estande de exposições em uma feira da cooperativa, em sala fechada. Em todas as entrevistas os presidentes de cooperativas estavam à vontade e permitiram a gravação das entrevistas, que posteriormente foram degravadas para que analisássemos seu teor.

Sobre este material aplicamos todas as oito fases do DMA para as dez perguntas, produzindo um arquivo no formato Word, mas este material não será disponibilizado, bem como as entrevistas, pois há trechos em que é possível identificar o entrevistado e por ocasião das entrevistas nos comprometemos a manter sigilo quanto às identidades ligadas a opiniões.

Na análise das respostas, no Item 5.2., fazemos considerações sobre cada uma das perguntas e o que se objetivava pesquisar.

A seguir transcrevemos as dez perguntas constantes do questionário:

1. O senhor como presidente de uma grande cooperativa e também como cidadão, na sua opinião, o que é uma democracia e que elementos são importantes para a caracterização de uma democracia?
2. O senhor como presidente de uma grande cooperativa e também como brasileiro, como avalia a democracia brasileira, neste momento? Como será o futuro?
3. O senhor como presidente de uma grande cooperativa, na sua opinião qual seria a necessidade de se continuar a viver em uma democracia?
4. Qual o papel ou função ideal da democracia na economia de um Estado como o Brasil?

---

<sup>103</sup> Das 14 maiores cooperativas (singulares) agroindustriais brasileiras 10 estão sediadas no Paraná, (Fonte: Valor 1000). Coamo, C.Vale, Lar, Coxupé (MG), Comigo (GO), Cocamar, Integrada, Copacol, Castrolanda, Agrária, Coopercitrus (SP), Cooperalfa (SC), Frísia e Coopavel.

5. Qual foi o maior erro ou acerto do Governo nos últimos anos em relação à economia? Reformas são necessárias?
6. Na sua opinião de ator econômico, os governos democráticos que se estruturam nas liberdades dos cidadãos são melhores para garantir uma relação de mercado, ou maiores proteções de setores são necessários?
7. O senhor como presidente da cooperativa e diretor da OCEPAR, qual a atividade que o senhor exerce que o senhor reputa mais importante para o cooperativismo? Qual a ação política que o senhor gostaria de relatar como exemplo de ajuda ao cooperativismo?
8. O senhor como diretor da OCEPAR e que é um dos responsáveis pela ação política da OCEPAR e em consequência da OCB, na sua opinião, está a ação política? Precisa ser aprimorada/melhorada?
9. O sistema cooperativista possui uma frente parlamentar a FRESCOOP, mas na sua opinião, qual é a ação política mais eficaz, a que é realizada junto ao Executivo ou junto ao Legislativo. Na esfera estadual também é assim?
10. O senhor é um cooperativista presidente de uma grande cooperativa, qual a sua posição sobre a reforma trabalhista? E quais as suas expectativas para uma reforma tributária, no sentido do que seria ideal para a cooperativa e para o Brasil?

## CAPÍTULO 4 - A ELITE ECONÔMICA-REPRESENTATIVA DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL

Vimos no Capítulo 2 que as cooperativas são pessoas jurídicas, espécie do gênero sociedades, reguladas pela lei brasileira, que atuam em uma atividade econômica, no caso que ora analisamos: o agronegócio. Ressaltamos que as cooperativas estão envoltas em um conjunto de princípios que constituem um *ethos*, já que pertencem a um sistema econômico social próprio. Esse sistema promove uma relação diferenciada entre capital e sua distribuição e mesmo entre capital e trabalho.

Neste capítulo 4. abordaremos especificamente a questão de que o conjunto das cooperativas formam uma categoria econômica própria, não se confundindo, por exemplo, com a indústria ou agricultura. Decorre daí que se pode analisar os indivíduos, que compõe a *elite cooperativista*, tanto pela sua atuação frente ao empreendimento econômico, como frente à sua entidade de representação.

Como categoria econômica a legislação permite ao conjunto de cooperativas serem assim delimitadas e constituírem uma entidade de representação com *status* de sindicato patronal.

Esses dois aspectos, que se constituem em duas dimensões, denominamos de dimensão econômica e dimensão representativa, as quais nos propomos a examinar separadamente nos itens deste capítulo, como instrumento metodológico, no sentido de criar categorias para análise da *elite cooperativista*.

A dimensão econômica é a dimensão na qual se focaliza o ator na sua condição de “controlador” de um empreendimento econômico de grande porte. Neste sentido a análise se dá no âmbito do exercício da função de *presidente de cooperativa*, portanto o indivíduo está inserido na administração da cooperativa agroindustrial, na qual foi eleito. Como administrador assume o papel de *empregador* e representa a cooperativa nas questões trabalhistas e em outras, na posição de representante de empreendimento cujo conjunto está delimitado como categoria econômica e não categoria profissional.

Neste sentido os presidentes de cooperativas compõem, com o patronato rural, os industriais e o restante do empresariado, o bloco patronal, que representa o que eles próprios denominam de *setor produtivo*: a elite econômica paranaense.

Na dimensão representativa analisamos o ator na condição de diretor do Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, posição na qual ocorre

o exercício da defesa dos interesses do cooperativismo frente ao Estado e aos demais grupos políticos da sociedade. Focaliza-se o ator como diretor da entidade de representação política institucional do setor econômico formado pelo conjunto das cooperativas. Neste sentido podemos comparar a OCEPAR com as outras entidades de representação da categoria econômica, pois é formada pelo conjunto de cooperativas. Pode-se assim compará-la com a estrutura formada pelo conjunto de indústrias que forma a FIEP, ou o conjunto de estabelecimentos comerciais que forma a FECOMERCIO.

O conjunto dessas entidades que representam o *setor produtivo* no Paraná é denominado de G7 e congrega as seguintes entidades: Federação do Comércio - Fecomércio, Federação da Agricultura - Faep, Federação das Indústrias - Fiep, (Federação) das Associações Comerciais - ACP, Federação do Transporte - Fetranspar, Federação das Associações Comerciais e Empresariais – Faciap, e o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, que algumas vezes pode aparecer sob a forma de Fecooper, e que exercem ação política<sup>104</sup>.

O fato que queremos ressaltar e abordar nesse Capítulo é a sobreposição das duas dimensões para constituir a *elite cooperativista*. O conjunto de cooperativas possui importância econômica considerável na economia brasileira e principalmente paranaense, o que sustenta a ideia de que os indivíduos que controlam estes empreendimentos formam uma elite econômica, conforme abordaremos no Item 4.1. O mesmo conjunto de cooperativas agroindustriais constitui uma categoria econômica própria, um setor econômico distinto, embora atuando como agroindústria é um setor próprio, não é ligado à agricultura ou à indústria, e assim foi reconhecido pelo Estado brasileiro, que a partir de 1997 concedeu registros sindicais patronais às organizações de cooperativas, filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e na década de 2000, permitiu a criação de um serviço nacional de aprendizagem (SESCOOP), ligado ao cooperativismo.

As organizações de cooperativas, em especial a OCEPAR, são estruturas criadas para realizar o que denominamos de ação política e representativa sistêmica do cooperativismo, que se consiste em um conjunto de ações políticas de defesa das cooperativas, do conjunto de cooperativas e do cooperativismo, enquanto setor/categoria econômica. Paulo Costa (2014, p. 52), nos seus estudos sobre o empresariado delimitou

---

<sup>104</sup> Eleições 2018 – G7 entrega propostas para os candidatos ao governo do estado. <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-OCEPAR/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/119158-eleicoes-2018-g7-entrega-propostas-para-candidatos-ao-governo-do-estado>. Acesso em 27.08.2018.

o que denominou de *elite empresarial* como sendo parte da elite política na medida em que realiza o *exercício da representação institucionalizada dos interesses de seus pares e dos valores relacionados à política, às instituições políticas e à democracia*. O mesmo critério aplicamos para a dimensão representativa, da *elite cooperativista*, que abordaremos no Item 4.2. e seus subitens 4.2.1 e 4.2.2.

No Sub-item 4.2.3 teceremos algumas considerações que apontam para a existência de ação política da OCEPAR na condição de entidade de representação, em relação ao funcionamento do regime político democrático. Estas considerações são relevantes para as análises que realizamos e que constam dos Capítulos 5 e 6.

#### 4.1. A ELITE NO SEU AMBIENTE ECONÔMICO: AS COOPERATIVAS.

O fato das cooperativas serem espécie diversa dos outros tipos societários brasileiros não lhes tirou a possibilidade de se agigantarem, em termos de membros (cooperados), número de empregados e faturamento.

A prática de uma atividade econômica dentro da classificação do agronegócio, mesmo que se possa juridicamente afirmar que as cooperativas não possuem uma atividade econômica própria, mas sim uma atividade econômica subsidiária à atividade de seus cooperados, não lhes tirou a possibilidade de um crescimento vertiginoso a partir da década de 1990, quando a soja, o milho e as proteínas animais (frango) tornaram-se os principais produtos das cooperativas.

O cooperativismo agroindustrial paranaense envolve milhares de produtores rurais, na sua grande maioria médios e pequenos<sup>105</sup>, que entregam suas produções na cooperativa para industrialização e comercialização coletivas, potencializando-a como resultado do conjunto das atividades dos cooperados.

Tais cooperativas agem e operam sob a lógica de empreendimento econômico racional que busca obter resultados positivos na sua produtividade e nas suas operações com o mercado. Todavia o resultado positivo de sua atividade é dividido entre os cooperados, segundo o *quantum* de operação, não havendo *lucro* da cooperativa, nem a figura de grupos majoritários com poder societário. Esta característica é importante quando se analisa a configuração e forma de assunção de poder, como explicaremos neste item.

---

<sup>105</sup> No estado do Paraná 86% das propriedades rurais tem até 50ha, segundo dados da SEAB e DERAL de 2003. <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>. Acesso em 02. 10.2018.

Dez cooperativas agroindustriais do Paraná vêm se diferenciando das demais pelo seu gigantismo e potencialidade de mercado, dispondo de grande quantidade de grãos e proteína animal industrializada ou comercializada a granel, sendo um relevante *player* do ponto de vista econômico, e sua situação financeira é reconhecida no mercado como um caso de “sucesso empresarial”, pela mídia especializada em agronegócio e empresas, que as colocam em seu ranking de *melhores empresas*<sup>106</sup>.

Quadro 7: Maiores cooperativas paranaenses em 2016 e 2017.

Cooperativas do PR entre as 1000 maiores empresas do Brasil			
Cooperativa	Posição 2017	Posição 2016	Receita líquida (em milhões de R\$)
COAMO	63	51	10.352,3
C. VALE	88	86	6.829,4
LAR	106	111	4.956,0
COCAMAR	150	163	3.721,2
COPACOL	182	186	3.224,6
CASTROLANDA	219	214	2.745,8
INTEGRADA	230	212	2.665,3
AGRÁRIA	232	224	2.651,9
FRIMESA	251	257	2.428,5
FRISIA	256	251	2.345,0
COOPAVEL	280	270	2.091,4
COPAGRIL	373	373	1.473,9
COASUL	374	361	1.466,2
CAPAL	446	400	1.198,7
COAGRU	795	637	533,3
PRIMATO	884	898	455,5

Fonte: Valor 1000

Como já vimos no Capítulo 1 o Paraná possui tradição agropecuária sendo o segundo estado brasileiro em produção de grãos e suínos e o primeiro em proteína animal de frango. É a sede de onze das dezesseis maiores cooperativas agroindustriais do Brasil (ver Quadro 8).

Essas cooperativas não são apenas um conjunto de produtores ou agroindustriais estáveis, mas grandes empreendimentos econômicos, sendo que uma delas figura entre as 50 maiores empresas brasileiras e as outras estão entre as 600 maiores, com faturamento anual superior a 1bilhão e meio de reais (EXAME: 2016)<sup>107</sup>.

Os Quadros 7 e 8 apresentam dados nacionais e da região Sul, sobre o cooperativismo paranaense sobre sua relevância econômica, em curva de crescimento.

<sup>106</sup>[http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com\\_content&view=article&id=119099:valor-1000-dezesseis-cooperativas-do-parana-estao-entre-as-maiores-empresas-do-pais&catid=15:informe&Itemid=870&acm=6063\\_3466](http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com_content&view=article&id=119099:valor-1000-dezesseis-cooperativas-do-parana-estao-entre-as-maiores-empresas-do-pais&catid=15:informe&Itemid=870&acm=6063_3466) Acesso em 02.10.2018.

<sup>107</sup> O resultado desta publicação foi notícia no veículo oficial de comunicação da OCEPAR. <http://www.paranacooperativo.com.br/ppc/index.php/sistema-OCEPAR/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/104651-melhores-a-maiores-mais-tres-cooperativas-do-parana-destacam-se-no-ranking-da-revista-exame->. Acesso em 09.nov.2017.

Quadro 8

Cooperativas do PR entre as 1000 maiores empresas do Brasil			
Posição 2015	Posição 2014	Cooperativa	Vendas líquidas (em milhões de R\$)
48	54	Coamo	10.525,2
110	120	C. Vale	5.698,8
144	193	Lar	4.149,7
193	218	Cocamar	3.260,9
222	256	Copacol	2.937,0
261	283	Agrária	2.489,6
265	321	Integrada	2.417,8
282	319	Castrolanda	2.282,0
319	359	Coopavel	2.029,4
324	344	Frimesa	2.014,5
334	378	Frísia	1.945,5
457	496	Copagril	1.347,5
462	535	Coasul	1.334,1
566	663	Capal	1.025,5
842	977	Bom Jesus	604,0
887	874	Coagru	563,5
965	-	Unimed de Londrina	490,4

Retirado de *Revista Paraná Cooperativo*. Ano 12, Número 138, Jul/2016, p.32.

Quadro 9

Entre as 100 maiores na região Sul		
Posição 2015	Posição 2014	Cooperativa
2	5	Coamo
10	13	C. Vale
16	19	Lar
22	24	Cocamar
29	31	Copacol
31	39	Agrária
32	46	Integrada
34	44	Castrolanda
43	52	Coopavel
45	49	Frimesa
46	53	Frísia
68	70	Copagril
69	78	Coasul
90	-	Capal

Retirado de *Revista Paraná Cooperativo*. Ano 12, Número 138, Jul/2016, p.33.

Análise de dados das empresas do sul do Brasil.

Tendo em vista a concentração de cooperativas no Paraná, entendemos necessário focalizar as cooperativas paranaenses dentro do universo econômico deste estado.

De início se pode analisar o contexto da atividade econômica na qual as cooperativas pesquisadas se dedicam - a agropecuária - no Paraná em comparação ao Brasil. A constatação de que agropecuária paranaense possui um lugar de destaque no cenário nacional, pode ser comprovada com o exame dos dados do VBP (Valor Bruto da Produção), divulgado periodicamente pelo Ministério da Agricultura. Esse indicador

sobre volumes de produção agropecuária “primária”, que se baseia na quantidade de produção e preço médio de comercialização, pode ser entendido como um indicador de faturamento aplicável apenas a produção primária.

O VBP nacional de 2015 foi de 573,1 bilhões de reais, sendo 71,9, bilhões de reais o VBP paranaense. Em análise a esses dois números encontramos que o VBP da pecuária nacional em 2015 foi de 202,9 bilhões de reais e do Paraná 27,7 bilhões de reais, o que representa 14% da pecuária nacional. Individualmente é o estado com maior valor individual<sup>108</sup>, (MAPA, 2016)<sup>109</sup>. Em relação à Lavouras, o VBP nacional é de 370, 2 bilhões de reais e o Paraná apresenta um VBP de 44, 2 bilhões, no ano de 2015, o que representa 12% da produção nacional<sup>110</sup>. Relevante lembrar que a área do Paraná (199.315 mil km<sup>2</sup>) corresponde apenas 2,3% da área do Brasil (8.516.000 km<sup>2</sup>).

Especificamente sobre as cooperativas agroindustriais<sup>111</sup> paranaenses, em relação a sua participação na produção agrícola, no contexto do estado do Paraná, se nota a importância do conjunto dessas cooperativas. Segundo a Secretaria de Abastecimento e Agricultura, a safra paranaense de 2014/15 de grãos e cereais atingiu um volume de 38,1 milhões de toneladas, (SEAB/DERAL 2016). Considerando que as cooperativas paranaenses têm uma participação de 56%<sup>112</sup> no recebimento da safra no Paraná, pode-se entender que elas receberam em 2014 cerca de 21 milhões de toneladas de grãos.

No contexto estadual da atividade industrial (agroindústria), também se nota a relevância econômica das cooperativas, se comparadas com o setor industrial paranaense. Segundo a FIEP (2016) havia, em 2014, um total de 332,8 mil indústrias no Paraná, cujo conjunto apresentou um faturamento total de R\$ 150,29 bilhões, (IPARDES: 2014). As onze maiores cooperativas agroindustriais paranaenses pesquisadas somaram, no mesmo período, receitas totais de R\$ 35,9 bilhões. Em termos comparativos o faturamento das onze cooperativas corresponderia a 24% do faturamento da indústria no Estado. A agropecuária e a agroindústria no Paraná correspondem a 61,4% da economia industrial paranaense, (SEAB/DERAL, 2014).

Outros indicadores e equivalências, também demonstram o lugar de importância ocupado pelas cooperativas agroindustriais que pesquisamos, em relação ao grupo de

---

<sup>108</sup> O segundo estado é Minas Gerais com 11%, (MAPA, 2016)

<sup>109</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>.

<sup>110</sup> Mato Grosso representa 16%, São Paulo 15,2% e Paraná 12%, (MAPA, 2016).

<sup>111</sup> Cooperativas agropecuárias que possuem indústria.

<sup>112</sup> Este percentual de 56% é divulgado pela OCEPAR (2015) como sendo o percentual das cooperativas no PIB agropecuário paranaense.

cooperativas; por exemplo, o faturamento das 70 cooperativas agropecuárias do Paraná em 2014, foi de 42,21 bilhões de reais, segundo a OCEPAR (2015)<sup>113</sup>, sendo que a somatória de valores publicados nos balanços das onze cooperativas totalizam 35,9 bilhões, isto é, as onze cooperativas são as responsáveis por 85% do faturamento do setor cooperativo agropecuário paranaense.

Tendo em vista os dados que coletamos em 2014, em comparação com 2015, verificamos que além de sua importância econômica, o setor das cooperativas agroindustriais tem apresentado um crescimento econômico considerável, na medida em que, segundo o IPARDES (2015), o PIB do Paraná em 2015 foi de 365 bilhões o que representa um aumento de 5% em relação aos 348 bilhões de 2014 e que as estimativas, em relação às cooperativas é um aumento de faturamento de 17%, (PARANÁ, 2016)<sup>114</sup>.

A direção das cooperativas que exercem essa atividade econômica de grande porte e grande complexidade está a cargo de um grupo reduzido de indivíduos, aos quais reconhecemos sua natureza de *elite econômica*<sup>115</sup>.

A figura do presidente de cooperativa possui uma concentração relevante de poderes, derivada da própria lei das cooperativas (Lei nº 5.764/71) e corroborada pelos estatutos sociais, que reproduzem esta dinâmica estrutural. Os presidentes possuem todos os poderes de administração e convocação de assembleias, dirigem os colegiados de dirigentes, possuindo voto decisivo nos colegiados.

Nesse sentido, estes atores não são apenas os representantes da sociedade cooperativa, mas sim seus principais “gerenciadores”, que atuam diretamente e pessoalmente na estrutura administrativa. Ou seja, atuam nas decisões fulcrais da sociedade e são os responsáveis pelos rumos e estratégias industriais e de mercado. Ao presidirem os colegiados dos quais fazem parte, atuam diretamente nas suas decisões e

---

<sup>113</sup> Algumas informações do Relatório de Atividades da OCEPAR são complementadas por matérias no informe diário da OCEPAR, bem como pelas publicações mensais da revista Paraná Cooperativo (12 Edições regulares/ano) e pelo informe diário eletrônico da OCEPAR. Além disso existem publicações de cada uma das cooperativas e muitas informações estão disponibilizadas nos seus sítios eletrônicos. À título de exemplo, as seguintes edições do Informe Paraná Cooperativo publicaram dados: edição 4015 de 01.fev.2017 (Copacol e C.Vale); edição 4016 de 02.fev.2017 (Cocamar); edição 4026 de 16.fev.2017 (Coamo). Acessível pelo endereço:<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-OCEPAR/comunicacao/2011-12-07-11-06-29>.

<sup>114</sup> Dados coletados no sítio eletrônico da Agência de Notícias do Paraná <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=92249>. Acesso em 30.01.2017.

<sup>115</sup> Podemos ressaltar que, em função de algumas cooperativas agroindustriais estarem entre as maiores indústrias do país, seus presidentes foram contemplados em pesquisa intitulada *International Management Studies*, realizada pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, e que analisou aspectos da trajetória pessoal, profissional e os valores dos *CEOs* das maiores indústrias em diversos países, inclusive o Brasil (Pohlmann e Valarini, 2013; Costa, 2014).

presidem também as assembleias anuais de cooperados, conduzindo-as e elaborando suas pautas.

Uma característica que os distingue dos CEOs das sociedades empresárias é que além de conhecimento no negócio da sociedade, devem enfrentar a cada quatro anos eleições para se manterem nos cargos, uma vez que nas cooperativas o poder está pulverizado pela singularidade de voto do cooperado, que é atrelado à matrícula e não ao capital ou volume de produção, isto é, cada cooperado tem direito a apenas um voto, não havendo grupo majoritário.

As cooperativas possuem um número significativo de cooperados, todos com direito a um voto na assembleia e nesse sentido o pleito eleitoral equivale a uma eleição política, em cuja esfera o candidato deve apresentar três elementos: ser cooperado ativo, ser detentor de elementos técnicos de gestão, e ainda um elemento subjetivo, que denominamos de *carisma político*, no sentido weberiano, como explicaremos no item 6.1.

Além disso, notamos que os presidentes das cooperativas exercem a articulação entre os interesses dos cooperados e das atividades econômicas por eles dirigidas na cooperativa com as autoridades políticas, principalmente na esfera municipal. Portanto, se há um processo de escolha daqueles que vão exercer o papel de “representantes políticos” de um dado grupo, pode-se considerar que também há elementos característicos da *elite representativa* naqueles que são eleitos para dirigir as cooperativas.

Por elite representativa entendemos os indivíduos que atuam na direção da entidade de representação ou exercem atividade política delegada em prol da cooperativa ou do cooperativismo. Esta caracterização será tratada no item 4.2.

Pela legislação das cooperativas agropecuárias, o cargo de presidente não pode ser exercido por um administrador contratado, mas apenas por um cooperado eleito. Portanto só pode exercer um cargo eletivo o candidato que se revestir da condição de sócio cooperado, o que perfaz a necessidade de que todos os dirigentes de cooperativas pertençam a mesma categoria econômica dos demais cooperados, no caso, produtores rurais. Os estatutos exigem ainda que o cooperado esteja em pleno exercício de alguma atividade econômica na produção agropecuária diretamente ligada à cooperativa. Essa configuração ajuda a explicar as longas carreiras e o conhecimento específico que notamos quando da análise dos cargos de presidente de cooperativa.

Podemos destacar que as cooperativas agroindustriais possuem em conjunto próximo a 167.563 mil cooperados e 76 mil empregados (OCEPAR: 2017) e que a

maioria surgiu, basicamente, no final da década de sessenta e início da de setenta (Ipardes: 1973).

Para uma caracterização do ator no seu ambiente econômico individual, fazemos uma sucinta consideração acerca de cada uma das dez cooperativas, das quais extraímos nosso objeto de estudo, no Anexo I. Esclarecemos que todas as cooperativas que abordamos nessa pesquisa são de 1º grau, isto é, singulares, constituídas de pessoas físicas. É por esta razão que excluimos da nossa análise a cooperativa Frimesa, que é composta por cinco cooperativas, sem cooperados pessoas físicas.

Os dados sobre as cooperativas podem ser relatados de forma a representar sua história, para tanto escolhemos a cooperativa LAR, utilizando-se das informações publicados no seu sítio eletrônico<sup>116</sup> para mostrar um pouco da realidade como é autorretratada e a configuração geral das cooperativas da região oeste do Paraná, que congrega uma concentração de cooperativas.

#### A Cooperativa Agroindustrial LAR

foi fundada em 19 de março de 1964, na antiga Gleba dos Bispos, hoje Missal, por um grupo de 55 agricultores, migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de descendência alemã e praticantes da religião católica. (...) Os cooperativistas deram o primeiro nome para associação de Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda., Comasil, e seu primeiro presidente [foi] Pe. José Backes. (...) Os colonos criavam suínos, plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e alguns grãos de soja. A extração da madeira – lapacho, peroba, angico - e do palmito proporcionavam uma renda extra. Para gerenciamento, organização e legalização da Comasil agricultores foram buscar em vila Pinheiro Machado, no município de Cerro Largo (RS), o professor primário Ignácio Aloysio Donel, que esteve no comando dos destinos da Cooperativa durante 26 anos, (LAR, 2018).

Donel também foi diretor e presidente da OCEPAR, na reforma estrutural da OCEPAR anterior a 2002.

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC – foi o responsável pelo atual desenho geográfico das cooperativas da região oeste e sudoeste do Paraná. Por ser um projeto conjunto do governo federal e estadual, visava analisar

a realidade socioeconômica de 51 municípios da área de atuação de 13 cooperativas do Oeste e Sudoeste do Paraná. O PIC concluiu que a Comasil como estava não poderia continuar. Contava com 126 sócios, difícil acesso, falta de infraestrutura e localização perto do isolamento. Ou mudava de endereço ou estava condenada ao fechamento. A opção encaminhada pelos fundadores foi a transferência da sede de Missal para Medianeira. Também o

---

<sup>116</sup> <http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>. Acesso 26.10.2018.

PIC previa a construção de armazéns graneleiros, e em 1972 tem início a fase da edificação de grandes obras, (LAR, 2018).

A Comasil deixa de existir, para chamar-se Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda., acompanhando o ciclo da industrialização, na década de 1990. Com essa industrialização há outra mudança de nome para LAR, que acompanha a cooperativa até os dias de hoje. Seu faturamento em 2017 foi de R\$ 5,6 bilhões de reais. Seus principais produtos são proteína animal (frango), industrializados na forma de empanados e mais de 300 outros produtos industrializados (enlatados, congelados, cortes de frangos, ovos, café, vegetais, compotas, arroz). Possui 10.607 cooperados e 9.416 empregados.

Outra cooperativa que abordamos especificamente nesse item é a Cooperativa Agroindustrial BOM JESUS, com sede na Lapa, região centro-sul do Paraná, com faturamento em dezembro de 2017 de R\$ 640 milhões de reais.

A cooperativa não possui indústria para comércio de produtos. Opera com grãos: soja, milho, feijão, trigo e cevada. Tem 5.460 cooperados e 500 empregados. Não fatura mais de R\$1,5 bilhão /ano.

Ocorre que seu presidente ocupou por quatro mandatos o cargo de Diretor da OCEPAR, número máximo de gestões que detectamos no universo de diretores no período dos últimos vinte anos. Esse caso será analisado no item 5.1.

#### *4.2. A ELITE NO SEU AMBIENTE REPRESENTATIVO: A ENTIDADE DE REPRESENTAÇÃO (OCEPAR).*

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR é a entidade estadual pela qual se viabiliza a ação política concentrada das cooperativas paranaenses. O exame de sua natureza, formato institucional e os mecanismos de formação e composição de sua diretoria, são os aspectos necessários a serem analisados para se poder extrair os elementos comuns que permitem que os atores políticos ascendam ao cargo de diretor da entidade.

Assim analisaremos como se dá a seleção e o recrutamento de agentes para preenchimento dos postos de direção.

A OCEPAR está integrada à estrutura nacional de representação do cooperativismo no Brasil, daí a necessidade de situá-la dentro desta estrutura. Para tanto, tecemos breves considerações sobre a entidade de representação nacional, dado que as

entidades estaduais possuem natureza e formatos semelhantes, embora com algumas diferenças relevantes.

A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB é a entidade de representação institucional e política das cooperativas no Brasil<sup>117</sup>, constituída em 1969 e recepcionada pela lei geral das cooperativas. Congrega atualmente 6.655 cooperativas do país, que são responsáveis por 376.795 postos de trabalho e congregam 13.230.960 cooperados (OCB: 2015).

O chamado *Sistema OCB* engloba três entidades distintas: a entidade sindical, denominada de Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP) o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP Nacional), e a própria OCB, que é a entidade responsável pela ação política institucionalizada e pelo registro compulsório das cooperativas, sendo que a presidência das três entidades é exercida pelo presidente da OCB, denotando unidade e centralização de poder e funções.

A particularidade desta estrutura está no fato de que a Lei Federal nº 5.764 de 1971, ao criar a OCB, estabeleceu uma estrutura com tríplice função: entidade de representação; órgão técnico-consultivo do Governo e; órgão de registro (compulsório) das sociedades cooperativas, instituindo cogentemente que as cooperativas só podem funcionar se estiverem registradas na OCB. Assim a OCB é hegemônica quanto ao exercício da representação e defesa do sistema cooperativista brasileiro<sup>118</sup>.

A diretoria da OCB, segundo seu Estatuto, é composta por cinco diretores eleitos, cada qual por uma região geográfica do Brasil, dentre os presidentes das vinte e sete Organizações Estaduais (até 2017 o Paraná era o titular da região sul).

Além da compulsoriedade de registro, foi instituída, em 1971, a unicidade de representação institucional do conjunto de cooperativas, criando, ao mesmo tempo, um mecanismo que congrega e representa. Entretanto, a representação não congrega a dimensão sindical e sim o exercício da representação política do cooperativismo, diferenciando este sistema do que ocorre, por exemplo, com a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional da Agricultura, em cujo contexto os sindicatos, federações do cooperativismo e a própria CNCOOP atuam estritamente no âmbito do direito coletivo do trabalho.

---

<sup>117</sup> Observar a questão da UNICOPAS, nota 114.

<sup>118</sup> Texto dos artigos 105 e 107 da Lei Federal nº 5.764/71. Quanto à hegemonia, ver nota 114 sobre a UNICOPAS.

Em oposição à unicidade de representação existem ações vindas de algumas cooperativas que se apoiam na futura reforma da lei cooperativista<sup>119</sup>, quando cria a dualidade de representação entre a OCB e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas)<sup>120</sup>.

Diferentemente da OCB, a natureza jurídica da OCEPAR é dupla: possui dimensão associativa e sindical na mesma pessoa jurídica. De 1971 até 1997 a OCEPAR foi estritamente uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, na condição de Organização de Cooperativas, todavia após 1995/97 houve uma alteração estatutária e a consequente concessão de registro sindical, passando, também, a ser sindicato *patronal* de todos os ramos de cooperativas no âmbito estadual.

As cooperativas são consideradas empregadoras em relação aos seus empregados. Antes dessa prerrogativa as cooperativas eram representadas pelos sindicatos da indústria (alimentação) ou do comércio, na esfera do direito coletivo do trabalho, mas a representação institucional (política) foi exercida sempre pela e através da OCEPAR.

O estatuto da OCEPAR estabelece como *objetivo primordial* da entidade a representação e defesa dos interesses do sistema cooperativista paranaense, perante as autoridades constituídas e a sociedade, além de exercer a representatividade sindical patronal das cooperativas paranaenses<sup>121</sup>.

Ressaltamos que o âmbito de atuação da OCEPAR objetiva ainda a promoção e divulgação da doutrina cooperativista e seu desenvolvimento e colaboração com o Governo<sup>122</sup> em suas tomadas de decisões relacionadas ao cooperativismo.

O estatuto estabelece ainda, ao órgão de representação, sua estrutura socioeconômica geral e seu desenvolvimento, além da função de exercer atividades de interesse das cooperativas, realizar projetos e levantamentos que visem atender às

---

<sup>119</sup> Para detalhes consultar o artigo 77 do Projeto de Lei nº 519/2015, que tramita na Câmara dos Deputados. O projeto se originou em 1989 e segue seu curso. Finalizou tramite no Senado Federal em dezembro de 2015. Não há previsão sobre seu futuro, em relação a tempo.

<sup>120</sup> A UNICOPAS é o resultado da união de três organizações nacionais: a Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), a Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), e a Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil), ocorrida em 2014. As cooperativas que integram estas três organizações são ligadas à agricultura familiar, à economia solidária e à reforma agrária. As cooperativas analisadas neste trabalho estão todas dentro da OCB e particularmente dentro da OCEPAR.

<sup>121</sup> Redação do parágrafo único do artigo primeiro do Estatuto da OCEPAR.

<sup>122</sup> O artigo 1º do estatuto da OCEPAR se refere a *governo* para referir-se a Estado ou Poderes do Estado. O fato é que a constituição estadual confere à OCEPAR, como órgão de representação (art.148), assento em todos os colegiados paritários do estado e elenca o cooperativismo como prioridade.

necessidades do cooperativismo e preservar a identidade e a unidade do Sistema Cooperativo.

Essa dimensão atinge a forma de sistema econômico social no qual o cooperativismo se configura, dando à OCEPAR o *status* de ser a entidade guardiã dos princípios do cooperativismo, solidificando, com isto, a função de *reconhecer* se a pessoa jurídica que se apresenta é ou não uma sociedade cooperativa, podendo assim simplesmente afastar aquela sociedade de seus quadros e da natureza de cooperativa. Essa representação e interlocução com os poderes estaduais tem ocorrido desde a criação da OCEPAR em 1971.

O exame das publicações oficiais da entidade mostra que a ação política, na representação institucional do cooperativismo paranaense, é exercida pela OCEPAR e a partir dos últimos dois anos, em alguns casos, pela Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR).

Há, portanto, certa confusão de funções, na medida em que o Paraná é o único estado que possui duas organizações de cooperativas, sendo uma delas configurada como um *sindicato patronal* e a outra uma *federação patronal*.

Pela análise dos estatutos das duas entidades e pelo teor das publicações do *sistema OCEPAR*, desconsideramos a FECOOPAR como entidade de representação institucional, por dois motivos: (i) sua criação foi parte de um plano não concretizado de incorporar a OCEPAR e tornar-se entidade sindical de 2º grau, como se apresentam as entidades de representação do setor produtivo (Fiep, Faep, Fecomércio etc) e ; (ii) nas nossas pesquisas, na análise dos informes e publicações do cooperativismo paranaense, essa entidade está sempre atrelada à área estritamente sindical das relações trabalhistas, firmando Convenções Coletivas de Trabalho, atuando junto aos nove sindicatos regionais patronais na celebração dos acordos, ou ainda auxiliando as cooperativas na interlocução com o sindicato de empregados. Não detectamos uma ação política específica dos cinco sindicatos regionais agropecuários patronais do cooperativismo paranaense: Sindicatos de Cooperativas (SINCOOPARES-agropecuários)<sup>123</sup>.

Notamos, entretanto, que a OCEPAR se mantém no comando e exercício da representação institucional do cooperativismo paranaense, pois o presidente da

---

<sup>123</sup> A atual estrutura sindical patronal do cooperativismo paranaense foi iniciada a partir do desmembramento da OCEPAR em oito sindicatos e a criação de uma entidade de 2º grau, a FECOOPAR. Em relação às cooperativas agropecuárias, a divisão é regional: SINCOOPAR Centro-Sul, Norte, Noroeste, Sudoeste e Oeste (Fonte: Ata da Assembleia Geral Extraordinária da OCEPAR de set.2003).

FECOOPAR é o presidente da OCEPAR e a diretoria da FECOOPAR compreende os presidentes de grandes cooperativas que já foram diretores da OCEPAR e representantes dos núcleos regionais da OCEPAR. Ademais, a FECOOPAR funciona em apenas uma sala da sede da OCEPAR, com três empregados.

Em suma, tais dados nos permitem concluir que a ação do cooperativismo voltada para o processo decisório das políticas públicas no Paraná se dá de forma centralizada e concentrada em Curitiba e na OCEPAR, o que é reconhecido e ressaltado pela própria entidade, (Setti, 2011).

Isso implica uma grande relevância política dos dirigentes da entidade e a necessidade de estudar a sua composição, enquanto *elite política* do cooperativismo no Paraná, que aqui estamos chamando de *elite cooperativista*.

#### 4.2.1. O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CARGOS SUPERIORES DA OCEPAR (RECRUTAMENTO).

Conforme nos referimos no item anterior, as questões relativas à ação política e aos posicionamentos relevantes do setor cooperativo paranaense são tratadas pela diretoria da OCEPAR, composta por catorze dirigentes de cooperativas registradas e com sede no Paraná.

Esses dirigentes são eleitos de quatro em quatro anos, em assembleia geral da entidade, sendo facultada a reeleição para apenas um mandato subsequente.

Entendemos que esta vedação para o exercício de um terceiro mandato consecutivo seja a razão para que alguns vice-presidentes tenham ocupado cargos na diretoria, mas frisamos que foram indicados pela sua cooperativa, que compõe o grupo das dez cooperativas que listamos, no item 4.1.

Embora a OCEPAR tenha sua dupla natureza jurídica (organizacional e sindical), seu estatuto estabelece que a composição de sua diretoria atenda às questões de direito cooperativo e não às questões de direito coletivo do trabalho, aplicando-se as regras da lei cooperativista, como por exemplo a vedação de terceiro mandato e a ausência da figura de filiação, fato que a afasta das outras entidades de representação político-patronal.

Podemos destacar outra particularidade importante: que embora a diretoria até hoje seja composta por dirigentes de cooperativas, a partir de 1996 a presidência da

entidade passou a ser exercida por um “empregado” da OCEPAR<sup>124</sup>. Após a reforma estatutária de 2002, criou a figura da *presidência executiva*, que desde então é ocupada a partir desse critério<sup>125</sup>.

Destacamos que, dos quatorze diretores, dez são oriundos das cooperativas do ramo agropecuário, o que permite uma grande margem de maioria decisória<sup>126</sup>. A eleição só se realiza através de chapas previamente inscritas, cujos membros ocuparão os cargos na diretoria. Nas seis eleições que ocorreram de 1996 a 2015 (diretoria atual), verificamos que só houve a inscrição de chapas únicas, as quais foram eleitas por unanimidade.

Diante desse fato entendemos que, se há disputas, estas não ocorrem na assembleia e sim em instância anterior, por ocasião da formação de chapas.

A construção da chapa possui dois momentos distintos, ambos regulados pelo estatuto da OCEPAR. Inicialmente, cinco vagas são destinadas aos dirigentes (coordenadores regionais) que representam os chamados núcleos cooperativos correspondentes à divisão do estado em regiões (norte, noroeste, oeste, sudoeste e centro-sul), nos quais as sedes das cooperativas se localizam.

São então realizadas duas reuniões formais semestrais promovidas pela OCEPAR em cada um desses núcleos, sendo que no segundo semestre, antes do encerramento do mandato da diretoria, são eleitos/indicados os nomes dos coordenadores das cinco vagas relativas aos núcleos. Tais coordenadores comporão a chapa para concorrer na assembleia. Como em geral só se constitui uma chapa, eles já podem se considerar eleitos para os quatro anos seguintes.

Em relação à escolha de candidatos pelos núcleos regionais, não existe um procedimento formal definido, pois a única versão do regimento interno destes núcleos disponível foi publicada em outubro de 1991, no jornal da OCEPAR, quando da criação

---

<sup>124</sup> O termo “empregado” é utilizado no sentido técnico-jurídico do artigo 3º da CLT, que designa que a relação jurídica de trabalho que liga o indivíduo é regida por aquele diploma, perfazendo dois sujeitos distintos: empregador e empregado, este com subordinação jurídica, pessoalidade, assiduidade e onerosidade. Entre 1996 e 2002, o presidente era João Paulo Koslovski, um empregado da entidade que ocupava o cargo de superintendente/executivo desde a década de 1980. Portanto, não era um dirigente de cooperativa, mas foi eleito pela assembleia para a presidência.

<sup>125</sup> Em 2016, por aposentadoria de seu titular, foi indicado outro empregado graduado da OCEPAR, ambos engenheiros agrônomos, com carreiras com mais de 20 anos dentro da estrutura da OCEPAR. De 2002 até 2015, o cargo foi exercido pela mesma pessoa.

<sup>126</sup> A regra de preenchimento das cadeiras (cargos) da diretoria está disposta no artigo 19 do Estatuto da OCEPAR. Em 2016 haviam 220 cooperativas registradas, destas 69 agropecuárias. De 1996 a 2015, das quatorze cadeiras, onze pertenciam a cooperativas agropecuárias. A partir da eleição de 2015, coube ao ramo agropecuário dez cadeiras, pois o ramo de crédito passou a ocupar mais uma vaga, resultando na seguinte distribuição: 10 vagas para as cooperativas agropecuárias, 3 vagas para o ramo de crédito e uma vaga para o ramo de saúde, ocupada pela UNIMED.

dos núcleos regionais pelo então presidente da entidade, Inácio Donel. O objetivo então declarado era a descentralização das decisões e da representação<sup>127</sup>.

Porém, a análise desta dinâmica e deste objetivo indica que houve um processo inverso, isto é, a manutenção da centralização. Embora a eleição dos futuros membros da diretoria se processasse inicialmente em instâncias diversas e anteriores à assembleia geral (centralizada), nas quais ocorreriam possíveis disputas regionais, os cargos têm sido exercidos de forma centralizada e sediada em Curitiba, na sede da OCEPAR, no âmbito do colegiado, já que os pronunciamentos no interior pelo diretor da entidade, na maioria das vezes, são feitos em nome da cooperativa que ele preside, e não em nome específico da OCEPAR.

A composição do restante da chapa também leva em conta os principais ramos cooperativos estruturados na OCEPAR, cujo critério é o índice de participação na manutenção da entidade (percentual do montante total das contribuições recolhidas – critério estatutário) portanto há vagas reservadas para esses ramos (agropecuário, crédito e saúde). Estas nove vagas são preenchidas com presidentes de cooperativas de segundo grau, incluindo o ramo agropecuário. Não encontramos casos de coordenadores de núcleos que não representem cooperativas agropecuárias.

Não há um mecanismo formal estruturado, o que nos leva a crer que isso decorra de outros arranjos, institucionais ou não. A composição das chapas indica que, na grande maioria dos casos, os candidatos aparecem em duas gestões sucessivas. Após este período, a vaga do núcleo é destinada ao presidente de outra grande cooperativa da região.

Para melhor visualizar a questão tomemos por exemplo a última chapa (2015). Dos quatorze cargos de diretores, cinco foram preenchidos com os representantes dos ramos. Em relação às nove vagas restantes, verifica-se a presença de presidentes de cooperativas de outros segmentos: três do crédito, e um do ramo saúde. Os outros cinco cargos foram preenchidos com presidentes de cooperativas do ramo agropecuário.

Na última eleição realizada em 2015 o ramo crédito passou a ocupar três cadeiras, sendo que o agropecuário ocupa dez e não mais onze, dos quatorze cargos de diretores. Seja como for, este setor continua ocupando a maioria das cadeiras, cujas vagas seriam

---

<sup>127</sup> Tais informações constam da ata da penúltima reunião da diretoria, antes de iniciar o ano em que se findam os mandatos. As reuniões são descentralizadas, ou seja, ocorrem em uma cooperativa por região, sendo que ao final do processo é lavrada uma ata única dos cinco encontros. Estes documentos não trazem sinais de disputa ou conflitos.

destinadas às maiores cooperativas ou às cooperativas de segundo grau (as centrais ou federações)<sup>128</sup>.

O que se pode analisar é o resultado deste processo de escolha das chapas, cujos nomes todos foram eleitos recebendo votação unânime das assembleias gerais da OCEPAR. Nesses casos talvez ocorram reuniões de dirigentes para evitar disputas e manter a unidade, objetivando um consenso de (re)eleição, já que não verificamos disputas políticas no período analisado.

Notamos, portanto, que as características do processo de seleção e recrutamento tem resultado em manter-se uma hegemonia do ramo agropecuário, mas sem perder de vista a questão da manutenção econômica da entidade. A ascensão dos ramos crédito e saúde é um indicativo disto.

O fato de ter uma diretoria eminentemente agropecuária poderia explicar a forte atuação da OCEPAR na defesa do setor, mas também pode ser a consequência de um passado no qual as cooperativas agropecuárias eram a força motriz do cooperativismo.

Também se pode entender assim a especialização do corpo técnico da OCEPAR na agropecuária e a ocupação de cargos de gerência e superintendência por apenas engenheiros agrônomos, como também evidencia o fato de que desde sua fundação todos os presidentes foram engenheiros agrônomos.

Em suma, verificamos que, a despeito da especialização e da profissionalização da presidência e conseqüentemente da gerência da entidade, exercida por engenheiros e técnicos, e da tentativa de descentralização do processo decisório, ainda cabe à diretoria a direção política da OCEPAR.

Isso reforça a importância dos dirigentes das cooperativas agroindustriais e da sua predominância na direção da entidade, o que, por sua vez, reforça a importância da dimensão política no funcionamento do *cooperativismo agroindustrial* e da *elite cooperativista*. Além disso, o processo de recrutamento desta diretoria resulta de uma composição descentralizada da chapa que antecede a assembleia, que formalmente a elege.

Entretanto, a despeito desses aspectos institucionais, isso não impede a manutenção da superioridade numérica do ramo agropecuário na composição da diretoria

---

<sup>128</sup> Não encontramos qualquer documento que disciplinasse este procedimento de escolha anterior à definição dos nomes inscritos na chapa que disputaria a eleição em assembleia geral ordinária da entidade.

pelos dirigentes das grandes cooperativas agroindustriais, o que provavelmente decorre não apenas da sua força econômica como também de sua força política<sup>129</sup>.

#### 4.2.2. OS DIRETORES DA OCEPAR.

Como vimos no subitem anterior, o ramo agropecuário possui e tem possuído a larga maioria dos cargos na diretoria da OCEPAR. E analisando as últimas seis chapas vitoriosas nessa delimitação de vinte anos, as maiores cooperativas acabam por compor a diretoria, como se demonstra no Quadro 10.

Podemos perceber isso, pelo cruzamento dos nomes dos diretores da OCEPAR, entre 1996-2017, com os nomes dos presidentes das maiores cooperativas agropecuárias, referenciados pelos dados econômicos extraídos dos sítios eletrônicos das cooperativas em 2018, da Revista *Exame* publicados em 2015 e da *Revista Valor 1000* de 2018.

Quadro 10: Cooperativas paranaenses e gestões na OCEPAR (1996-2017)

POSIÇÃO NO ROL	COOPERATIVA	NÚMERO DE GESTÕES	PRESIDENTE	CARGOS NA DIRETORIA DA OCEPAR	INÍCIO DO MANDATO NA COOPERATIVA
1	COAMO	6	Presidente	4	1975
2	C.VALE	5	Presidente	4	1995
3	LAR	0	Presidente	0	1991
4	COCAMAR	6	Presidente	4	1989
5	COPACOL	3	Presidente	2	1998
6	AGRARIA	3	Presidente	2	1999
7	INTEGRADA	2	Presidente	1	2014
8	CASTROLANDA	3	Presidente	3	1998
9	COOPAVEL	3	Presidente	3	1995
10	FRIMESA	3	Presidente	2	1997
11	FRISIA/BATAVO	4	Presidente	2	2007
-	BOM JESUS	4	Presidente	4	1995

Fonte: Rol das 11 cooperativas com faturamento superior a 1 bilhão e meio de reais/ano – extraído do site de cada uma das cooperativas, de dados do exercício 2014, publicado em 2015 pela Revista *Exame-Maiores e Melhores* e do rol da Revista *Valor 1000*, ano 2017, publicado em 2018.

<sup>129</sup> Embora não pretendamos tratar desta questão, ressaltamos, novamente a predominância das cooperativas agroindustriais como fator que poderia explicar a forte atuação da OCEPAR na defesa do setor, evidenciada pela quantidade de notícias relacionadas a este setor nos informes diários da entidade, mas também pode ser a consequência de um passado, no qual as cooperativas agropecuárias eram a força motriz do cooperativismo.

Na primeira coluna, esse quadro apresenta a posição que ocupam no rol das maiores cooperativas, por ordem decrescente do faturamento em 2017. A segunda coluna traz o nome da cooperativa. Na terceira coluna indicamos de quantas das seis últimas gestões da OCEPAR cada cooperativa participou neste período. A quarta coluna suprimimos os nomes dos presidentes e a quinta informa quantas vezes o presidente foi diretor da OCEPAR. Na sexta e última coluna informamos a data de eleição dos presidentes em suas respectivas cooperativas.

Um primeiro aspecto que se destaca é a coincidência entre os presidentes das cooperativas agroindustriais e a direção da OCEPAR, que aqui estamos chamando de *elite cooperativista*. Outro detalhe importante é que as figuras individuais têm importância no processo de recrutamento, e, portanto, na ocupação da direção dos cargos de representação política da entidade, o que ocorre de uma forma particular no caso da cooperativa Bom Jesus, do qual trataremos mais adiante.

Os dados do Quadro 10 demonstram que dirigentes da Coamo e da Cocamar integraram a diretoria de todas as seis gestões<sup>130</sup>. A cooperativa C. Vale integrou cinco gestões<sup>131</sup>. A cooperativa Batavo, que atualmente se chama Frísia, integrou quatro gestões (1996, 2000, 2011 e 2015), cujo atual presidente está no cargo desde 2007 (eleito para 2011 e reeleito para 2015). A Coopavel e a Castrolanda integraram três gestões (2003, 2007 e 2015). A Coasul, também integrou três gestões (2007, 2011 e 2015)<sup>132</sup>. Digno de nota é que a Coasul é atualmente a maior cooperativa da região sudoeste do Paraná. A Frimesa integrou três gestões (2000 e 2007 e 2011). A Agraria participou de três gestões (1996, 2007 e 2011). A Copacol integrou duas gestões (2003 e 2007). A Integrada está na atual gestão. A Lar não participou de nenhuma gestão.

A análise das chapas e gestões da OCEPAR no período de 1996-2017 indica que algumas cooperativas aparecem na composição das diretorias da entidade, mesmo não estando entre as onze maiores cooperativas agroindustriais, mas são, ainda assim, grandes cooperativas ou tiveram, em um determinado momento, importância regional<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup> Na Coamo houve a substituição do representante nas gestões de 2003 e na de 2005, possivelmente pela vedação estatutária do terceiro mandato. Nas eleições de 2000 e 2011 a Cocamar indicou outro diretor, provavelmente pelo mesmo motivo.

<sup>131</sup> Na gestão eleita em 1996, o representante da C. Vale era Fábio Rosso, que deixava a presidência e assumira a da Cotriguaçu. O presidente Alfredo Lang exerceu 4 mandatos, sendo eleito em 1995 presidente da C. Vale e já na gestão de 2000 foi eleito diretor da OCEPAR.

<sup>132</sup> Na atual gestão da OCEPAR (2015-2019), o cargo é ocupado pelo senhor Jacir Scalvi, vice-presidente da Coasul, em função da proibição legal do terceiro mandato.

<sup>133</sup> Análise das cooperativas que aparecem nas chapas e gestões da OCEPAR no período de 1996-2017: Clac, Corol e Caminsc em 1996; Bom Jesus, Caminsc e Corol em 2000; Bom Jesus, Cofercatu, Camdul, Coagel, Coceal em 2003; Coagel, Cofercatu, Confepar em 2007; Confepar e Bom Jesus em 2011; Bom

Existem alguns outros aspectos interessantes para os objetivos deste trabalho: em primeiro lugar, a Bom Jesus, que não está entre as maiores cooperativas, possui presença nas diretorias por 4 gestões (2000, 2003, 2011 e 2015). Em segundo lugar, a Lar, terceira maior cooperativa em termos de faturamento, nunca ocupou uma cadeira na diretoria da OCEPAR. Por último, quanto à regra de composição de parte da diretoria pelo núcleo regional, há que se observar que em relação ao Sudoeste, a Coasul é a única cooperativa deste núcleo que aparece no *ranking* das revistas *Exame* e *Valor 1000*, tendo ocupado cadeira na diretoria da OCEPAR nas últimas três gestões.

Entendemos que esses pontos mais distantes extremos dos nossos dados não alteram a tendência geral da forma de ocupação das diretorias da OCEPAR e voltaremos a essa análise no Capítulo 5. Os dados reunidos corroboram ainda assim com a conexão entre a presidência das maiores cooperativas do setor agroindustrial e a direção da OCEPAR.

Quanto à presidência da OCEPAR queremos destacar que não arrolamos este ator na condição de *elite cooperativista* pois entendemos que seu perfil não se enquadra nos elementos que descrevemos como necessários a essa configuração. Toda a diretoria é eleita e os indivíduos são cooperados dirigentes eleitos dentro das suas cooperativas. No caso das cooperativas agroindustriais, todos são produtores rurais.

Quanto ao presidente da OCEPAR eleito em 1996, verifica-se um perfil diferente. Nesse caso, era o empregado mais graduado da instituição. Esta profissionalização da função representativa e o consequente afastamento da pessoa do presidente de questões regionais da esfera de uma cooperativa de origem, resultaram em um fortalecimento das ações políticas dirigidas à OCB e externas ao sistema cooperativo, como se pode notar com as notícias veiculadas pelo informe da OCEPAR.

Também se ressalta, como já abordado, que processo foi alterado a partir de 2002 através de uma mudança no Estatuto, quando a entidade passou a ter um *presidente executivo*, na condição de celetista, contratado, indicado pela diretoria e homologado pela assembleia geral, (Setti: 2011 e OCEPAR: 2016).

---

Jesus em 2015. Considerando os dados de 2017, tais cooperativas podem ser divididas em dois grupos: (i) cooperativas que não existem mais ou que estão em adiantado processo de liquidação, mas foram importantes cooperativas em dado momento no tempo, a saber, Clac, Corol, Camdul, Coceal e Coagel, que foi incorporada pela Coamo; (ii) cooperativas cujos presidentes compuseram a diretoria (comando estatutário) para representar o núcleo regional a que pertenciam: Caminsc, do núcleo sudoeste e Cofercatu e Confepar, do núcleo Norte.

É a Diretoria que escolhe o nome do presidente executivo da entidade e o submete à assembleia geral, na condição de empregado da entidade. Entendemos que esta é uma forma de estimar o poder da elite diante da não elite, indicando quem faz parte do círculo íntimo do poder e consegue influenciar decisões chaves, (Perissinotto & Codato, 2015).

Este processo sugere que a diretoria cresceu em poder e assumiu maior importância na indicação das pautas-chave que a OCEPAR deveria buscar, ao invés da sua fragilização ou concentração de poderes na presidência.

Entendemos que esse processo representou uma mudança institucional que tinha o objetivo de concentrar e profissionalizar não apenas a gestão, como também a ação política, no caso, da diretoria da OCEPAR, forma que analisamos no Capítulo 6, em especial no item 6.3.

#### 4.2.3. A ATUAÇÃO POLÍTICA DA OCEPAR.

Embora a análise da ação política propriamente dita da OCEPAR ultrapasse os objetivos deste trabalho e exija uma pesquisa específica e mais profunda, podemos acrescentar algumas questões sobre os padrões de ação política dessa entidade, dada a sua importância no processo de constituição e efetivação do cooperativismo enquanto ator político, ainda mais por se tratar de tarefa de responsabilidade dos indivíduos resultantes do processo de recrutamento acima analisado.

Observando os pronunciamentos públicos e os relatórios de atividades da entidade, bem como as notícias veiculadas em seu informe diário, constatamos que o presidente, na maioria das vezes, é quem faz os pronunciamentos públicos e políticos do setor cooperativo paranaense, mas apenas enquanto porta-voz das posições tomadas pela diretoria, como analisamos no Capítulo 6.

Porém, além deste aspecto personalizado na forma de veiculação das posições da OCEPAR, há outras frentes importantes e que possuem uma expressão mais institucional e menos personalizada por parte da entidade. No âmbito estadual, por exemplo, há a menção a uma “frente parlamentar pelo cooperativismo”, criada em 2012, por ocasião do ano internacional do cooperativismo, e que atuaria na Assembleia Legislativa do Paraná.

Em relação ao Congresso Nacional, o cooperativismo possui uma frente parlamentar própria, a *Frente Parlamentar do Cooperativismo* (FRESCOOP),

constituída em 1986, atuante na Constituinte, e que conta com a presença de deputados paranaenses aliados à causa cooperativista.

A FRENCOOP possui registros de atuação na Constituinte de 1986-1988 e seus resultados foram destacados pela OCB e atribuídos à ação conjunta desta frente com o *Sistema OCB*. Entre tais resultados estariam os artigos que incluíram o cooperativismo na Constituição Federal de 1988<sup>134</sup>.

Segundo a OCB, na atual legislatura do Congresso Nacional (2015-2018), a FRENCOOP teria congregado 47% dos parlamentares do Congresso Nacional, sendo 245 deputados e 36 senadores, e 38,3% dos líderes partidários e de blocos de parlamentares.

Tais parlamentares são destacados pela OCB como responsáveis por nortear “... a discussão e a votação de propostas, (...) acumulam uma série de atribuições importantes, ligadas à articulação política e ao trabalho de unificação do discurso partidário, ...” (OCB: 2015, p.40). Isso é importante porque há indícios da relação entre a OCEPAR e a FRENCOOP, em especial com os deputados paranaenses que compõem a FRENCOOP.

A ação política direta na OCB, em cuja diretoria o presidente da OCEPAR ocupa uma cadeira, e na FRENCOOP, também é relevante. Constatamos que há menções a reuniões com deputados desta frente parlamentar nos informes da OCEPAR.

Outro indicador interessante é o fato de o presidente da FRENCOOP ser o Deputado paranaense Osmar Serraglio (PMDB).

Quanto à atuação política da OCEPAR junto ao Poder Executivo estadual, podemos notar o teor das notícias diárias do informe da entidade, *Paraná Cooperativo*, voltadas principalmente para questões tributárias, como a do ICMS, de infraestrutura (porto e estradas) e as ligadas à agropecuária.

Além disso, a OCEPAR também faz parte de um bloco informal, o *G7*, composto pelos presidentes das entidades paranaenses de representação empresarial do setor de indústria, comércio, serviços e circulação, como já mencionamos. O *G7* se reúne para tratar de assuntos relacionados ao setor produtivo paranaense junto ao Governo do Paraná.

A partir de junho de 2018, a coordenação do *G7* foi assumida pelo atual presidente do Sistema OCEPAR, José Roberto Ricken, que no seu discurso de posse, afirmou que este grupo é “o instrumento de representação e integração dos empresários paranaenses

---

<sup>134</sup> Artigos: 5º, XVIII; 146, III, alínea “c”, 174, §2º e §4º, art.186, VI, art.192. Mais recentemente, esta frente atuou sobre os seguintes projetos: regulamentação do Ramo Crédito (Lei Complementar 130/2012) e o Ramo Trabalho (Lei nº 12.690/2014), criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), através da Medida Provisória nº 1.715/98 e também o que estabeleceu o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) (OCB: 2015, p.3).

nos planos de desenvolvimento do Paraná e de diálogo com o governo estadual”, e que “... vivemos um momento de crise política. Obviamente isso é assunto de discussão interna do grupo, independentemente de partido ou de tendência política, afinal a preocupação é com a viabilidade do sistema político brasileiro”<sup>135</sup>.

Ainda em relação ao Executivo Federal, verificamos também a ocorrência de várias reuniões da OCEPAR com autoridades. Em 2017, os destaques foram a mobilização em torno do *Plano Agrícola*, bastante criticado pela entidade, e do FUNRURAL, que culminou no parcelamento das dívidas através da Medida Provisória nº 793/2017 e da Lei nº 13.606/2018.

Desse breve relato podemos destacar, em primeiro lugar, a importância política da direção da OCEPAR, em relação ao Executivo e o Legislativo, tanto no nível estadual quanto no federal. Além disso, constatamos a ocorrência e a importância das articulações entre a *elite cooperativista* e outras *elites políticas*, tais como a *elite empresarial* e a *elite parlamentar*. Por fim, podemos destacar a relevância e a intensidade do vínculo do *cooperativismo agroindustrial* e da *elite cooperativista* com as questões políticas do meio empresarial em geral.

---

<sup>135</sup> Ver <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-OCEPAR/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/118286-g7>, acesso em 27/06/2018.

## **CAPÍTULO 5 – DADOS DA PROSOPOGRAFIA E OS ESTOQUES DE CONHECIMENTO COLETIVOS RECONSTRUÍDOS PELA APLICAÇÃO DO DMA**

Esse capítulo objetiva expor e analisar os dados encontrados na prosopografia dos indivíduos componentes da elite cooperativista, no item 5.1 e no item 5.2. expor o resultado das análises advindas da aplicação do questionário semiestruturado pelo método *Deutungsmusteranalyse* (DMA), nas questões sobre cultura política.

Sobre as análises das perguntas do questionário, apresentamos os estoques de conhecimento coletivo, cada qual relativo a um *problema objetivo de ação*.

### *5.1. PROSOPOGRAFIA DA ELITE DO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE.*

Sobre os atores que compõe a elite cooperativista, foram averiguadas algumas variáveis: idade, cor, religião, naturalidade, origem social, estado civil, existência de prole, escolaridade, carreira (enquanto cooperado e enquanto dirigente).

Podemos assim caracterizar essas variáveis de acordo com seus atributos: variáveis (sexo, cor, religião e local de nascimento) entendidas como *atributos adscritos* pois dados no nascimento do indivíduo, Keller (1971), e variáveis (escolaridade e estrato socioeconômico), na condição de *atributos adquiridos*, (Costa 2008, p. 497).

Além de mapear os indivíduos para possibilitar uma análise mais apurada do seu perfil, se objetiva nesse ponto apresentar o grupo com um maior número de elementos, viabilizando assim futuros estudos.

Essas variáveis também formarão a base para a verificação da existência de coesão e homogeneidade dos atores, um dado relevante para o estudo posterior da ação política, juntamente com os dados extraídos das análises das respostas em matéria de cultura política.

Nosso universo delimitado foi de onze presidentes de cooperativas, mas apenas dez entrevistados, ante a recusa de um deles. Todavia conseguimos dados destas variáveis através de outras fontes públicas pesquisadas, formando dessa forma um perfil dos onze presidentes de cooperativas agroindustriais, com sede no Paraná.

A seguir apresentamos um quadro que resume os atores com a aplicação das variáveis.

Quadro 11: resumo prosopográfico.

nome	PC1	PC2	PC3	PC4	PC5	PC6	PC7	PC8	PC9	PC10	PC11
idade	70	65	67	69	66	56	77	76	55	58	69
cor	b	b	b	b	a	b	b	b	b	b	b
prole	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
est.civ	cas1	cas1	cas1	cas2	cas1	cas1	cas1	cas2	sep.	cas1	cas1
sexo	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.	masc.
relig.	cat.	cat.	prot.	cat.	cat.	cat.	cat.	sem	cat.	prot.	cat.
paran.	não	sim	não	não	sim	sim	não	não	sim	sim	não
bras.	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
país	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.
avós	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.	agr.
grad.	e.agr.	ad.em	e.agr.	e.agr.	e.agr.	e.agr.	e.agr.	dir.	econ.	t.agr.	e.agr.
coop.	1992	1976	1976	1984	1995	1989	1975	1979	1982	1978	1976
dirig.	1992	1985	1995	1984	2014	1999	1975	1979	1986	2000	1980
pres.	1995	1995	1998	1991	2014	1999	1975	1989	1995	2007	1998

PC = Presidente de Cooperativa

cor: b – branco/a – amarelo

cas1=casado 1 vez, cas2=casado 2 vezes e sep = separado

agr – agricultor

masc – masculino

e.agr – engenheiro agrônomo

ad.em. – administrador de empresas

tec.agr – Técnico agrícola

dir. – bacharel em direito

cat. – católico/prot. – evangélico não pentecostal

grad. = graduação

coop = data de cooperação (ingresso)

dirig = data em que se tornou dirigente por eleição (algumas carreiras iniciaram-se diretamente nos conselhos).

pres. = data em que se tornou presidente por eleição.

paran. = nascidos no estado do Paraná

Dos onze presidentes de cooperativas que examinamos verificamos que todos são homens, todos têm filhos e dez estão casados, sendo que dois estão em um segundo relacionamento estável.

Esse dado é relevante para comparações com trabalhos sobre *elites econômicas* onde se verificam as consequências de adesão total do ator a sua carreira (*Berufsmenschen*), na chamada *lebensführung*, decorrente da ascese tratada por Max Weber como importante característica desses atores, conforme elemento de análise que consta nos trabalhos do IMS<sup>136</sup>, realizados pela equipe de pesquisadores do Instituto de Sociologia, da Universidade de Heidelberg, Alemanha.

<sup>136</sup> International Management Studies (IMS) abrangeu a Alemanha, Coréia do Sul, Japão, China, Argentina e Brasil. A questão era a existência de um *novo* espírito do capitalismo, no contexto da internacionalização

Esses dados não nos seriam suficientes para deduzir ascese, mas com a conjugação dos perfis dos entrevistados quando falam de suas funções na cooperativa e de suas longas carreiras únicas, poderíamos nos utilizar da metodologia weberiana para afirmar que a vida dos indivíduos é pautada pelo carreira. Naturalmente guardado o cuidado científico de não macular o instrumento metodológico de Max Weber utilizado na análise do espírito do capitalismo, composto de três elementos: *Lebensführung*, *Beruff* ou *Berufsmensch* e *Ascese*.

Sobre essas três categorias analíticas faremos breve análise, para não sair do centro desta pesquisa, pois seu aprofundamento poderá ser realizado, como dissemos, em outros estudos cujo interesse seja uma análise sociológica das carreiras.

*Lebensführung*: a tradução literal desta palavra composta significa “condução de vida”, ou “conduta de vida”. É a motivação ou direção, o “vetor”, o objetivo que conduz as ações da vida diária de uma pessoa. Foi utilizada na sociologia das pesquisas do IMS no sentido de verificar como o CEO orientava sua vida no sentido de dedicar-se inteiramente ao trabalho.

*Beruff* ou *Berufsmensch*: literalmente “profissão/ofício” ou “homem-profissão”. Assume um sentido de “vocação” (*Beruffung*), aptidão e dedicação de alguns indivíduos que possuem um “virtuoso senso de negócios (...) com formas mais intensas de uma devoção que permeia e regula a vida...” (Weber, 2004, p. 35). Enfim uma acepção de ascese, entendida mais do que uma “técnica de vida” e sim uma “ética de vida”, uma ética racional da vocação profissional pontilhada de autodisciplina ascética.

*Ascese*<sup>137</sup>: naturalmente está totalmente dissociada de sua raiz religiosa, e desta forma foi utilizada por Weber no sentido de dedicação da vida ao trabalho e ao resultado do trabalho como um fim em si mesmo, sem se deixar envolver pelas coisas do mundo que venham a desviar o indivíduo deste objetivo escolhido: *o trabalho*.

---

das carreiras e da globalização, e o objetivo foi analisar a visão gerencial e as percepções dos CEOs das 100 maiores empresas industriais em diversos países. Em linhas gerais, as variáveis mobilizadas são: origem social, educação e qualificação, carreira, redes de contatos e valores relativos à ética, religião, gerenciamento da empresa e política. No Brasil, o objetivo é, portanto, analisar as características coletivas dos altos dirigentes das maiores empresas industriais, considerados como membros da elite econômica brasileira (Costa 2014, p. 49).

<sup>137</sup> Busca do estranhamento do mundo e de suas coisas para possibilitar a dedicação a um objetivo que dá sentido à vida. Este estranhamento ao mundo dá lugar a um “espírito de trabalho” (Weber, 2004, p. 38). E está no mesmo contexto do que Benjamin Franklin considerava o homem probo, reto e trabalhador “... o barulho do teu martelo trabalhando na tua oficina das 5 horas da manhã as 20 horas da noite” (Weber, 2004, p.43). É o conceito do “perder tempo” com coisas não relacionadas a vocação para o trabalho.

Algumas pessoas apresentariam esta condição, aliada à vocação (*Beruff*), ao dedicar-se inteiramente a uma atividade laboral-empresarial no sentido econômico<sup>138</sup>. “Com efeito: aqui não se prega apenas uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever de vida” (Weber, 2004, p. 45). Para os indivíduos que têm sua vida pautada pelo espírito do trabalho, esta ocupação profissional gera e possui em si um vetor do qual não se pode afastar.

Esse comportamento é responsável pelos pensamentos e ações que o indivíduo realizará em sua vida, não só no campo profissional, como também no “privado”, mesmo porque não há um campo “privado” que pautar comportamento, ação ou pensamento que possa afastar ou prejudicar o valor maior (trabalho/resultado). Essa é a lógica e âmbito da ascese de que se trata aqui.

Disso decorre, na sociologia de Weber, um certo utilitarismo: a utilidade das ações empreendidas ou das decisões tomadas pelo indivíduo, como quando cita os ensinamentos de Benjamin Franklin<sup>139</sup> (Weber, 2004, p. 45).

Virtudes essas que devem existir em um homem e que devem ser identificadas por todos que convivem com ele, na medida em que são úteis para o fim que ele busca, isto é: o valor do trabalho. Não basta, portanto, ter como objetivo o “trabalho” é necessário que os outros reconheçam e identifiquem nele este valor. É como na máxima: “*À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta*”<sup>140</sup>.

Mais ainda do que isto, o homem com estas características age sempre tendo em vista a utilidade como fim de seus atos. Trata-se aqui de apontar e ressaltar uma busca da “utilidade” de suas ações o atingimento desse objetivo ou, ao menos, o não afastamento desse fim. Esse seria seu principal *Leitmotiv*: o conceito da “profissão como um dever” e como uma vocação de vida.

Denota-se dos presidentes de cooperativas, que suas longas carreiras de dedicação exclusiva são um indício de uma ligação muito forte entre vida privada e vida profissional. Em conversas anteriores ou posteriores às entrevistas se notou que seu discurso era muito ligado a cooperativa e que sua vida social é composta em grande parte

---

<sup>138</sup> Há aqui apenas um conceito e não uma aplicação no sentido de uma valoração comportamental ou de um julgamento de qualquer espécie, não se querendo assim impingir qualquer valor subjetivo.

<sup>139</sup> Citação interpretada de forma particular com o fim de explicar a referência: “No fundo todas as advertências morais de Franklin são de cunho utilitário: a honestidade é útil por que traz crédito e o mesmo se diga da pontualidade, da presteza da frugalidade também, e é por isto que são virtudes... (pois estão a serviço do que interessa e não se configuram) ... em um desperdício improdutivo condenável”.

<sup>140</sup> Provérbio latino sobre o caso que envolveu Pompeia Sula, esposa de Júlio Cesar, em Roma ano 67 a.C.

pelos compromissos advindos de seu cargo na cooperativa, em festas da cooperativa ou eventos promovidos por esta, envolvendo cooperados e empregados. Estas conclusões são sustentadas pelas reportagens nas revistas da cooperativa. Muitas das cooperativas possuem um associação recreativa própria em que são realizados esportes, festas e encontros sociais. São relativamente comuns estes encontros.

Por outro lado, quase todos relataram que possuem vida familiar, denotando que a dedicação à cooperativa não é causa de separações, como demonstrou parcialmente as conclusões de estudos do IMS, do Instituto Max Weber, da Universidade de Heidelberg.

Mas podemos sustentar uma dedicação acentuada à vida profissional, um *Berufsmensch*. Talvez chegando a se cogitar uma ascese em virtude das colocações que percebemos dos presidentes quando tratavam dos assuntos da entrevistas e de outros também, pois a cooperativa sempre era o centro de suas colocações ou exemplos.

Nesse sentido também podemos afirmar que há uma condução de vida destes indivíduos dirigidas a sua carreira na cooperativa, apontando para confirmação de uma *Lebensführung* neste sentido.

Sobre as variáveis levantadas temos algumas conclusões que exporemos.

Nove entrevistados responderam que possuem alguma **religião**: sendo sete católicos e dois protestantes calvinistas (evangélicos não pentecostais, de igrejas ligadas à Reforma). Um dos católicos, descendente de alemães, durante resposta do questionário, compara o desenvolvimento de duas comunidades em que residiu, uma católica outra luterana, na medida em que afirmou que a mãe era luterana e que a esposa segue esta religião e, nota-se, segundo ele, uma postura dos luteranos à poupança e desenvolvimento.

Outro entrevistado, descendente de holandeses, reputa sua educação e organização da cooperativa à herança do calvinismo. Ambas as declarações foram espontâneas e não houve qualquer menção a fato que pudesse remeter a esta análise, sendo que estas declarações nos fizeram lembrar a discussão de Weber na sua obra sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

Quanto às **origens**, dez presidentes de cooperativas são brancos e um amarelo. Dez são brasileiros e um, holandês. Oito presidentes, em algum momento da entrevista lembraram de suas origens europeias ou japonesas.

Seus sobrenomes remetem a essa origem, sendo dois alemães, dois holandeses, um japonês e quatro italianos. Dos dois sobrenomes que pareciam ser luso-brasileiros, um deles citou espontaneamente que sua origem é italiana.

Dessa forma, apenas um dos componentes da elite cooperativista possui sobrenome de origem luso-brasileira. Três entrevistados ainda são muito ligados a sua etnia, vivendo em comunidade com seus pares e falando a língua de seus ascendentes.

Sobre a *naturalidade*, dos dez brasileiros, cinco são paranaenses e cinco de estados vizinhos (um paulista, um catarinense e três gaúchos). Mas apenas dois tinham pais paranaenses e nenhum, avós paranaenses. O presidente de origem japonesa teve os avós vindos do Japão para São Paulo e os pais migraram para o Paraná, possivelmente pelo ciclo do café. O presidente paulista também esteve com seus pais e avós ligados ao ciclo do café. Um dos presidentes é oriundo das migrações da década de 1950 para a região oeste, vindo do Rio Grande de Sul. Três presidentes tiveram ambos os pais estrangeiros imigrados para o Brasil. Quatro presidentes vieram adultos dos seus estados de origem para trabalhar na cooperativa (um de Santa Catarina e três do Rio Grande do Sul), cujas cooperativas que presidem se situam na região oeste do Paraná, com forte presença de migrantes gaúchos, vindos à partir de 1950. Cinco presidentes citaram que são filhos de cooperados da cooperativa que presidem.

A *faixa etária* dos componentes da elite cooperativista variam entre 55 anos e 77 anos. A margem de diferença das idades nos possibilitou separá-los em dois grupos, pois nitidamente pertencem a duas gerações distintas, inclusive na maneira como se referem às gestões na cooperativa: distinguindo entre os pioneiros e os da nova geração.

Esta divisão também se sustenta quando analisamos as carreiras que conduziram os indivíduos à função de presidente. Os mais jovens são marcados por uma trajetória que denominamos de “líderes dos cooperados”, pois integraram, desde jovens, grupos dentro da cooperativa de congregação de cooperados, como explicaremos no item 6.1.

Já entre os mais velhos, notamos que possuem uma “carreira técnica” na cooperativa, que os fez serem eleitos presidentes, posteriormente.

Desses dois grupos a idade média era de 69,9 anos, dos que chamamos de primeira geração e de 56,3 anos, os da segunda geração.

Em relação ao *background social*, todos têm pais e avós agricultores e dois deles, inclusive, citaram os bisavôs como sendo também agricultores.

Segundo seus relatos e análise de outras fontes, como dados de biografia na própria cooperativa, oito são descendentes de pequenos agricultores e três de pais médios/grandes produtores, sendo dois deles descendentes de pais imigrantes europeus da década de 1950. Apenas um deles descende de pais e avós médios/grandes produtores.

A base da análise para considerar o tamanho de propriedades médias paranaense foi extraída de estudos realizados pelo estado do Paraná (SEAB 2003, p.6)<sup>141</sup>.

Dez atores têm *formação* de 3º grau e um possui curso técnico ligado à agricultura. Alguns citaram pós-graduações *lato sensu* (curtas) e MBAs empresariais, inclusive encontros em universidades americanas. Sete presidentes são engenheiros agrônomos e um técnico agrícola, um bacharel em direito, um administrador de empresas e um economista.

Mas todos eles se declaram rurais e não urbanos e disseram que sempre estiveram ligados à agricultura.

O bacharel em direito fez carreira técnica na cooperativa em área diversa do direito. O economista sempre atuou junto à cooperativa, como cooperado, e o administrador de empresas teve uma carreira técnica em uma instituição bancária privada, mas declarou que, seguindo a tradição familiar, possui há anos uma propriedade rural e nela atua, condição que lhe permite ser cooperado.

Um dado que deve ser esclarecido é que a lei das cooperativas determina que apenas cooperados possam ser eleitos presidentes de cooperativas e que os cooperados necessitam praticar atividade econômica na qual a cooperativa opera.

Portanto, para ser eleito presidente de uma cooperativa o candidato deve ser cooperado e produtor rural. Desta forma todos estão ligados a atividade agropecuária há pelos menos 23 anos, na condição de cooperados eleitos.

O *tempo médio* de carreiras na cooperativa é de 37 anos, portanto longas carreiras. A média de exercício na presidência da cooperativa é de 22 anos. Esta média foi calculada retirando os dois casos extremos, que é o exercício do cargo de presidente de um dos entrevistados há 43 anos e o exercício do cargo, de outro entrevistado, de 4 anos (uma gestão ainda em andamento).

Porém, mesmo neste caso, verificamos que havia uma carreira técnica dentro da cooperativa de 19 anos (desde a constituição da cooperativa), portanto podemos concluir que havia estreita relação do ator com a cooperativa.

A partir do exame das carreiras listamos três formas pelas quais ocorrem: (i) engenheiros agrônomos-empregados que assumem a presidência, depois de uma carreira técnica na cooperativa; (ii) cooperados que assumem a presidência, como liderança, sem

---

<sup>141</sup> <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>. Acesso em 01.08.2018.

carreira técnica na cooperativa; (iii) *outsiders*, com carreira construída fora da cooperativa.

Das onze<sup>142</sup> cooperativas analisadas, seis presidentes estão na categoria de engenheiros-empregados, quatro, como cooperados-lideranças, e um presidente, que podemos classificar como *outsider*, pois sua carreira foi feita fora da cooperativa, para então ingressar na sociedade, já diretamente na condição de dirigente cooperado eleito.

No item 6.1., do Capítulo 6 voltaremos a esta questão quando construimos um tipo ideal de cada carreira.

Sobre a análise das carreiras dos mesmos indivíduos, mas agora não nas cooperativas que presidem, e sim na entidade institucional de representação do cooperativismo paranaense, a OCEPAR, construimos um quadro no qual listamos o nome do diretor da OCEPAR e as gestões em que fez parte, com os seguintes dados:

Quadro 12: Diretores da OCEPAR e seus mandatos de 1996-2015.

Nome	Eleição*	1996	2000	2003	2007	2011	2015	Total
DO1	1995	n	s	s	n	s	s	4
DO2	1995	n	n	s	s	n	s	3
DO3	2002	n	n	s	s	n	s	3
PR	1991	n	n	n	n	n	n	0
DO4	2014	n	n	n	n	n	s	1
DO5	1999	n	n	n	s	s	n	2
DO6	1975	s	s	n	s	s	n	4
DO7	1989	s	n	s	s	n	s	4
DO8	1995	n	s	s	n	s	s	4
DO9	2007	n	n	n	n	n	s	1
DO10	1998	n	n	s	s	n	n	2

\* Data em que foi eleito presidente na cooperativa.

DO = Diretor da OCEPAR

PR = Presidente de Cooperativa não diretor da OCEPAR.

Para uma melhor visualização sobre a ocupação de cargos de diretores da OCEPAR, em relação às maiores cooperativas agroindustriais, construimos o quadro a seguir que cruza o nome das cooperativas com as seis gestões da OCEPAR, nos últimos vinte anos.

<sup>142</sup> Embora tenhamos dez entrevistas analisamos carreira de onze presidentes, incluindo a carreira do presidente que negou entrevista.

Quadro 13: Cooperativas representadas na diretoria da OCEPAR de 1996-2015.

COOPERATIVA	1996	2000	2003	2007	2011	2015	Total
C.Vale	s	s	s	n	s	s	5
Coopavel	n	n	s	s	n	s	3
Castrolanda	n	n	s	s	n	s	3
Lar	n	n	n	n	n	n	0
Agraria	s	n	n	s	s	n	3
Integrada	n	n	n	n	s	s	2
Coamo	s	s	s	s	s	s	6
Cocamar	s	s	s	s	s	s	6
Bom Jesus	n	s	s	n	s	s	4
Batavo/Frísia	s	s	n	n	s	s	4
Copacol	s	n	s	s	n	n	3

Em relação ao perfil de carreiras como diretores da OCEPAR, dimensão representativa da elite cooperativista, concluímos que os presidentes das maiores cooperativas ocupam, frequentemente, os cargos de direção, de acordo com o que expusemos no Capítulo 4, quando tratamos da elite no seu ambiente representativo.

Apenas dois casos não apresentaram esta correspondência.

Um deles é o caso relativo ao presidente de uma grande cooperativa agroindustrial, desde 1991, com sede no Paraná, mas que, todavia, nunca exerceu a função de diretor da OCEPAR nesse período dos vinte anos, cujas seis gestões analisamos (1996 até este mandato de 2015-2019).

A carreira deste ator, como presidente da cooperativa se enquadra na forma de carreira técnica interna longa (*engenheiro-empregado*), até sua eleição como presidente. Entretanto, o fato deste ator não ter concedido entrevista, nos subtrai a possibilidade de respondermos à pergunta sobre o porquê de sua ausência na composição das diretorias da entidade de representação.

Não temos, portanto, meios de explicar esta ocorrência pois não detectamos qualquer fato público ou particularidade em sua carreira, que pudesse indicar os motivos de não ter integrado ou não querer integrar nenhuma das seis gestões analisadas. Pesquisamos junto à entidade nacional de representação do cooperativismo (OCB), mas também lá este ator não teve nenhuma inserção.

O outro caso que não apresenta correlação entre ser presidente de grande cooperativa e exercer cargo de diretor na entidade de representação, diz respeito ao ator que preside uma cooperativa que não está classificada entre as quinze maiores<sup>143</sup> cooperativas do Paraná, porém esse ator ocupou quatro das seis gestões examinadas.

<sup>143</sup> Recorte de faturamento de R\$1,5 bilhões/ano, conforme explicamos no Capítulo 4.

Surpreende-nos este número de quatro gestões, pois este é o número máximo ocupado pelos indivíduos examinados, e que reputamos como os de maior presença na diretoria da entidade, cogitando que eles detêm poder ou importância estratégica, em razão desta constância nos quadros de dirigentes da OCEPAR.

Uma possível explicação para esta exceção que foge à regra, poderia ser creditada a particularidades da carreira deste ator, seus méritos pessoais e habilidades políticas.

Este Diretor da OCEPAR (DO8) é o mais novo em idade dos onze presidentes analisados, nasceu no início da década de 1960. Pertence ao grupo que classificamos como *segunda geração*, e sua carreira como presidente da cooperativa foi marcada pela liderança junto ao corpo de cooperados, portanto não houve carreira técnica prévia, como nos outros casos.

Filho e neto de agricultores médios/grandes, da região centro-sul do estado, sempre estudou em Curitiba, onde formou-se em economia, mas é cooperado desde o início da década de 1980, portanto desde os 19 anos.

Na segunda metade da década de oitenta foi eleito conselheiro fiscal de sua cooperativa, na eleição seguinte foi eleito para o conselho de administração e já na década de 1990, eleito presidente da cooperativa. Sua formação como economista foi complementada com algumas pós-graduações *lato sensu* de curto período em administração e gestão de negócios, inclusive com cursos no exterior. Exerceu cargo de dirigente na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), por oito anos como vice-presidente, representando o ramo agropecuário nacionalmente.

Pelo seu discurso entendemos que ele compreende e dá importância à representatividade institucional do cooperativismo. Sua carreira política, das onze que analisamos é a única que classificamos como completa, isto é, verifica-se atuação como presidente de cooperativa, como dirigente de entidade de representação estadual e de representação nacional.

Outro diferencial na sua trajetória é o fato de que sua cooperativa se localiza a menos de duas horas de Curitiba, possibilitando um deslocamento facilitado para as reuniões, já que teria acesso rápido tanto à capital, quanto à Brasília.

Todavia, compreendemos que o exercício de quatro mandatos junto à OCEPAR se deve primordialmente a características pessoais durante a construção da carreira deste ator, que inclusive exerce a presidência de uma cooperativa de crédito na sua região, demonstrando trânsito no segundo maior segmento das cooperativas no Paraná.

Portanto explicamos a ascensão deste ator político na classificação de elite cooperativista baseado nos seus atributos e qualidades pessoais, ou, no sentido weberiano, nas oportunidades de vida e atributos de valor.

## 5.2. ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO SOBRE CULTURA POLÍTICA PELA APLICAÇÃO DO DMA.

Escolhemos o *Deutungsmusteranalyse* – DMA como método qualitativo para analisar a cultura e perspectiva políticas da *elite cooperativista* pois seu objetivo é possibilitar a reconstrução e o mapeamento dos estoques de conhecimento em uso, de um grupo de indivíduos, no qual coletivamente se extrai uma significação de regras cuja interpretação se traduz na orientação da ação desses atores. Dessa forma se possibilita ao pesquisador um exame mais profundado das respostas sobre cultura política, além de se obter as justificativas dessas respostas.

Vimos no Capítulo 3, com as colocações de Ullrich (1999), que o DMA possibilita a reconstrução do processo de compreensão da realidade, isto é, possibilita acesso ao sentido reconhecido coletivamente, cujo conjunto se pode chamar de estoque de conhecimento. Este sentido pode ser materializado através de regras que são os elementos de avaliação da realidade por parte do entrevistado, aquilo que para ele é positivo (valores) e o que é negativo (desvalores). O processo de interpretação acarretará no esclarecimento e identificação de avaliação/entendimento e valoração que são o centro de argumentação dos entrevistados sobre a sua ação.

Portanto, a reconstrução do padrão coletivo de *significação* (interpretação da realidade) pode ser visualizada nas *regras de interpretação e ação* que se traduzem na orientação da ação desses indivíduos, empregada na solução de problemas culturalmente significativos ao grupo.

A partir das dez perguntas constantes do questionário semielaborado que submetemos aos dez indivíduos que compõe a *elite cooperativista*, aplicamos o procedimento de reconstrução dos *estoques de conhecimento*.

Para melhor entendimento da aplicação do método, reproduzimos para cada *problema objetivo de ação* um padrão, pois algumas perguntas do questionário envolviam mais de um problema objetivo de ação.

Desse modo, a apresentação deste item 5.2. tem a seguinte configuração: (i) identificamos as dez perguntas ordenando-as pela numeração romana, (ii) transcrevemos

as regras de interpretação e ação, (iii) bem como formulamos uma explicação de cada padrão coletivo de interpretação, (*deutungsmuster*), que reconstruímos.

Apenas em relação à primeira pergunta, transcrevemos as oito etapas do DMA para visualização de sua aplicação. Nas demais, nos atemos à essência da reconstrução, transcrevendo as *regras de interpretação e ação* e a *explicação* do padrão.

As *regras de interpretação* são os argumentos, a interpretação dos entrevistados para agir, enquanto as regras de ação são a valoração (valor e desvalor). Ambas as regras são os vetores utilizados para orientar a ação dos atores diante do problema objetivo a se resolver. As regras de interpretação e ação são o resultado da sexta etapa do DMA, enquanto a *explicação*, a última etapa, nela o pesquisador explica o padrão coletivo que reconstruiu.

Foi uma escolha metodológica nossa transcrever neste trabalho as regras de *interpretação e ação*, para possibilitar um entendimento mais abrangente da *explicação* do padrão encontrado em cada problema objetivo da ação, que propusemos aos entrevistados.

PERGUNTA 1.: Trata sobre o conceito de Democracia.

A primeira pergunta do questionário objetivava extrair do entrevistado seu conceito de democracia. Para auxiliar nessa construção, solicitamos a cada um deles que elencasse os elementos que julgava essenciais para caracterizar uma democracia. Nosso escopo era poder avaliar qual o entendimento que a *elite cooperativista* tem de Democracia, e como a constrói, e quais são os requisitos que, segundo o grupo, são relevantes e devem ser mantidos em uma democracia.

Na aplicação das oito etapas do DMA pudemos elencar os argumentos que justificam a ação, o pilar cognitivo, a forma de compreensão e abstração que servem de base ao entrevistado na sua operação racional. Também identificamos os elementos que sofreram uma avaliação, por parte do entrevistado em relação ao que é positivo (valores) e o que é negativo (desvalores). Feito isto, estes “conceitos” foram relacionados com as normas subjacentes. Daí decorrem as estruturas cognitivas e finalmente as regras, principalmente as de ação.

#### A) SELEÇÃO: (Texto da resposta do entrevistado PC6).

Democracia pelo que entendo, o próprio sentido da palavra já é né, o governo pelo povo, onde seja, onde o indivíduo está devidamente representado dentro de um regime de governo mas esse regime ele preza pela liberdade de expressão, pela individualidade, pela liberdade em si e também principalmente, pela representatividade eu entendo a democracia dessa forma, é claro que ela tem vários desdobramentos isso aí mas é importante lembrar também que muitas pessoas confundem que democracia é apenas direitos e liberdades, mas ela não é apenas isso, eu entendo que democracia também são deveres, são limitações também onde se respeita, onde termina a liberdade de um, começa a do outro e assim sucessivamente, então eu entendo essa forma de democracia, um sistema representativo, claro, muitas vezes os governos conseguem distorcer o próprio significado da palavra democracia, então muitas vezes a democracia ela é distorcida ou mal entendida, pelo princípio dela, mas é óbvio que a gente defende totalmente esse modelo. O cooperativismo tem muito da democracia, há quem diga também que o cooperativismo ele traz um pouco do socialismo e um pouco do liberal, seria um rio, com afluentes nos dois lados. Pode se entender assim também, mas eu entendo que a democracia para funcionar ela não pode ter apenas os, o cidadão ele não pode apenas entender os seus direitos e também tem que entender seus deveres, e aí eu acho que democracia seria plena. (PC6)

#### B) REFORMULAÇÃO:

Democracia é o governo pelo povo, onde o indivíduo está devidamente representado dentro de um regime de governo, mas esse regime preza pela liberdade de expressão, pela individualidade, pela liberdade em si e também principalmente, pela representatividade. ... é importante lembrar também que muitas pessoas confundem que democracia é apenas direitos e liberdades, mas ela não é apenas isso, democracia também são deveres e são limitações, também onde se respeita; onde termina a liberdade de um, começa a do outro e assim sucessivamente. ... então democracia [é] um sistema representativo, claro, muitas vezes os governos conseguem distorcer o próprio significado da palavra democracia, então muitas vezes a democracia é distorcida ou mal-entendida, pelo princípio dela, mas é óbvio que a gente defende totalmente esse modelo. ... democracia para funcionar, o cidadão não pode apenas entender os seus direitos ele também tem que entender os seus deveres, e aí eu acho que a democracia seria plena.

#### C) ABSTRAÇÃO:

Democracia é o governo pelo povo, onde o indivíduo está representado, com liberdade de expressão, individualidade e liberdade.

... democracia não é apenas direitos e liberdades, mas deveres e limitações, onde se respeita a liberdade do outro.

... então democracia [é] um sistema representativo, muitas vezes distorcida ou mal-entendida, mas nós defendemos totalmente esse modelo.

#### D. ABSTRAÇÃO DE ORDEM:

As categorias referidas nas entrevistas podem ser elencadas da seguinte forma:

1. Conceito geral;  
Democracia é o governo onde o povo está representado.
2. Elementos positivos e negativos;  
Além de direitos e liberdades deve haver deveres e limitações.
3. Resultado do julgamento do ator;  
Mas mesmo distorcida e mal-entendida, defendo este modelo [democracia].

Aqui estão os argumentos que justificam a ação, o cognitivo, a forma de compreensão e abstração que embasa o conceito expresso pelo presidente de cooperativa. Também deve ser identificado os elementos que sofrerão uma avaliação do que é positivo (valores) e o que é negativo (desvalores). Feito isto serão estes “conceitos” relacionados com as normas subjacentes.

Estrutura normativa:

Na análise do padrão interpretativo do texto podem ser encontrados elementos normativos, além das categorias cognitivas analisadas. O entendimento de que em uma democracia devem ser observadas regras (deveres) e limites, pode ser compreendido como um elemento essencial para o “bom funcionamento” de uma democracia e até mesmo como sendo um requisito de sua existência.

Saber, por exemplo, que a cada direito corresponde um dever e que para cada liberdade existe um limite de exercício (a liberdade vai até onde não fere o direito do outro), isto é avaliado no contexto deste padrão interpretativo como correto.

O contrário a este padrão não é admitido, pois “distorce” a democracia, isto deve ser julgado como incorreto. Uma democracia real e “correta” pressupõe o uso ou imposição de limites e regras em relação a liberdade e direitos, mesmo com a influência de um Governo que possa distorcer a questão.

Estrutura cognitiva:

Os argumentos que justificam a ação, o *cognitivo*, estão na fala do entrevistado no fato de conceituar a democracia no regime em que o povo está representado. Este fato é ressaltado como elemento principal do argumento. A par das distorções que a democracia pode apresentar, se deve sempre buscar a representatividade, através da adesão ao regime.

Ademais a democracia traz liberdades e direitos, sua plenitude é alcançada quando se atrela direitos a deveres e liberdade a limites, para que todos os exerçam. Mas este é o modelo. Portanto se adere a ele.

#### E. COMPARAÇÃO:

Feita a comparação nos outros nove textos referentes a pergunta 1, foi detectado que a maioria dos textos possui os elementos de: adesão, liberdade, voto popular e responsabilidades/limites. Comprovando quais elementos devem orientar o padrão coletivo.

#### F. IDENTIFICAÇÃO DAS REGRAS:

O principal objetivo deste passo é encontrar regras comuns de interpretação e ação no grupo analisado, (Pohlmann, Bär & Valarini 2014, p.18).

Regras de Interpretação:

1. Democracia é o governo onde o povo está representado.
2. Além de direitos e liberdades deve haver deveres e limitações.
3. Mas mesmo distorcida e mal-entendida, defendo este modelo [democracia].

Regras de ação:

1. Adesão à Democracia.

#### G- CONTEXTUALIZAÇÃO:

Esta etapa pode ser melhor compreendida pelo texto referente a esta pergunta, contida no Item 5.3. deste Capítulo, bem como pela descrição que fizemos acerca das carreiras da elite cooperativista, Item 5.1. Por uma questão metodológica resolvemos concentrar as contextualizações.

O texto escolhido para demonstrar o padrão, em resumo, é de um entrevistado que pertence à nova geração dos presidentes de cooperativas. Está categorizado na carreira que denominamos de *Cooperado-liderança*. A cooperativa que preside apresenta aparente coesão e homogeneidade entre os cooperados, pois é formada por médios/grandes produtores rurais, ligados a uma determinada etnia europeia.

O entrevistado já exerceu cargo na diretoria da OCEPAR, mas entende que sua função como presidente de cooperativa é mais importante que a função de diretor da OCEPAR, nos termos de poder dar uma melhor contribuição ao cooperativismo.

Sua entrevista nos demonstrou que possui fluência verbal e que suas construções lógicas são compatíveis a sua formação universitária e seu nível econômico. Relatou que já fez inúmeras viagens ao exterior e se interessa por conhecer novas culturas.

#### H- EXPLICAÇÃO:

Não se pode esquecer que o padrão interpretativo está sempre ligado a um problema objetivo de ação, que no caso da pergunta número 1, é um conceito, e portanto adicionamos uma ação que seria a adesão ou não a ele. Este será o ponto de partida para a análise. No contexto deste trabalho, o que interessa é o padrão de interpretação coletivo que orienta a ação do indivíduo que se soma ao grupo – elite cooperativista.

O padrão dominante que encontramos é a orientação da ação dirigida a adesão à democracia, por ser um sistema que possibilita a representatividade do indivíduo na escolha dos seus representantes. No entendimento coletivo dos entrevistados a Democracia é forma de exercer poder, que assegura liberdades e direitos, sendo que atinge sua forma plena, quando há limites e regras, pois, assim estes direitos e liberdades são exercidos por todos. A sua forma distorcida ocorre quando se quer apenas exercer direitos sem que se atenha aos deveres.

Não houve, portanto, por parte dos entrevistados um conceito, ou mesmo o elenco de elementos basilares que configuram uma democracia. Houve sim um vetor que assegura a Democracia plena. O que conseguimos extrair foi a adesão dos entrevistados à Democracia.

PERGUNTA II.: Trata sobre a Democracia brasileira, na opinião do entrevistado.

Esta questão foi construída, inicialmente, visando obter da elite cooperativista uma avaliação da democracia brasileira, após ter conceituado um ideal de modelo de

democracia, ao responder à pergunta 1. Mas isto não ocorreu pois não houve um conceito de democracia geral, na medida em que os entrevistados já partiram do modelo brasileiro.

*Regras de interpretação:*

1. O objetivo do cidadão é o crescimento econômico com qualidade de vida.
2. O regime de governo tem uma influência enorme sobre o crescimento econômico.
3. Só a democracia possibilita qualidade de vida, que é liberdade individual, liberdade dentro do estado de direito, a liberdade do cidadão empreender.
4. No Brasil os órgãos do governo (Estado) são muito pesados, lentos, caros, ineficientes, então o papel do governo (Estado) deveria ser apenas regulatório e normatizador.

*Regras de ação:*

1. Para ter liberdade de empreender (qualidade de vida) é necessário estar no regime democrático e para se alcançar crescimento econômico o Estado deve apenas normatizar e regular.

*Explicação:*

A democracia brasileira sempre esteve presente nas narrativas analíticas dos presidentes de cooperativas entrevistados, pois, como analisado anteriormente, eles não formularam um exame do modelo, e sim uma leitura do seu entorno.

Como trata-se de uma elite econômica, seu olhar sobre a democracia remete inicialmente à problemática do desenvolvimento econômico. Mas no decorrer de suas análises surgem outras questões, tais como a comparação com a China e o crescimento econômico que está acontecendo lá. Este fato ensejou uma busca de diferenciação de regimes. Surge então, na entrevista selecionada, a questão da qualidade de vida, definida pelo entrevistado como algo que deve ser como assegurado por determinadas liberdades.

Novamente surge o problema do papel do Estado, que é confundido com governo. Outra deficiência que permeia a análise é a confusão entre economia e desenvolvimento econômico. Daí decorre um exame do Estado brasileiro, cujo veredito é a ineficiência de seus órgãos, tidos por lentos, pesados e caros e cujo tamanho só aumenta o problema.

Mas sem Estado não se poderia viver, como dito por um entrevistado, então a ele (Estado) é atribuído a função de normatizar e regular, desde que fique “longe da vida” dos empreendedores. Surgem daí complementações provindas de outras partes das entrevistas, tais como a elevada carga tributária e a falta de estrutura de educação para que a população tenha conhecimento e condições de reconhecer o seu papel e se afaste da “manipulação ideológica”. Meritocracia, como um valor, surge em três entrevistas.

A maior reclamação verificada foi a falta de recursos para investimento na infraestrutura. Nota-se uma crítica a ideologias de esquerda, que são igualmente equivocadas no que diz respeito à democracia, quando os entrevistados pregam estatizações.

O problema da democracia brasileira, segundo um entrevistado, não é sua pouca idade e sim sua dificuldade de se estabelecer na busca de um desenvolvimento econômico com liberdades, aliado à ineficiência do Estado, cujo papel deveria ser de apenas normatizar situações.

Todavia foi configurada a adesão ao sistema democrático, mesmo que a democracia brasileira apresente graves problemas, no entendimento dos entrevistados,

PERGUNTA III.: Trata sobre a necessidade da continuidade de se viver em uma democracia.

Esta terceira pergunta objetivava extrair do entrevistado a motivação expressa para adesão ou não-adesão ao regime democrático. E desta vez não foi mobilizada na pergunta sua condição de brasileiro ou cidadão, mas enfatizada sua condição de presidente de uma grande cooperativa.

*Regras de Interpretação:*

1. Liberdade é essencial.
2. Nenhum outro regime, além da democracia, possibilita liberdades, incluindo a de empreender, fundamental para o desenvolvimento econômico.
3. Ideologias de esquerda ou direita não são democracia. Não tem lugar no mundo globalizado e moderno.
4. Na democracia não cabem representações sociais diferenciadas, nem de grupos minoritários, pois existe liberdade de ser e de ação, desde que se respeite o limite do outro e a estrutura da sociedade.

*Regras de ação:*

1. Adesão incondicional à democracia que permite determinadas liberdades, mas estas precisam ser reguladas de modo a assegurar os direitos dos outros e a estrutura da sociedade.

*Explicação:*

Nessa pergunta os presidentes de cooperativa entrevistados estipulam o conceito de liberdades, com limites e responsabilidades, desenhados na primeira pergunta quando descreveram estes pesos e contrapesos como elementos de uma democracia.

Já havia ficado claro que os entrevistados analisam a questão da democracia sob a lente do desenvolvimento econômico. Para tanto, a liberdade de empreender é um valor que aparece em muitas das entrevistas, pois ele é o responsável pelo empreendedorismo, que, segundo se depreende das entrevistas, é a ação responsável pelo desenvolvimento econômico, uma vez que este desenvolvimento se dá pela iniciativa privada e não pela iniciativa pública. Não se pode ignorar o fato de que, para os entrevistados, cada cidadão objetiva crescer economicamente.

Tão importante quanto as liberdades, estão os limites e responsabilidades com relação à produção de riquezas e às distribuições de renda. Tanto que há em três entrevistas a colocação expressa da não concordância com a divisão de receita entre quem não as produziu, mesmo que em programas sociais. Os limites aparecem em termos de (in)justiça social de repartição.

Também há reservas na questão de representação de grupos minoritários que podem ser entendidos tanto como pessoas pobres, como grupos de funcionários do Estado que almejam benefícios. Surge novamente a questão do Estado pequeno em termos de função e que permite que a economia se regule pelo jogo dos *players*, trazendo a noção de *liberdade* como sendo *liberdade de agir*.

Entende-se, nas respostas a esta pergunta, a noção de *equilíbrio*, que aparece em algumas entrevistas e que significaria *equilíbrio de representação*, isto é, aos grupos minoritários cabe uma representação minoritária. Em relação a renda, sua a produção deve estar atrelada a distribuição (quem produz deve usufruir). Surge novamente a ideia de Estado pequeno, possibilitando recursos para que se invista em desenvolvimento. A questão colocada pelos entrevistados se mostra na dinâmica de um “círculo virtuoso”, quanto mais produção, mais dinheiro, quanto mais dinheiro mais investimento, inclusive no social. “Para se investir é necessário ter”.

Novamente, as respostas demonstraram uma plena adesão à democracia. Um dos presidentes de cooperativa entrevistado continua entendendo que só pode haver democracia quando há homogeneidade cultural da população, pois sem esta condição sempre haverá manipulação. Mas mesmo este entrevistado não cogita outra forma que não a democracia (brasileira), mesmo que defeituosa.

Na segunda parte da entrevista, composta também por três perguntas (IV, V e VI), abordamos a relação entre *democracia e economia*.

PERGUNTA IV.: Trata da função da democracia na economia de um Estado como o Brasil.

Embora esta pergunta fosse menos teórica que as do primeiro grupo de perguntas, e o tema fosse mais próximo dos entrevistados, pela sua condição de *elite econômica*, notamos uma certa dificuldade em respondê-la, estando ainda presente a confusão entre Democracia, Estado e Governo.

Notamos que os entrevistados adotaram a noção de Estado Democrático, facilitando assim as respostas, e no trecho da entrevista escolhida para aplicar o *padrão de interpretação/significação*, há o entendimento aceito pelo grupo de que o objetivo do Estado é o desenvolvimento econômico. Para que tal desenvolvimento ocorra, existem duas forças que podem realizar esta tarefa: a *economia privada* (empresas e cidadãos) ou a *economia pública* (o próprio Estado). A correlação entre o poder representativo (existentes nas democracias modernas) e a liberdade de empreender, movimentando a economia, foi abordado pelos entrevistados. Para o entrevistado, cujo texto escolhemos, a força matriz da economia vem de certa parcela da população.

O relato de outro presidente explicita o sentimento tanto do grupo que quer empreender (crescer), como do grupo que não quer crescer economicamente, ambos os grupos são componentes da iniciativa privada:

... pela liberdade, se eu quero ser uma pessoa rica tenho que trabalhar 15 a 18 horas por dia, se eu quero ser uma pessoa classe média, vou trabalhar de 8 a 12, se eu quero ser um aposentado, trabalhei, ou quero trabalhar oito, é um desejo que tenho, eu vou escolher o tipo de vida pro meu futuro... [assim se] eu quero ser uma pessoa que vai viver de uma aposentadoria, vou trabalhar 8 horas por dia, eu quero ser classe média, vou trabalhar mais 4, mais 50%, vou trabalhar 12, se eu quero ser uma pessoa capitalista, eu quero privilegiar o capital, eu acho o capital uma segurança maior que tem, põe mais 50% de trabalho em cima. Isto é só na iniciativa privada. (PC)

Deste modo extraímos as seguintes regras:

*Regras de interpretação:*

1. Democracia azeita a economia, pois possibilita poder ou sensação de poder;
2. Ao ter poder ou se sentir-se empoderado, se investe, se consome, se empreende;
3. Investimento, consumo e empreendimento são o que fazem a economia crescer;
4. Socialismo é falta de poder ou sensação de poder, assim o agente econômico se transforma em agente passivo e limitado, pesando o Estado já pesado.
5. A China é uma ditadura capitalista aberta (o Estado tem “empuxo” capitalista).
6. O Brasil tem Estado pesado sem “empuxo” capitalista.

*Regras de ação:*

1. Viver na democracia capitalista possibilita crescimento econômico;
2. Viver no socialismo significa estagnação da economia e Estado pesado.

*Explicação:*

Os entrevistados quando questionados sobre o papel ou função ideal da democracia na economia de um Estado como o Brasil, se viram forçados a analisar dois elementos que confundiram e relacionaram na primeira fase da pesquisa: economia e democracia.

Logo de início todos eles se manifestaram favoráveis a um Estado “mínimo” que se ocupe apenas de funções básicas, sendo que a economia não é uma delas. Mercado livre é a solução e o Estado, no máximo, deve possuir um papel regulador e normatizador sem grande interferência. Nenhum entrevistado aprofundou o âmbito desta regulação ou os limites desta normatização, embora houvesse citação de equiparação ao papel das “agências reguladoras” já existentes para alguns setores. Todavia temos na pergunta seis, um questionamento específico sobre a dimensão da intervenção ideal de uma Democracia na economia.

Na busca do *deutungsmuster* (padrão coletivo de interpretação) do grupo, mais especificamente em relação ao problema objetivo da ação, verificamos que apenas um dos presidentes analisou mais a fundo a relação entre um Estado democrático e a economia.

Todos os entrevistados viram uma correlação entre democracia e boa economia ou mesmo no fato desta última ser a consequência direta da democracia, quando a democracia possibilita ter uma economia com crescimento constante. Interessante, a esse respeito, foi verificar que dois entrevistados, ao pensarem essa questão se depararam com Estados que não estão sob um regime democrático, mas mesmo assim teriam uma economia forte, como no caso

emblemático da China. Um dos entrevistados se saiu com a afirmativa de que a China afinal “*tinha um conceito econômico democrático*”. Outro que é uma “*ditadura capitalista aberta, pois não é uma democracia em sua plenitude, mas há um “empuxo capitalista” do Estado*”.

O que interpretamos das entrevistas, no geral, foi que há uma crença de que as ditaduras e os governos socialistas acarretam a ruína das economias dos seus países. Mas no caso da China é diferente, e não se confirma tal problemática. A China foi lembrada pois está muito à economia brasileira, principalmente como grande importadora de grãos e carnes das cooperativas. Explicar uma “não democracia” socialista que tem crescimento econômico foi um problema, sem dúvida, para dois entrevistados. E isso não resultou em nenhuma possível solução para a questão.

Todos os entrevistados avaliam que o Estado brasileiro é grande e pesado, enquanto que o ideal deveria ser um Estado mínimo, reduzido a algumas atividades exclusivas. Eles entendem que no Brasil não há um “empuxo” capitalista do Estado, como no caso da “China” ou dos Estados Unidos: o Brasil ainda “intervém” muito, limitando desta forma o crescimento.

A ideia de que a *democracia azeita a economia*, na medida em que dá o poder ou a sensação de poder aos agentes econômicos, que são a base do crescimento econômico, dado que consomem, investem e empreendem, surgiu da entrevista cujo texto escolhemos para aplicar o DMA e verificar o padrão de interpretação coletivo.

A explicação de que uma democracia ajuda a economia a crescer se dá na medida em que empodera os agentes econômicos estimulando-os a investir, a consumir e a empreender.

A ideia geral presente nas entrevistas é a liberdade de empreender, e de crescer economicamente. Esta liberdade possibilita o motor privado da economia agir e esta força motriz é capaz de “movimentar” a economia. O Estado não é capaz de atingir ou produzir este crescimento. Por isto defendem um Estado pequeno, apenas regulador em que o cidadão possa empreender.

PERGUNTA V.: Questiona os entrevistados acerca de “erros” e “acertos” do Governo na condução da economia nos últimos anos. A segunda parte da questão pergunta se “reformas são necessárias”.

Em termos de acertos do governo nos últimos tempos, os entrevistados foram sucintos em suas colocações. Oito deles citaram expressamente como um desses acertos a estabilização da moeda, com a conseqüente melhora da economia através do controle da inflação, atribuída

ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Dois presidentes entenderam como um acerto do governo Collor o início da abertura do mercado/economia.

Nos governos Lula e Dilma, três entrevistados citaram como pontos positivos a política desenvolvida a favor da agricultura e a política de recursos para investimentos no desenvolvimento do agronegócio, principalmente através dos investimentos em infraestrutura (portos e estradas).

Os entrevistados concentraram-se nos erros dos governos Lula e Dilma principalmente na questão do tamanho dos órgãos públicos: o custo que acarretam, os serviços ineficientes que realizam e a má gestão de gastos públicos, não citando a corrupção, mas sim, as escolhas dos gastos.

Desta forma o custo excessivo da máquina estatal apareceu em oito das entrevistas como uma causa direta que influencia a economia: “*o peso do Estado interfere nos preços...*”.

Todos os entrevistados, em algum momento de suas entrevistas, abordaram como problema fundamental do Brasil a falta de investimentos no que denominam de “infraestrutura”, e que pode significar portos, estradas, aeroportos, ferrovias, condições de escoamento e viabilidade de produção agropecuária ou do agronegócio (indústria), mas que pode também significar, além destes elementos, investimentos em educação, saúde, transporte, e segurança pública.

Para os entrevistados, esta falta de investimentos tem duas causas: (i) o tamanho do Estado que potencializa seu custo sem alterar sua ineficiência na prestação de serviços ao cidadão, bem como (ii) a qualidade dos gastos do governo equivocando-se nas escolhas e prioridades, sendo que algumas entrevistas criticam especificamente os gastos com programas sociais relativos aos governos Lula e Dilma:

[Há] ... falta de controle do Estado, do tamanho dos órgãos públicos, todos eles cresceram, todos eles incharam... ele [o Estado] gasta bastante, gasta mal, falta dinheiro, ele vai lá e busca mais, ele nunca se preocupou em ser mais eficiente, aplicar melhor os recursos... no que a população espera, principalmente saúde, segurança, educação, infraestrutura, então esses são os erros, o governo não investiu nos últimos anos, e o que investiu, investiu mal em todos estes setores..., (PC)

Apenas um dos entrevistados explicou especificamente os erros do governo na economia, cuja essência, após analisada e categorizada dentro do método DMA, pode ser entendida da seguinte forma:

### *Regras de Interpretação:*

1. Forçando a curva de demanda, cria-se uma falsa ilusão no mercado e nas pessoas (poder de consumo). Isto faz a economia desandar. Quando a economia desanda as empresas quebram.
2. O país deve investir em “infraestrutura”, mesmo quando tem baixo superávit primário, assim deve diminuir os gastos para poder investir em infraestrutura.
3. Forçar uma demanda que não existe e diminuir investimentos em saúde, educação e infraestrutura é muito ruim, pois desanda a economia e provoca reflexos negativos na segurança pública (aumento da criminalidade).
4. O Estado é pesado e ineficiente, pois gasta mal.

### *Regras de ação:*

1. Diminuir gastos possibilita investir em “infraestrutura”.
2. Forçar curva de demanda faz a economia desandar.
3. Diminuir o tamanho do Estado.

### *Explicação:*

Nesta questão se pode verificar como ocorre a avaliação de um presidente de cooperativa, na condição de cidadão que “empreende, consome e investe”, isto é, um “agente econômico”: entende-se o porquê do Estado dever ser “pequeno”, pois “seu pessoal” não consegue desenvolver uma prestação de serviços nos moldes da iniciativa privada.

O Estado é caro, seus serviços e estruturas são caras, sua cúpula (gestores) é composta por indivíduos sem capacitação técnica, colocados nos seus postos por meio da política de indicações e não por mérito de capacidade. Um dos entrevistados comparou a situação da iniciativa estatal na área de comunicação e a situação posterior quando a iniciativa privada assumiu. Citou ainda a questão da energia e a necessidade de privatizações, para reduzir o tamanho do Estado.

Nota-se, de modo geral, a comparação entre a gestão que se exerce na cooperativa e a gestão do Estado: a forma técnica com que se contrata na indústria da cooperativa e a forma com que se preenchem cargos nos órgãos dos Poderes estatais. Os entrevistados não perdem esta comparação de vista e avaliam a “gestão” pública com a mesma *lente* que avaliam a gestão “empresarial”.

Percebe-se ainda o entendimento geral de que o Estado está cheio de funcionários com privilégios e poderes e que estes agentes procuram conservar, mantendo a situação como está,

comportamento que pesa no custo do Estado. A imagem que os entrevistados têm dos agentes do Estado é ruim.

O entendimento geral é que além da carência de agentes e conseqüentemente de “gestão” adequada, cometeu-se erros em relação ao emprego de recursos. O país precisa de investimentos nas suas atividades básicas (saúde, educação e segurança) e também em infraestrutura para possibilitar aos agentes privados que empreendam e façam a economia crescer, já que é “ao conjunto de agentes privados que cabe tal tarefa”.

Em relação às reformas, todos se manifestaram que são extremamente necessárias. O que varia nas colocações é a extensão destas reformas ou mesmo como implementá-las. Houve manifestações sobre a importância da realização de reforma trabalhista, previdenciária e tributária, mas deixaremos para abordar estas três, quando da análise da pergunta de número dez, que se refere a elas de forma específica.

O que ressaltamos neste momento é que todos os presidentes entendem que uma diminuição e, portanto, uma reforma estrutural nos órgãos do Estado é necessária: além do enxugamento da máquina, as atribuições do Estado devem diminuir. As reformas mais citadas foram a política e a da estrutura de educação no país. Críticas ao sistema das Universidades Públicas, tais como forma de ingresso, gratuidade e ideologia foram realizadas e sugestões da necessidade de federalização do ensino fundamental.

PERGUNTA VI.: Questiona os entrevistados se os Governos democráticos são melhores para garantir uma relação de mercado, ou seriam necessários maiores poderes e proteções.

Nesta questão, no enunciado da pergunta, ressaltamos a condição de elite econômica do presidente de cooperativa, objetivando extrair sua opinião sobre a melhor forma, segundo a qual, eles entendem que deva ocorrer uma intervenção estatal na economia. Devemos ressaltar que o setor agropecuário é um setor em que se verifica a existência de subsídios estatais em várias democracias no mundo, em especial na Europa. Este contrassenso entre livre mercado e proteções e subsídios foi a principal questão que quisemos medir, sob a perspectiva da *elite cooperativista*.

Selecionamos um trecho no qual há uma posição bastante firme e clara em relação a questão de subsídios. Nenhum outro presidente foi tão enfático em relação à competição de mercado, mas este padrão contrário a subsídios foi encontrado, acentuando a ideia de competição em um livre mercado e a não aplicação de proteções: apontamos este como sendo o padrão (*deutungsmuster*) dominante.

Essa posição, externada por um presidente pertencente ao grupo dos mais jovens, ligado a uma cooperativa com corpo de cooperados homogêneo, foi a que apresentou um raciocínio mais diferenciado e com construção lógica, razão pela qual o escolhemos para analisar.

*Regras de Interpretação:*

1. O Estado deve garantir condições de igualdade de mercado para seus *players* competirem.
2. Mercado é competição.
3. Subsídio estatal é incompetência ou ineficiência dos *players*.
4. Cada país tem ambiente próprio para desenvolver certos setores (*players*).
5. Só há destaque para competição de *players* cuja “estrutura” do país é favorável.

*Regras de ação:*

1. O livre comércio é o ideal.
2. Os *players* devem se adequar sozinhos ao mercado para competir.
3. Aproveite e só “invista” nas áreas cujas condições internas do país lhe sejam base favorável para competir.

*Explicação:*

Novamente os entrevistados se manifestaram em relação de adesão à ideia de livre mercado. Esta questão foi pensada para confrontar os agentes que atuam diretamente no agronegócio frente à questão de mercado livre, principalmente em relação às cooperativas agropecuárias, que têm na agricultura e pecuária sua base.

A agricultura tem sido objeto de “cuidados” do Governo Federal há algum tempo. Referimo-nos principalmente a questões como o Plano Safra, Plano Agrícola e Pecuário (PAP), e a questão dos juros subsidiados. Desta forma, ao tratarmos especificamente das proteções e subsídios na agropecuária, queríamos medir a posição específica da elite sobre o seu próprio setor.

O resultado foi que sete presidentes de cooperativas se declararam contrários à qualquer proteção de mercado ou subsídios, levando em conta que três concordaram que se há restrições de governos externos, a exemplo da recente crise dos EUA na questão do aço/metalurgia, surge o direito de levantar barreiras econômicas da mesma forma. O caso

específico dos EUA foi levantado por três presidentes, sendo que dois concordaram com as barreiras e um considerou que a diplomacia deveria cuidar disto.

Dos outros três presidentes, que não afastaram a possibilidade de existência de proteções e subsídios, um não deixou sua posição muito clara quando perguntamos especificamente sobre a agricultura, tanto que ficamos em dúvida e não o quisemos classificar entre o grupo majoritário. Os outros dois concordaram com certos subsídios ou proteções, desde que fossem temporárias e obedecessem a critérios rígidos de concessão.

O padrão de encontramos pode ser melhor visualizado com o trecho de uma das entrevistas, na qual o entrevistado explica que o país deve aproveitar o segmento que já possui. Por exemplo, se tem excelência na agricultura, este setor deve ser explorado. Se tem parque industrial de máquinas pesadas, isto deve ser aproveitado. Não se pode ter excelência em tudo e não se constrói um setor de uma hora para outra. O entrevistado usa o exemplo da excelência em tecnologia que depende de agentes preparados.

Este trecho, a seguir, ocorreu quando se tratava que competência e eficiência dependem de uma série de fatores, como por exemplo a situação do setor tecnológico, e se trata de um problema estrutural, que deve ser aproveitado ou abandonado, como descreve o entrevistado:

O Brasil não “gera” dentro da sua base educacional um grupo de pessoas que possam se destacar dentro desse sistema [tecnológico] e, para as pessoas que detêm esta potencialidade, o Brasil não lhes oportuniza meios para que possam se desenvolver dentro do próprio ambiente do Brasil, e, ainda, se verifica um êxodo destas pessoas, para o exterior. Desta forma o Brasil acaba ainda perdendo essa riqueza para outros países que atraem esses potenciais levando-os para se desenvolverem lá fora. Na verdade, o Brasil perde divisas, recursos e principalmente recursos humanos, que é o valor maior que se está deixando escapar, e como irá trazer isso de volta se não tem um ambiente favorável para isso? (PC).

A conclusão do entrevistado se apresenta da seguinte forma: Portanto como não há um ambiente de excelência neste segmento não adianta se almejar ser referência em tecnologia, melhor atuar na agropecuária, que o Brasil apresenta excelência.

PERGUNTA VII.: Questiona os entrevistados acerca de qual das posições (presidente de cooperativa ou diretor da OCEPAR) que ele exerce, se considera mais importante para o cooperativismo. Pede, também um elenco de ações políticas realizadas em prol do cooperativismo.

Esta pergunta procurou que mobilizar as duas dimensões (econômica e representativa) da elite cooperativista, externando-as e diferenciando-as para os atores. Assim diante das duas dimensões da *elite cooperativista*, se pode analisá-las do ponto de vista da atuação em cada um destes *papeis*. Mas a ênfase, no enunciado da pergunta, foi na função de diretor da entidade representação para examinar como essa função se manifesta.

Para medir o entendimento dos entrevistados acerca das duas dimensões lhe propusemos medir qual das duas funções que exercem (presidente de cooperativa ou diretor da OCEPAR) seria a mais relevante ao cooperativismo.

Nove indivíduos apontaram a função de *presidente de cooperativa* e um, a de *diretor da OCEPAR*. Destes posicionamentos entendemos que se pode extrair duas formas de atuação política. Ao explicar sua escolha cada um dos indivíduos descreveu sua relação com a entidade de representação. Este é um achado relevante na medida que se pode verificar a forma de relação destes atores com a entidade de representação e a função que reputam a ela.

Como o objetivo do DMA é possibilitar que o pesquisador tenha acesso ao padrão de interpretação (significação) coletivo, aproveitamos a funcionalidade do método. A praxe é que se analise primordialmente o padrão dominante, mas nesta pergunta, especificamente, entendemos que a análise mais interessante para este trabalho seja o padrão de interpretação individual, surgido em apenas um dos entrevistados, mas que demonstra suas regras de interpretação e ação que nos ajudarão muito a entender qual é o anseio que ele tem acerca de uma ação política que seja institucional, porque praticada pela entidade de representação e organizada, pois foi proposta e arquitetada.

Este padrão, sobre atuação como diretor da OCEPAR, é oriundo do único presidente de cooperativa que não figura entre as maiores cooperativas, o que para nós explica sua constante presença em cargos de diretoria da entidade.

O restante do padrão que analisamos, para redigir a explicação, tem por base o padrão coletivo do grupo, isto é, a parte que se refere sobre a importância, função e forma da ação política.

Portanto juntamos dois padrões, nesta análise, um minoritário e outro dominante, que é o coletivo. Analisamos através do DMA um trecho da entrevista do padrão não dominante, mas reproduziremos alguns trechos do padrão coletivo, que com ele se soma.

*Regras de interpretação:*

1. Verificar qual atividade é a mais importante para eu atuar no cooperativismo, mas sei que a atuação na OCEPAR é importante.
2. A OCEPAR atua politicamente para proteção das questões centrais das cooperativas.
3. O poder do cooperativismo é sua capilaridade junto aos muitos cooperados (eleitores).

*Regras de Ação:*

1. Atuar politicamente através da OCEPAR.
2. Atuar politicamente (diretamente) no convencimento dos parlamentares eleitos ou ocupantes de altos cargos no Poder Executivo (Padrão coletivo dominante: pautar a OCEPAR para atuar no convencimento)
3. Comunicar aos cooperados quais os parlamentares que atuam a favor do cooperativismo.

*Explicação:*

Esclarecemos que o padrão individual, que não é o coletivo, nem dominante, refere-se somente à atividade que o membro da elite cooperativista reputa a ele como sendo a mais importante. Neste sentido nove dos dez entrevistados responderam que julgam sua atividade de presidente de cooperativa mais importante, fato que confirma uma característica de conduta de carreira (*lebensführung*) haja vista as longas carreiras dos entrevistados, em sua cooperativa. Mas um deles entendeu o contrário, respondeu que atuar como diretor da entidade de representação e praticar propriamente a ação política coletiva do cooperativismo é mais importante.

O que demonstram dois padrões (*deutungsmuster*) de forma de ação política. Mas, todos os dez padrões encontrados afirmam a importância da realização de uma ação política coletiva do cooperativismo centrada na OCEPAR. E todos entenderam que a OCEPAR atua nas questões centrais das cooperativas, protegendo-as inclusive de retaliações individuais se as cooperativas atuassem individualmente.

A diferença, portanto, resulta na forma do agir político. O grupo de nove presidentes age trazendo as demandas havidas na sua cooperativa para serem discutidas coletivamente e para que a entidade interceda e intermedeie. Estes presidentes pautam a OCEPAR. Este é o padrão coletivo.

Um único entrevistado tem uma noção diferente de atuação, pois entende que deve ser realizada de uma forma mais ativa, mais próxima e intensa, até pessoal.

Separamos dois trechos que se adequam a parte do *deutungsmuster* (padrão coletivo) que apresentamos:

Como cooperativa individual nós devemos, na minha visão, ... ficar fora da política, como cooperativa... E sim, nós temos que reforçar uma representação que no nosso caso é a OCEPAR a nível estadual, e a OCB a nível federal, onde nós sim, temos que buscar através dessas ferramentas ... [meios] ... para poder agir politicamente. (PC).

Portanto os presidentes de cooperativas se enxergam como administradores e gestores. Para a ação política sistêmica se utilizam da OCEPAR para pautá-la:

... é um trabalho mais político aqui na OCEPAR, é uma coisa importantíssima porque essa relação entre o nosso trabalho do dia a dia com as questões políticas que envolvem bons relacionamentos em questões fundamentais pra nós mesmos .... é extremamente importante ... [uma] articulação para que isso aconteça, então é extremamente importante que a gente tenha uma certa harmonia dentre os dois cargos [presidente de cooperativa e diretor da OCEPAR], mas a gente vem aqui na OCEPAR justamente pra colocar as nossas necessidades ... (PC).

Reputamos, das análises das entrevistas, dois achados: vimos que há duas formas de atuação política, uma direta outra através da entidade de representação; vimos também que há um padrão de ação política em relação ao legislativo, através da utilização da FRENCOOP.

Os diretores da OCEPAR pautam a entidade com os temas relevantes e delegam, ao presidente e corpo técnico, os encaminhamentos. O próprio diretor da OCEPAR realiza uma ação política direta, mas através da OCEPAR.

A atuação política, principalmente junto aos parlamentares, é específica e pessoal. O convencimento da importância de alguns temas para as cooperativas ou para o setor cooperativista que precisam de apoio, é feito a membros da FRENCOOP, para que atuem no Legislativo, com seus pares, e até através de votos ou proposição de emendas ou mesmo de projetos, junto ao Legislativo.

Um trecho de uma entrevista dá uma ideia do entendimento dos entrevistados:

... nós somos um sistema que nós não temos lobby né, então a nossa capacidade de discussão, ela se dá muito no lado técnico das coisas, então nós temos que ter sempre um respaldo técnico de onde eventuais políticas governamentais nos afetam, para nós podermos mostrar e defender ... por outro lado, nós temos

que mostrar institucionalmente o nosso modelo e explicar pros governos a diferença desse modelo de negócio, nós somos um modelo ... somos baseados em financiamento, não captamos, nós produzimos resultados, competimos no mercado de igual pra igual, e distribuimos nosso resultado, então somos socialmente mais justos e economicamente mais eficientes. ... além de mostrar essa diferença né, nós temos esse lado técnico, mostrar a diferença e dizer onde é que isso impacta, nós temos que ter uma ação cada vez maior e mais volumosa junto aos governos. (PC).

A denominada “moeda de troca” que um dos entrevistados se refere para afastar a ação política do cooperativismo de um *lobby*, que supõe seja feito em outros setores, é a demonstração de capilaridade das cooperativas em comunicar aos cooperados, que são eleitores em potencial, as ações de determinado parlamentar, com vistas a atual e futura eleição ou reeleição.

Entendemos, como *lobby*, o poder econômico que possibilita o custeio de campanhas e a própria força motriz de um setor importante da economia brasileira. Nota-se por esta fala que as cooperativas ainda se consideram “pequenas” em relação às outras indústrias ou setores.

Relevante a noção de que a ação política é protetiva.

Em relação a segunda parte da pergunta, os temas da atuação política, ficaram para a livre lembrança dos entrevistados. Propositadamente não abordamos qualquer questão, deixamos para que os entrevistados lembrassem daquilo que mais os marcou.

Os mais citados foram: planos governamentais de parcelamento de dívidas, concomitantemente com financiamentos, para reestruturação das cooperativas e plano de investimentos (RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária de 2001 e Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária, programa existente através do BNDES desde 2003); a questão da complexa tributação do PIS/COFINS, cujo tratamento diferenciado para as cooperativas agropecuárias foi estabelecido à partir de 1998; a formação e os treinamentos oferecidos (Sescoop); a atuação institucional para abertura de mercados externos, com missões estrangeiras, recepção de grupos e viagens institucionais; a atuação na atividade agropecuária interna; plano safra; fiscalizações e normatizações; colegiados; Código Florestal; reforma da lei geral do cooperativismo (PL 519/2015).

PERGUNTA VIII.: Propõe aos entrevistados uma avaliação acerca da ação política do cooperativismo, na perspectiva de sua própria *elite*.

Esta questão foi formulada para obter do entrevistado uma análise ou até uma autoanálise da atuação política do denominado sistema OCB, que engloba a OCEPAR, que se consiste em uma entidade nacional e 27 entidades estaduais.

Nosso objetivo era obter um exame da estrutura vertical arquitetada pelo sistema cooperativo, no qual as questões das cooperativas perpassam pelos núcleos cooperativos, ou diretamente pela diretoria e seguem para a OCB, acompanhados de forma muito próxima pela OCEPAR, representada pelo seu presidente ou em alguns casos por um conjunto de diretores, para determinados assuntos.

A OCEPAR é a entidade que concentra todas as cooperativas agroindustriais do Paraná. Não notamos nenhuma crítica à OCEPAR, no entanto todos os dez entrevistados entenderam que a atuação pode ser melhorada. Dois entrevistados criticaram a OCB.

*Regras de interpretação:*

1. Somos um sistema diferente e sem *lobby*.
2. Precisamos mostrar que somos diferentes e tecnicamente provar ao governo o que nos está nos prejudicando.
3. Por estarmos crescendo em volume, nós temos que ter uma ação cada vez maior e mais volumosa junto aos governos.
4. Precisamos concentrar a ação política em certas áreas.
5. O “governo” erra e precisamos mostrar o erro para nos protegemos e retroagir ao erro. Nossa ação política é protetiva.

*Regras de ação:*

1. Concentrar a ação política na Câmara dos Deputados, Senado e áreas econômicas do Poder Executivo.
2. Atuar politicamente mostrando que o cooperativismo é um sistema diferente e como não há *lobby* devemos agir diferente (tecnicamente)
3. Devemos ficar atentos aos erros do “governo” e preparados tecnicamente para demonstrar tais erros.
4. Fazermos a coisa certa.

### *Explicação:*

Depreende-se da análise das entrevistas que há um sentimento generalizado no sistema cooperativo de superioridade em relação aos outros segmentos econômicos. Isto se dá, talvez, pela origem social do cooperativismo, como salientamos no Capítulo 2, em cujo sistema se objetiva alterar e equilibrar o social através do econômico: seu objetivo são as pessoas não o negócio. Esta bandeira é levantada como um diferencial. Este discurso significa dizer que o cooperativismo é diferente e seu objetivo não é o “negócio” e sim as pessoas, por isto merece ser ouvido e atendido, pelos Poderes constituídos do Estado.

Também se nota um certo sentimento de inferioridade econômica, em termos de poderio econômico e força política. É por isto que se entende a afirmação de que não há o mesmo *lobby* dos outros segmentos e que não se consegue eleger as pessoas, pois não há recursos para o financiamento das campanhas eleitorais. Não houve qualquer menção a nova regra de vedação privada de pessoas jurídicas financiarem as campanhas.

Outra afirmativa que se nota nos discursos é que as cooperativas agem de modo certo (no sentido moral e altruísta) e precisam se defender das ações desastradas do Estado. Neste sentido é que precisam ter técnicos que “expliquem” o que acontece para sensibilizar os políticos (Legislativo e Executivo) para que esses possam voltar atrás em algumas decisões ou até consertarem determinada situação, reestabelecendo um equilíbrio no setor das cooperativas e mesmo do agronegócio. O padrão de ação política não é preventivo e sim corretivo. Não é anterior e sim posterior.

Há a consciência de que o sistema cooperativo está crescendo e, portanto, surge a necessidade de tornar a ação mais volumosa, mais concentrada tanto na Câmara dos Deputados e no Senado, quanto nas áreas econômicas do Executivo.

PERGUNTA IX.: Propõe aos entrevistados uma avaliação sobre a FRENCOOP tendo em vista a ação política do cooperativismo. Também se pergunta se esta ação é mais eficiente quando realizada junto ao Poder Legislativo ou Executivo. E finaliza questionando se a dinâmica verificada na esfera Federal se repete na esfera Estadual.

Nesta questão procuramos extrair dos entrevistados a importância e a forma como se dá a ação política coletiva do cooperativismo agroindustrial.

Ressaltamos a existência da FRENCOOP para analisar as opiniões dos atores acerca deste instrumento.

Por outros fragmentos de respostas, em outras perguntas, notamos que os entrevistados entendem que a frente parlamentar também pode agir junto ao Poder Executivo, criando agendas de reuniões. Objetivamos também ouvir os entrevistados acerca de uma ação política regionalizada.

*Regras de Interpretação:*

1. Ambas as dimensões (Legislativo e Executivo) são importantes.
2. É necessário aumentar o número de parlamentares da FRENCOOP, melhorar seu nível de conhecimento sobre o cooperativismo e torná-los mais engajados. Substituições são necessárias.
3. No Executivo se deve dar continuidade à ação política junto ao Ministério da Agricultura. Buscar uma maior atuação junto aos Ministérios que tratam de recursos, tanto o da Fazenda como o do Planejamento, responsável pelo planejamento dos recursos futuros que serão disponibilizados em programas de crescimento voltados para a agroindústria, que através do modelo do cooperativismo beneficiaria a todos.
4. A ação política junto ao Executivo precisa ser ampliada e mais efetiva e deve contar com a presença dos presidentes das cooperativas somando forças com os presidentes da OCB e OCEPAR, principalmente nas questões mais relevantes.

*Regras de Ação:*

1. Agir politicamente tanto junto ao Poder Legislativo, como junto ao Poder Executivo.
2. Aumentar a FRENCOOP e buscar engajamento dos parlamentares.
3. Continuar atuando no Ministério da Agricultura; aumentar atuação junto ao Ministério da Fazenda; implementar atuação junto ao Ministério do Planejamento.
4. Unir forças com a ação direta dos presidentes de cooperativas em assuntos relevantes.

*Explicação:*

Nos relatos dos entrevistados, quando questionados acerca da relevância da concentração de ação política junto aos Poderes Executivo ou Legislativo, tivemos uma maioria de oito presidentes entendendo que a entidade deve realizar ações nas duas dimensões, sendo que uma não prevalece sobre a outra.

Ambas são necessárias e relevantes para proteção do setor. Dois presidentes entenderam que a ação mais relevante se dá junto ao Poder Legislativo:

... somos mais eficientes no Legislativo. Eu acho que o nosso modelo [Brasil] tem que ser sempre em cima do Legislativo, ... o Executivo trata das urgências, a nossa frente parlamentar é de extrema importância, porque se não tiver ninguém nos representando na esfera legislativa, acho que a gente fica totalmente desarmado, infelizmente ... [é assim] ... em qualquer democracia, se você olhar a democracia dos Estados Unidos funciona dessa forma, existem os lobistas que fazem esse trabalho, e a nossa frente precisa fazer isso também. O Nosso grupo acaba sendo lobista também, fazendo esse trabalho e atuando na defesa dos nossos interesses. (PC).

Novamente se reproduz o entendimento dos entrevistados de que o cooperativismo não tem uma base própria de parlamentares, precisa atuar no convencimento de cada um dos congressistas e atuar de maneira técnica:

Eu acho que essa frente [FRESCOOP] é importante. Está faltando mais assessoria para eles e mais cobrança. Porque não temos coragem de expulsar ninguém da nossa frente quando vota o contrário, não temos essa coragem ainda. Mas vamos ter que criar essa coragem. Se uma coisa é do cooperativismo e existe a frente, temos que fazer assessoria e cobrança e ter coragem também de dizer: “esse aqui tá fora. (PC)

E sobre a questão de assessoria técnica da entidade para os parlamentares:

.... a OCEPAR se profissionalizou muito, ela tem uma equipe profissionalizada e o que que esses parlamentares mais precisam? É de dados, de informações: eu vejo o [Deputado A] ele busca informações, o [Deputado B] de Santa Catarina idem e encontram aqui no Paraná ...eles buscam aqui ... a OCEPAR é referência pra todos ... o segredo de se montar uma estrutura, uma equipe bem forte, robusta, com conhecimento, empenhada, engajada nesse negócio e isso é o principal, ... porque você falar sem dados não dá eco, agora quando você fala embasado, em cima de dados, daí dá eco, aí tanto no Executivo quanto no Legislativo, principalmente o Legislativo ele fica mais fortalecido porque está em cima de uma coisa sólida, pode ser rebatida mas está firme, e o próprio Executivo sabe disso e sabendo disso ele já modera, né. (PC).

Em relação a ação política na esfera estadual, sete presidentes entenderam que no Paraná, pela natureza das questões e forma de ação do Legislativo deve-se concentrar a ação política no Poder Executivo. Três presidentes entenderam que deveria a ação política ocorrer nos dois Poderes.

A questão da participação direta dos presidentes de cooperativas em algumas ações políticas efetivas junto ao Poder Executivo, parecia um padrão longe do dominante, nas perguntas anteriores. Mas nesta pergunta houve quatro relatos de questões que contaram com a presença física dos presidentes e que surtiram efeitos. Interpretamos este

fato como a crença dos entrevistados que sua presença direta e pessoal na ação política em alguns assuntos deve existir.

Acreditamos que a divergência entre a maioria dos entrevistados em relação a outro entrevistado está no modelo de calibragem desta atuação. Este entrevistado que sustenta uma efetiva e pessoal participação direta nas ações política foi o único a entender que sua atuação mais relevante para o cooperativismo é o exercício da atividade institucional coletiva de representação.

Os outros presidentes se reconhecem mais valiosos nas suas atividades econômicas junto às cooperativas, porém a partir de alguns dos relatos vimos que a participação direta em alguns assuntos é recebida como necessária e os resultados são bons.

PERGUNTA X.: Propõe aos entrevistados uma avaliação das reformas: trabalhista e tributária.

Esta questão foi idealizada para examinar o entendimento dos entrevistados acerca de duas das mais importantes reformas estruturais brasileiras. Abordamos as duas reformas ressaltando a figura do entrevistado como elite econômica, para colher suas impressões acerca da reforma trabalhista.

Porém, na reforma tributária colocamos o elemento da nação, isto é, o que seria melhor para o Brasil, procurando acelerar uma derivação no problema objetivo de ação mobilizando o vetor de cidadão.

Como a pergunta possui duas partes aplicamos o DMA para cada uma das reformas.

A **Reforma Trabalhista** já ocorreu através das leis 13.467/17 e 13.429/17, desta forma questionamos os atores sobre a sua opinião sobre a necessidade de uma reforma trabalhista e sua opinião acerca do teor da reforma. A partir destas respostas pudemos notar alguns traços sobre seu entendimento acerca das relações de trabalho.

*Regras de Interpretação:*

1. A situação gerada a partir das relações de trabalho no Brasil é instável pois geram riscos não mensuráveis de custos para o empregador.

2. A situação de insegurança jurídica quanto a reclamações infundadas deve ser resolvida para o bem da competitividade econômica da atividade desenvolvida pelo empreendimento (cooperativa ou empresa).
3. As relações de trabalho precisam ser reformadas, isto significa modernização.
4. Há excessiva intervenção do Estado nas relações de trabalho que prejudica tanto o empregador quanto o empregado.

*Regras de ação:*

1. Valorização das medidas introduzidas pelas reformas. Todavia precisavam ser mais amplas.
2. Busca pela flexibilização das relações trabalhistas como benefício para ambas as partes.

*Explicação:*

Notamos que todos os presidentes de cooperativas entrevistados assumiram inteiramente a posição de empregadores. Analisaram a questão apenas sob este viés. Todos são favoráveis à reforma trabalhista e externaram certeza da necessidade de alterações nas relações de trabalho.

Há a visão da reforma como um ato de modernização, a bem dos trabalhadores e dos empregadores, pois o Estado interfere em um campo que acaba tornando “proibitivo” que as partes possam crescer economicamente.

Houve manifestações acerca do direito do trabalhador poder querer trabalhar mais e receber mais por isto. Isto seria um direito que o Estado cerceia ao estabelecer limites de horas de trabalho.

Três entrevistados compararam as relações de trabalho a uma espécie de contrato de prestação de serviços, em cuja estrutura há uma parte que vende um serviço e outra que compra: ponto de vista reforçado por ideias de que as partes devem ser livres para negociar.

Surgiram posições sobre a flexibilização das relações para o desenvolvimento e a modernização da economia. Um exemplo prático deste entendimento aparece em duas entrevistas que teceram considerações sobre aplicação de critérios de meritocracia, isto é, pagando mais aos trabalhadores que melhor desempenham as suas funções, fato que a lei veda. Ou ainda permitindo que os trabalhadores trabalhem mais horas, desde que sejam

remunerados por isto, como forma de crescimento econômico deles mesmos e incentivo à economia do Brasil.

Observamos que as ideias de Estado mínimo e as relações resolvidas e reguladas pelos envolvidos, como parte de um livre mercado, se coadunam com as respostas acerca das reformas e o anseio de mudanças das relações de trabalho.

Notamos um entendimento dominante de que a segurança jurídica e com isso a previsibilidade são elementos importantes em uma atividade econômica, e a reforma vai neste caminho.

Há coerência de pensamento se comparadas as respostas do questionário de maneira sistêmica. Não houve qualquer menção à diferenciação do cooperativismo em relação ao tratamento do trabalhador em cooperativa, as análises ocorreram apenas adotando o viés patronal de empregador, entendendo as relações de trabalho como um custo e objetivando torná-las parte da engenharia de produção e racionalidade do empreendimento econômico.

A **Reforma Tributária** ainda não ocorreu, havendo apenas projetos de lei no Congresso Nacional, comentários do Governo Temer e especulações da mídia. Mas a questão é de suma importância para a elite econômica brasileira que argumenta na imprensa ser a carga tributária alta e reivindica um equilíbrio e racionalidade do sistema.

Procuramos com esta questão extrair dos entrevistados uma opinião sobre a necessidade de uma reforma, e em que amplitude deveria ocorrer, e qual o anseio do entrevistado de como deveria ser o sistema tributário brasileiro.

Todavia não houve por parte dos entrevistados material para que procedêssemos tal análise. As respostas foram vagas e imprecisas. Retiramos apenas um trecho que trata da forma de tributação ideal, em um cenário de imposto único e universal.

*Regras de interpretação:*

1. A reforma tributária é necessária e urgente e deve ser ampla.
2. A tributação deve ser simples e justa.
3. No Brasil o sistema tributário é injusto, complexo, burocratizado e tem carga tributária elevada.
4. O ICMS é o maior problema.

*Regras de ação:*

1. Simplificar o sistema tributário.
2. Tornar o sistema tributário mais justo.
3. Diminuir a carga tributária que é elevada.
4. Unificar ou extinguir o ICMS.

*Explicação:*

Das entrevistas conseguimos reunir as seguintes opiniões:

Dez entrevistados reconheceram que o sistema tributário necessita urgentemente de uma reforma ampla.

Oito atores apontam a imperiosa simplificação do sistema tributário que é complexo e burocrático.

Nestas oito entrevistas há observações que a divisão do bolo tributário entre as três esferas (União, Estados e Municípios) precisa ser revisto e cogita-se o imposto único e universal.

Sete presidentes expressamente afirmaram que a carga tributária é elevada e precisa ser reduzida.

Quatro presidentes criticaram especificamente o ICMS e reputaram ser este o maior problema atual das cooperativas, pela complexidade das legislações, por que há 27 normas diferentes e porque há créditos de ICMS não pagos pelos estados que prejudicam as cooperativas.

O material sobre o qual aplicamos o DMA representou o relato do único presidente que se estendeu mais sobre a questão de uma reforma tributária e que teceu comentários mais profundos sobre o problema do sistema tributário brasileiro.

Nas suas colocações aponta que existem duas formas possíveis de tributação: a tributação sobre a renda e a tributação sobre o consumo.

A tributação sobre o consumo é uma tributação injusta pois tributa o rico e pobre da mesma forma e intensidade, deixando o produto caro, prejudicando quem produz e quem consome. Portanto, a tributação pelo consumo é ao mesmo tempo injusta para as pessoas e ruim para a economia.

A tributação pela renda é mais justa, pois seu objeto é o ganho, a riqueza. Assim ao se aplicar uma alíquota sobre uma base de ganho/riqueza, todas as pessoas (físicas e jurídicas) seriam tributadas de forma mais justa.

Admite-se aumento de alíquotas em alguns casos e ausência de alíquotas em outros, no caso dos mais ricos e mais pobres.

Portanto uma das formas de tributação já seria o suficiente, mas o Brasil adota as duas. E, além disso, tributa o trabalhador (pobre) que não tem riqueza tornando a tributação extremamente injusta.

Estas colocações completam o seu raciocínio de que é necessária uma ampla e urgente reforma no sistema tributário nacional.

## CAPÍTULO 6 – A ELITE COOPERATIVISTA: TIPO IDEAL E CULTURA POLÍTICA

Conforme expusemos no Capítulo 3, operar em conjunto os *dados prosopográficos* com os *estoques de conhecimento coletivos*, embora não possuam uma relação de causalidade, encontra sua razão na metodologia da construção de um *tipo ideal* do indivíduo da elite cooperativista com *forma* e *opinião*. Isto é, tratar das dimensões morfológica e atitudinal para caracterizar o grupo foi a forma que encontramos para unir a pesquisa com a exposição, (Moraes & Maestro 2003).

Apresentamos neste capítulo, no item 6.1 a dimensão morfológica do *tipo ideal* a partir dos dados expostos no item 5.1., do Capítulo 5, em complementação dos dados contidos no Capítulo 4, que expuseram os ambientes econômico e representativo nos quais essa elite está inserida, proporcionando uma ideia do *lebenswelt* – “mundo da vida” - em que se ambientam os atores.

Antes de partir para a construção do *tipo ideal atitudinal* tecemos no item 6.2. considerações gerais sobre os dados de cultura política surgidos no Capítulo 5 (item 5.2), contextualizando a pesquisa sobre esse tema, tendo em vista as respostas no questionário semielaborado.

No item 6.3 abordamos a dimensão atitudinal do *tipo ideal* da elite cooperativista a partir dos dados do Item 5.2, para examinar sua concepção de democracia, que relação fazem entre economia e democracia, e aspectos dos seus padrões de ação política, para buscar neles uma opinião sobre essa ação política que realizam pelo cooperativismo paranaense e seus reflexos na esfera nacional. Isto é, uma autoanálise da ação política sistêmica do cooperativismo.

Denominamos de *ação política sistêmica* as ações que os indivíduos que compõe a *elite cooperativista* realizam, na condição de *elite econômica* ou na condição de *elite representativa* (elite política). Portanto, queremos nos referir ao conjunto de ações ligadas ao exercício da representação institucionalizada do cooperativismo ou do grupo formado pelas cooperativas, bem como dos valores relacionados à política, às instituições políticas e à democracia.

A abordagem dessa elite em relação à cultura política se dá no âmbito das justificativas, buscando no entrevistado mais do que suas opiniões, para possibilitar a reconstrução da orientação de sua ação em relação às questões políticas que pesquisamos.

Com isto esperamos ter um ganho qualitativo, pela própria função do método DMA, podendo assim apresentar uma análise da cultura política de certa parcela específica da sociedade.

O uso da dimensão qualitativa não é a majoritária nos estudos de cultura política, também não o é a pesquisa de grupos delimitados, principalmente elites.

Pretendemos abordar os temas *cultura política e padrões de ação política*<sup>144</sup>, pela avaliação dos próprios atores, para possibilitar um diálogo futuro com outros trabalhos referentes às elites econômico-políticas, nesse caso, o empresariado, tanto posicionado como *controlador das empresas*, como também na condição de *dirigente de entidades de representação* do empresariado.

Existem estudos sobre o empresariado no Brasil desde a década de 1950, (Costa, 2005a e 2005b). Nesse universo entendemos que há larga possibilidade de comparação entre as elites, através dos trabalhos realizados no âmbito da Ciência Política, e sobre a ação do empresariado brasileiro, principalmente ligado à indústria.

Há uma trajetória de abordagens desde os estudos clássicos de Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1958), Nelson Werneck Sodré (1958), e Fernando Henrique Cardoso (1965; 1971; 1972), até os mais atuais como os de Wagner Mancuso (2004; 2007; 2010 e 2018) e Paulo Costa (1998, 2002, 2004, 2012), que analisam desde a ação política do empresariado até alguns poucos que abordam a cultura política.

O fato desses atores (elite econômico-política) estarem localizados em vários segmentos e terem várias forças de ação, acentua a tese da segmentação (Costa, Rock & Oliveira Santos Filho, 2012). Decorre daí nosso entendimento dos estudos separados por elite econômica, quer por setor da economia, por tipo de “empresa”, ou ainda, por tipo de sociedade, desde que se guarde uma homogeneidade dos grupos.

Outra forma de agrupar os atores é analisar em conjunto uma ação ou qualidade, a exemplo do tema recorrente nos estudos do empresariado na indústria, desde a década de 1950 até os dias de hoje, que orbitam sobre o papel dos atores, no exame de sua ação política, analisando se são “atores fortes ou fracos”, (Mancuso, 2007).

Não nos preocupamos nesse trabalho com qualquer medição referente a essa discussão, mas sim antes disso, procuramos apontar quem são os indivíduos que compõe a elite do cooperativismo e sua perspectiva e valores políticos.

---

<sup>144</sup> Em relação à ação política, posteriormente outros trabalhos poderão aprofundar o tema tendo como ponto de partida os dados sobre a elite cooperativista que ora produzimos.

Nosso trabalho também possui uma abordagem diferente dos únicos estudos que encontramos no universo do cooperativismo e a ação política, materializados pelos trabalhos de Sônia Maria de Mendonça (2002 e 2010). Nas suas obras Mendonça analisa a ação política da entidade de representação do cooperativismo (OCB), na sua perspectiva histórica como construção de um projeto de poder do setor agrícola do patronato rural e uma comparação entre as diversas entidades desse setor, de cuja análise decorre seu entendimento quanto a hegemonia da OCB no campo da liderança política do setor “ruralista brasileiro”, (Mendonca 2010, pp. 177-209).

Portanto, além de tratarmos de uma elite econômica diversa do empresariado, abordaremos o aspecto da cultura política desses atores, abordagem que diferencia este trabalho dos outros que citamos.

Sobre *cultura política* não pretendemos abordar a questão culturalista que discute seu papel para estabelecer ou dar continuidade à democracia, isto é, se a democracia requer uma cultura democrática prévia, (Przeworski et alii, 2003). Embora entendamos que a doutrina e prática do cooperativismo estão envoltas por fortes pilares comportamentais ligados à democracia, em sua essência, na medida em que a cooperativa é a única sociedade no Brasil em que o voto é singular de mesmo peso e personalíssimo, além do fato de serem todos os cooperados iguais em deveres e direitos.

Estudos clássicos de Inglehart (1988), Almond e Verba (1989) e Dahl (1997) apontam para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre os grupos menores que ocupam posições privilegiadas na distribuição e ocupação dos espaços de poder, e não apenas para o conjunto da sociedade ou dos eleitores.

Esses estudos, todavia, são atualmente pouco numerosos, ainda mais os que envolvem uma parcela específica de uma elite com contornos de elite econômica, ligada ao setor agroindustrial e traços de elite representativa de categoria econômica (cooperativismo).

Citamos, em relação à América Latina, os estudos de Bishin, Barr e Lebo (2006) e de Bartell e Payne (1995) que aconselham o exame do conceito que as elites detêm de democracia e sua importância. No caso do Brasil, os estudos de Paulo Costa (2008 e 2012) abordam a cultura política do empresariado na indústria.

Diante desse breve balanço reputamos como sociologicamente significativos os

... estudos da cultura política de grupos específicos e menores que assumem posições relevantes em termos de poder econômico e político (...), dada a sua importância para a compreensão de seus padrões de ação política e de seu

impacto no funcionamento e no desenvolvimento do regime político democrático, (Costa 2012, p.453).

Nesse sentido, nos próximos itens nos dedicaremos a isto, construindo *tipos ideias*.

### 6.1. TIPO IDEAL: O INDIVÍDUO.

A partir dos dados analisados no item 5.1 e a constatação da existência de duas gerações e três carreiras distintas procedemos o exercício de construção de um *tipo ideal* para materializar o indivíduo da *elite cooperativista*.

Escolhemos um exemplo de cada carreira descrevendo-a mais detidamente, com o objetivo de apresentar uma visão de um *tipo ideal* de cada perfil.

O presidente que possui a carreira de *Engenheiro-empregado*, materializado no entrevistado (PC1) é um homem branco de setenta anos, muito ativo profissionalmente, nascido no interior do Rio Grande do Sul, neto e bisneto de imigrantes da Europa Ocidental, sendo os pais e os quatro avós pequenos produtores rurais, casado há muitos anos, com filhos, se diz católico, mora em uma cidade do interior do Paraná, possui quarenta e dois anos de carreira na mesma cooperativa, sendo dezesseis anos como empregado celetista e vinte e seis anos como dirigente cooperado eleito. Ocupa há 24 anos o cargo de presidente. Ingressou na cooperativa na década de 1970, quando a cooperativa ainda era pequena e funcionava há apenas sete anos, e quando o patrimônio da cooperativa era bem diminuto, um “barracão financiado pelo BRDE”.

Sua graduação foi em engenharia agrônômica em Universidade Pública Federal gaúcha. Recém-formado, não tinha 30 anos, quando iniciou suas atividades celetistas na cooperativa, atuando na assistência técnica ao produtor rural cooperado.

Segundo sua narrativa, esse trabalho não é graduado ou muito especializado, mas coloca o profissional em contato direto com o cooperado e sua produção rural, fornecendo-lhe dados sobre os cooperados (perfil) e seus produtos, bem como em relação às condições de sua propriedade rural.

Com o passar dos anos ocorreu uma progressão na carreira empregatícia, tanto em termos da escala técnica de chefia, como na de importância de área, para o negócio da cooperativa. Neste caso, o entrevistado relatou que no final de sua carreira como empregado “cuidava de tudo que entrava na porteira do associado...”, chefiava toda área de agropecuária, que citou ser a principal da cooperativa.

A carreira técnica se deu da década de setenta até a década de noventa. O entrevistado relatou que na década de 1990, a cooperativa atravessou grave crise econômica de crédito, envolvendo os cooperados. (PC1) foi incumbido de fazer o planejamento estratégico da cooperativa, para solucionar a situação e planejar o futuro da sociedade. Mesmo sem ter experiência específica nesta matéria, se sentiu um pouco pressionado pelo presidente, seu empregador, e, aceitou a tarefa.

Pelas suas palavras, se nota orgulho em ter realizado o encargo e ele reputa que o planejamento se deu com base apenas na sua reflexão própria e senso de observação das coisas e conhecimento da cooperativa. Este planejamento foi discutido com a diretoria da época e com as áreas técnicas e, ao final foi levado a várias lideranças da cooperativa. O foco era mostrar soluções e instituir integração vertical da produção agropecuária, como já ocorria em sociedades empresárias, da região onde se situa a cooperativa.

Nos meses seguintes houve eleição na cooperativa e seu nome foi cotado para vice-presidente. Esta eleição significou transformar sua natureza de empregado em dirigente-cooperado. Sua capacidade técnica foi seu grande diferencial e tal conhecimento foi difundido entre as lideranças dos cooperados. A última barreira foi a desistência de uma antiga liderança que lhe cedeu o lugar sob a alegação de sua capacidade - “dou meu lugar... para quem sabe mais do que eu”. Foi eleito e cumpriu este primeiro mandato de três anos. Nas eleições seguintes o entrevistado concorreu na chapa, já na condição de candidato à presidência e PC1 foi eleito.

Seu discurso, ao relatar sua história, parece confiante e ele afirma que o planejamento feito no início da década de 1990 continua inalterado até hoje, atribuindo pequenas alterações apenas quanto à questão de adequações tecnológicas, mas o planejamento de ação é o mesmo e é lembrado em todas as assembleias gerais anuais da cooperativa como parte de uma história que continua.

Pelo seu discurso, ele dá a entender que conseguiu e ainda consegue colocar em prática o seu planejamento, transmitindo uma ideia de amplo domínio da situação.

Devemos ter em mente que a estrutura legal e estatutária da cooperativa dá aos presidentes dessas sociedades grandes poderes dentro do empreendimento, como já abordamos no Capítulo 4, item 4.1, fato que, aliado aos vinte e três anos que exerce a presidência, consideramos ser evidência suficiente de “domínio”.

Dominação (*Herrschaft*) no sentido weberiano do negócio e do corpo de cooperados, pois são seis gestões sendo eleito e reeleito em meio a mais de vinte mil cooperados, cujo voto é unitário de peso um.

A cooperativa que PC1 preside está entre as maiores cooperativas brasileiras, em faturamento, número de cooperados e empregados. A gestão parece ser ousada em metas, mas PC1 sustenta que o crescimento se dá com tecnologia e busca de mercados estáveis.

Entendemos que a administração de PC1 é rígida<sup>145</sup>, centralizada e hierárquica. O entrevistado esclarece que, aliado a seu planejamento, se seguiram visitas aos EUA e à Europa para conjugar escala, volume e qualidade para o mercado. O planejamento visa a dobrar a produção de tempos em tempos, e agregar tecnologias a ponto de ligar o produto do produtor rural cooperado ao mercado: soja e milho se transformam em ração, que no processo de integração vertical se origina em proteína animal que sofre processo de industrialização, para ser comercializado na sua rede própria de supermercados ou para venda no mercado interno ou externo (exportação para vários continentes). A industrialização se apresenta de várias maneiras, sendo que em certos produtos atinge até a forma de alimentos pré-cozidos, o ápice da cadeia de industrialização.

A sucessão é referida por PC1 nos termos de objetivar a continuidade do plano de ação da cooperativa, e o entrevistado cita que prepara pessoas para sucedê-lo, de modo a uma “perfeita continuação do projeto”. Esse posicionamento demonstra sua convicção de assertividade de excelência e ideia de perenidade.

PC1 reproduz o escopo da doutrina cooperativista de Charles Gide na sua frase:

Nós pegamos o produto do cooperado e entregamos direto para o consumidor, sem qualquer intermediário. (...) Criamos empregos para os filhos e, para o cooperado, diversificamos sua produção [estes pequenos e médios produtores rurais]. Do resultado, parte se reinveste na cooperativa, parte se distribui para os cooperados.

A partir da narrativa que apresentamos, entendemos que são características dos *presidentes empregados-engenheiros agrônomos*: (i) carreiras únicas e longas na cooperativa; (ii) contato direto e intenso com lideranças de cooperados; (iii) figura “mítica” do presidente entre os cooperados e dentro da cooperativa (empregados); (iv) detenção de aparente conhecimento técnico distintivo que lhe deu visibilidade inicial e possibilidade de gerir, administrar e planejar os rumos da cooperativa. (v) gestão e administração unificadas e concentradas em poucos indivíduos; (vi) gestão conservadora,

---

<sup>145</sup> Rígida no sentido jurídico do termo, isto é, regulada pela lei e estatuto da cooperativa que lhe delega relevantes poderes e a mais alta posição na hierarquia administrativa, incluindo os poderes de convocar, pautar e presidir as assembleias gerais.

centralizada e hierárquica; (vii) aparência de domínio da situação (*Herrschaft*) e; (viii) sucessão longínqua, cogitada, mas distante e, quando ocorrer, deve assegurar a plena continuidade do *status quo*.

Sobre a característica que denominamos de *mítica*, a percebemos como uma imagem construída e compartilhada sobre a pessoa do presidente da cooperativa, imagem que o coloca em uma posição *superior* em que age para o bem da cooperativa e do cooperado, trabalha muitas horas, é responsável pela grandeza e estabilidade econômica da cooperativa, é honesto e competente, uma figura enigmática que se assemelha a ideia de *pai-simbólico*. Essa construção obtivemos em rápidas conversas informais com cooperados e empregados e da análise dos informes ou revistas de lavra das cooperativas, ou mesmo de matérias enviadas pela cooperativa para publicação na revista mensal da OCEPAR ou nos informes da OCB.

Há ocasiões, além das assembleias gerais, em que a visibilidade dos presidentes de cooperativa ocorre, notamos inúmeros encontros, festividades e reuniões nos quais o presidente é a figura central. Um exemplo destas ocasiões é a Copa Coamo<sup>146</sup> de futebol que se realiza a cada dois anos, sendo apontada como o maior evento esportivo rural do país. Em 2017, reuniu mais de 30 mil pessoas, entre cooperados, familiares e a comunidade. A entrega de troféus é feita pelo presidente da cooperativa promotora do evento.

Outro exemplo é o Show Rural<sup>147</sup> de Cascavel, uma feira agropecuária que movimentou a região oeste do estado do Paraná. Em 2018 foram quase R\$1,8 bilhão de reais em negócios ocorrido na feira com um público circulante de 265 mil pessoas, 530 expositores nos 720 mil m<sup>2</sup> do Parque Tecnológico Coopavel.

Pudemos, também, observar algumas assembleias gerais de cooperados, em cujas ocasiões, pelo sucesso econômico da cooperativa e o resultado positivo da agricultura, a figura do presidente estava em pleno destaque como o responsável pela condução deste sucesso.

PC1 também é diretor da OCEPAR, (DO2), conforme quadro 12, na página 105, já esteve nesse cargo em três gestões. Reúne-se mensalmente com seus pares em Curitiba, demonstra estreita relação com a presidência da OCEPAR, podendo se comunicar diretamente quando lhe aprouver, para discutir assuntos de interesse do cooperativismo e de sua cooperativa. Elogia a estrutura criada para a representação do cooperativismo, mas

---

<sup>146</sup> <http://www.coamo.com.br/site/copa-coamo/1>. Acesso em 03.09.2018.

<sup>147</sup> <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/show-rural-de-cascavel-supera-meta-e-movimentou-r-18-bilhao-em-negocios.ghtml>. Acesso em 20.09.2018.

acha que sua ação política coletiva sempre poderá ser aprimorada. Entende que a função de um diretor, além de pautar a OCEPAR e a OCB de assuntos relevantes para as cooperativas, é acompanhar o desenvolvimento da atuação das entidades sobre essas demandas. PC1 considera que melhor atua pelo cooperativismo, sendo presidente de cooperativa, do que diretor da entidade de representação, o que significa que prioriza sua dimensão econômica à política. Mas esse fato não significa que não entenda relevante sua função política e a necessidade de uma atuação política organizada do cooperativismo.

A segunda forma de carreira, denominamos de *Cooperado-liderança*, pois sua principal característica é uma ausência de (longa) carreira técnica na cooperativa, mas com a presença de longa carreira eletiva.

Reputamos que a liderança, junto ao corpo de cooperados, foi o fator suficiente para conduzir o ator à eleição e manutenção do cargo de presidente, não prescindindo, evidentemente, da necessidade de haver um conhecimento técnico do negócio que um CEO, na condição de controlador do empreendimento, também deteria. Porém não foi o elemento técnico o principal fator do recrutamento, como aconteceu na primeira forma de carreira que vimos.

Apontamos, por outro lado, o *carisma*, no sentido weberiano, o elemento que conduziu o ator à presidência de sua cooperativa.

Caberia nesse momento fazer uma explicação do sentido em que empregamos o termo *carisma*. Max Weber, ao tratar das formas de dominação (*Herrschaft*), cuja melhor tradução talvez fosse “*autoridade*”, e que é um *modelo sociológico explicativo* utilizado para a compreensão da mudança social, considera que esta é exercida através de formas pessoalizadas em contextos coletivos.

Carlos Eduardo Sell (2013) explica o uso do conceito de *carisma* weberiano como diferente de “*prestígio, popularidade ou qualidades pessoais*”, pois se funda em uma relação social que modifica em seus fundamentos as estruturas de comportamento. Sell (2013) se utiliza da explicação sobre o líder carismático afirmando que

... não é apenas uma pessoa que goza de confiança, desperta grandes esperanças ou ao qual são atribuídas características especiais. Um líder carismático funda uma nova posição de liderança, uma nova estrutura de relações sociais e uma nova definição cognitiva da situação, (Sell, p.28, apud Lepsius, 1980, p.96).

Verificamos a presença do *carisma* também nas outras carreiras que listamos, mas o diferencial desta carreira é que o *carisma* se verifica como elemento inicial e não construído posteriormente.

O presidente (PC7) é um homem branco, entre cinquenta e sessenta anos, muito ativo profissionalmente. Bilingue, é filho de agricultores europeus que chegaram ao Brasil como médios proprietários, mas tornaram-se grandes produtores rurais. PC7 está casado há mais de vinte anos, tem filhos, nasceu e mora na mesma cidade do interior do Paraná, que congrega seus pares, na condição de ser uma colônia de imigrantes. Ele se diz católico. Pertence a uma geração mais nova se comparada a primeira carreira mas também em relação aos fundadores da cooperativa, é engenheiro agrônomo e ingressou na cooperativa, como cooperado, com menos de trinta anos, no final da década de oitenta. Possui uma carreira de vinte e nove anos na cooperativa marcada pela liderança perante o corpo de cooperados.

Iniciou sua atividade econômica como produtor rural fazendo parte do Comitê Agrícola, colegiado comum nas cooperativas agropecuárias e que tem por objetivo agregar lideranças, fazendo uma *interface* com a diretoria. Esses colegiados nem sempre possuem uma estrutura estatutária, mas sempre possuem uma posição de destaque entre os cooperados, pois são destinados a lideranças setoriais e formadores de opinião.

O ingresso de PC7 na condição de detentor de cargo eletivo na cooperativa ocorreu com sua eleição para o Conselho Fiscal, por uma gestão, em seguida foi eleito para *dirigente*. Do final da década de 1990 até a data desta entrevista, tem sido presidente da cooperativa, portanto há quase vinte anos, e, está no quinto mandato. Todos os componentes da atual diretoria de sua cooperativa fazem parte de uma segunda geração de cooperados, que assumiram o poder depois de uma crise política, ocorrida na cooperativa.

Há que se considerar que, dos quatro presidentes incluídos nessa nossa categorização, três deles pertencem a cooperativas formadas por colônias de imigrantes europeus. Entendemos que este fato dá a essas cooperativas uma unidade em termos de homogeneidade e coesão dos cooperados, o que as diferencia das outras cooperativas, além de serem quase todos os cooperados classificados como grandes produtores rurais, praticantes de cultura e língua estrangeira de seus ancestrais.

Fazemos a observação de que o único, dos quatro presidentes categorizados que foge a esta regra *de cooperativa “étnica”*, é justamente o presidente da cooperativa que não está entre as maiores cooperativas, em termos de faturamento econômico, e que reputamos exercer uma liderança por elementos próprios, característicos de sua personalidade e carreira, os quais analisamos de forma apartada no item 5.1.

Em relação à dimensão representativa, PC7 já foi diretor da OCEPAR por duas gestões. Quando questionado sobre o confronto de suas duas atribuições, também afirmou que sua maior contribuição para o cooperativismo se dá melhor à frente da cooperativa, do que no exercício da função de diretor na entidade de representação. Mas da mesma forma de seus pares, da primeira carreira, entende a representação coletiva através da OCEPAR e OCB muito importante. Também demonstra possuir a mesma proximidade com o presidente da OCEPAR, da mesma forma entende que lhe cabe pautar e acompanhar as demandas surgidas na diretoria ou encaminhadas diretamente.

Pode-se dizer que as características desta categoria de *cooperado-liderança* são: (i) carreiras únicas e longas na cooperativa, na condição de eleito; (ii) pertencimento ao grupo de lideranças da cooperativa; (iii) homogeneidade do corpo de cooperados (o ambiente da cooperativa sendo mais homogêneo, já que os cooperados são em sua maioria grandes produtores rurais, com a mesma identidade cultural e linguística); (iv) presença de administração apartada da gestão (a diretoria se ocupa de assuntos estratégicos e não de rotinas administrativas); (v) fideducia entre os cooperados; (vi) gestão centralizada e hierárquica e; (vii) *carisma*.

Entendemos que a homogeneidade cultural entre os cooperados e sua configuração na categoria de grandes produtores rurais acarreta o surgimento de lideranças oriundas do corpo de cooperados e não do corpo técnico da cooperativa.

Não verificamos a questão da figura *mítica* do presidente tão acentuada, mas sim uma figura que demanda consideração e respeitabilidade, uma figura mais igualitária, embora também detenha os mesmos poderes na estrutura societária da cooperativa.

Quanto a sucessão, temos a sensibilidade de que uma *virada* nos rumos eleitorais, botando a cabo a gestão da diretoria da cooperativa encontra maiores possibilidades de acontecer, se comparado ao modelo anterior (engenheiro-empregado), em parte pelo menor número de cooperados que esse tipo de cooperativa congregue (menos de 1.000 cooperados). Mas se verifica, assim mesmo a presença de longas carreiras, as quais se sustentam pela continuidade da liderança.

Notamos que a administração também é rígida, centralizada e hierárquica, embora os atores sejam de uma geração mais nova.

A terceira forma de carreira é o presidente *Outsider*, isto é, evidenciada pela presença de uma carreira técnica construída fora da cooperativa, antes de ser eleito dirigente. O ator no qual nos baseamos para formular este *tipo* pertence à primeira geração.

PC3 é um homem branco, 65 anos, muito ativo profissionalmente, nascido no interior do Paraná. Está casado há muitos anos, tem filhos, se diz católico, mora em uma cidade grande do interior do Paraná.

É formado em administração de empresas em uma universidade paranaense, na região onde se localiza a cooperativa.

Sua carreira foi construída fora da cooperativa, como bancário durante mais de dez anos, desde muito jovem, em um banco privado comercial. Filho de pequenos agricultores migrantes e bisneto de europeus ocidentais, se identifica como sendo do meio rural, pois sempre esteve ligado à agropecuária.

É cooperado desde a década de 1970, pois já havia uma identidade com a cooperativa: seu pai era cooperado.

PC3 não cita na sua entrevista qualquer posição ativa de liderança na cooperativa antes de ser eleito. Sua atividade agropecuária sempre foi paralela à atividade no banco. Relata também que na década de 1980, a cooperativa atravessou uma grave crise financeira e que para solucionar os problemas foi arquitetada uma diretoria provisória para “reerguer” a cooperativa.

Este colegiado era composto exclusivamente por profissionais de mercado, de várias áreas, e, devido a seu conhecimento técnico, PC3 ingressa na diretoria, ainda na década de 1980.

Uma gestão depois é reeleito, já na condição de vice-presidente e em meados da década de 1990 é eleito presidente. Ocupa, portanto, a presidência da cooperativa há mais de vinte anos, por seis gestões consecutivas, mas sua carreira como dirigente eleito é de mais de trinta anos.

Por se tratar de apenas um caso, torna-se mais complexo extrair características distintivas desta forma de carreira para se fazer uma configuração de exercício de presidência *outsider*.

Pela análise dos dados relatados por PC3, entendemos que seu discurso sobre carreira e sobre o sentido da cooperativa se assemelha muito ao do primeiro grupo (*engenheiros-empregados*), mas detectamos que há diferenças na forma de administrar, notamos mais ousadia nas posturas em relação ao mercado e na relação com os cooperados, não percebemos, em curto exame, um culto tão elevado à pessoa do presidente, mas sim uma exposição mais política de sua figura.

PC3 é diretor da OCEPAR e já ocupou esse cargo por três gestões. Tem as mesmas posições acerca da entidade de representação, externadas pelos seus pares.

Isto é, entende que sua maior contribuição para o cooperativismo é à frente da cooperativa e não no exercício da função de diretor na entidade de representação.

Entende relevante e necessária a representação coletiva através da OCEPAR e OCB. Demonstra possuir proximidade com o presidente da OCEPAR, para pautar e acompanhar o andamento das demandas do cooperativismo.

Nota-se dessa forma, nos três tipos ideais, uma uniformidade de posturas quanto ao entendimento de como se dá o exercício da ação política, uma ação mais delegada no sentido de execução, mas onde há lugar de protagonismo dos atores, na medida em que são eles que dirigem os rumos e temas das demandas.

O presidente da OCEPAR é visto como um executor, coordenando o corpo técnico da entidade para dar execução aos assuntos, um porta voz do cooperativismo paranaense e um condutor de matérias para a OCB e para a FRENCOOP, que em dados casos é utilizada nos encaminhamentos na esfera nacional.

Os entrevistados mostram intimidade com os membros da FRENCOOP da bancada do Paraná e até por vezes de parlamentares do sul do país, ligados ao cooperativismo e à agricultura.

São, portanto, figuras que detém o controle de relevantes empreendimentos econômicos do agronegócio, que por si já teriam a atenção dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo, nos níveis estadual e nacional e, ao mesmo tempo, agem politicamente como diretores da entidade de representação da categoria econômica.

Não se vislumbra uma diferenciação de papéis quando o ator se manifesta, nota-se que fala em nome de sua cooperativa ou em nome do conjunto delas da mesma maneira.

Após a descrição e análise desses três tipos ideais de cooperativistas procedemos uma comparação dos dados que encontramos com os produzidos no trabalho de Pohlmann e Valarini (2016, p.47), realizada com 32 CEOs brasileiros da indústria.

Os dados, embora contextualizados para a aplicação do DMA, podem ser utilizados para uma análise sobre a trajetória profissional e origem étnica, com os resultados que obtivemos dos 10 entrevistados da elite cooperativista.

O resumo dos dados estão materializados no quadro a seguir.

Quadro 14: Comparativo da trajetória profissional e origem étnica entre empresários da indústria e a elite cooperativista.

	Empresários da indústria (1ª geração)	Empresários da indústria (2ª geração)	Elite Cooperativista (1ª geração)	Elite Cooperativista (2ª geração)
Geração	Geração nascida na década de 1940.	Geração nascida entre a década de 1950 e 1970.	Geração nascida entre a década de 1940 e 1950.	Geração nascida entre a década de 1960.
Carreira	grande maioria deles é formada em engenharia em universidades brasileiras e fizeram sua carreira basicamente dentro de uma única corporação.	maioria são formados em administração de empresas, em universidades brasileiras. Uma minoria fez pós-graduação no exterior e todos eles trabalharam durante um período de sua trajetória profissional no exterior.	maioria deles é formada em engenharia agrônoma em universidades brasileiras e fizeram sua carreira basicamente dentro de uma única cooperativa	maioria também de engenheiros agrônomos ou profissão ligada a agricultura. Os cursos realizados em universidades brasileiras. carreira dentro de uma única cooperativa.
Origem étnica	A maioria tem descendência europeia, ou seja, seus avós, ou até mesmo seus pais, imigraram para o Brasil no início da década de 1890.	A minoria provém de famílias de imigrantes europeus.	A maioria tem descendência europeia de avós ou bisavós.	Maioria filhos de pais europeus.
Posição social dos pais	A maioria são filhos de pequenos proprietários, empresários de pequenas empresas ou profissionais autônomos. O restante dos indivíduos são (i) indivíduos que provêm de famílias de alto padrão social, cujos pais foram altos executivos, diretores e empresários de grandes empresas; e (ii) indivíduos com pais trabalhadores e operários, desconstituídos de qualificação formal ou filhos de pequenos agricultores.	Maioria tem pais com formação de nível acadêmico e tanto o pai, quanto a mãe, eram atuantes em suas profissões. A Maioria dos pais dos pais dos entrevistados exerciam atividades no setor de serviços e uma minoria, no setor industrial.	Todos tiveram pais e avós pequenos agricultores.	Todos tiveram pais ligados a agricultura, médios ou grandes proprietários.

Preliminarmente ressaltamos a facilidade que a sobreposição de dimensões traz em relação à abrangência de análise da elite econômica-política, pois no caso da elite cooperativista os dados podem ser atribuídos às duas dimensões. Esclarecemos que os dados da elite empresária se referem apenas a dimensão econômica dessa elite (elite

empresarial econômica), portanto não podem ser atribuídos à elite empresarial representativa, conforme quadro 1, página 20, no Capítulo 1.

À par da diferença de períodos de classificação de gerações, as duas elites estão divididas em duas gerações, sendo que há empresários mais jovens, pois sua classificação atinge indivíduos nascidos na década de 1970. Como já expusemos, notamos que as carreiras nas cooperativas ocorrem de três formas. A primeira delas (engenheiros-empregados) parece se aproximar mais das sociedades empresárias, na medida em que decorre inicialmente de uma carreira não-eletiva na sociedade. A terceira carreira (outsider) também poderia ser mais facilmente comparada às sociedades empresárias, pois se contratam CEOs diretamente do mercado, isto é, o controlador do empreendimento possui carreira anterior e já ingressa em uma posição na alta administração.

Mas a segunda carreira (cooperado-liderança) é distinta das sociedades empresárias, pois decorre da liderança do corpo de cooperados. Nessa carreira temos os indivíduos mais jovens. Se analisarmos o período em que estes indivíduos ingressaram como presidentes teremos as faixas etárias em torno dos quarenta anos, no ingresso, fato que aproximaria a variável idade, dividida em gerações.

Infelizmente não temos dados do tempo de carreira dos empresários para saber se são longas, no exercício da alta administração.

Sabemos no entanto que nas empresas familiares encontramos carreiras longas, e os executivos de mercado da terceira fase do capitalismo analisado por Boltanski & Chiapello (2009) não costumam ter carreiras longas. O que podemos afirmar nessa questão é que com base nos nossos dados as carreiras nas cooperativas além de serem quase todas únicas, são muito duradoras.

Em relação aos cursos de graduação que orientam as carreiras dos empresários notamos que se alteram, de engenheiros para administradores de empresas, na medida em que avançam as gerações. Se compararmos a 1ª com a 2ª geração dos cooperativistas isto não acontece, pois os engenheiros ainda dominam as carreiras. Dentre os onze indivíduos analisados encontramos um bacharel em direito (com carreira celetista na cooperativa em outra área), e um administrador de empresas (outsider), na 1ª geração. Na 2ª geração um economista. Os outros oito<sup>148</sup> presidentes são engenheiros agrônomos, o que comprova que a engenharia, ligada à agropecuária é um elemento forte das carreiras da elite

---

<sup>148</sup> Ver quadro 11 da página 96. Consideramos o presidente técnico-agrícola na categoria de engenheiro agrônomo pela proximidade de funções.

cooperativista. Estudos mais aprofundados sobre a história econômica das cooperativas e do perfil do homem do campo que compõe o corpo de cooperados pode explicar o porquê dessa prevalência. Uma suposição que temos é que as cooperativas ainda vivem, enquanto estrutura de administração do empreendimento econômico, na segunda caracterização ou fase de lideranças, a fase dos “engenheiros”, na colocação de Boltanski & Chiapello:

Esta fase [...] possibilita aos jovens diplomados oportunidades de colocação em organizações já existentes e em funcionamento, possibilitando atingimento de posições de poder de forma mais rápida e sem emprego de capital. A grandeza da organização econômica se constitui em ambiente protetor que possibilita perspectivas de carreira e infraestrutura para a vida cotidiana.

[...]

Há, nesta fase uma tônica para a ordem industrial em cuja estrutura se encaixam principalmente os engenheiros com crença na busca de progresso embasado na ciência e técnicas de produtividade e eficácia do empreendimento econômico, (Boltanski & Chiapello, 2009, pp. 50 e 51).

Algumas carreiras da 2ª geração dos empresários foram realizadas fora do país, esse fato não se verifica em relação aos cooperativistas, pois todas as carreiras são nacionais, sendo que a imensa maioria delas na mesma cooperativa. Nos parece que a experiência fora do país não é um elemento relevante para uma carreira no cooperativismo. Ouvimos, durante as entrevistas, opiniões que demonstravam que o conhecimento do negócio, da cooperativa e dos cooperados eram os itens relevantes para a carreira.

Outro dado que devemos considerar na questão dos cooperativistas é que para que sejam eleitos, eles devem ser cooperados e, para ser cooperado, se deve ser produtor rural ativo, com produção, fato que limita idas e vindas para fora do Brasil.

Não encontramos menção de pós-graduações média ou longas no exterior, na elite cooperativista pelos seus relatos. A maioria das experiências classificamos como encontros ou reuniões no exterior, inclusive aquelas denominadas de cunho acadêmico. Esses eventos são frequentados indistintamente por ambas as gerações, diferente dos empresários que mostram uma especialização maior na 2ª geração. Uma causa que poderia ser estudada para se entender melhor o porquê de ambas as gerações frequentarem eventos de aprimoramento, no cooperativismo, reside no fato que muitos desses eventos são promovidos pelo SESCOOP, o serviço de aprendizagem do cooperativismo, portanto as custas não recaem sobre o indivíduo e são organizados em grupos, o que entendemos, facilita a frequência.

Quanto à origem étnica, nota-se que a 2ª geração de empresários se afastou da origem europeia, mas a elite cooperativista se aproximou ainda mais. Esse fato se explica pela política que o estado do Paraná adotou frente a imigração. Três das quatro cooperativas, a que pertencem os presidentes da 2ª geração, são cooperativas constituídas por imigrantes do pós 2ª guerra mundial, imigração que ocorreu na década de 1950. Devemos ter em mente que pela configuração legal e estrutural das cooperativas seus presidentes serão sempre cooperados e dessa forma devemos analisar a configuração étnica da região onde está localizada a cooperativa.

Nesse sentido acreditamos que os sucessores, tanto da 1ª como da 2ª geração devam conservar as suas origens de ancestralidade europeia. Nas cooperativas que concentram dada etnia há grande probabilidade de se buscar líderes na própria comunidade. Em relação às outras cooperativas, pela sua localização geográfica, (norte e noroeste do Paraná) há, no corpo de cooperados, muitos descendentes de famílias italianas vindas de São Paulo, orientadas pela cultura do café, após a década de 1930. Nas cooperativas da região oeste, há ainda maior concentração de descendentes de italianos e alemães, que migraram a partir da década de 1950, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quanto à posição social dos pais, nota-se nos empresários da 1ª geração que apenas uma pequena parte teve pais pequenos agricultores, já na 1ª geração de cooperativistas a totalidade deles são filhos e netos de pequenos agricultores. Esse fato nos faz deduzir que o ingresso dos atores, da 1ª geração na cooperativa, através de um emprego no qual eles poderiam desempenhar a profissão da graduação em engenharia agrônoma, foi um instrumento de ascensão social e econômica. E em análise a continuidade das carreiras, dessa 1ª geração, o advento do crescimento econômico e estrutural das cooperativas, nas décadas de 1980 e 1990, foram imprescindíveis para a criação desse grupo da elite cooperativista.

Se comparados as duas elites do ponto de vista de origem social, os cooperativistas têm, na sua grande maioria, uma origem mais modesta economicamente, segundo os dados. Já nos empresários se nota uma origem social diferente.

Em análise à 2ª segunda geração de cooperativistas, devemos ter em mente que nos primeiros tempos da imigração (1950-1960) os pais dos atuais atores tinham áreas maiores que a média dos agricultores paranaenses, mas como imigrantes recém chegados da Europa, pela natureza da agricultura que praticavam, pelas técnicas agrícolas da época e pela sua localização em colônias, eles não ingressavam na classificação ou condição de

elite econômica, portanto, podemos generalizar que a imensa maioria dos pais dos atuais atores, componentes da elite cooperativista, tiveram uma origem econômica modesta.

Sobre os dados que levantamos na prosopografia da elite cooperativista, podemos afirmar que todas essas variáveis podem auxiliar em futuros estudos acerca da análise da ação política dos atores e são elementos relevantes na reconstrução dos estoques de conhecimento coletivo do grupo da elite cooperativista. A partir desses dados outros questionários podem ser elaborados e analisados sem a necessidade de nova prosopografia dos atores, pois os dados que levantamos ficarão à disposição de ulteriores pesquisas e análises.

Como vimos no Capítulo 3, os dados ao demonstrarem homogeneidade e coesão entre os atores formam a estrutura para a aplicação do DMA cuja base teórica se refere a interações dos indivíduos do grupo, pois a análise não é dedutiva, mas empírica, em relação à formação subjetiva das regras de orientação da ação dos atores, que deriva de suas lógicas, impossibilitando ao pesquisador de teoricamente deduzi-las, por isso são reconstruídas.

## 6.2. CULTURA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS DOS ACHADOS

Antes da abordagem sobre o *tipo ideal atitudinal* entendemos que algumas considerações gerais são necessárias.

O questionário semielaborado que aplicamos aos entrevistados possuía três partes distintas: as três primeiras perguntas tratavam de Democracia, as perguntas 4, 5 e 6 tratavam da relação entre democracia e economia, na visão dos entrevistados. A terceira parte se propunha a uma autoanálise da ação política desenvolvida pela *elite cooperativista*, finalizando com uma questão sobre a avaliação do entrevistado sobre a reforma trabalhista e a tributária.

A primeira pergunta procurava obter do entrevistado seu entendimento acerca do conceito de Democracia, de forma geral, aliada a seus elementos essenciais e caracterizadores, para auxiliar na construção de um conceito geral.

Sabíamos que o conceito de democracia é algo complexo, com o qual a própria Ciência Política debate intensamente. Prova dessa dificuldade é o fato de ainda estarem presentes, após mais de sessenta anos, debates sobre a teoria de Joseph Schumpeter, e uma série de importantes autores como R. Dahl, M. Olson, A. Downs, G. Sartori, sustentando a visão de democracia como sendo um sistema de instituições, que regula

uma competição entre os indivíduos, pelos postos deste corpo intermediário, que irá tomar realmente as decisões políticas, (Ribeiro 2002, p.116).

O que dizer também da visão de Peter Bachrach (1967) que critica este "elitismo democrático" construindo um modelo alternativo que se justifica pela adoção da ideia de democracia contemporânea, acreditando na participação como algo efetivamente possível. Discute-se a proposta de uma visão bidimensional de democracia que busca não só a dimensão dos bens e serviços, mas também, construir-se como o resultado de um processo de participação em que o homem comum poderia desenvolver habilidades intelectuais e morais, (Ribeiro 2002, p.117).

Essas posições da literatura nos dão uma ideia da complexidade que um conceito acerca de Democracia teria que enfrentar no ambiente da Ciência Política, imaginando, também quão difícil é, para alguém fora desse contexto realizar um exercício de conceituar a Democracia. Verificamos esta dificuldade nas entrevistas.

Ao analisar as respostas a essa primeira pergunta do questionário podemos afirmar que não obtivemos um *conceito formal de democracia* de nenhum dos entrevistados. Desde o início notamos uma dificuldade generalizada dos presidentes de cooperativas quanto ao desenvolvimento de um conceito teórico ou mesmo prático sobre a Democracia, no seu sentido geral e conceitual.

Notamos que os três entrevistados mais jovens tiveram mais facilidade de desenvolver uma linha de raciocínio mais geral sobre o conceito de democracia, mas ainda assim, em nosso entender, sem atingir a forma de um conceito.

Todos os dez presidentes abordaram processos econômicos quando trataram do conceito de democracia. Mesmo quando a pergunta fazia menção a sua dimensão como *cidadão* e como *brasileiro*, os entrevistados analisaram a questão pelo viés econômico do "livre empreender". Tanto assim, que o maior valor citado nas entrevistas foi a *liberdade*, mais acentuadamente a "liberdade de iniciativa".

Não houve manifestação à *igualdade*, a não ser quando se tratava de "igualdade de deveres", se contrapondo aos direitos. A ideia que os entrevistados expuseram é a de que a todo direito corresponderia um dever, formando um equilíbrio e um regramento, que é o resultado de limites. O resumo, portanto é que: Democracia é liberdade de empreender e a democracia ideal é aquela que impõe limites, como explicamos no Subitem 6.3.1.

Para facilitar o raciocínio dos entrevistados possibilitamos que elencassem elementos fundamentais que uma democracia possui, mas também, sentimos a ausência

de qualquer elenco de elementos que caracterizassem uma democracia. Sobre esses elementos, nota-se que a grande maioria dos entrevistados associou democracia com liberdade, mas nenhum deles citou igualdade, mesmo sendo a cooperativa a sociedade brasileira mais igualitária, na medida em que capital social não é medida de poder ou repartição de resultados e que os cooperados todos são iguais em direitos e ainda, que o cooperativismo prega, como fim, a busca de melhor distribuição de renda e um mundo mais igualitário.

O ambiente cooperativista não suscitou em nenhum entrevistado um discurso sobre igualdade de condições e acesso, não houve associação de democracia com igualdade e sim com liberdade, um valor mais próximo do capitalismo, do que aquele sistema econômico social que o cooperativismo almeja.

A grande maioria dos presidentes logo após citar a liberdade como elemento atinente às democracias, atrelou-a a um conceito subjacente de “igualdade de deveres”. Também entenderam *liberdade* como *estabilidade econômica*: liberdade é entendida como “ter regras claras e jogar com as regras do jogo, sem interferências”.

Essa maioria de entrevistados se refere à democracia como um regime que dá liberdade, mas que cobra responsabilidades. Os entrevistados se utilizaram de exemplos econômicos para referir-se a esta responsabilidade: “*Pais democrático é o país que permite às pessoas, dentro das leis, desenvolverem seus trabalhos e suas expectativas, respeitando as outras pessoas*”.

A liberdade, portanto, refere-se mais à liberdade de iniciativa (livre iniciativa) em contraposição à dificuldade imposta pelo Estado, quer em termos de regulamentação (regras), ou quanto ao custo da *máquina estatal* que recai sobre o setor produtivo. Um dos presidentes, inclusive, entende que a democracia está vinculada a homogeneidade do povo, portanto quando mais heterogêneo, mais difícil é de se ter uma democracia.

Ao invés de elementos que caracterizam uma democracia os entrevistados listaram as dificuldades de sua implementação, sendo que a grande maioria entende que a principal delas é a formação, no sentido de valores e educação geral.

Três dos entrevistados atrelaram o poder de voto com a capacidade de detectar o que genericamente se pode chamar de *demagogia*, no sentido de ideologias a serviço de certos grupos que mobilizam uma massa, sem que esta tenha uma conscientização do que ocorre. “*A pessoa precisa ter conhecimento para poder escolher seus líderes*”.

Todos os entrevistados partiram do modelo brasileiro de democracia como se estivessem analisando uma *Democracia em abstrato*. No entanto, as menções à corrupção

foram brandas e nem todos abordaram diretamente a questão, apenas dois entrevistados usaram o termo “corrupção”. A maioria dos entrevistados fez uma leitura estrutural-econômica do modelo democrático. Mas sem muita profundidade.

Nossa segunda pergunta tratava especificamente do modelo brasileiro de democracia. Essa pergunta visava utilizar o conceito de democracia já construído, na primeira pergunta, para aplicá-lo na situação brasileira, possibilitando ao entrevistado uma análise do caso concreto que conhece e vivencia diariamente, tanto como *cidadão* brasileiro quanto como *presidente de empreendimento econômico de grande porte*. A última parte da pergunta buscava do entrevistado uma visão de futuro. Dessa forma a segunda pergunta se mostrou uma complementação da primeira.

Em relação à *democracia brasileira*, houve confusão dos entrevistados entre o conceito de *Democracia* com o conceito de *Governo, Estado*, ou mesmo com, *Economia*. A maioria dos entrevistados apontaram que o Estado está demasiadamente “grande” e isto causa problemas à democracia.

Dois entrevistados chegaram a sugerir que o problema é o funcionalismo público, que é caro e ineficiente: “*o funcionalismo público tomou conta do Estado*”.

As características importantes do regime democrático vigente no Brasil são analisadas a partir de um plano de desenvolvimento econômico, e não houve uma análise das instituições ou de elementos constitutivos de uma democracia.

Nessa pergunta sobre a *democracia brasileira* surgiram manifestações sobre o papel (funções) do Estado e o elenco das possíveis causas de uma *democracia com dificuldades*: “*A democracia brasileira tem bons fundamentos, mas está doente*”.

Oito presidentes de cooperativas, em algum momento do seu discurso, entendem que a democracia brasileira precisa impor limites e regras: há liberdade, mas precisa haver responsabilidade. Esse discurso não está ligado à corrupção e sim às condições de distribuição de recursos pelo Estado, no caso, uma carência de investimentos.

A pré-existência de regras e a necessidade que sejam claras, aparece em alguns discursos, havendo três entrevistados que se referiram expressamente à meritocracia, de maneira espontânea, apontando “a meritocracia”<sup>149</sup> como um valor/solução para alterar a situação do país, demonstrando que economia e democracia não deveriam ter distinção.

Cultura, formação, educação e valores são listados pela maioria dos entrevistados como o fator que dificulta a expressão plena da democracia brasileira: a

---

<sup>149</sup> Meritocracia é empregada no sentido de que os méritos objetivos do indivíduo são recompensados, não há subjetividade. A inteligência e capacidade para execução da tarefa são os elementos analisados.

visão “elitista” de que o povo não tem discernimento para escolher seus “líderes” aparece em alguns discursos, aliado ao perigo de políticos “populistas” (demagogos) e de “*grupos de ideologia*” que exercem manipulação sobre a população. Mas em nenhum dos discursos se levantou a ideia de que o voto não seja universal.

A mentalidade dos entrevistados aceita a continuidade de eleições em que todos votem, mas argui a necessidade de “formação” para que haja melhor condições de escolha. Nesse sentido, alguns entrevistados citam exemplos de países (EUA e Europa) em que as democracias estão melhores, mas que isso se dá porque o povo conquistou uma educação de qualidade.

A educação, em todos os níveis no Brasil, foi discutida e criticada, momento em que os entrevistados expuseram sua posição de que o Estado brasileiro deveria se ater apenas a algumas funções, deixando outras de lado (nesse caso, a economia).

Ao serem perguntados especificamente sobre uma avaliação da democracia brasileira neste atual momento, apenas dois presidentes não externaram críticas, sendo que oito deles elencaram problemas “graves”, segundo a sua visão.

Pela resposta do entrevistado quanto ao futuro, ante a proximidade das eleições de 2018 e a existência do fenômeno “lava-jato”, sem todavia tocar especificamente nestas duas questões, pretendíamos conseguir uma análise da relação entre as orientações políticas subjetivas dos indivíduos e o funcionamento do sistema democrático brasileiro, e assim aferir o grau de adesão dos dez entrevistados ao sistema, mobilizando suas dimensões de elite econômica e de cidadão.

Todavia o esperado era que o tema corrupção dominasse o conjunto das análises, o que não ocorreu. Apenas três presidentes se utilizaram da palavra corrupção dentre os quatro que abordaram o tema diretamente, com críticas. A par das críticas, nove dos presidentes se julgam otimistas com o futuro da *democracia brasileira*.

Na terceira pergunta quisemos testar especificamente a adesão à democracia.

Preliminarmente externamos que algumas das posições declaradas pelos entrevistados permitem problematizar a questão sob uma outra ótica, que não só a conceitual, isto é, sob aspectos de sua adesão tanto à democracia quanto à “ideologia liberal *stricto sensu*”, discutida nas temáticas de Eli Diniz e Renato Boschi, (2003 e 2004).

Entendemos que as posições dos entrevistados, em relação ao porquê da sua adesão à Democracia estão ligadas ao que entendem por liberdade de empreender e divisão de recursos, como discutiremos no Subitem 6.3.1.

Aparecem nas entrevistas críticas a algumas propostas estruturais do Estado em relação a divisão de recursos, nesse sentido encontramos seis presidentes de cooperativas que se manifestaram entendendo a “*esquerda*” como algo ruim para o desenvolvimento da economia e alguns deles confundiram ideologia de esquerda com ditadura e autoritarismo, como analisaremos melhor no Subitem 6. 3.1.

Mas especificamente sobre à questão da adesão, todos os dez entrevistados apresentaram um discurso de plena adesão à democracia.

À idêntica conclusão chegou o trabalho de Paulo Costa (2012) em relação à cultura política do empresariado, mas nesse sentido alertamos que deve ser analisado o conceito de democracia e os elementos constitutivos/essenciais, nos quais os entrevistados, dos dois trabalhos, se utilizaram.

As respostas, dessa terceira pergunta, indicam que os entrevistados não cogitam a possibilidade de nenhum outro regime que não seja o democrático, mesmo com as “deficiências” de discernimento para a escolha eficiente de “líderes”, que ocorre atualmente no Brasil. Mas em nenhum momento houve qualquer sugestão dos entrevistados para a retirada do exercício do voto.

As instituições não foram desacreditadas, mas as pessoas que as integram sim. O Poder Judiciário foi a instituição da República mais citada, havendo críticas à estrutura não eletiva na escolha de seus componentes e por conservar privilégios.

Não houve citação direta ao Poder Executivo e ao Legislativo, mas sim uma crítica generalizada à classe política e aos partidos. Um aspecto presente em oito discursos foi o anseio de limites e regras para regular direitos. Todavia não exploramos o assunto por entender que sairíamos do foco central da pesquisa.

Interpretamos as falas de “governo forte”, presente em alguns discursos, estritamente no sentido de governabilidade (relação entre o Executivo e o Legislativo).

A corrupção foi tratada como um problema de traço cultural, presente na sociedade brasileira, que só o tempo e a formação poderiam alterar.

Esta colocação resume o pensamento comum exposto:

E assim, todos os setores (...) têm problemas, a população (...) [e a] empresa... tem aquela formação (...) de sonegação por exemplo, então [constitui-se uma prática] que é desonesta, e que nós aceitamos perfeitamente como honesta (...) uma formação nossa (...) a vida toda assim, então se botar algumas coisas que fazemos aqui, na Europa, nos outros países (...) lá é desonesto, e aqui é honesto, e (...) todo mundo faz (...) [parecendo assim que] está tudo bem.. (PC)

Em suma, a conclusão geral a que chegamos na análise das respostas desse primeiro bloco sobre democracia foi a de que os presidentes de cooperativas não conseguiram estabelecer um conceito de democracia dissociado de questões estruturais- produtivas do país, a exemplo da falta de infraestrutura e logística de transporte, ou ainda a carga “excessiva” de tributação.

Não houve uma definição de regime democrático, nem a fundamentação dos motivos específicos que justificassem a adesão a esse regime. Como analisamos especificamente no Subitem 6.3.1. Mas verificamos a negativa veemente ao abandono do regime democrático. Aliás, a última pergunta dessa série de três perguntas versava sobre a necessidade de se continuar a viver em uma democracia.

Todos os presidentes afirmaram expressamente sua adesão ao sistema democrático, porém quando questionados dos porquês, não ofereceram uma razão definida, em termos de valores ou de estrutura, exceto a liberdade atrelada a livre iniciativa, exemplificada e sintetizada nesta frase:

Eu acho que você viver numa democracia (...) é o mínimo, porque se você conhecer outro regime, eu ainda não conheço algo assim que vá condizer, que permita que você se apresente como pessoa, e aí entra tudo que se falou sobre a liberdade da imprensa, a liberdade do cidadão se manifestar dentro daquilo que ele quer, ou a liberdade de você ter, de você investir e querer prosperar... queremos uma sociedade justa, uma sociedade com ordem, e que vai se transformar em progresso futuramente.

No quadro a seguir listamos os temas que mais apareceram nas entrevistas, nessa etapa, e o número de entrevistas em que aparecem.

Quadro 15: Teor de manifestações e número de entrevistas em que aparecem:

<b>Manifestação sobre:</b>	<b>Nº de entrevistas que se manifestaram:</b>
<i>Esquerda é ruim</i>	06
<i>Democracia é analisada com base no desenvolvimento da economia</i>	06
<i>Democracia deve ter regras/limites</i>	08
<i>Democracia é liberdade de empreender</i>	07
<i>Educação é o problema</i>	06
<i>Referência expressa à corrupção</i>	03
<i>O problema é que se tira de uns para dar para outros</i>	03

A *segunda parte* do questionário versou sobre a *democracia e a economia*, e teve como objetivo extrair do entrevistado seu entendimento sobre essa relação. Esperávamos, ao tratar de economia, que os entrevistados, na condição de *elite econômica*, ficassem mais confortáveis ao tratar de um tema presente no seu dia a dia como é a economia.

Todavia, notamos que a abordagem que adotamos sobre a economia, isto é, relacionando-a com a democracia, foi algo que dificultou certos raciocínios, na medida em que havia a necessidade de que eles explicassem suas posições de adesão a um *liberalismo econômico* e mercados autorregulados, conforme colocações postas nas respostas do questionário. Assim esperávamos que explicassem suas posições atreladas com uma certa teoria de Estado, isto é, *a correlação entre Estado e Mercado*, (Bresser-Pereira, 2009).

Isso, todavia não aconteceu, o que nos leva a crer na frase assertiva de Max Weber, proferida há mais de cem anos e que expõe a realidade de que muitos de nós simplesmente estamos envolvidos pelo capitalismo, sem entender porque:

Atualmente a ordem capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver, (Weber, 2004, p. 47).

Para sobreviver sob esse sistema todos os empreendimentos econômicos individuais ou coletivos têm que se adaptar, e a estratégia adotada para esta adaptação não consiste em rejeitá-lo, mas entender seu mecanismo de “*criação e seleção econômica de agentes e sujeitos*” (Weber, 2004, p. 47). Alguns atores objetivam apenas continuar existir e isto não configura total aceitação, mas adaptação<sup>150</sup>.

No Capítulo 2 descrevemos o *ethos* do cooperativismo, que basicamente é a forma de produção e distribuição de riquezas, sem a interferência de intermediários capitalistas, baseado na ajuda-mútua e autoajuda, mas o exercício dessa forma se dá sem destruir o capitalismo e sim criar uma alternativa, dentro dele.

Notamos que os presidentes das cooperativas que entrevistamos demonstram que agem e se comportam, enquanto *player* no mercado, em uma dinâmica de competição no mercado como acreditamos que se opere nas outras sociedades capitalistas.

---

<sup>150</sup> Para entender o uso do vocábulo “adaptação” é necessário dissociá-lo de seu uso como sinônimo de aceitação, pois Max Weber lembra bem da máxima ao referir-se à onda do capitalismo que atinge a todos: “aqueles que não aceitam a lógica do sistema ou afundam ou não sobem” ou talvez, quem não sobe, desce. Todavia uns sobem mais que outros, por quê? Porque possuem um espírito compatível com a ordem sistêmica, (Weber 2014, p47).

Precisaríamos nos aprofundar na pesquisa dessa questão para poder dizer se o fato dos entrevistados se colocarem como favoráveis dos mercados autorreguláveis e ao Estado mínimo, que não intervém no mercado, são comportamentos capitalistas, ou apenas formas de manter a cooperativa no mercado, como teorizou Gide (1949 e 1955), na sua *República de Cooperativas*. O fato é que tais elementos se aproximam bastante dos termos das teorias econômicas de Friedrich Hayek e Milton Friedman.

Notamos que alguns comportamentos externados se aproximam de algumas características descritas por Boltanski e Chiapello (2009), em relação a *segunda onda do capitalismo*, cujo período é marcado pela “grande empresa” e pelo diretor<sup>151</sup>, um controlador que não é mais o *dono* do empreendimento econômico.

Mas devemos ter em mente que o *segundo espírito do capitalismo* é marcado pela lógica da acumulação e associado à grande “empresa”. Uma ideia que a princípio não seria descartada nem pelo *comunismo* nem pelo *fascismo* ou pelo *cooperativismo*, por representar uma eficiente forma de produção de riquezas, servindo não só a acumulação como a divisão, (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 44 e 45).

Em relação ao controlador do empreendimento econômico, que poderíamos considerar como o presidente da cooperativa, também se aplica à concentração de forças em um indivíduo e sua função de gerir o empreendimento com o sentido de um “espírito” presente na cultura e modo de vida atuais, compreendido e visualizado como *empreendedorismo*, “vivenciado pelas pessoas na condução metódica da vida de todo o dia”, (Pierucci, 2004, p. 7)<sup>152</sup>. O que podemos afirmar é que há uma aparente presença de *Lebensführung*<sup>153</sup>, na pessoa dos entrevistados, conforme definida pelos estudos de Weber, característica que já abordamos no item 5.2.

---

<sup>151</sup> Uma *segunda caracterização* do espírito do capitalismo, ambientada entre os anos 30 e 60 é marcada por uma diminuição do foco de importância na figura central do empresário individual, para centrar-se sobre a organização (empreendimento). As mudanças tecnológicas sentidas no início do século XX, possibilitam a *grande empresa industrial centralizada e burocratizada*, que busca o gigantismo e a expansão, e a figura de destaque nesta fase não é mais o “dono” mais sim o “diretor” que, “... *diferentemente do acionista que procura aumentar sua riqueza pessoal, é habitado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da firma que ele dirige, com o fim de desenvolver uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing)*”, (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 50). Os diretores são dirigentes assalariados, resultado do desenvolvimento da categorias de técnicos, “organizadores” do empreendimento econômico.

<sup>152</sup> In: Apresentação da obra de Max Weber, na edição de 2004.

<sup>153</sup> Conduta de vida, motivação ou “vetor”: objetivo que conduz as ações da vida diária.

O resumo desse conjunto de três perguntas pode ser condensado no entendimento dos entrevistados acerca do que é a *iniciativa privada* e como ela deve ser a única força que move a economia.

É generalizada a noção, entre os dez entrevistados, na opinião de que existem duas grandes forças que podem gerir a economia: o Estado, quando executa atividades “não essenciais”, e a iniciativa privada. Mas o correto é a iniciativa privada, voltaremos a esta questão no Subitem 6.3.1.

A função do Estado em relação ao mercado deve ser minimamente regulá-lo e normatizá-lo, para que ele exista de forma competitiva.

Privatizações foram citadas como instrumento ideal de enxugamento do Estado. Como exemplo positivo os entrevistados citaram a forma de como aconteceu a transformação do sistema de comunicação no Brasil. A essa transformação foi comparada a situação do atual sistema de energia elétrica e a problemática da falta de alternativas de energia barata. Cogitaram que a iniciativa privada poderia ser a responsável por outra transformação, agora no cenário da energia. Essas colocações foram levantadas para sustentar a saída do Estado de tais iniciativas, para se concentrar a atuação estatal em áreas fundamentais, a exemplo da saúde, educação e segurança pública, como já dissemos. O grande problema é que o Estado é *muito grande, pesado, ineficiente e caro* para a economia.

Investimentos em infraestrutura e a diminuição da carga, tributária e da burocratização são as atitudes que se espera do Estado, em relação a iniciativa privada, para aumentar sua qualidade de *players* competitivos. Subsídios e proteções são malvistos.

Quadro 16: Teor de manifestações e número de entrevistas em que aparecem:

<b>Manifestação sobre:</b>	<b>Nº de entrevistas que se manifestaram:</b>
<i>Defesa de um Estado “pequeno”</i>	10
<i>Não aos subsídios</i>	07
<i>Maiores erros na economia foram nos governos Lula e Dilma</i>	10
<i>Maior acerto governo FHC: estabilização</i>	10
<i>Agricultura no Brasil é competitiva</i>	10

*A terceira e última parte* do questionário versou sobre ação política.

Consideramos nesta tese a questão de que a *elite cooperativista* apresenta duas dimensões: a econômica e a representativa. Na sétima pergunta testamos junto aos atores seu entendimento da existência dessas duas dimensões e medimos, segunda sua ótica, em qual dessas dimensões o entrevistado considerava sua atuação mais importante para o cooperativismo, se no exercício da presidência da cooperativa ou na condição de diretor da entidade de representação OCEPAR.

Nove entrevistados responderam que sua importância estava ligada ao exercício da presidência de sua cooperativa, na prática diária da atividade econômica de administração do empreendimento econômico. Quando questionamos sua dimensão representativa, isto é, sua função de diretor da OCEPAR, houve concordância de sua existência como função de representação e ação política e reconhecimento da importância desse papel para o conjunto de cooperativas e para o cooperativismo. Mas o exercício de sua dimensão representativa, na qualidade de diretor da OCEPAR, embora relevante para a cooperativa e para o sistema cooperativo, foi desenhada como sendo a *atividade de pautar a entidade de representação acerca dos assuntos e temas relevantes para o desenvolvimento e proteção das atividades desenvolvidas pelas cooperativas*.

Compreendemos que a reunião mensal dos diretores na OCEPAR é um fórum privilegiado para discussão de assuntos que envolvem as cooperativas, mas a sua função principal é pautar e monitorar os assuntos mais importantes para as cooperativas, que estão a cargo de uma ação política direta da OCEPAR e da OCB, junto aos Poderes Legislativo e Executivo. Essa ação direta fica à cargo do presidente e do corpo técnico dessas entidades, na imensa maioria das vezes.

Uma das funções mais relevantes da entidade de representação é tornar coletivas certas questões, não deixando que o Estado atribua a uma determinada cooperativa uma reivindicação específica. Isso funciona como uma estratégia de proteção a retaliações, aliada a estratégia de veiculação indireta de alguns temas junto aos Poderes da República.

Apenas um dos entrevistados se vê mais relevante agindo como diretor da OCEPAR, na sua colocação explica que a parte econômica, no caso a administração da cooperativa, por mais complexa e importante que seja, pode ser delegada, mas a questão política cabe apenas aos líderes-dirigentes cooperativistas. Sobre essa questão entendemos que por trazer maiores ganhos para a matéria da atuação da *elite econômica e política*, este foi o padrão que submetemos ao DMA, embora não dominante, nesse

aspecto. O exame da *explicação* desta pergunta 7, no Item 5.2, esclarece o padrão encontrado.

A partir das análises das respostas a sétima pergunta, que diz respeito à forma como se estrutura a ação política do cooperativismo, enquanto setor da economia, em especial o agronegócio, concluímos que a ação pode ocorrer sob duas formas: a atuação política advinda diretamente da *elite cooperativista*, ou seja, uma ação direta dos *presidentes de cooperativa-diretores da OCEPAR* e que expõe o ator pessoalmente; e uma atuação mais mediata, que ocorre pela ação do corpo interno da OCEPAR, sobre as pautas que se originaram a partir da reunião dos diretores e que a entidade vai executar, ou intermediar junto a entidade nacional, a OCB, ou mesmo pela FRENCOOP, ou ainda, no caso estadual, executada diretamente pela OCEPAR.

Uma ação direta acontece nas esferas municipais, ou em poucas questões pontuais.

Já a segunda linha de ação, a mais comum de ocorrer, o presidente da OCEPAR é a peça chave na exteriorização das demandas coletivas do cooperativismo paranaense. Observe-se que não classificamos a figura do presidente na condição de elite cooperativista por entendermos que ele não detém os elementos que configuram a elite, mas sem dúvida deve ser categorizado como um importante ator político. Mesmo porque por diversas vezes o presidente da OCEPAR já ocupou cargo como diretor da OCB, na condição de representante da região Sul.

Notamos, pelos relatos dos atores, que através da incidência com que alguns temas vieram à tona (urgência e relevância), a ação política direta tem aumentado de frequência, havendo exemplos, principalmente nos dois últimos anos em que determinadas pautas junto ao Legislativo ou Executivo tiveram a presença maciça e direta dos *dirigentes* componentes da elite cooperativista. Mas essa ação direta dos atores ocorre no coletivo, com a presença de vários diretores e não apenas um só.

Em geral há uma satisfação dos entrevistados com a forma institucionalizada como ocorre a representação do cooperativismo pelo sistema cooperativo (OCB e OCEPAR). Notamos uma total aderência a esse modelo, por parte dos entrevistados.

Quanto a FRENCOOP há concordância dos entrevistados que a bancada se constitui como canal de ação política junto ao Poder Legislativo e canal de intermediação junto ao Poder Executivo, na esfera federal, como se pode notar na *explicação* à pergunta 8, no Item 5.2.

A partir dos relatos podemos concluir que a ação política do cooperativismo não é, na maioria dos casos, preventiva.

Com relação a pergunta 10, que buscava dos entrevistados opinião acerca da reforma trabalhista e tributária obtivemos resposta, digna de análise, apenas em relação a reforma trabalhista. Notamos que a elite cooperativista assume o papel de empregador em relação aos trabalhadores celetistas que somam 76<sup>154</sup> mil pessoas no setor das cooperativas agropecuárias. Ideias de que o trabalhador está no rol de *custos* do empreendimento está no contexto das respostas e o desejo da diminuição dos deveres trabalhistas à cargo do empregador, que são direitos do empregado, foi uma questão que apareceu nas respostas.

### 6.3. TIPO IDEAL: A PRESPECTIVA POLÍTICA.

Construída a dimensão *morfológica* do tipo ideal da elite cooperativista, passamos a examinar a dimensão *atitudinal*. Nessa, adotaremos apenas a construção de um tipo e não três, como fizemos no item 6.1., em virtude das carreiras.

O presidente de uma grande cooperativa agroindustrial e diretor da OCEPAR adere incondicionalmente à Democracia, pois esse regime é capaz de lhe dar alguma chance de participar de uma parte do *poder*, além de ser o único regime capaz de lhe possibilitar a *liberdade de empreender*, um grande valor para todos os indivíduos, uma vez que todos buscam empreender e ter qualidade de vida, que é a única maneira de se desenvolver economicamente.

A Democracia ideal é aquela que além de garantir essas duas prerrogativas, consegue limitar uma divisão de recursos, que não obedeça ao binômio *produção e retorno*.

Quanto à democracia brasileira, essa se apresenta com grandes problemas, o maior deles é que não se consegue retirar a visão de que o Estado não é o responsável pelo desenvolvimento econômico da Nação. Está claro que essa função pertence ao empreendedor privado, o equívoco se dá na medida em que o Estado age no mercado e não apenas o regula. Seus órgãos são lentos, pesados e caros e o tamanho do Estado só aumenta o problema. Outro erro acerca dessa questão é a não aplicação de recursos em infraestrutura, elemento necessário à roda da economia, pois uma economia de mercado forte produz empregos e riqueza e conseqüentemente o consumo e a “qualidade de vida”,

---

<sup>154</sup> Número de empregados no ramo agropecuário, no Paraná, é de 76.370, (OCEPAR, 2017).

perfazendo um círculo virtuoso, cujos resultados atendem à sociedade civil e ao próprio Estado.

Mas grupos com interesses populistas vendem ilusões ao povo no sentido de que é necessário um assistencialismo às custas do *setor da produção*. Essa política drena recursos indispensáveis a um desenvolvimento econômico que poderia ser aplicado para os grupos que realmente precisam de assistência.

Ideologias não são Democracia, elas não têm mais lugar em um mundo globalizado. Na Democracia não cabem representações sociais diferenciadas, nem de grupos minoritários, pois já existe a liberdade “de ser” e a “liberdade de ação” e isto será cumprido desde que se respeite o limite do outro e a estrutura da sociedade.

A primeira questão quando se aborda o tema Democracia e Economia é afastar os interesses populistas e diminuir o tamanho do Estado. Outra questão é que o desenvolvimento econômico do país cabe aos empreendedores privados e não ao Estado.

Assim o papel do Estado na economia não pode ser nem de *player* nem de agente desenvolvimentista, deve sim ser o menor possível, apenas de regulador e aí lhe sobrar tempo, força e recursos para as áreas de atuação privativa, como educação básica, segurança e parte da saúde.

Nos últimos Governos o grande acerto foi o controle da inflação por Fernando Henrique Cardoso. Erros se encontram nos governos de Lula e Dilma, com o tamanho do Estado e o custo excessivo da máquina estatal, além de escolhas erradas das áreas para realizar os gastos públicos. O problema fundamental do Brasil, nos últimos anos foi a falta de investimentos em “infraestrutura”. O Estado é pesado e ineficiente, pois gasta mal. Até nos programas sociais gasta mal, não prepara o futuro. Portanto, reformas são necessárias e urgentes.

Devemos ter em mente que *o mercado* é competição, dessa forma cada *player* deve se especializar no seu ramo de negócios, não adianta querer recriar o mundo. O Brasil tem o melhor agronegócio do Globo, devemos agir nessa área, pois cada país tem ambiente próprio para desenvolver certos setores, nunca todos.

A ação política e representação coletiva do cooperativismo é realizada por uma estrutura, um canal, que vai da cooperativa, perpassa pela OCEPAR e chega na OCB. A estrutura é boa e tem se mostrado eficiente, mas pode ainda ser aperfeiçoada. O cooperativismo é um sistema diferente, o conjunto das cooperativas age politicamente de forma diferente, não faz *lobby*. Quando o sistema conversa com um representante do Poder Executivo ou Legislativo sempre aborda a questão pelo seu viés técnico. Sempre

procura mostrar o lado correto da questão, isto é, onde determinada ação impacta para o setor cooperativo, ou para o agronegócio. Sempre com argumentos técnicos, é por isto que os técnicos da OCEPAR são relevantes. Esta conversa com os políticos se realizada preferencialmente pelo presidente da OCEPAR.

A FRESCOOP é um importante instrumento para o cooperativismo, têm agido no Legislativo e auxiliado a acessar o Executivo, pois ambas as dimensões políticas são relevantes, dependendo da matéria. Então não se pode dizer que uma se sobrepõe a outra, nas ações políticas do cooperativismo. O que se pode dizer é que se faz necessário se ampliar a ação política junto ao Executivo, em relação aos Ministérios do Planejamento e Fazenda, que são corresponsáveis pelos planos da agropecuária brasileira, (recursos).

A função exercida como presidente de cooperativa é o papel mais relevante que se pode esperar de um cooperativista dirigente eleito, em comparação à função de diretor da OCEPAR.

Essa função representativa e de ação política é muito importante, também, e é realizada pautando a OCEPAR de temas e assuntos relevantes de interesse da cooperativa, de seu conjunto, ou mesmo do cooperativismo. As reuniões mensais na OCEPAR e seus eventos são o canal que nos utilizamos. A missão é pautar a OCEPAR e acompanhar o desenvolvimento das questões.

Na esfera estadual, pela natureza das questões, a ação política do cooperativismo é mais presente no poder Executivo.

Especificamente sobre as reformas trabalhista e tributária ambas devem acontecer de forma mais ampla.

A reforma trabalhista realizada no Brasil era muito necessária, mas poderia ter sido mais abrangente, na medida em que as relações trabalhistas brasileiras trazem muita instabilidade para os empregadores. Em certas circunstâncias a CLT impede que o trabalhador trabalhe como gostaria, além de criar espaço para reclamações infundadas.

As relações de trabalho precisam ser reformadas, isto significa modernização. Há uma excessiva intervenção do Estado nas relações de trabalho que prejudica tanto o empregador quanto o empregado.

Qualquer medida que vise flexibilizar as relações de trabalho será bem vinda. A reforma trabalhista aconteceu, foi válida, mas deveria ser mais ampla.

O sistema tributário no Brasil é complexo e precisa urgentemente de uma reforma ampla. Precisa ser simplificado. O ICMS que é legislado pelos 27 estados é o

maior problema. O sistema tributário no Brasil é injusto, complexo, burocratizado e tem carga tributária elevada.

### 6.3.1. EXAME DO TIPO IDEAL ATITUDINAL:

Observamos que o *tipo ideal atitudinal* da elite cooperativista ao ser questionado sobre o conceito de Democracia, na condição de *problema objetivo de ação*, aciona elementos para explicar o mundo ao seu redor (*Lebenswelt*) por um viés iminentemente econômico, do ponto de vista de um *ator econômico*. Dessa maneira ele não analisa a democracia por elementos distintivos em relação a outros regimes, ou mesmo por elementos basilares como garantias e estruturas.

O ator parte do princípio que uma Democracia é a forma ou o “meio” que o Estado possui de garantir ao cidadão a *liberdade de empreender economicamente*. Essa liberdade de iniciativa, pertencente à dimensão econômica, se constitui como um *macro valor*, para ele. Apenas com a compreensão desse universo é que podemos entender seu ponto de vista e o porquê das *regras de interpretação e ação* que orientam sua ação e que reconstruímos e explicamos no item 5.2..

Para a elite cooperativista a Democracia é vista como um regime que dá ao cidadão liberdade de empreender e ao mesmo tempo limita a liberdade de outros que visam atrapalhar essa prerrogativa.

Decorre daí o entendimento da *regra de interpretação* que trata de deveres e limitações e da busca de uma igualdade (de tratamento), que é entendida como a obediência da dinâmica de distribuição de riquezas, na medida em que são produzidas.

Na sua ótica, isso explica sua discordância com o fato de que alguns grupos na sociedade civil se utilizam de recursos que não produzem, o que é visto como um desvalor, uma vez que para esse ator existe uma lógica de produção de riqueza, *um círculo virtuoso*.

A partir desse contexto deriva o entendimento de que o papel da Democracia é evitar que o Estado assuma uma postura de convivência com essa situação de desequilíbrio, pois a liberdade de empreender não pode ser minorada com uma divisão não proporcional do resultado, em relação direta com a produção da riqueza. O raciocínio desenvolvido pelos atores pode ser entendido da seguinte maneira: essa prática pode causar, com a sua *injustiça* (forma da divisão), uma diminuição do empreendedorismo nato das pessoas.

O ator equipara, como formas de distorção ou de não conformidade de distribuição de riquezas, tanto as situações de corrupção como as de *assistencialismo*.

É nesse contexto que surgem críticas ao que denominam de “ideologias de esquerda”, que são materializadas no *socialismo*, cujo entendimento não se aproxima de *doutrina política e econômica* e sim como *ditadura*, no caso, forma de governo.

Essa questão surgiu no meio das colocações dos entrevistados, como um padrão (*deutungsmuster*), mas não pesquisamos sua razão, origem ou explicação, pois entendemos que estaríamos nos afastando do nosso objetivo. As únicas intervenções que fizemos foram por ocasião da citação da China, como exemplo de país que possui um “empuxo capitalista” de mercado, citado como um valor. Quando questionamos a China, em relação à Democracia e o socialismo os entrevistados não souberam explicar essa relação.

Na compreensão desses atores sociais a Democracia pressupõe ideia de equilíbrio, de regras que atrelem a produção de bens ou serviços com a divisão dos resultados.

Nessa ótica, só é viável se pensar em *dividir* riquezas, depois que já se tem as riquezas, é uma questão lógica, para a elite cooperativista.

A síntese de seu pensamento pode ser descrita a partir da seguinte fórmula: o Estado não pode dispor de valores que não possui, nem mesmo quando entende que esses valores são essenciais para o Bem Comum, pois pode criar uma dívida insolúvel. É por isso que o Estado deve priorizar a existência de um setor produtivo, pois é o único setor que gera divisas. Não se deve impedir a dinâmica da produção. Uma distribuição desequilibrada acarreta um mal para todos, inclusive para aqueles que precisam de uma assistência do Estado. Quanto mais produção, mais riqueza e conseqüentemente o Estado pode arrecadar, pela tributação justa.

*O padrão de interpretação coletivo* possui o seguinte vetor: a Democracia traz liberdades e direitos, sua plenitude é alcançada quando se atrela direitos a deveres e liberdade a limites, para que todos estejam submetidos a essa dinâmica.

Em relação à questão da adesão à Democracia encontramos como padrão unânime que a adesão é plena. Como vimos em mais de uma *regra de ação* que orienta o grupo. Mas é relevante entender o porquê dessa adesão, que se sustenta no fato de que a Democracia é capaz de garantir a liberdade de empreender, além da possibilidade de uma participação no poder.

Esses entendimentos são oriundos de um conceito subjacente e coletivo que encontramos no grupo e que atrela a ideia de assistência social do Estado à “ideologia de esquerda” (denominação que aparece nas respostas dos entrevistados), como já dissemos.

Essa “ideologia” é associada pelos entrevistados ao socialismo que possui para eles o conceito de ditadura e está ligado à noção de desrespeito à propriedade privada, com vistas a estabelecer um ambiente de propriedade coletiva. Esse também é um dos padrões de interpretação coletiva, que encontramos.

Não há portanto uma definição ou conceituação de Democracia, mas sim uma ideia de “função” e “meio” atribuída à Democracia, que no caso, possui um viés condutor econômico. Esse entendimento é a base para a afirmação unânime dos entrevistados acerca de sua integral adesão à Democracia.

Os trabalhos de Paulo Costa (2012b e 2008) sobre cultura política do empresariado brasileiro já havia chegado ao resultado de uma adesão à Democracia, daqueles atores.

Queremos contudo, em relação à elite cooperativista expor as razões dessa adesão e também que ideia os atores fazem da Democracia brasileira e qual o papel que lhe atribuem para aderir a ela.

Especificamente sobre a *democracia brasileira*, a dinâmica da problemática do desenvolvimento econômico permanece como principal elemento da análise dos entrevistados. Na sua visão, se espera do Estado que dê plenas condições de desenvolvimento aos empreendedores o que significa suprir-lhes inicialmente de infraestrutura (estradas, portos, legislação clara, rapidez nas decisões, custo de serviços do Estado baratos, racionalidades decisórias e executórias).

Planos abrangentes no campo da assistência social são vistos com reserva, já que drenam importantes recursos necessários a um desenvolvimento econômico das atividades produtivas. Nota-se novamente a ideia de que é necessário a geração de recursos para em um segundo momento se pensar em gastos. Assim as “ideologias de esquerda” são mal vistas pelo desvio de recursos que produzem. A solução para os problemas econômicos está na roda da economia, na medida em que uma economia de mercado forte produz empregos e riqueza e assim - consumo e “qualidade de vida” - perfazendo um círculo virtuoso, cujos resultados atendem à sociedade civil e ao próprio Estado, que terá recursos, inclusive para empregar em alguns grupos que realmente precisam de assistência.

O problema da democracia brasileira é não evitar que o Estado assuma funções desnecessárias, como vimos na regra de interpretação que aponta no Brasil a existência

de *órgãos do governo (Estado) muito pesados, lentos, caros, ineficientes* e que entende que o *papel do governo (Estado) deveria ser apenas regulatório e normatizador*, conforme já afirmamos.

Com essa explicação entendemos o teor da regra que orienta a ação da elite do cooperativismo em relação à sua adesão à Democracia: *1. Para ter liberdade de empreender (qualidade de vida) é necessário estar no regime democrático e para se alcançar crescimento econômico o Estado deve apenas normatizar e regular*. Também, por este viés, se pode compreender a postura do grupo em relação ao papel do Estado brasileiro na economia.

Uma questão que destacamos, nessa reconstrução do *padrão coletivo de interpretação*, foi o fato de que a análise do grupo é feita a partir do anseio do desenvolvimento econômico. A vida é pautada pelo atingimento de uma situação econômica que se reflete na economia do país trazendo “qualidade de vida” a todos. Trabalhos futuros podem explorar esse *ethos*, pela amplitude de entendimentos que pode gerar, mas este não se constitui nosso objetivo, no momento.

O que podemos afirmar é que esse vetor vai orientar a ação política da elite cooperativista, no sentido de buscar representantes e políticas que assumam os valores relativos a um enxugamento do Estado, a preservação da propriedade privada, a livre economia de mercado e o emprego de recursos em “infraestrutura”. Essa bandeira, para os entrevistados é o caminho que torna possível a solução de muitos problemas sociais brasileiros. Podemos resumir o entendimento dos atores da seguinte forma: uma economia forte gera empregos e riqueza, conseqüentemente gera com isso renda para todos, inclusive para o Estado empregar nas suas atividades próprias, entre elas a educação básica (que muda posturas e perspectivas) e por fim para a assistência de alguns poucos grupos que não são atendidos por essa dinâmica.

Em relação a uma análise dos últimos governos, notamos que a grande maioria dos entrevistados citou positivamente apenas a estabilização da moeda, atribuída ao governo de Fernando Henrique Cardoso e avaliou negativamente as medidas dos governos dos presidentes Lula e Dilma, pelo tamanho do Estado e pelas escolhas das áreas objeto dos gastos públicos.

Reputam que o problema fundamental do Brasil é a falta de investimentos no que denominam de “infraestrutura”. Essa expressão pode assumir o significado de (i) portos, estradas, aeroportos, ferrovias, condições de escoamento e viabilidade de produção agropecuária ou do agronegócio (indústria), mas também em algumas vezes de (ii) investimentos em educação, saúde, transporte, e segurança pública.

Os padrões de interpretação coletivos se repetem acentuando que o *deutungsmuster* coletivo é a análise do Estado pelo viés da gestão e produção de resultados econômicos e, por consequência, a análise sobre a atuação dos governos segue este raciocínio. Entendemos que é esse o padrão que costumam analisar os seus próprios empreendimentos econômicos. Na sua análise dos resultados do Estado, o grupo chega ao veredicto que as gestões dos agentes governamentais são muito ruins.

Em resumo seu entendimento é que mesmo que quisesse o Estado não tem condições de competir com a iniciativa privada. Portanto deve esquecer a ideia de ser “agente de desenvolvimento econômico” para cumprir sua função de agente regulador e fiscalizador, de uma economia livre.

Notamos que em momento algum das entrevistas o Estado assumiu outra dimensão que não essa. Observamos que os atores simplesmente não vislumbram outras dimensões possíveis do Estado e essas análises do Estado na condição de “empresa”, estão atreladas apenas ao âmbito e qualidade de agente econômico produtor de resultados, portanto o vocábulo homônimo não se confunde com a ótica weberiana do Estado (*Betrieb*)<sup>155</sup> empresa, (Weber, 1982 e 2009).

Entendemos que o exame desse padrão (*deutungsmuster*) deve considerar que as posições da elite cooperativista são externadas e advindas a partir desse filtro e nesse sentido orientam seu comportamento político, o que explica suas convicções na medida que se vislumbra o seu *mundo da vida*, (*Lebenswelt*): o valor individual de empreender; a roda da economia como círculo virtuoso; o papel de agente de desenvolvimento econômico dos entes privados; a propriedade privada; a livre iniciativa; a divisão de riquezas pela produção e a noção de “Estado pequeno”.

Dentre esses valores não encontramos nenhum valor específico que se pudesse harmonizar com o *ethos solidarista do cooperativismo*, se bem que as teorias de Gide (1949 e 1955) não delegam ao Estado o dever de equilibrar os desajustamentos sociais. Em verdade a *República Cooperativa* está alicerçada na livre iniciativa de grupos que negociam entre si.

Um dos entrevistados citou expressamente que se o Estado adotasse o modelo da cooperativa, no tocante a sua estrutura de distribuição de resultados, o panorama do Brasil seria outro. Inclusive na sua entrevista (PC) explica a questão de distribuição de resultados e de despesas:

A gente nota isso muito no país, porque que o nosso país não vai, porque se tira de quem produz e leva pra quem não produz, mas não é melhor nós melhorarmos o que

---

<sup>155</sup> A tradução da palavra *Betrieb* em alemão é empresa.

produz, criar mecanismos, o que nós fizemos na cooperativa [...] estamos criando oportunidade pro produtor diversificar, pro pequeno diversificar [...], pra ele produzir em cima de um hectare, de dois hectares, [...] assim dois, três hectares ele produz, faz uma fortuna [...] não precisa muita área pra isso, então tem que criar esses mecanismos, isso eu entendo como uma forma pra empresa, a sociedade, ter uma visão assim eu sou muito da meritocracia eu sou dessa linha a pessoa tem que, não pode só um fazer e outro consumir daí fica caro pra quem produz.

... [a cooperativa] trabalha com garantias, onde cada um paga sua conta, cada associado, cada funcionário, cada um paga sua conta, com isso você pode trabalhar tranquilo que não vai sobrar conta pra você pagar a não ser a tua.

... Eu diria que o governo não devia atrapalhar, não devia atrapalhar o agro, o setor de agronegócio, o governo não deveria atrapalhar o agronegócio, devia deixar o agronegócio andar, olha, é só não atrapalhar, ele entra no meio ele atrapalha muito com legislação, com problemas, excesso, excesso, tem burocracia excessiva, tem por que isso, precisa sustentar um outro grupo, então cria-se muita dificuldade, muita burocracia, tem que ser mais clean isso, mais limpo, mais rápido, mais, e no fundo devia ser o seguinte, eu gosto muito do modelo que você tem as taxas, tem os impostos tudo ok e na hora do consumidor fazer a compra vai lá e já tem lá quanto vai pro município, quanto vai pro Estado, quanto vai pra União, já tá ali, não precisa nem fiscal, o sistema controla tudo, e não precisa pegar o chapéu ir lá em Brasília e ficar pedindo, olha preciso uma ambulância, preciso isso, preciso aquilo pro meu município tal e coisa, não, deixar de ser centralizador, devia conduzir, o país devia ser, quem sou eu pra falar nisso, não é meu forte falar dessa parte aí, mas eu acho que devia aliviar a carga pra, ser transparente no assunto, ser transparente e entender que o país é uma empresa, uma empresa ou como uma cooperativa.

... O país devia ser vivido como uma cooperativa, ele tem que ter receitas, ele tem que pagar suas contas, tem que criar condições pros seus associados, seus funcionários pra eles poderem sobreviver, ter uma vida digna, etc, etc..., eu sempre acho que a democracia, o exemplo mais bonito de uma democracia pra mim é o cooperativismo. (PC).

Quando abordados a questão da relação de mercado, em contrapartida com proteções setoriais tivemos a grande maioria dos entrevistados se mostrando a favor de um mercado livre sem proteções ou subsídios. No entanto quando solicitamos um exemplo de ação política bem sucedida das entidades de representação muitos deles citaram livremente planos de reestruturação das cooperativas que significaram crédito “subsidiado”. Entendemos que esta é uma aparente contradição.

Pelas considerações que já fizemos nos Capítulos 4 e 5, a elite cooperativista possui uma dimensão política, que aqui denominamos de representativa, mas quando abordamos especificamente essa questão com os entrevistados, a quase unanimidade sobrepôs<sup>156</sup> sua dimensão de *presidente de cooperativa* à dimensão de *diretor da OCEPAR*.

---

<sup>156</sup> Encontramos padrão diferente apenas em relação à prevalência dos indivíduos ao exercício da dimensão econômica em relação à dimensão representativa, (pergunta 7). Nesse aspecto encontramos um indivíduo que apresentou outro padrão, sua descrição já foi realizada no item 5.1.

*A priori* se poderia pensar que de fato há uma prevalência da dimensão econômica, mas essa questão de valoração se torna irrelevante quando notamos que os atores possuem a consciência de sua função política e a exercem.

É entendimento dos atores que seu papel é pautar a entidade de representação e acompanhar o andamento das questões. A função de porta voz das entidades e a realização pessoal de uma ação política, junto aos agentes públicos e Poderes, na grande maioria das vezes cabe aos presidentes das entidades de representação, que na nossa análise não estão enquadrados no conceito de elite cooperativista, como já explicamos no Capítulo 4, quando tratamos da OCEPAR.

Pudemos também verificar como se dá, em geral, a prática da ação política. Notamos que a elite cooperativista externa possui um certo *orgulho do cooperativismo* e esse sentimento se reflete nas opiniões de que a ação política que realizam é dirigida para o atingimento do *bem comum*. É nesse contexto que explicam a forma na qual se dá a ação política do cooperativismo. Descrevem que geralmente o *problema* ocorre com uma alteração de legislação ou normativo novo que vem a prejudicar as cooperativas ou o agronegócio.

Os entrevistados deixaram claro que essas alterações são, na sua grande maioria, equivocadas e, portanto, tecnicamente se pode comprovar a sua necessidade de alteração. Decorre daí que a ação política é *instrutiva*, quer no âmbito do Poder Executivo ou mesmo no Legislativo, onde os “técnicos” das entidades de representação (OCB e OCEPAR) podem esclarecer aos agentes públicos os equívocos que estão cometendo. É nesse sentido que afirmam que não há o que chamam de *lobby* ou outra forma de ação política. O que ocorre é um esclarecimento da situação, que justifica a alteração da questão, pelo Estado.

Sobre a estrutura formal representativa e de ação política a elite cooperativista se mostra satisfeita. Não enxergam prevalência da ação que é realizada junto ao Poder Executivo ou junto Legislativo Nacional, ambas são relevantes. Quanto a FRENCOOP, externam a importância de sua existência e o trabalho que realiza, sendo um canal com o Legislativo e mais, aproximando o Executivo, para interlocução.

Sobre as reformas trabalhista e tributária já tratamos da questão no item 6.2. O que queremos acrescentar é que a partir da análise da aplicação do DMA, o padrão coletivo encontrado, enquanto *regras de interpretação*, apontam para um entendimento de que “a situação gerada decorrente das relações de trabalho no Brasil é instável, pois geram riscos não mensuráveis de custos para o empregador”. Esse entendimento demonstra que o ator se enxerga como empregador.

Na sua opinião a situação de insegurança jurídica quanto a reclamações infundadas deve ser resolvida para o bem da competitividade econômica da atividade desenvolvida pelo empreendimento. O que mostra que o ator se enxerga como controlador de empreendimento econômico. E ainda o entendimento que a reforma das normas de trabalho significa *modernização*. O que culmina na *regra de ação: busca pela flexibilização das relações trabalhistas como benefício...*

Entendemos que a elite cooperativista assume o papel de empregador em relação aos trabalhadores, de certo modo contrariando a doutrina cooperativista que prega relação própria entre capital e trabalho. Da nossa observação, seu comportamento se aproxima do *ethos* capitalista que entende que o trabalhador é um custo na dinâmica da produção. Mas o objeto desse trabalho não se dispõe a analisar ou medir o *ethos cooperativo*.

Do ponto de vista da perspectiva política, podemos dizer que a orientação da ação da elite cooperativista, nessa matéria, segue o vetor de apoiar a flexibilização das normas do trabalho, assim entendidos os direitos trabalhistas. Esse vetor difere do prisma de Gide (1949 e 1955) que buscava a ruptura da relação de dependência da força de trabalho do indivíduo ao empreendimento econômico de um terceiro (empregador).

## CONCLUSÃO

Nosso objetivo central na pesquisa foi examinar as concepções e perspectivas políticas da *elite cooperativista*. Especificamente analisamos o conceito de Democracia e sua adesão, a avaliação da Democracia brasileira, a relação entre Democracia e Economia, a autoavaliação da ação política do cooperativismo e em específico a opinião sobre as reformas trabalhista e tributária.

Sobre a nossa metodologia de inicialmente caracterizar a *elite cooperativista*, em virtude de sua especificidade, para depois examinar sua *perspectiva política*, nos conduziu ao nosso objetivo. A formulação de respostas às nossas perguntas (quem são os indivíduos que compõe essa elite e como pensam a política) nos conduziram a criação de categorias analíticas que deram conta do exame do objeto.

Afastamos futuras impropriedades de se englobar os indivíduos componentes da *elite cooperativista* sob a designação de *empresários*, no estudo da *elite econômica e política*. A solução que apresentamos foi tratar a elite proveniente das cooperativas agroindustriais como uma elite apartada do *empresariado da indústria* e do chamado *patronato rural*, (Mendonça 2002 e 2010). Para identificar esse conjunto de indivíduos utilizamos a denominação de: *elite cooperativista*.

A tese da segmentação dos atores da *elite econômica* já ocorre na Ciência Política, inclusive diferenciações dentro da categoria de *empresários* a exemplo do trabalho de Paulo Costa (2014), quando abordou a questão da necessidade de uma diferenciação das dimensões dos atores, no seu estudo sobre *empresariado e política* a partir de duas categorias, a *elite econômica*, composta por *dirigentes de empresas*, e a *elite empresarial*, composta pelos *dirigentes de entidades de representação*.

Um dos achados do nosso trabalho que acentua a diferenciação da *elite cooperativista* em relação ao *empresariado* é o fato de que no universo de onze presidentes das maiores cooperativas agroindustriais paranaenses<sup>157</sup>, dez já estiveram em pelo menos uma gestão na condição de diretores da entidade de representação do cooperativismo, nos últimos vinte anos, sendo que três deles ocuparam quatro gestões<sup>158</sup>.

---

<sup>157</sup> Como explicamos no Capítulo 4, a escolha do Paraná se deu pela concentração de cooperativas no estado, para a colheita de dados econômicos e o estudo de caso ad OCEPAR.

<sup>158</sup> Ver quadro 12 às fls. 105.

Este fato indica uma sobreposição de papéis, em relação às dimensões econômica e representativa. Mais que uma diferenciação, com as outras elites, esse elemento configura uma concentração de poder na pessoa dos indivíduos.

A questão da singularidade da *elite cooperativista* se completa com os elementos que levantamos nesse sentido, pois além dos conhecimentos técnicos e administrativos sobre a atividade econômica do empreendimento que administram, os cooperativistas possuem maiores poderes em relação à sociedade, convocam e presidem as assembleias gerais; devem ser membros ativos das cooperativas, na condição de cooperados, portanto têm uma relação direta e ativa com a atividade econômica produtiva. E além disso, para a continuidade de sua função, devem submeter-se a cada quatro anos a um processo eleitoral em meio a milhares de cooperados votantes. Esses elementos aumentam o poder dos indivíduos ao mesmo tempo que os singularizam, diante de uma comparação com os CEOs.

Sobre a questão eleitoral, responsável pela continuidade dos atores nas suas longas carreiras, cogitamos a presença de um outro elemento existente na *elite cooperativista*, que aproximamos ao conceito weberiano de *carisma*, cujo *modelo sociológico explicativo* é utilizado para a compreensão da mudança social através de formas pessoalizadas em contextos coletivos, ou seja, a relação social que modifica em seus fundamentos as estruturas de comportamento, (Sell, 2013).

Para caracterizar o mundo da vida (*Lebenswelt*) da *elite cooperativista*, descrevemos as duas estruturas em que se operam as dimensões econômica e representativa: a cooperativa e a entidade de representação.

Sobre as cooperativas, ao expormos suas particularidades estruturais<sup>159</sup> que as diferenciam das empresas e formularmos uma descrição para cada uma das dez cooperativas abordadas (Capítulo 4 e Anexo I), demonstramos a sua estatura e importância econômica, nas quais se origina a relação de poder de seu dirigente. O Cooperativismo na condição de sistema econômico-social completa a proposição de que a cooperativa opere, na economia, a forma de produção e distribuição de riqueza e altere a dinâmica da relação entre capital e trabalho.

Sobre a entidade de representação política, a OCEPAR, descrevemos sua estrutura complexa de entidade de representação e órgão de registro, sua inserção no sistema de representação nacional, a OCB, e a forma como são preenchidos os cargos de

---

<sup>159</sup> Sobre o conjunto de princípios que envolvem as cooperativas, em especial o fato do cooperativismo propor forma própria de produção e distribuição de capital, formulamos o Capítulo 3, que trata da questão.

sua diretoria, esclarecendo como se dá o recrutamento dos indivíduos que dirigem a entidade patronal. Demonstramos traços da atuação política da OCEPAR, o que nos ajudou a realizar e tornar as análises sobre cultura política mais inteligíveis, a partir das colocações dos entrevistados.

Todo esse conjunto, isto é, o elenco das singularidades e as conclusões sobre os dois ambientes, nos quais a elite cooperativista está inserida, materializam a *moldura* do grupo, mas para fazer a caracterização dos indivíduos usamos a prosopografia<sup>160</sup>. Para analisar a perspectiva e cultura política, empregamos o DMA.

Essa conjugação de metodologias se mostrou eficiente para a concretização dos nossos objetivos. Os métodos não possuem relação de causa e efeito, são instrumentos metodológicos para a construção de um *tipo ideal*, cuja utilização objetivava “constituir-se num fator de inteligibilidade nos níveis da pesquisa e da exposição”, (Moraes & Maestro 2003, p. 64).

Nos termos da caracterização dos indivíduos podemos afirmar que entre o grupo não há mulheres, apontamos maciça predominância de brancos, católicos, de meia idade, sul brasileiros, descendentes de europeus, engenheiros agrônomos, que possuem filhos<sup>161</sup> e estão casados a longo período, cujos pais e avós eram pequenos agricultores. Atualmente todos os entrevistados são médios/grandes produtores rurais.

A partir dos dizeres de Mills (1981) entendemos que há a presença de *homogeneidade* da elite, cujos elementos também indicam alguns aspectos das “vias” percorridas para que os indivíduos ingressem na *elite* e dela façam parte, (Giddens, 1974).

Quanto a idade e forma de carreira, na cooperativa, criamos categorias, que facilitaram uma melhor caracterização do grupo.

---

<sup>160</sup> Em relação a esse aspecto, podemos citar as proposições de Heinz e Codato contidas no capítulo 9: “É preciso enfatizar que prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações sócio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil social produzido como socialmente estruturante. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa”.(Perissionoto & Codato, 2015).

<sup>161</sup> Sobre os dados familiares ressaltamos que alguns estudos se interessam especialmente por eles, a exemplo da pesquisa International Management Studies, que analisa a conduta de vida (*Lebensführung*) dirigida à empresa, utilizando-se dos conceitos da *ascese*, trabalhados por Max Weber como elemento do capitalismo e o grau de envolvimento do CEO na sua carreira.

Em razão das faixas etárias (77 a 55 anos), separamos os indivíduos em duas gerações. Essa classificação não se baseou apenas na idade dos indivíduos e sim na forma com que se definiam e foi eficiente para observar a forma com que os atores trilharam as suas carreiras e conseguiram alcançar a posição mais alta na hierarquia das cooperativas – a presidência – e se manter *nesse topo*, por um longo período de tempo. Os entrevistados estão no sexto mandato<sup>162</sup> eletivo consecutivo.

Em relação à primeira geração, classificamos os presidentes como *pioneiros*, em razão de que estavam à frente de suas cooperativas no período em que elas mais cresceram, inexistindo antes deles outro ator que tenha tido tal *performance*.

Encontramos a presença de uma *aura quase mística* sob a figura do presidente, que por sua vez personaliza a cooperativa. Atribuímos esse elemento ao sistema agregador de pessoas das cooperativas, o avanço e sucesso da agricultura de escala, a boa fase econômica dos cooperados e a forma de carreira do ator, em relação ao crescimento da cooperativa.

Os atores classificados como nova geração, também apresentaram *carisma*, mas não têm uma força mítica tão acentuada em relação aos cooperados, como os *pioneiros*. Esses indivíduos são marcados por uma trajetória diferente, ligada a grupos específicos de lideranças dentro da cooperativa.

Notamos que as categorias que criamos para análise, em dados momentos, se sobrepõem, como é o exemplo dos cooperados da segunda geração que estão todos classificados em uma das três categorias que desenvolvemos para explicar as carreiras. Esse fato nos leva a concluir que existem elementos que caracterizam alguns atores, que adicionados a certas características das cooperativas, derivam para uma determinada configuração de presidente.

Os onze<sup>163</sup> indivíduos são caracterizados por longas carreiras na cooperativa e pelo menos uma passagem pela diretoria da OCEPAR.

Especificamente sobre as carreiras, identificamos três formas como ocorrem, e as utilizamos como base para a construção do *tipo ideal* no Item 6.1.: (i) *engenheiros agrônomos-empregados*, caracterizada por empregados da cooperativa que ascenderam

---

<sup>162</sup> Cada mandato dura quatro anos.

<sup>163</sup> Em relação a esse aspecto, podemos citar as proposições de Heinz e Codato: “É preciso enfatizar que prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações sócio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil social produzido como socialmente estruturante. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa”, (Perissionoto & Codato, 2015).

na escala de trabalho e de cargos até vir a compor a diretoria, já na condição de cooperados eleitos e então assumem a presidência. Mas é relevante destacar que essa carreira é marcada por uma longa carreira técnica como empregado da cooperativa; (ii) *cooperado-liderança*, composta por cooperados que assumem a presidência da cooperativa, reconhecidos pela sua liderança junto aos outros cooperados, não possuem carreira técnica na cooperativa; (iii) *outsiders*, cooperados com carreira construída inicialmente fora da cooperativa sendo eleitos posteriormente, em razão dos conhecimentos adquiridos na carreira.

Dos onze indivíduos analisados, seis presidentes estão na categoria de engenheiros agrônomos-empregados, quatro, como cooperado-liderança e um *outsider*.

Sobre a perspectiva e cultura política, objetivamos agregar uma noção coletiva no âmbito de valores, crenças, atitudes, opiniões e preferências na matéria política, para poder apresentar um esboço compreensível da *elite cooperativista*, na condição de “minoría politicamente ativa”<sup>164</sup>, tendo em vista a relevância de estudos com esse objeto para a Ciência Política, (Perissinotto & Codato, 2008).

Nossos maiores achados encontram-se com a aplicação do DMA, no exame da cultura política da *elite cooperativista*. Esse método nos possibilitou ir além das justificações, na medida em que a reconstrução dos estoques de conhecimento coletivos nos permitiram entender a motivação da conduta dos atores.

A reconstrução desses estoques faz emergir os significados que estão ocultos no objeto, sendo a interpretação do analista o próprio método, (Oevermann, 1981 e Pohlmann, 2014).

A *elite cooperativista* não possui um conceito formal de Democracia, mas sim detém um entendimento acerca da função de uma Democracia. Nossa compreensão acerca dessa forma de percepção ocorreu com a análise das colocações dos indivíduos que estavam envolvidas por uma série de convicções (regras de interpretação), todas ligadas a uma visão estritamente econômica. Não obtivemos colocações acerca da Democracia abordando outras dimensões possíveis ou tratando de elementos basilares como garantias e estruturas.

A *elite cooperativista* adere integralmente à Democracia porque além de possibilitar uma parcela de poder aos indivíduos é o regime que lhes garante a liberdade de empreender economicamente. Por isso entendem que há um sistema de direitos que

---

<sup>164</sup> Expressão utilizada por Gaetano Mosca para referir-se a elites.

deve estar ligado a deveres. A Democracia ideal é aquela que impõe limites. Essas *regras de interpretação* significam que a liberdade de se empreender economicamente deve comportar uma série de limitações àqueles que impedem este *livre empreendedor*, como por exemplo a adoção da forma de distribuição de resultados diversa da maneira como foi produzida, como explicamos no Item 6.3.1.

Para a elite cooperativista a Democracia brasileira possui problemas. Os três maiores são: (i) a influência de “ideologias de esquerda” que além de pregarem que o Estado deve atuar em várias áreas da economia, como um *player*, acreditando que o Estado tem a função “do desenvolvimento econômico do país”, entendem que a distribuição de riquezas não deve acontecer pelo percentual que a originou (a produção)<sup>165</sup>; (ii) o tamanho do Estado, seu custo e ineficiência; (iii) a falta de investimentos em “infraestrutura”, no sentido de portos, estradas, aeroportos, ferrovias, condições de escoamento e viabilidade de produção agropecuária ou do agronegócio (indústria), mas também além desses elementos, investimentos em educação, saúde, transporte, e segurança pública.

O entendimento, portanto, é que cabe à Democracia *dirigir* o Estado para ater-se apenas as suas funções privativas, deixando a economia livre, pois ele não tem vocação ou estrutura para ser agente de desenvolvimento econômico, pois além da carência de agentes e conseqüentemente de “gestão” adequada, já cometeu inúmeros erros em relação ao emprego de recursos. O país precisa de investimentos nas suas atividades básicas (saúde, educação e segurança) e também em infraestrutura para possibilitar aos agentes privados que empreendam e façam a economia crescer, já que é “ao conjunto de agentes privados que cabe tal tarefa”.

Sobre a relação entre a Democracia e a Economia, a *elite cooperativista* parte do princípio que existem dois atores que podem levar ao desenvolvimento econômico de uma nação, como já dissemos. O primeiro é o modelo de que o Estado tem essa função, o segundo é que o empreendedor privado deve fazer isto. O grupo entende que ser *player* econômico não é função do Estado. O Estado deve se ater apenas algumas funções básicas e inerentes como educação básica (que muda posturas e perspectivas), segurança pública, saúde.

---

<sup>165</sup> Decorre daí o entendimento de que a desobediência dessa dinâmica é a não aplicação de recursos para aumentar a geração de renda do setor produtivo, a tributação elevada e a aplicação de recursos em áreas sociais a título de fundo perdido. A verdadeira ajuda é o aumento da empregabilidade e possibilidade de renda e consumo.

O papel da Democracia é afastar do Estado o falso entendimento da sua prerrogativa desenvolvimentista e possibilitar o desenvolvimento de uma economia livre que produz riquezas, cujo círculo virtuoso suprirá inclusive o Estado de numerário que será empregado para a concretização de suas funções privativas e por fim, para a assistência de alguns poucos grupos que não são atendidos por essa dinâmica da economia, com mais empregos e renda. O Estado deve apenas regular e normatizar uma economia livre.

Como demonstramos no Item 6.3.1, as regras de interpretação e ação que orientam a elite cooperativista, os conduzirá para um comportamento político na busca de representantes e políticas que assumam os valores relativos a um enxugamento do Estado, a preservação da propriedade privada, a livre economia de mercado e o emprego de recursos em “infraestrutura”, como solução para os muitos problemas econômicos e sociais brasileiros.

Como já resumimos a questão no Item 6.3.1, o entendimento dos atores segue essa lógica: *uma economia forte gera empregos e riqueza, conseqüentemente gera com isso renda para todos, inclusive para o Estado empregar nas suas atividades próprias e também para a assistência de alguns poucos grupos que não são atendidos por essa dinâmica.*

Em relação à ação política do cooperativismo, a *elite cooperativista* mostrou concordância com a estrutura formal que demonstramos no Item 4.2., na qual para o seu funcionamento os diretores da OCEPAR pautam as questões que entendem relevantes e o presidente e o corpo técnico agem diretamente, através da OCB e em dadas circunstâncias acionando a FRESCOOP.

Nove dos dez entrevistados entendem que sua presença é indispensável no comando do empreendimento econômico e que essa forma de ação política coletiva é satisfatória. Um dos indivíduos, no entanto, entende que a função primordial do dirigente é uma ação política mais direta, realizada pelos próprios atores, no sentido do contato pessoal com os membros dos Poderes Executivo e Legislativo.

Esse desenho confirma que a prática externa da ação política coletiva do cooperativismo é realizada basicamente pelo corpo técnico da OCEPAR e OCB. Como dissemos no Item 6.2., *uma das funções mais relevantes da entidade de representação é tornar coletivas certas questões, não deixando que o Estado atribua a uma determinada cooperativa uma reivindicação específica, evitando assim retaliações.*

O uso do *corpo técnico* das entidades reforça as opiniões dos entrevistados de que o cooperativismo age de forma diferente de algumas entidades de representação de categorias econômicas, pois a ação é dirigida a demonstrar tecnicamente a linha de raciocínio e a viabilidade de alteração das medidas que prejudicam o setor, uma vez que notamos que a ação que se pratica não é preventiva.

Decorre desse comportamento o nosso entendimento de que a *elite cooperativista* possui um sentimento de “superioridade do *Cooperativismo*”, na medida que partem do pressuposto que suas posições são as mais justas e coerentes para o desenvolvimento econômico e que sua ação é esclarecer e justificar esse fato às “autoridades”, conforme abordamos no Item 6.2.

Em relação à reforma trabalhista a elite cooperativista demonstrou um posicionamento eminentemente patronal. Assumiu uma postura de representante da categoria econômica, entendendo que as normas trabalhistas devem ser flexibilizadas pois causam riscos ao empregador, insegurança jurídica quanto a reclamações infundadas, situação que deve ser resolvida para o bem da competitividade econômica da atividade desenvolvida pelo empreendimento, atribuindo a essa alteração o entendimento de *modernização*. Analisamos esse *padrão coletivo* no Subitem 6. 3.1 e a partir das *regras de interpretação e ação* derivadas da décima pergunta do questionário, Item 5.2.

Seu padrão coletivo se aproxima de empresário, encontrando similaridade com as análises de Boltanski e Chiapello (2009) quando do exame do Capitalismo.

A explicação para essa *mentalidade coletiva* aparece no entendimento de que o trabalhador deve poder trabalhar como e quanto quiser, dentro do valor do *livre empreender*, buscando o seu desenvolvimento econômico.

Em relação à reforma tributária os entendimentos foram expressos em uma linha mais geral de reforma estrutural do sistema tributário, mas a grande dificuldade que os entrevistados demonstraram, quanto aos tributos, foi a questão do ICMS que é um tributo regional entre estados membros. Entendemos que é uma contradição objetivar uma reforma estrutural do sistema tributário e apontar como maior problema um tributo estadual.

Por fim, podemos destacar algumas contribuições para a construção de futuras agendas de pesquisa sobre o objeto que aqui estudamos.

Constatamos a necessidade de uma pesquisa aprofundada sobre a ação política da OCEPAR frente aos poderes Executivo e Legislativo, no âmbito estadual e federal, dada a importância política que tais dirigentes podem adquirir no cenário político

eleitoral, em especial em âmbito local, e nesse processo a sua articulação com entidades de representação empresarial, tais como as associações e federações patronais, bem como as relações com os sindicatos para tratar de questões trabalhistas.

E como todas essas questões fazem parte da realidade das cooperativas e impactam profundamente o seu funcionamento e a realização de seus objetivos, certamente se coloca como questão de grande relevância até mesmo para as abordagens teóricas e doutrinárias do Cooperativismo.

Em suma, isso tudo remete ao nosso objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento da questão acima colocada sobre a necessidade de criar categorias analíticas que tenham eficácia explicativa sobre o objeto aqui contemplado, se beneficiando do debate com os estudos já disponíveis sobre fenômenos semelhantes e correlatos e abrindo espaço para novas pesquisas empíricas.

Também chamar a atenção para a importância da dimensão política das grandes cooperativas para a compreensão de sua história, de seu funcionamento enquanto empreendimento econômico de grande complexidade administrativa e relevância econômica, bem como para as suas perspectivas futuras.

## REFERÊNCIAS

ALMOND, G. ; VERBA, S. **The civic culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. California: Sage Publications, 1989.

AMARAL, Luís. **Tratado Brasileiro de Cooperativismo**. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1938a.

AMARAL, Luís. **O cooperativismo ao alcance de todos**. Ed. Livraria Globo, Porto Alegre, 1935. 2. Tratado Brasileiro de Cooperativismo. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. São Paulo, 1938b.

ANDRADE, Rogério Ferreira de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de 'institucional'. 2003. **Página Eletrônica do autor**. Disponível em: <<http://randrade.com.sapo.pt/cmeoInstitucionalismo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

AZEVEDO, Edimilson Alves de. O mundo da vida e a ação, em Alfred Schütz. **Problemata - Rev. Int. de Filosofia**, João Pessoa, v. 02, n. 01, 2011. p. 54-74. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v2i1i1773>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

AZZI, Izabel Cristina de Souza. Realidade: uma razão que não se explica, mas se crê. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 245-263, Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000200007&lng=en&nrm=iso) <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982007000200007>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BARROS, Mário da Fonseca Fernandes. **Das sociedades cooperativas perante o direito comercial brasileiro**. Vitória: Bahia Impr., 1943.

BARTELL, E. ; PAYNE, L. A. **Business and Democracy in Latin America**. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 09.08.1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm).

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras

providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 16.12.1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 11.01.2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em 28. mar. 2018.

BENATO, João Y. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: ICA, 1994.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIALOSKORSKI NETO, S. ; MARQUES, P. V. **Agroindústria Cooperativa: um ensaio sobre crescimento e estrutura de capital**. Ver. Gestão e Produção. v.5, n.1, p.60-68, abril, 1998. USP-São Paulo. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/gp/v5n1/a04v5n1> >. Acesso em 30 jun. 2017.

BISHIN, B. G.; BARR, R. R. ; LEBO, M. J. “**The impact of economic versus institutional factors in elite evaluations of presidential progress toward democracy in Latin America**”. Comparative Political Studies, vol.30, nº10, 2006.

BOLTANSKI, Luc ; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. tradução de Ivone Benedetti, rev. téc. Brasília Sallum Jr. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BOURGEOIS, Léon. **Solidariedade**. Paris: Armand Colin, 1902.

BURDEAU, Georges. **Traité de Science Politique**, vol. II. Paris: L.G.D.J., 1950.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. Estud. av., São Paulo , v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lng=en&nrm=iso)>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200002>>. Acesso em: 05 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. **Empresariado industrial, democracia e poder político**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a06.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BULGARELLI, Waldírio. **Regime jurídico das sociedades cooperativas**. São Paulo: Pioneira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Elaboração do Direito Cooperativo**. 1.Ed. São Paulo: ed. Atlas, 1967.

\_\_\_\_\_. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BUNG, Peter. **Systematische Lehrwerkanalyse**. Kastellaun: A. Henn Verlag, 1977.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 61-72, June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira (1965). In: FURTADO, C. (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA- Esalq/USP). **Custos e Gestão**, 2017. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>>. Acesso em 20 jun. 2017.

COELHO, Ruy. **Indivíduo e Sociedade na Teoria de A. Comte**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

COHN, Gabriel. Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. v.1.

COOK, Michael Lee; BURREN, M. J.. **A cooperative life cycle framework**. Working paper, University of Missouri Departamento f Agricultural Economics, 2009.

COSTA, Paulo R. N.. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. **Revista Opinião Pública**, vol. 18, n. 2, p. 452/9-469, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200009)>. Acesso em: 13 maio 2017.

\_\_\_\_\_. "Associação Comercial de São Paulo: entidade de classe e empresa prestadora de serviços", *in* A. M. Kirschner, E. R. Gomes e P. Cappellin (orgs.), **Empresa, empresários e globalização**, Rio de Janeiro, Faperj/Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil anos 1990. **Opinião Pública** (UNICAMP), Campinas, v. 11, n.2, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Democracia nos anos 50**: burguesia, corporativismo e parlamento. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 47-57, Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782014000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000400004&lng=en&nrm=iso)>. <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225204>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrepreneurs, political action and democracy: the commercial association of São Paulo and the Federation of Commerce of the state of São Paulo in the nineties. In: PERISSINOTTO, Renato Monssef. (Org.). **Entrepreneurs, State, and Interest Representation in Brazil**. 1ªed. Nova York: Nova Science Publishers, Inc., 2003, v. 1, p. 121-153.

\_\_\_\_\_. Empresariado Regime Político e Democracia: Brasil, anos de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n.57, p. 109-207, 2005a.

\_\_\_\_\_. Os empresários enquanto elite: a pesquisa empírica. In: PERISSINOTTO, Renato ; CODATO, Adriano. (Orgs.) **Como estudar elites**. Curitiba: ed. UFPR, 2015. Cap.8, p.217-248.

COSTA, Paulo R. Neves; STÖBERL, Paulo R. Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná. **Rev. Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 32 - Jan./Abr. de 2016.

COSTA, Paulo R. N., POHLMANN, M. e VALARINI, E. 2014. Elite econômica no Brasil: os dirigentes de grandes indústrias, a política e o desenvolvimento. **Paper** apresentado no *IX Workshop Empresa, Empresários e Sociedade*, Niterói, Universidade Federal Fluminense – 2014.

COSTA, Paulo R. N; ENGLER, I. G. F. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, novembro, 2008, p.486-514. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/09.pdf>> Acesso em: 17 maio 2018.

COSTA, Paulo R. N; ROKS, T. J.; SANTOS FILHO, G. O. Recrutamento, valores e padrões de ação política da elite empresarial. **Revista de Sociologia e Política** (Online), v. 20, p. 111-136, 2012.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DEL CLARO, P.; OLIVEIRA, T. Sociedade civil e os espaços institucionais de participação: uma breve reflexão teórica. **Anais Seminário Nacional de Ciência Política**: UFRGS, 2011.

DERAL/PARANÁ. Secretaria de Abastecimento e Agricultura – Departamento de Economia Rural. Conjuntura Agropecuária de 2014. Disponível em:  
<<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

DINIZ, E. ; BOSCHI, R. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.18, n.52, p. 15-33, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18064>>. Acesso em 02 ago.2018.

ENGELS, Friederich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2ª Ed., São Paulo: Ed. Edipro, 2011.

EXAME 2016 – Revista **Exame** – Edição Especial - Ranking Melhores & Maiores – as 1.000 maiores empresas do Brasil. São Paulo, 2016.

FERNANDES, R.C. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E.B. (Org.). **Terceiro Setor**. Desenvolvimento social sustentado. 2. ed. Rio de Janeiro: GIFE; Paz e Terra, 1997.

FIEP/STUM, Micheli Gonçalves [org.]. Panorama Industrial do Paraná. Sistema FIEP: Curitiba, 2016.

FIEP, Sistema – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Cadastro das Indústrias do Paraná, 2016. Panorama industrial. Disponível em: <[http://www.sistemafiep.org.br/uploadAddress/RELATORIO\\_2016\\_final\\_impressao\\_13\\_07\[76863\].pdf](http://www.sistemafiep.org.br/uploadAddress/RELATORIO_2016_final_impressao_13_07[76863].pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FIORAVANTE GARCEZ, Eliane. “Weber, Schütz e a buscas de “sentido” na ação social: uma análise comparativa. **Rev. Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun., 2014. p.63-90. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n1p63>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FRANKE, Walmor. **Direito das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Editora Saraiva, 1973.

GARTEIZ-AURRECOA, Javier Divar. Filosofia de la Cooperacion. **Revista Deusto de Estudos Cooperativos**, nº 1, p. 33-53, September 2012. Disponível em: <[http://deustoestudioscooperativos.deusto.es/servlet/Satellite/Generico/1349439715702/\\_cast/%231342443375323%231342443405595/0/c0/UniversidadDeusto/comun/render?tipoColeccion=Page](http://deustoestudioscooperativos.deusto.es/servlet/Satellite/Generico/1349439715702/_cast/%231342443375323%231342443405595/0/c0/UniversidadDeusto/comun/render?tipoColeccion=Page)>. Acesso em 24 nov. 2015.

GIDDENS, A. “Elites in the British Class Structure”. In: STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (eds.). **Elites and power in British Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GIDE, Charles. **Compendio d'Economia Política**. Porto Alegre: Editora Globo, 1955.

GIDE, Charles & Rist, Charles. **Historia de las Doctrinas Económicas**. Buenos Aires: Editorial Depalma, 1949.

GOES-RICKEN, Francis & STÖBERL, Paulo R. . O Estado e a ação política organizada: cooperativismo agropecuário no estado do Paraná (1907-1988). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v.5, n.2. p.86-109, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/38273>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

GOHN, M. da G. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GREBLER, Peter. Pietismus und Pragmatismus: Lebensbilder der ländlichen Genossenschaftsgründer Friedrich Wilhelm Raiffeisen und Wilhelm Haas. In: Heinrich-Kaufmann-Stiftung (Org.). **Ländliche Genossenschaften**.(Beiträge zur 5. Tagung zur Genossenschaftsgeschichte am 5. und 6. November 2010 im Warburg-Haus in Hamburg). Hamburg: 2012. p. 141-146.

GREDILHA, Adolfo E. **Doutrina e Prática do Cooperativismo Coop. Central União Brasileira**. Porto Alegre, 1945.

GRÜN, Roberto. **Da Pizza ao impeachment**. Uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. v. 1, p. 281.

GUSMAO, Luís de. A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. **Soc. Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 221-239, Apr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 dez. 2015.

HALL, Peter A. ; TAYLOR, Rosemary C. R.. “As três versões do Neo-institucionalismo”. **Lua Nova - Revista de Cultura Política**, São Paulo, n.58, p.193-223, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

HAURIUO, Maurice. **Teoria dell' istituzione e dela fondazione**, tradução de Widar Cesarini Sforza. Milão, 1967.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens - Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, L&PM, 2015.

HAYWARD, J. E. S. The Official Philosophy of the French Third Republic: Leon Bourgeois and Solidarism. In: **International Review of Social History**. Cambridge, 1961, p. 19-48.

HENZLER, Reinold. **Betriebswirtschaftliche Probleme des Genossenschaftswesens**. Betriebswirtschaftler Verlag Dr. Th. Gabler GmbH, Wiesbaden, 1962.

\_\_\_\_\_. **Die Genossenschaft, eine fördernde Betriebswirtschaft**. Essen: Ed. Girardet, 1957, 228pp.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLYOAKE, G.J. . **Os 28 tecelões de Rochdale**. Trad. A.Taborda, 1933. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

HORKHEIMER, M. **Filosofia e teoria crítica**. São Paulo, Nova Cultural, 1989.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Ed.70, 1986.

INGLEHART, R. “The renaissance of political culture”. **American Political Science Review**, vol.82, nº4, 1988.

IPARDES/PARANÁ. **Cooperativas de Produção Agropecuária do Estado do Paraná**. Diagnóstico e Análises. Curitiba, 1974.

IPARDES/PARANÁ. **Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. 2014.

JACQUES, E. R.; GONCALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Econ. soc.**, Campinas , v. 25, n. 2, p. 489-509, Ago. 2016 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182016000200489&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000200489&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

JARAMILLO, Mario Arango. **Manual de Cooperativismo y Economía Solidaria**. Bogotá-Colombia, 1ª ed, Ed Universidad Cooperativa da Colombia, 2005.

KELLER, S. **O destino das Elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LIEFMANN, Robert. **Les Formes d'Entreprises**, Paris, 1924, pág. 152. Versão digital: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56106350.texteImage>.

LAZZARINI, S. G., BIALOSKORSKI, S. ; CHADDAD, F. R. Decisões Financeiras em cooperativas: fontes de ineficiência e possíveis soluções. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v.6, n.3, p. 257-268, Dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v6n3/a10v6n3.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

LIPINSKI, E. Civil Society and Democratization. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford University Press, 2007, p. 675 – 689.

LOVE, J. L. **A locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LÜCHMANN, L. **A Representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 139-170, 2007.

\_\_\_\_\_. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais Unisinos**. Janeiro/Abril. Ano/vol. 42, número 001, Universidade do Vale do Rio Sinos: São Leopoldo, 2006, p. 19-26.

LUTTUADA, M. J.; RENOLD, J. M. El Cooperativismo Agrario em la Argentina. Evolucion econômica, social y organizacional. Pampa: **Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**, n.1, p. 55-85, (ISSN 1669-3299) Publicado em 2005. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3288937.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

LUZ FILHO, Fábio. **O Direito Cooperativo**. 1962.

MAGALHÃES, M. V. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: Encontro Nacional sobre migração, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

MANCUSO, W. P.; LEOPOLDI, M. A. P. (Org.) ; IGLECIAS, W. T. (Org.) . **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**: novas teorias, novas trajetórias. 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2010. v. 1. 320p .

MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O. **Lobby e Políticas Públicas**. 1. ed. São Paulo: FGV Editora, 2018. v. 1. 140p .

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 28, p. 131-146, June 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782007000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2016. .

\_\_\_\_\_. **O lobby da indústria no Congresso Nacional** : empresariado e política no Brasil contemporâneo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a03v47n3.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2016.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

MANNHEIN, Karl. "O Problema de uma Sociologia do Conhecimento" In: BERTELLI A. R. *et al* (org.) in **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1974.

MARTINS, L. 1968. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga.

MEIRA, Deolinda A.. **O regime econômico das cooperativas no direito português – o capital social**. Porto: Ed.Grupo Editorial Vila Económica, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

\_\_\_\_\_. **Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MILIBAND, R. Resposta a Nicos Poulantzas. In: BLACKBURN, R. (org.). **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MILLS, C. W. A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, H. R. (org.). **“Grandes Cientistas Sociais”**, W right Mills. São Paulo: Ática, Coleção 1985.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo, Espaço e Tempo/Anpocs, 1988.

MONTENEGRO, Otavio. Doctrinas del Cooperativismo; Nacimiento del Cooperativismo Moderno. Publicado em 19 de nov, de 2010. Disponível em:

<<http://www.monografias.com/trabajos82/doctrinas-del-cooperativismo/doctrinas-del-cooperativismo2.shtml#ixzz3rwLkxz8u>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MORAES, L. F. R. de; MAESTRO FILHO, A. Del; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 57-71, jun. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552003000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MORAIS, Edson Elias de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MOURA, V. **ABC da cooperação**. Uma iniciação doutrinária. Min. Agricultura, 1958.

\_\_\_\_\_. **Notícias do Cooperativismo Brasileiro** - Washington (USA), 47 P. (PT) \*\*\*\*\* /G514 MICROECONOMIA- COOPERATIVA, 1947.

MOURA, V.; PINHO, D., et al. As Grandes Coordenadas da Memória do Cooperativismo Brasileiro. Brasília, OCB/Cooperultura, Vol. I, p.404-417, 1991.

NAMORADO, Rui. **O Essencial sobre Cooperativas**. Lisboa: Editora INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

NOGUEIRA, M.A.; Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18 no.52 São Paulo: 2003.

NORTH, D. C.. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.

OCEPAR, Sistema. **Relatório de Atividades e Prestação de Contas – 2014**. Curitiba, 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_ – 2015. Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_ – 2016. Curitiba, 2017.

\_\_\_\_\_. **Revista Paraná Cooperativo**, Edição Especial, 2013. Ações de Responsabilidade Social do Cooperativismo Paranaense. Curitiba, 2013, 155p.

\_\_\_\_\_. **Revista Paraná Cooperativo**. Ano 12 Número 138 Jul/2016.

OEVERMANN, Ulrich. **Fallrekonstruktionen und Strukturgeneralisierung als Beitrag der objektiven Hermeneutik zur soziologischstrukturtheoretischen Analyse**. Disponível em: <<http://publikationen.ub.uni-frankfurt.de/volltexte/2005/537/pdf/Fallrekonstruktion-1981.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. (2001a). Die Struktur sozialer Deutungsmuster. Versuch einer Aktualisierung. *Sozialersinn* 1, p.35–81.

\_\_\_\_\_. (2001b). Zur Analyse der Struktur von sozialen Deutungsmustern. *Sozialersinn* 1, p.S.3–33. Disponível em: <<http://doku.iab.de/externe/2006/k060323f10.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **O que é, o que faz e o que pode fazer o cooperativismo no Brasil**. OCB, 1973. Versão digital: Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003058.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Panorama FRESCOOP: 55ª Legislatura (2015-2018)**. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb\\_congresso/downloads/panorama-frescoop-2015.pdf](http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb_congresso/downloads/panorama-frescoop-2015.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão OCB - 2016: Um passo à frente**. Brasília, 2017.

OSTROM, Elinor. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. **American Economic Review**, v.100, n.3 (june 2010), pp. 641-72.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento - SEAB/DERAL. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

PARANÁ. Agência de Notícias do Paraná. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=92249>. Acesso em: 30 jan. 2017.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 set. 2018.

\_\_\_\_\_. "Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política". **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 1 (2), 2009. <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6583>.

\_\_\_\_\_. (Orgs.) **Como estudar elites**. Curitiba: ed. UFPR, 2015.

PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Cooperativismo na Constituinte**. 1. ed. Brasília: OCB, 1989.

PINHO, D. B. (Org.). **As Grandes Coordenadas da Memória do Cooperativismo no Brasil**. Brasília, OCB/Coopercultura, Vol. I e II, 1991.

PINHO, D. B., et al. **A Problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn – Bad Godesberg, Alemanha. Artegráfica: São Paulo, 1973.

PINHO, D. B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977, 177p.

PINHO, D. B. ; PALHARES, V. M. A. (Org.). **O Cooperativismo de Crédito no Brasil do século XX ao século XXI** – edição comemorativa. Brasília: Confefras, 2004.

POHLMANN, Markus. **Der Geist des Kapitalismus. Anmerkungen zu einem Forschungskonzept**, Heidelberg, 2011.

POHLMAN, M. ; VALARINI, E. 2013. Elite econômica no Brasil: discussões acerca da internacionalização da carreira de executivos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, nº 47.

POHLMANN, Markus; BÄR, Stefan ; VALARINI, Elizangela. The analysis of collective mindsets: Introducing a new method of institutional analysis in comparative research. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 22, núm. 52, dez. 2014, pp. 7-25

Universidade Federal do Paraná. Disponível em:  
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/39142/23994>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

POHLMANN, Markus; LIM, Hyun-Chin. Um novo “espírito” do capitalismo? A globalização e seu impacto na difusão do pensamento de gestão neoliberal na Alemanha e nas economias do leste Asiático. **Plural - Revista de Ciências Sociais** -USP.v.22, n.2, 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/112452> >. Acesso em: 19 nov. 2015.

PONDÉ, José Luiz. “Instituições e Mudança Institucional: Uma Abordagem Schumpeteriana. **Revista EconomiA**, Brasília, v.6, n.1, p.119–160, jan./jul. 2005. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p119\\_160.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p119_160.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2016.

PRZEWORSKI, A., CHEIBUB, J. A. e LIMONGI, F. “Democracia e cultura: uma visão não culturalista”. **Lua Nova**, nº58, p.9-35, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n58/a03n58.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2018.

REVISTA EXAME: 2105. As melhores e maiores empresas do Brasil. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2015/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

RIBEIRO, E. A. Cultura Política e Teoria da Democracia: implicações empírica de um debate teórico. **Rev. Mediações**, Londrina, vol. 7. n.1, p 113-139, jan-jul.2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9109>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Campinas: UNICAMP, 2005. 250f. Tese (Doutorado em Demografia), Programa de Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual De Campinas sob orientação, Campinas, 2005.

RODRIGUES, Roberto. **A segunda onda do cooperativismo**, de Roberto Rodrigues, 2014. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/03/a-segunda-onda-do-cooperativismo-por-roberto-rodrigues/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo: democracia e paz: surfando a segunda onda**. São Paulo:[s.n.], 2008a.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo, Globalidade e Liberalismo**. OCB. Texto: p.411-430. 2008b.

\_\_\_\_\_. Novos rumos do cooperativismo. In: **Congresso Brasileiro de Cooperativismo**, 11, 1997, Brasília. Anais. Brasília: OCB, 1999. p. 105-112.

SCHELER, Max. **Die Wissensformen und die Gesellschaft**. A. Francke AG-Verlag, Bern, 1960.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Acción, orden y cultura**: estudios para un programa de investigación en conexión con Max Weber. Prometeo: Buenos Aires, 2011, p.19-54.

SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. 1. ed. Buenos Aires: Amarrortu, 2003. (Biblioteca de Sociologia).

SCOTT. W. Richard. **Institutions and Organizations**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

SELL, Carlos Eduardo. A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo. **Rev. TOMO** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe). Aracaju, n. 23, p. 13-44, jul. 2013. (APUD) LEPSIUS, M. Rainer. Das Modell der charischatischen Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den „Führerstaat“ Adolf Hitlers. *Demokratie in Deutschland: Soziologisch-historische Konstellationsanalysen* (Ausgewählthe Aufsätze). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, p. 95 – 118. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/2103/1833>>. Acesso em: 14 março 2018

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SETTI, Eloy Olinto. **Cooperativismo Paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro**. Curitiba, OCEPAR, 2011.

SOTO, Jesús Huerta de. **A Escola Austríaca**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2010.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

TOMANIK, Otacilio. **Legislação Cooperativista**. Tip. Siqueira, São Paulo, 1934.

ULLRICH, Carstens G. Deutungsmusteranalyse und diskursives Interview. 1999. **Zeitschrift für Soziologie**, 28(6), pp. 429-447. Disponível em: <<http://www.zfs-online.org/index.php/zfs/article/viewFile/3015/2552>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

VALARINI, Elizangela. **Globalisierung und ihre Effekte auf die Karriere und Handlungsorientierung von Topmanagern in Brasilien**. Heidelberg: Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, 2016. 274f. (Dissertation zur Erlangung des akademischen Grades Dr. rer. pol. an der Fakultät für Wirtschafts- und Sozialwissenschaften der Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg) Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Max Weber – Universidade de Heidelberg Ruprecht Karl, Heidelberg, Alemanha, 2016.

VALARINI, Elizangela; ELIAS, Frederike; POHLMANN, Markus. O espírito capitalista neoliberal na América Latina: o papel da orientação para o mercado financeiro nas grandes empresas argentinas e brasileiras. **Revista de Ciências Sociais Universidade de São Paulo**. São Paulo, v.22, núm.2, 2015/2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/112450>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

VALARINI, Elizangela; POHLMANN, Markus. Há um novo espírito capitalista na conduta de vida dos executivos brasileiros? Análise da orientação da ação à partir da reconstrução do padrão coletivo de interpretação social. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 30-59, Dezembro/2016, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <[https://www.academia.edu/31804868/H%C3%A1\\_um\\_novo\\_esp%C3%ADrito\\_capitalista\\_na\\_conduta\\_de\\_vida\\_dos\\_executivos\\_brasileiros\\_An%C3%A1lise\\_da\\_orienta%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_a%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_partir\\_da\\_reconstru%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_padr%C3%A3o\\_coletivo\\_de\\_interpreta%C3%A7%C3%A3o\\_soci](https://www.academia.edu/31804868/H%C3%A1_um_novo_esp%C3%ADrito_capitalista_na_conduta_de_vida_dos_executivos_brasileiros_An%C3%A1lise_da_orienta%C3%A7%C3%A3o_da_a%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_partir_da_reconstru%C3%A7%C3%A3o_do_padr%C3%A3o_coletivo_de_interpreta%C3%A7%C3%A3o_soci)>. Acesso em: 17. dez. 2018.

VALOR ECONÔMICO 1000 – **Revista Valor Econômico** – Edição Especial - 1.000 maiores empresas do Brasil. Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor1000/2016/ranking1000maiores/Agropecu%C3%A1ria>>. Acesso em 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ – Edição Especial - 1.000 maiores empresas do Brasil. Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor1000/2018/ranking1000maiores/Agropecu%C3%A1ria>> Acesso em: 14 out. 2018.

VANBERG, V. “**Rational Choice, Rule-Following and Institutions: An Evolutionary Approach**”, In: MÄKI, GUSTAFSSON e KNUDSEN (Eds.) , 1993.

VILELA, Rita Amelia Teixeira; NOACK-NAPOLES, Juliane. Hermenêutica Objetiva e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 305-326, jul./dez. 2010. Disponível em: <[http://http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/3027/2625](http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/3027/2625)>. Acesso em: 03 fev. 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito do capitalismo”**. Trad. J.M.M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. Conceitos sociológicos fundamentais. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa e Karen ElsabeBarbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. v.1, part 1, cap. 1, p. 3-35.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**/ Max Weber, tradução de Regis Barbosa e karin Elsabe Barbosa, rev. téc. Gabriel Cohn, 4. Ed – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. v.1.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Organizado por Gabriel Cohn. 7.ed. São Paulo: Ática, 1999. (Grandes Cientistas Sociais, 13).

## **ANEXO I – Resumo dos dados das maiores cooperativas agroindustriais do Paraná.**

Os dados do presente resumo foram extraídos basicamente dos sítios eletrônicos das cooperativas. Também coletamos dados do informe diário da OCEPAR e das publicações próprias das cooperativas.

A COAMO Agroindustrial Cooperativa tem sede na cidade paranaense de Campo Mourão, na região noroeste (segundo classificação da OCEPAR). Foi constituída por produtores rurais em 28.11.1970. Seu presidente é o senhor José Aroldo Gallassini, eleito pela primeira vez em 1975 e que tem sido periodicamente reeleito nestes 43 anos. O faturamento da Coamo em dezembro de 2017 foi de R\$ 10.506.693.497,00 (bilhões de reais), sendo a maior cooperativa da América Latina. Já esteve por três anos consecutivos entre as 50 maiores “empresas” brasileiras. Seus principais produtos são soja e milho (a granel e industrializados: óleo, margarina, farelo). Ainda há fiação de algodão, torrefação e moagem de café, produção de farinha de trigo e de gordura vegetal. Congrega 28.185 cooperados e 7.000 empregados efetivos.

A C. VALE – Cooperativa Agroindustrial tem sede em Palotina, região oeste do Paraná. Foi constituída em 07.11.1963, com o nome de Campal, depois Coopervale e atualmente C.Vale. É presidida por Alfredo Lang, desde 1995. Teve em dezembro de 2017 um faturamento de R\$ 6,9 bilhões de reais. Seus principais produtos são proteína animal: frango, peixe e suínos, além de leite, mas também operam com proteína vegetal: soja, milho, trigo, mandioca. Possui indústria de termoprocessados (carnes), produtos “in natura” marinados e também cortes de frango “in natura”, bem como amido modificado de mandioca e rações. Tem 19.795 cooperados e emprega 9.130 trabalhadores.

A COCAMAR Cooperativa Agroindustrial surgiu como resultado do ciclo do café. Sua sede está situada em Maringá, região noroeste (segundo classificação da OCEPAR). O senhor Luiz Lourenço é seu presidente desde 1989. A Cocamar está introduzindo uma nova forma de governança, descentralizando a gestão da administração, mas conservando o poder decisional em um colegiado. O faturamento da cooperativa em 2017 foi na ordem de R\$ 3,9 bilhões de reais. É uma cooperativa que opera principalmente com grãos: soja e milho. Mas possui também indústria de suco, maionese, óleo de soja, café, mostarda, álcool, farinha de trigo, ketchup. Tem marcas consolidadas no mercado

como a Purity, Café Maringá, Suavit e Cocamar. Tem 14.000 cooperados e 2.268 empregados (Fonte: Revista Exame, 2016).

A COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata, tem sede no município de Cafelândia. É o maior empreendimento econômico de sua microrregião (Oeste). Seu presidente é o senhor Valter Pitol, desde 1991. Tem faturamento de R\$ 3,458 bilhões de reais (dez.2017). Dedicar-se à proteína animal e os industrializa como cortes de frango (congelados e “in natura”) e peixes, pratos prontos e empanados, vegetais, linguiças, frios (mortadela e frango), peito desfiado, pão de alho e salsichas. Também recebe grãos: soja, milho, trigo e café. Possui 5.737 cooperados e 9.427 empregados.

O Paraná possui três cooperativas criadas por holandeses, a CASTROLANDA - Cooperativa Agroindustrial Ltda é uma delas. Sua sede é na colônia de Castrolanda (Castro), na região centro-Sul. Frans Borg é seu presidente desde 2002. Seu faturamento em 2017 foi de R\$ 2,91 bilhões de reais, possuindo “apenas” 876 cooperados. Seus principais produtos são grãos: soja, milho, trigo, cevada e batata. Mas também opera com leite, suínos e sementes. Sua indústria processa batata frita e ração. Os holandeses operam conjuntamente na indústria de leite, no que chamam de interoperação entre as três cooperativas (Castrolanda, Frísia e Capal). A cooperativa possui 3.153 empregados.

A Cooperativa AGRARIA Agroindustrial de Entre-Rios (Guarapuava), na região Centro-Sul do Paraná, possui uma história bastante particular. Ela é formada por 650 cooperados descendentes de Sábios do Danúbio, uma população de origem germânica que imigrou para a Iugoslávia, Romênia e região, e permaneceu lá até 1945. A imigração foi intermediada para o Brasil e aqui se estabeleceram. A cooperativa é símbolo do interesse pela comunidade, um dos princípios do cooperativismo. Os cooperados possui homogeneidade e grandes propriedades, o idioma alemão ainda é o idioma da colônia e no qual se realizam as assembleias da cooperativa. Seu presidente é Jorge Karl desde 1999. O faturamento da Agraria em 2017 foi de R\$ 2,8 bilhões de reais. Seus principais produtos são: Grãos: soja, milho e trigo; Sementes: sementes de soja, cevada, trigo e aveia; Indústria: óleos e farelo de soja, maltaria, farinha de trigo, além de *grits*, *flakes*, creme, fubá e gérmen (todos de milho). Possui 1.500 empregados.

A INTEGRADA Cooperativa Agroindustrial de Londrina foi constituída em 06.12.1995, basicamente por ex-cooperados da cooperativa COTIA (1953), a maior cooperativa brasileira até a década de 1990. Seu presidente é Jorge Hashimoto. A

cooperativa tem faturamento anual de R\$ 2,7 bilhões de reais (dez.2017), possui 8.777 cooperados e 1.677 empregados. Seus principais produtos são: soja, milho, trigo, aveia, café e sementes. Possui indústria de derivados de milho para a indústria e para rações.

A FRÍSIA Cooperativa Agroindustrial (antiga cooperativa BATAVO) é a cooperativa mais antiga da nossa lista. Fundada por holandeses em 1954, tem sede em Carambeí, região centro-Sul do estado. Seu presidente é Renato Greidanus, desde 2007. Seu faturamento em 2017 foi de R\$ 2,294.192 bilhões de reais. Conhecida pelos seus produtos lácteos, também opera com grãos: soja, milho, trigo, feijão e cevada. Possui indústria de farinha de trigo, de lácteos, suínos (cortes) e rações. Possui as marcas Frísia, Batavo (rações), Union (interoperação com a Castrolanda e Capal), e Alegria. Tem 836 cooperados e 1.089 empregados.

A COOPAVEL Cooperativa Agroindustrial, com sede na cidade de Cascavel, região oeste, possui faturamento anual de R\$ 2,1 bilhões de reais (dez.2017). Seus principais produtos são soja, milho e trigo, além de proteínas animais: ovos, frango e suínos. Sua indústria produz embutidos, frangos e suínos em peças congeladas. É formada por 5.066 cooperados e 6.000 empregados. Seu presidente é Dilvo Grolli, desde 1995.